

“Arribando aos Mururus”
Os pescadores de Tefé na fronteira do desenvolvimento sustentável

Arinaldo Martins de Sousa

Sousa, Arinaldo Martins de

Arribando aos mururus: os pescadores de Tefé na fronteira do desenvolvimento sustentável/ Arinaldo Martins de Sousa. – São Luís, 2008.

-f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Maranhão, 2005.

1. Etnografia – Pescadores – Tefé-AM 2. Amazônia 3. Socioambientalismo 4. RDS Mamirauá 5. Pesca no Amazonas 6. Médio Solimões I. Título.

CDU 39:639.2 – 057 (811.3)

Ora pára a canoa à beira dessas extensas touceiras de perimembeca, de tiririca, de muri, ou de canarana, gramíneas diversas que com o nome coletivo de matupás, orlam as margens; ora, sobrepondo-se a elas, mete-se-lhes por entre as altas franças, e então se não vê um homem, surgindo do meio daquela vegetação flutuante, verde, imóvel, como uma estátua; já deixa ir a canoa a remadas compassadas, surdas, metido o remo todo n'água e tirado ao de leve, beirando as margens; já reunindo-se a outros pescadores, cada um na sua montaria, faz com eles uma espécie de cerco em ponto ao seu alvedrio favorável, de modo a não escapar a um o peixe fugido a outro.

José Veríssimo.

APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Este trabalho trata de uma situação delicada, que envolve problemas políticos enfrentados pelos gestores de políticas de manejo participativo, principalmente, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Pescadores da sede da cidade de Tefé, entre eles de modo especial os moradores do Bairro Abial, são constantemente acusados de ações ilegais de invasões nas áreas da reserva para pesca.

Existe ali um comércio ilegal de várias espécies proibidas pela legislação, praticando preços mais baixos do que os peixes provenientes do *manejo participativo*. A espécie de peixe pirarucu, objeto dessas ações de manejo, é a mais valorizada comercialmente, e está ameaçada de extinção e em período de defeso por todo o ano. No entanto, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, por conta do manejo comunitário nela realizado com comunidades de ribeirinhos e pescadores da cidade de Marã, obtém autorização do IBAMA para comercializar todos os anos quantidade superior a 100 toneladas (166t no ano de 2004) .

Um pirarucu chega a adquirir a extensão de 1,70 m de comprimento (há casos de espécimes que adquirem 2m). Foi muito comercializado no passado na modalidade seco salgado e foi, segundo informação de historiadores da cidade, objeto de troca com patrões no sistema de aviamento existente até cerca da década de 1960. O tambaqui também é comercializado ilegalmente, mas é difícil descobrir se a comercialização é ilegal, pelo fato de poder ser estocado para os meses de defeso, o que não ocorre com o pirarucu.

Durante anos, formas de entendimento foram tentadas no intuito de impedir ações ilegais e permitir que estes pescadores tenham acesso a áreas de pesca.

O presente texto traz pequenas alterações ao que foi escrito em 2005 para a ocasião da defesa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

As discussões com base em pesquisa de campo de 2004, foram, na medida do possível, atualizadas com dados recém adquiridos em uma nova incursão ao campo realizada em julho de 2008 para a realização de tese de doutorado a ser defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Algumas questões, como as relações de intermediação para a venda do pescado entre os pescadores de Tefé e a figura daquele que é por alguns deles denominado de *patrão* ficaram ainda necessitando de um tratamento mais acurado, o que pretendo resolver em pesquisas posteriores. Desde já, peço desculpas aos moradores de Tefé por análises incompletas, fruto de estadia insuficiente no campo ou mesmo competência insatisfatória minha.

Na oportunidade, gostaria de agradecer a todos aqueles que tornaram possível a realização e a publicação deste trabalho. Em especial, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA e aos seus professores na figura do orientador deste trabalho e atualmente coordenador do programa, Professor Horacio Antunes de Sant'Ana Júnior; à

Professora do IFCS, Neide Esterci, que, de certa forma, auxiliou bastante na realização deste trabalho e, atualmente, orienta a continuação da pesquisa; ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá que, graças à aprovação do Projeto de Pesquisa coordenado pela Professora Neide Esterci, possibilitou, com subsídios financeiros, a realização do trabalho de campo. À CAPES e à FAPEMA, por serem as agencias de fomento que concederam bolsas com as quais tenho realizado meus estudos; aos amigos e familiares de São Luís; aos amigos de Tefé, entre os quais incluo alguns pescadores e diretores da Colônia Z-4.

São Luís, 16 de outubro de 2008.

Arinaldo Martins de Sousa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
CAPÍTULO I – HISTÓRIAS AMAZÔNICAS.....	
1.1 <i>Feitorias e tendais: a história da relação entre patrões e fregueses no âmbito da pesca no Médio Solimões.....</i>	
1.2 Uma história diferente: a dinâmica do socioambientalismo.....	
CAPÍTULO II - MACAQUEIROS EM TEFÉ: a parceria ecológica no Médio Solimões.....	
2.1 A parceria ecológica no Médio Solimões: movimento de preservação de lagos, ribeirinhos e pescadores.....	
2.2 A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.....	
2.3 Ânimos acirrados: o impasse entre ribeirinhos e pescadores nas negociações para o usufruto dos recursos pesqueiros.....	
CAPÍTULO III – “As dificuldades são grandes, mas a persistência é maior”: a organização social dos pescadores.....	
3.1 <i>Psicas da Colônia: institucionalização da representatividade e relações internas.....</i>	
3.2 Acordos de pesca: uma alternativa de inserção dos pescadores?.....	
3.2.1 A gestão da Colpesca Z-4 e os acordos de pesca.....	
3.2.2 E os pescadores.....	
3.3 Pescadores e pescadores: as fronteiras entre grupos de associados.....	
3.3.1 Pescadores e os compradores e vendedores.....	
3.3.2 Compradores e vendedores.....	
3.3.3 Canoeiros, fregueses de patrão, redeiros, compradores, vendedores.....	
3.4 Mururus do Médio Solimões: notas sobre a relação estabelecida pelos pescadores com patrões a partir de formas de clientelismo.....	

REFERÊNCIAS.....

- 1 Bibliografia teórica e objetiva:.....**
- 2 Manuscritos, relatórios, atas e registros consultados na Biblioteca ou cedidos pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá:.....**
- 3 Projetos, atas, ofícios, propostas de acordo da Colônia de Pescadores Z-4 de Tefé:.....**
- 4 Legislação:.....**
- 5 Arquivos disponíveis na rede mundial de computadores:.....**

FOTOS E ILUSTRAÇÕES.....

INTRODUÇÃO

Manhã de novembro de 2004. Médio Solimões, Amazônia brasileira. Estava a bordo em uma embarcação¹ de uma família de pescadores da cidade de Tefé², moradores do bairro Abial (a importância de ressaltá-lo será explicitada posteriormente). Subíamos (*arribávamos*³, como alguns regionais dizem) um paraná ligado ao rio Japurá. Tão difícil se mostrava a pesca para aquela viagem que os pescadores estavam se direcionando para outro local onde pudessem encontrar uma quantidade razoável de peixes depois de nove dias de sucessivas tentativas e a carga ainda muito baixa. Foi quando nos deparamos com um enorme tapete verde de macrófitas aquáticas em quase toda a extensão do *paraná*, *mururus* como os pescadores denominaram, plantas aquáticas conhecidas por servir de alimento para os peixes-bois amazônicos (*Trichechus inunguis*).

Ao ver a vegetação flutuante, a família de pescadores iniciou uma série de atividades com o intuito de conter a marcha do motor, tentando evitar que um possível fragmento ou tronco de árvore, no meio daquela formação vegetal, viesse *baixando*⁴ de encontro ao barco, causando novos furos ou aumentando os já

¹ É comum na região as pessoas se referirem às embarcações a partir do termo *motor*. Assim como o é para as embarcações tipo canoa com motor de popa, além do uso de outras categorias, como: *rabeta* (de baixo consumo de combustível, de madeira e motor de baixa potência – de 1,5 até 12 hp em média); e *voadeira* (*baleeira*, *deslizadeira*: alto consumo de combustível, veloz, de alumínio e motor 2 tempos – gasolina e diesel misturados – de alta potência – sendo de uso mais generalizado as de 15 e 40 hp). As *voadeiras* de 40 hp têm uma autonomia de cerca de 50 Km/h..

² De acordo com Faulhaber (1998, p. 21) a distância entre Tefé e Manaus, capital do Amazonas, seria: 516 Km em linha reta e 663 Km, via fluvial.

³ Arribar e baixar são categorias regionais e dizem respeito às atividades de subir e descer, respectivamente, o curso de um rio. No decorrer deste trabalho, sempre que alguma palavra aparecer em itálico, significa que é um termo, expressão, categoria dos sujeitos analisados, de organismos ou instituições, bem como conceitos, noções e categorias dos autores aqui utilizados.

⁴ Em várias ocasiões, pescadores utilizaram esta categoria para se referir a algo que vem descendo o curso do rio, tal como um jacaré morto, um toco de pau ou uma vegetação, por exemplo. Vir baixando seria, então, comparável a descer ao sabor das águas.

existentes na arqueação⁵. Dois ficaram atrás, cuidando da máquina, e um ficou no leme, comandando a embarcação.

A vinheta acima é uma tentativa de introduzir subrepticiamente o leitor na problemática que este trabalho, um esboço de análise antropológica em ecologia política, tenta, com boa-fé, abordar. Como toda vinheta, ela tenta atuar como signo: narrativa real de fatos que aconteceram durante uma viagem por mim realizada com os pescadores e ocorrida em novembro de 2004, mas contada tendenciosamente para significar. Os elementos são: um barco em condições precárias; mês de novembro no Médio Solimões, pescadores com um problema a resolver; um antropólogo; um paraná a ser navegado, macrófitas aquáticas.

Poderíamos analisar a vinheta a partir das relações entre os elementos, dizendo ainda que eles podem ser reunidos em dois grupos justapostos: Natureza, de um lado e Cultura, do outro.

Os pescadores possuem um problema a resolver: precisam preencher a carga do *motor*, e a capacidade de suporte da região no mês de novembro, quando as águas dos rios e lagos já começam a subir, bem como as técnicas de apreensão do pescador, não permitem uma apreensão satisfatória. Na tentativa de resolver o problema, navegando sobre um paraná ligado ao grande Japurá, as macrófitas aparecem impondo uma tomada de atitude.

Isto tudo parece bem próximo do problema que discute este trabalho. Os pescadores de Tefé, nos depoimentos que prestaram para mim, foram unânimes em afirmar que ocorre na região a imposição de uma situação oposta à que sempre acontecia ali: vive-se o tempo da escassez em oposição a um tempo anterior de fartura, de modo que, quando as águas estão muito altas, torna-se mais difícil

⁵ Ou casco. Para as arqueações dos barcos, os regionais usam também o termo *batelão*, referindo-se a toda estrutura de madeira.

pesca. Viagens de pesca tornam-se mais longas, financiadores negam-se a conceder empréstimos, em consequência o peixe se torna mais caro, dentre outros transtornos que influem significativamente na qualidade de vida das pessoas. E eles precisam fazer a carga, porque de outro modo não têm como levar alimentação, vestuário e outras necessidades para casa. Mister se torna resolver o problema. E eis que a ecologia intervêm, dizendo que é necessário ir mais devagar, que é preciso poupar os recursos. Como os pescadores podem reagir a isto?

Este trabalho tenta dar uma resposta baseada na observação e análise de eventos, de depoimentos, de registros, tendo sempre como suporte conceitos e noções constituintes do campo teórico das ciências sociais. Trata especificamente com a situação da pesca realizada por pessoas que moram na periferia da cidade de Tefé-AM, dentro de um contexto específico: de crise na capacidade de suporte do ecossistema e de conflito com os *ribeirinhos* devido às respostas dadas a essa situação desde a década de 1970 por estes últimos e por setores da população que lhes deram apoio e orientação.

Com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM na década de 1990 e, logo depois, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, a questão dos pescadores de Tefé, mais especificamente os do bairro Abial, passaram a constituir uma das principais dificuldades, entre as tantas existentes, das políticas para o desenvolvimento sustentável no Médio Solimões.

Um leitor atento poderá perceber que, no que diz respeito à estrutura, o texto comporta uma narrativa muito próxima à que um historiador faria, com o primeiro capítulo tentando dar conta de um tempo anterior, quando a pesca era uma

atividade constante das muitas realizadas no âmbito da colonização regional⁶; o segundo capítulo tratando de um tempo mais próximo, até que o último, finalmente chega ao presente etnográfico, quando a organização e as relações dos pescadores, dentro do contexto da crise do peixe, são tratadas.

O capítulo I encontra-se dividido em duas partes. A primeira delas vem suscitar uma apreciação da pesca comercial como uma das muitas atividades tradicionais da região, aprendida e sustentada durante gerações, tendo os pescadores, embora dedicando à pesca mais tempo do que o que era dedicado anteriormente (o que constituiria uma modificação na dinâmica das atividades econômicas da região), guardado muitas características e lembranças do tempo anterior. Sendo assim, isso nos permite realizar a seguinte pergunta: se uma pressão muito grande sobre os recursos naturais a ponto de causar escassez tem acontecido, isto seria devido às técnicas e modos de agir dos pescadores ou a fatores externos e alheios à dinâmica da pesca tal como foi tradicionalmente executada pelos sujeitos da região? A história dos pescadores comerciais, tal como este trabalho acabou recolhendo, aparece ligada à história da região. Deste modo, talvez um dos grandes argumentos que o capítulo I defende é que a pesca comercial apresenta-se como uma atividade tradicional e, por isso, não é **essencialmente** predatória.

A segunda parte do capítulo procura tratar de características do socioambientalismo e da ligação por ele suposta entre as atividades tradicionais de

⁶ A discussão presente no capítulo pode ajudar a refinar um pouco o discurso sobre a pesca comercial no Médio Solimões, de modo a refutar alguma idéia de que a pesca comercial seria uma coisa recente, datando da década de 1960, quando houve incentivos do Governo para a profissionalização dos pescadores. É certo que isso representou um incremento da atividade de pesca na região. Mas, por outro lado, essa assertiva me soa como uma sentença acusatória sobre os pescadores, como agentes de uma atividade sócio-econômica nascida para ser depredatória. Isto seria quase como se a pesca estivesse sendo listada ao lado dos grandes empreendimentos socioeconômicos da Amazônia que tanto a degradaram, como os pólos de desenvolvimento, as hidroelétricas, os projetos minero-metalúrgicos, as atividades de substituição da economia extrativa pelas fazendas de gado.

uma região e as iniciativas em favor da conservação dos recursos. Deste modo, pode ser que o Capítulo I deixe subentendido como a história do Médio Solimões deveria ter se consumado, com a união de todos os pescadores da região, realizando o manejo participativo, dado que pescadores da cidade e pescadores dos sítios, mesmo morando em locais diferentes, não seriam de origens sociais diferentes.

O capítulo II, por sua vez, apresenta como se deu a relação dos pescadores de Tefé com as estratégias em favor da conservação dos recursos. Tenta dar informações sobre o início do conflito devido em grande parte à conjugação de pelo menos dois fatores: de um lado, as ações dos pescadores que, indiferentemente à sua vontade e por total desconhecimento do modo certo de agir, repercutiam contra eles próprios e, do outro lado, sua vitimização no que eu chamo de profundo mau-entendido. Tudo concorreu para que, ao contrário do que poderia desdobrar em uma experiência muito bem-sucedida de conjugação dos interesses dos setores mais desfavorecidos economicamente com as políticas estatais em defesa dos recursos, culminou na eleição do pescador artesanal de Tefé em vilão, “invasor” da Reserva e partidário do que é proibido.

O capítulo dá informações sobre a implantação da RDSM e as primeiras tentativas de aproximação entre os seus moradores e os pescadores, procurando dar uma contribuição no entendimento do porquê da situação ter se configurado do modo como foi.

O Capítulo final procura analisar os pescadores nas suas relações internas, seus principais problemas, bem como os problemas e desafios da Colônia de pescadores Z-4, sediada no Abial, em Tefé, principal entidade de representação dos pescadores da cidade.

Considero este um trabalho longo, pela quantidade de elementos usados para compor um raciocínio plausível. No entanto, não deixa de conter falhas, erros e imprecisões. Por isto, desde já, peço desculpas, pelos problemas que possivelmente existem, aos pescadores, aos representantes da Colônia, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, do IBAMA e de outras instituições, bem como outras pessoas que gentilmente ocuparam seus tempos concedendo informações a mim.

Gostaria de dizer a todos eles que, a despeito dos problemas, construímos este trabalho juntos e que possíveis críticas, sugestões e exposições que parecerem demasiado eloqüentes de minha parte são sinais de que quero contribuir com todos no sentido da construção do melhor caminho para os problemas.

CAPITULO I – HISTÓRIAS AMAZÔNICAS

Tefé¹, assim como outras cidades no interior do Amazonas à margem dos rios e lagos, apresenta-se aos visitantes como influenciada, sobremaneira, pelas águas que lhe servem de transporte, trabalho e também diversão.

Esta influência é tão inegável que à beira do lago homônimo, que circunscreve os limites da cidade a noroeste, e do igarapé Xidarini, principal acesso ao bairro do Abial, não é nada difícil, ao observador de fora, presenciar pessoas trabalhando com a calafetagem de algum barco de madeira ou mesmo em trabalhos de metalurgia em embarcações de metal. Também se podem presenciar trabalhos de fabricação de canoas ou recuperação dos chamados *rebocadores*.

Faulhaber (1998, p. 21) assim escreve a respeito do assunto:

Qualquer viajante pode notar que a vida da cidade gira em torno do comércio ribeirinho: o porto está repleto de barcos de pequeno, médio e grande porte, ao lado de grandes petroleiros, balsas para transporte de petróleo e madeira e de armazéns “flutuantes” em que são efetuadas transações econômicas, e para os quais é transportada a carga.

Eu mesmo, não pude deixar de presenciar, diversas vezes, as pessoas ocupadas com trabalhos que somente uma cidade que tem como referência as águas dos rios e lagos poderia deles ocupar-se. E por não poder transmitir da mesma forma a impressão que tive ao observar o lago Tefé neste texto, transcrevo como escrevi o fato no meu diário de campo por que acredito que demonstra melhor a sensação que tive:

Desci a escada que é, para quem vem a partir do centro da cidade, um dos acessos pelo qual se sobe até o Abial. Observei bem próximo ao Igarapé do

¹ População estimada em 2004 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 69.423 hab distribuídos sobre uma área de 23.704 Km² (IBGE:www.ibge.gov.br/cidades: Arquivo acessado dia 12 de agosto de 2004).

Xidarini, que eu havia atravessado por *catraia*², pessoas próximas a um barco que, ou estava sendo construído, ou havia sido abandonado e agora se restaurava. Acho que estava sendo construído, por causa do aspecto das tábuas e por estar ainda incompleto (19/10/04).

De volta ao centro de Tefé, observei um *motor* sobre a margem, já *puxado*³ e cujas tábuas apresentavam-se com aspecto muito deteriorado. O *motor* era bonito. Logo soube, por intermédio do proprietário que ali estava que se tratava de um *rebocador*, usado, como o nome indica, para *rebocar* grandes cargas pelos rios, cujo motor deve ser de potência muita alta, para suportar este tipo de trabalho. Segundo o dito proprietário, o *rebocador* estava sendo reformado, o madeirame que entrava em contato com a água e aquele que suportava este outro, sendo trocado, para voltar à atividade. Aquele senhor mostrou-se muito satisfeito com a perspectiva de que seu *motor* voltasse logo a funcionar, dizendo-me que valia a pena todo aquele trabalho quando o mesmo estivesse navegando e exercendo o fim a que se destina (28/10/04).

Tudo isso é por que, em cidades como Tefé, as principais “rodovias” são os rios e a economia não poderia deixar de receber influências da localização da cidade: à beira de um lago enorme interligado aos grandes rios Solimões e Japurá, a meio caminho entre Manaus e Colômbia e Peru. Assim me atestou um dono de posto de gasolina, em um flutuante, em dezembro de 2004, quando me prestou o seguinte depoimento:

Tem gente que pensa que aqui na beira do lago não dá nada, mas a gente que vive aqui sabe. Todos esses motores que passam aqui precisam do inflamável e, eles pegam é aqui com a gente; tem o pessoal do Mamirauá, tem esses recreios. A gente fica aqui nesta outra margem porque não pode ficar próximo à cidade, né, trabalha com inflamável e é perigoso.

E Faulhaber (1998, p. 21) afirma:

Tefé não se localiza na faixa de fronteira propriamente dita, se esta for considerada estritamente em sua conceituação geográfico-espacial, cuja circunscrição se limita a 150Km da linha fronteira. Em um sentido geopolítico mais geral, no entanto, os seus habitantes estão em conexão direta com os países fronteiriços, dada a mobilidade produzida pelos modernos meios de transporte e comunicação. A permeabilidade e vulnerabilidade das fronteiras físicas se evidenciam em termos de transmissão de epidemias, do trânsito de pessoas e do transporte e

² As *catraias* fazem frete a passageiros em viagens curtas, como a travessia do Igarapé Xidarini, que dá acesso ao bairro do Abial, em Tefé.

³ Posto sobre a margem.

comércio – legal ou clandestino – de mercadorias, ou outras operações econômicas.

Assim como os flutuantes que são postos de gasolina, há uma série de outros, mormente à orla do Abial, a exercerem vários tipos de comércio. Oficinas para conserto dos *motores*. Fábricas de gelo. Fornecedores de produtos alimentícios (a exemplo de um senhor conhecido como “o Japonês”, que compra farinha da produção local e a vende para os barcos locais ou até de Manaus, sem, de modo algum, fazer menção aos tempos em que a então província do Amazonas adquiria farinha de mandioca da província do Maranhão)⁴. Existem até aqueles que servem de residência, bem como há flutuantes de compradores de peixe (tal como certos colombianos⁵ que compram peixes a um preço considerado pelos pescadores como mais vantajoso).

Esta quantidade de flutuantes, cada um deles com sua competência específica, juntamente com as atividades de transporte de carga e de passageiros e a economia da pesca formam um complexo sócio-econômico que, se não constituem

⁴ Sobre a necessidade que a província do Amazonas possuía de adquirir gêneros alimentícios de províncias vizinhas, a exemplo do Pará e Maranhão, conferir Weinstein (1993, p. 219-240). Sintetizando, e, de certa forma, simplificando, a discussão da autora, diríamos que, no auge da produção da borracha, começou a existir uma concorrência entre Manaus e Belém pelo controle das atividades de exportação e importação do produto. Belém, pela sua posição estratégica, sempre obteve certo monopólio sobre estas atividades de comercialização (antes da descentralização administrativa realizada pelo governo central do Brasil, a borracha produzida no Amazonas era comercializada por Belém). Figurava, então, o Pará enquanto centro de comercialização (importador e exportador) e o Amazonas como principal produtor (segundo a autora, quase toda a borracha comercializada pelo Pará, era oriunda do Amazonas). Medidas protecionistas do governo do Amazonas, assim que foi instituída a descentralização, garantiram-lhe certa independência com relação às atividades de exportação da borracha. No entanto, o Pará controlava as atividades de importação, pois, os importadores não queriam e não eram obrigados a fazer o caro e fatídico trajeto de subida do rio até Manaus. O crescimento das atividades dos amazonenses com o comércio da borracha gerou uma grande demanda por gêneros de primeira necessidade, que era satisfeita em parte pela produção paraense. Esta demanda chegou a causar desconforto aos moradores de Belém no que diz respeito à carne de gado, vendo-se em competição com os manauaras, o que pressionava os preços para cima, ainda que a oferta fosse suficiente. No que diz respeito aos outros produtos, a exemplo da farinha de mandioca, Belém sofreu menos efeitos da concorrência com os moradores de Manaus.

⁵ Alguns pescadores afirmaram-me a existência destes colombianos, comprando peixe a preços àqueles mais vantajosos do que os atravessadores e donos de fábricas locais. Existem até alguns que compram a bexiga natatória (grude) de certas espécies para vender a japoneses.

o principal móvel da economia local, pelo menos, talvez, possua uma importância não desprezível.

Além dos trabalhos mais específicos às pessoas que exercem suas profissões diretamente com os recursos aquáticos, há trabalhos regulares nos quais está envolvida o restante da população, sendo imediatamente visíveis e fazendo parte, inclusive, da infraestrutura urbana. Estas atividades já são tão comuns que se tornam praticamente imperceptíveis. Trata-se do Porto Fluvial “Areia Branca” (com seus *recreios*⁶, além de algum navio da Marinha que, eventualmente, atraca naquele porto), as *catraias* e a *balsa*, ou “Entrepasto de Pescado Antonio Castro (Barroso)”, no qual se recepciona o peixe colhido nas águas do Médio Solimões e se encaminha para venda no mercado local à população.

No porto “Areia Branca”, quando chega *recreio* de Manaus, um espetáculo se desenrola as vistas do observador. Além dos passageiros que embarcam e desembarcam no porto, movimentando um comércio de *catraias*, uma série de atividades de carregamento e descarregamento são realizadas, vívido testemunho de que o capital mercantil domina a economia (como ocorria no passado, quando Tefé era um importante entreposto regional, por conta de sua situação estratégica no rio Solimões).

Em terra, como diz o amazonense acostumado nesta relação entre terra e água (ou no trânsito de um para o outro), pequenos caminhões dos grandes centros comerciais da cidade; nos flutuantes que servem de atracadouro para o Porto, indivíduos descendo com cargas de bebidas, motocicletas, móveis, gêneros de

⁶ Embarcação para transporte de passageiros. No Porto Fluvial Areia Branca, em Tefé, existem vários, que fazem linha tanto para outras cidades do interior, a exemplo de Maraã e Uariní, quanto para Manaus. Assumiu o lugar das antigas *gaiolas*, embarcações que faziam esse transporte, assim chamadas por causa das redes armadas no convés pelos passageiros (PESSOA: 2004). Além de passageiros, transporta também cargas e até mesmo, segundo depoimento de um *armador de pesca* (10/11/04), caixas de isotérmicas com peixe, transporte que já teria sido proibido, mas, segundo ele, teria retornado.

primeira necessidade para abastecimento dos caminhões. Esta faceta reflete um processo histórico de desenvolvimento, consolidação e mutação do capital mercantil, que sempre esteve presente na cidade.

Comentaria ainda que a cidade possui poucos empreendimentos industriais, se nós formos compará-la com a capital do Estado ou mesmo Coari. Há uma burguesia mercantil envolvida com o comércio de diversos gêneros, de alimentícios a automobilísticos, bem como existe uma classe média de funcionários públicos, a exemplo dos que trabalham nas Forças Armadas, IDSM, IBAMA, FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, escolas e demais órgãos em âmbito municipal, estadual e federal.

O Produto Interno Bruto – PIB *per capita* do município, em 2002, foi da ordem de 2.208 mil Reais. Em comparação com outras cidades do Amazonas, como Coari (18.774 mil Reais)⁷ e Manaus (13.534 mil Reais), por exemplo, é pequeno⁸. (IBGE: PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS 1999-2002: 2005). No censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000, de um total de 45.253 pessoas

⁷ A população de Coari (74.171 hab.) é menor do que a de Manaus e maior do que a de Tefé.

⁸ Segundo depoimentos espontâneos de moradores locais, a Petrobrás (Empresa Brasileira de Petróleo) iria instalar-se na cidade, mas acabou ficando somente em outra cidade do Amazonas. Isto é entendido por estes informantes como um grande prejuízo, pois assim a cidade não teria o mesmo desenvolvimento que a outra, talvez por conta do pagamento de *royalties* que a empresa efetua ao município pela extração do petróleo. Três adolescentes que freqüentavam a casa em que eu estava hospedado, conversando casualmente sobre este assunto, elegeram o Exército (o 16º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva) como algo que economicamente traz benefícios à cidade; falaram também sobre a Petrobrás e a perspectiva da mesma ser implantada em Tefé, caso o candidato à Prefeitura, Julcimar Velozo (mais conhecido como Papi), tivesse sido eleito. Uma vizinha adolescente, certa vez, quando eu lhe disse que um meu conterrâneo, poeta Gonçalves Dias, teria homenageado a cidade com o apelido de “Princesa do Solimões”, afirmou-me que sabia disso, mas que Tefé já teria perdido esse título para Coari. Alguns moradores (como duas pessoas conversando em uma mesa de bar próxima à em que eu estava almoçando certa vez) fazem até comparações entre um empreendimento deste tipo e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, afirmando que este último não trouxe nenhum benefício à cidade. A este respeito, professores que eu entrevistei afirmam, com certo rancor, que este Instituto não pertence à cidade: um deles, que já ocupou cargos na Prefeitura de Tefé, afirmou que Mamirauá não era de Tefé, mas de Maraã, somente a sede ficava lá; outro, um professor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, disse que este Instituto somente formalmente pertenceria ao Amazonas, pois, quem exerce o comando do mesmo são profissionais de outros estados e até mesmo de outros países. Creio que todos estes depoimentos merecem uma reflexão. No entanto, não posso fazê-la no presente momento. Fica apenas o registro para futuros pesquisadores.

que se declararam com 10 anos ou mais de idade, 25.552 declararam-se sem nenhum rendimento, (apenas 172 pessoas se declararam como possuindo renda superior a 20 salários mínimos), seguindo uma tendência comum aos que poderíamos considerar médios municípios do Estado do Amazonas⁹.

Em alguns municípios menores, só para fazer um parêntese, a quantidade de pessoas que se declaram sem rendimentos é quase igual ao de pessoas maiores de 10 anos que prestaram as informações (em Amaturá, por exemplo, 3.536 pessoas declaram-se sem rendimento para um total de 4.952 pessoas que prestaram as declarações) (IBGE: 2004).

De acordo com o censo do IBGE 2000, o município encontra-se entre os cinco que estão na segunda categoria dos mais populosos (estes só possuem menos habitantes que Manaus, com 1.504.004 hab), os quais apresentaram uma taxa de crescimento demográfico de 1991 a 2000 na ordem de 1,6% (IBGE: 2004).

O quadro a seguir dá uma dimensão dos empreendimentos econômicos presentes na cidade.

Quadro 01: Empresas atuantes em Tefé por especialidades em 2001:

Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - número de empresas – 2001	3	Empresas
Pesca - número de empresas – 2001	4	Empresas
Indústrias extrativas - número de empresas – 2001	-	Empresas
Indústrias de transformação - número de empresas – 2001	12	Empresas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - número de empresas - 2001	-	Empresas
Construção - número de empresas – 2001	9	Empresas
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - número de empresas – 2001	203	Empresas
Alojamento e alimentação - número de empresas – 2001	8	Empresas
Transporte, armazenagem e comunicações - número de empresas - 2001	13	Empresas

⁹ Estes municípios, que com Tefé são cerca de 5 (dentre os 62 que compõe o estado), apresentam, de acordo com o censo 2000 do IBGE, praticamente a mesma proporção verificada em Tefé entre pessoas maiores de 10 anos e pessoas sem rendimento, inclusive Coari, onde se instalou a Petrobrás e se pretende construir um gasoduto.

Intermediação financeira - número de empresas – 2001	-	Empresas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - número de empresas – 2001	8	Empresas
Administração pública, defesa e seguridade social – número de empresas - 2001	2	Empresas
Educação – número de empresas – 2001	7	Empresas
Saúde e serviços sociais – número de empresas – 2001	4	Empresas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - número de empresas - 2001	24	Empresas
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais - número de empresas – 2001	-	Empresas

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2001¹⁰.

Pelo que vimos no quadro, existem 203 empresas voltadas ao comércio, reparação de automotores, objetos pessoais e eletrodomésticos. É o grupo de atividades que congrega o maior número de empreendimentos econômicos. Sem dúvida, foram elas, na sua ligação com o sistema de aviamento tradicional, que movimentaram a economia na cidade, que foi um importante entreposto comercial para aquela região amazônica.

1.1 Feitorias e tendais: a história da relação entre patrões e fregueses no âmbito da pesca no Médio Solimões

Em 1743, em uma região de várzea, um naturalista francês, de nome Charles Marie de La Condamine, encontrou, descendo o Amazonas vindo do Equador “aquela árvore grande descorada, de galhos altos e flores delicadas”, da qual observou que “os nativos extraíam um líquido leitoso, viscoso” que, “após coagulado, produzia uma substância maleável, de elasticidade e impermeabilidade sem-par”. Tratava-se da *Hevea brasiliensis*, a seringueira, cuja extração posteriormente tornou a produção de borracha da Província do Amazonas superior à

¹⁰ Disponível em www.ibge.gov.br/cidades. Arquivo acessado em 12/08/05.

do Pará¹¹. Desde então, as relações de produção para o comércio da borracha tem sido entendidas por muitos historiadores como a forma mais acabada da exploração econômica na região amazônica, dado a sua adequação ao ambiente combinada às riquezas que gerou em um local em que a natureza impunha obstáculos ao desenvolvimento de atividades econômicas.

O termo “Amazônia”, no entanto, não expressa uma realidade única e coerente em si; sua unicidade é antes fruto de representações governamentais e até eruditas que a caracterizam como um território de natureza exuberante e imutável ao longo do tempo, quase sem interferência de pessoas. Este entendimento se constitui um produto do discurso, que a engendra, uma coisa erigida pelo ato da enunciação (BOURDIEU: 1996; 2002).

Não por este motivo se pode deixar de estabelecer uma correlação entre determinadas áreas amazônicas, realizando um entendimento generalizante sobre a região a partir de certas representações científicas. Estas representações realizam uma dicotomia entre as práticas econômicas realizadas na chamada região amazônica (baseadas no extrativismo e na utilização da força de trabalho indígena) e as práticas econômicas realizadas em outras partes do Brasil, mais voltadas a um núcleo agro-exportador e monocultor, com auxílio de trabalho escravo africano.

Esta representação, embora seja notório que a Coroa portuguesa tenha estimulado atividades agrícolas mesmo na região amazônica, por acreditar que constituiria bases mais sólidas para a colonização (cf. WEINSTEIN: 1993, p. 25), ancora-se no fato de que as dificuldades ambientais impuseram um gasto muito elevado para o empreendimento monocultor e agroexportador na Amazônia, fora o

¹¹ Razão da disputa entre as duas províncias pelo monopólio da produção e comercialização, disputa que se configurou na forma de medidas protecionistas dos governos das duas províncias (WEINSTEIN: 1993, p. 22; 219-240).

fato de que o solo das terras altas, menos sujeito às variações sazonais, não ter muita fertilidade, enquanto o solo da várzea (mais rico em nutrientes por conta da sua reposição se dar periodicamente com as cheias anuais) dificultar qualquer tentativa de uma colonização agrícola duradoura, devido as enchentes.

O empreendedor da região teria raciocinado em termos de uma maior facilidade do empreendimento extrativo, por não precisar desbastar a vegetação e, para este empreendimento poder contar com a mão-de-obra indígena, mesmo com todos os problemas que ela teria representado.

Além disso, desde a colonização lusitana, a influência dos recursos naturais (floresta e rio em enormes proporções), impunha aos regionais que se organizassem social e culturalmente de acordo com as características do ecossistema:

Historicamente falando, a formação cultural da Amazônia, pensada nas bases de sua identidade colonial, foi profundamente contingenciada por um ecossistema onde a floresta e o rio impuseram demandas profundas à sociedade que se organizou em torno dos grandes eixos da colonização. O extrativismo das *drogas do sertão*, que notabilizou a ação da Companhia de Jesus e o sistema de aldeamento na região, associado à pesca, extensiva à grande hidrografia regional, constituíram pólos dinâmicos da economia regional, modelando a cultura que se desenvolveu durante os séculos da vida colonial amazônica (COELHO: 2002, p. V-VI).

Uma das marcas das relações sociais historicamente estabelecidas no território da Amazônia ocidental, se levarmos em consideração as proposições dos autores que realizaram pesquisas e procuraram compreender a região, é o sistema de aviamento e o vínculo clientelista que dele deriva.

Weinstein (1993, p. 25) salienta:

Esta ênfase nas expedições coletoras, em oposição à agricultura organizada ou mineração, foi o traço que mais marcadamente distinguiu a vida amazônica de outras importantes áreas de colonização no Brasil

colonial. Essencialmente, a economia extrativa representava um compromisso entre a ânsia dos colonizadores brancos por bens exportáveis e os diversos problemas que o meio ambiente da Amazônia apresentava. Oficialmente, a Coroa estimulava os empreendimentos agrícolas, na suposição de que constituiriam base mais estável para a colonização europeia da região. Contudo, os colonizadores logo perceberam que as condições na Amazônia estavam longe de ser ideais para o desenvolvimento de uma economia agrícola. A várzea, com suas enchentes periódicas e sua estranha vegetação, não se prestava aos modelos europeus de cultura e, para além dela, o solo das terras altas produziam colheitas decepcionantes.

E com relação à mão-de-obra:

Ao contrário dos donos de engenhos de açúcar do Nordeste, os colonizadores da Amazônia absolutamente não tinham acesso a um grande número de escravos africanos. Estavam por demais afastados das rotas principais do tráfico e, como aquela região não ostentava nem recursos agrícolas excepcionais, nem metais preciosos, não havia nenhuma razão maior para que os mercadores de escravos se desviassem de sua rota (WEINSTEIN: 1993, p. 25).

Otávio Velho (1972), ao elaborar a categoria *frentes de expansão*, compreende a situação de subordinação dos grupos sociais da região¹² aos empreendimentos econômicos como comparável aos dos segmentos submetidos aos senhores de terras em outras partes do Brasil. A diferença estaria no fato de que, na Amazônia, por suas características naturais e abundância de terras, a base do poder não está na terra, mas, nos instrumentos e meios de produção:

Numa região em que a terra não constitui bem escasso, não aparece a figura do latifundiário como o poderoso por excelência. O bem escasso nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização. Mesmo na frente pecuarista do Brasil Central, os poderosos eram freqüentemente aqueles que combinavam o papel de fazendeiro com o de comerciante. Isso se torna muito mais verdadeiro quando a atividade econômica predominante de modo praticamente absoluto só tem sentido em função do mercado, e de um mercado que não é o local, com o produto não possuindo, para os produtores, praticamente nenhum valor de uso. É assim que os comerciantes vêm a constituir uma camada de extraordinária importância.

¹² Embora seu estudo incida sobre partes específicas da Amazônia, analisando, neste momento, o que ele entende por *fase da extração da borracha no Médio Tocantins*, as proposições contidas no texto selecionado podem ser generalizadas para outras regiões amazônicas em que, à necessidade do produtor direto do capital e dos meios de comercialização se junta a necessidade do detentor destes meios de conseguir a matéria prima para a comercialização.

Aqui a posse do capital e dos meios e canais de comercialização antecede a questão da posse da terra (VELHO: 1972, p. 41).

Phillipe Léna (2002), analisando as características das relações mantidas pelos grupos sociais amazônicos com os setores dominantes na região, propõe, para o entendimento dos povos que a habitam hoje, um pensamento em termos de *segmentos pós-aviamento* traçando um paralelo com o pensamento em termos de *segmentos pós-plantation* para outras regiões do Brasil. E quando se fala em aviamento, têm-se bem clara na mente a imagem de dois sujeitos sociais no âmbito das relações de produção, um *patrão*, considerado como em situação de menor fragilidade frente ao segundo sujeito, o *freguês*, que estaria em uma fragilidade maior.

É assim que ao esboçar uma história de Tefé, de certa forma, estarei falando da história da organização econômica do Médio Solimões e também me remetendo à história econômica do estado do Amazonas como também baseada no extrativismo. Os grupos sociais que hoje compõem o cenário na cidade e arredores e que estão em contato direto com os recursos naturais herdaram a cultura extrativa bem como o comportamento em relação aos representantes do capital mercantil dominante, podendo muito bem estar enquadrados na categoria de *segmentos pós-aviamento* acima citada.

Tefé figurou como o mais importante entreposto comercial do Médio Solimões, sobretudo durante o sistema de exploração da borracha nativa, do pirarucu (*Arapaima gigas*) e de outros produtos extrativos, que vigorou desde meados do séc. XIX e início do séc. XX.

Segundo Faulhaber (1987, p. 136), “No início do século XX, os comerciantes de Tefé ... **(ainda)** controlavam a comercialização dos produtos extrativos da região”. O território do município era maior, tendo sido desmembrado

constantes vezes desde meados do Séc. XIX até as últimas décadas do Séc. XX, quando surgiu uma série de cidades vizinhas (PESSOA: 2004; FAULHABER: 1987). A sua importância econômica faz parte do contexto histórico do Médio Solimões e da Província, hoje Estado do Amazonas.

Em Tefé, o transporte das mercadorias hoje é realizado principalmente pelos *recreios*, que também transportam pessoas. No passado, eram os barcos dos comerciantes e regatões que iam aos sítios e localidades do estado coletando os produtos extraídos pelos regionais e transportando-os a Tefé, para de lá estes produtos serem escoados aos centros consumidores. Por esta razão, o capital mercantil floresceu em Tefé. Também por isso, mesmo atualmente, nos lugares mais distantes dos centros das cidades, alguns detentores do capital mercantil vêm como necessária a posse de barcos para transporte, tanto de produtos agrícolas e extrativistas das localidades em que a população rural reside para o que poderíamos chamar de entrepostos regionais, quanto de mercadorias destes últimos para aqueles. E estas pessoas possuem poder (baseado na posse de meios de produção) suficiente para estabelecer uma política de preços que lhes é bastante favorável, tanto na compra quanto na venda nas relações com os produtores diretos.

Em Tefé, vigorou no passado a relação de aviamento entre *patrões* e *fregueses*, segundo a qual a população ribeirinha submetia sua produção extrativa a *regatões* que, ou controlavam o capital mercantil na cidade e possuíam barcos para o transporte de mercadorias, ou tinham relações com os detentores deste tipo de capital. Neste último caso, a obrigação dos *regatões* para com os comerciantes era a de realizar o trabalho de transporte das mercadorias. Sobre este assunto:

Segundo o gerente do Banco do Brasil: "O Desdetti Roberto, um grande comerciante de Tefé, detém uma frota de 25 barcos de 70 toneladas, além dos regatões com quem comercia. Também segundo o gerente, o controle

de produção em Tefé ainda se dá “em termos de comércio”, não existindo “latifundiários na região” (FAULHABER: 1987, p. 149).

É uma camada da população tefeense que consolidou hegemonia, tanto econômica quanto política, a partir da exploração do trabalho da população regional na extração da seringa e no *fábrica*¹³ do pirarucu, depois no trabalho agrícola. Constantemente, essa camada vem sofrendo metamorfoses, como a que se processou quando alguns comerciantes passaram a incorporar lucro no estabelecimento do comércio com Manaus de produtos industrializados para revendê-los em Tefé a preços mais caros:

De acordo com o Prof. Hellion, este grupo consolidou-se a partir da década de quarenta, enriquecendo-se através da “exploração do trabalho caboclo”. E acrescenta que existem facções internas aos “trust”: “A família Alves vive se digladiando com os Queiroz e os Roberto. A família Retto é aliada da família Roberto. A família Alves é sozinha e tem grande poder econômico. O antigo prefeito, Afonso Alves, é filho do velho Alves. Existem alianças entre as famílias Retto, Queiróz e Roberto. O atual prefeito é Armando Retto. A família Queiróz é mais política. Os Roberto apóiam os Retto, mas não entram na política. A família Castro Vasconcelos é uma família nova, economicamente falando. Era uma família pobre que se projetou na década de setenta, adotando os mesmos métodos de exploração do regatão. Eles foram estendendo o seu poderio, colocando os barcos no rio e fazendo comércio. A partir de 1964, com a preocupação militar com a ocupação da Amazônia, gradativamente Tefé foi se tornando um centro comercial e surgiram novos métodos de enriquecer. A família Castro Vasconcelos se tornou mais ativa e começou a se introduzir no alto comércio. Conseguiu a representação da gasolina e o monopólio da venda do gás. Isto lhe criou condições. Os outros comerciantes estavam viciados naquele processo de explorar o caboclo. Atualmente (os grande comerciantes de Tefé) não dependem exclusivamente da exploração do regatão. Fazem mais o alto comércio entre Manaus e Tefé. Fazem mais o comércio de atacado” (FAULHABER: op.cit., p. 150-151).

Inicialmente, esta relação se constituía enquanto um sistema de aviamento nos moldes tradicionais estabelecidos para o comércio de borracha que

¹³ No aviamento tradicional realizado com o pirarucu, *fábrica* era a produção realizada pelos produtores diretos, que salgavam o peixe. Esta produção era comercializada nos entrepostos ou diretamente pelos regatões ou por comerciantes que, ou contratavam regatões, ou tinham seus próprios barcos (PESSOA: 2004; FAULHABER: 1987). Conf. também Veríssimo (1970). Atualmente, alguns pescadores se referem à produção de suas pescas a partir da categoria *fábrica*.

vigorou em paisagens amazônicas, tão bem descritos pela literatura especializada no assunto¹⁴.

Um trabalho produzido por um professor de história residente em Tefé, Professor Protásio Lopes Pessoa¹⁵, me foi cedido pelo próprio autor em cópias xerocopiadas do original que estava, na ocasião, no prelo para ser publicado em Manaus no início de 2005. Relata fatos históricos da cidade e demonstra aspectos do sistema de aviamento que instalou em Tefé uma de suas raízes a partir da utilização pelos regionais da goma elástica ou borracha na periferia rural da cidade, bem como, e, ainda mais intensamente após a queda dos preços daquela, a partir do *fábrico do pirarucu*¹⁶.

De acordo com o documento cedido por Protásio Pessoa, o Médio Solimões, assim como outras localidades da Amazônia ocidental brasileira, mantinha, no passado, uma economia centrada no extrativismo com as características dos empreendimentos econômicos realizados na Amazônia que foram apontadas acima.

No que diz respeito à mão-de-obra, por exemplo:

Pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, foi extinto o Diretório dos Índios e criado o Corpo de Trabalhadores por Dona Maria I, rainha de Portugal. Por

¹⁴ A esse respeito, cf.: Tocantins (1982); Wolff (1999); Almeida (1992); Weinstein (1993), dentre outros.

¹⁵ Transcrevo um comentário em nota de rodapé da dissertação defendida por Priscila Faulhaber na Universidade de Brasília – UNB, depois publicada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG: “O trabalho denominado ‘Transporte e Comunicação no Município de Tefé’, **elaborado** pelo Secretário da Câmara de Tefé, Protásio Lopes Pessoa (**cedido pelo mesmo**), mostra as transformações nos transportes e das comunicações da região encaradas pelo ponto de vista de um regional” (FAULHABER: 1987, p. 136). Protásio Pessoa demonstra, na sua simplicidade e gentileza, as virtudes de grandes e verdadeiros intelectuais que pretendem que o conhecimento circule.

¹⁶ De acordo com o mesmo documento cedido por este professor, intitulado *História da Missão de Santa Teresa D’Ávila dos Tupeba: Tepé; Tephé, Tefé, Tefé*, (elaborado com dados do IBGE, do Amazonas e também a partir de consultas ao Arquivo da Prelazia de Tefé feitas por ele por outras pessoas), a cidade teria passado por cerca de cinco desmembramentos, a partir dos quais foram criados outros municípios e ela passou a ter o território menor que possui hoje. De tal forma, muitos moradores, inclusive pescadores que entrevistei e o gerente do escritório do IBGE da cidade, afirmam que a cidade não possui mais zona rural e nem área de pesca além do lago Tefé.

este sistema, os índios do município (**Tefé**) foram divididos no Corpo Militar e Corpo dos Trabalhadores. (...). Os índios do Corpo dos Trabalhadores eram divididos no serviço das fazendas e na extração dos produtos como a borracha, o cacau, a salsa e outros produtos (PESSOA: 2004, p. 34).

O extrativismo se dava a partir de produtos florestais e animais e ocupava boa parte do tempo dos índios:

O processo de extrativismo prejudicava o funcionamento das escolas e o plantio de roça de mandioca, porque os índios, no verão, de junho até dezembro¹⁷ iam para as **praias fabricar manteiga de ovos de tartaruga, ou para as feitorias, para a pesca de pirarucu, peixe-boi e do boto tucuxi**. Já em janeiro até maio, eles eram destacados para os centros da floresta para a coleta de castanha e outros produtos. A Vila ficava quase vazia e pela falta de serem feitas as roças de mandioca, a fome tomava conta e muitos índios morriam nas aldeias por falta de alimento (PESSOA: 2004, p. 34, grifos meus).

De acordo com as informações, ao que parece, a residência destes produtores não era fixa na beira dos lagos e rios, havendo atividades, como o funcionamento das escolas que aconteciam na Vila. A pesca do pirarucu, sob o sistema de *feitorias* também figura no texto como uma atividade comercial (possuindo valor de troca muito mais do que de uso, senão qual seria a razão da fome?) que ocupava boa parte do tempo dos índios, prejudicando inclusive outras atividades. O autor prossegue com suas informações:

O interesse do comércio e dos exploradores era produzir o máximo com pouca despesa em mão-de-obra, sujeitando os índios oito, e até doze meses seguidos, não lhes permitindo fazer seus trabalhos particulares para sustentar suas famílias. Por isso que o baixou uma Lei determinando que certas atividades, como produzir manteiga de tartaruga, colher droga do sertão, colher cacau, **pescar em feitorias**, só podiam ser feitas com autorização especial para certas pessoas, por tempo determinado, para coibir abusos dos diretores e dos padres que não permitiam aos índios realizarem suas atividades de interesse familiar (PESSOA: 2004, p. 34-35, grifos meus).

¹⁷ Meses que coincidem com o período em que as águas dos lagos costumam estar baixas.

Tenho chamado atenção para as atividades relacionadas à pesca no âmbito do modelo de exploração tradicional na região. O autor segue com uma série de informações sobre *descimentos*, exploração de trabalho indígena e os problemas que isso acarretou, bem como o conflito com os nativos:

A triste perseguição aos índios, escravizando-os, continuava. Assim é que um índio importante, Joaquim Tinoco, morador da Vila de Ega foi ao rio Juruá fazer descimento dos índios e de suas famílias. Tendo passado apenas um pouco da boca do rio Juruá, deparou-se com índios Meraná que iam para a praia do Araçatúá para trabalhar para os brancos na escavação de ovos de tartaruga e fabricar manteiga a troco de ferramentas. Joaquim Tinoco os atacou e prendeu-os em troncos de campanha para trazê-los para a Vila como seus escravos. Porém, os índios, se aproveitaram de um descuido dele e da comitiva, servindo-se dos remos, mataram todos, recobrando a liberdade.

(...)

Narra o Ouvidor Antônio José Pestana da Silva que, com autorização do Governador da Capitania, alguns índios iam servir nas fazendas particulares, obrigavam-nos a trabalhar mais de que as forças humanas permitiam. E então, no excesso de fadiga, se deixavam adormecer. Deitavam-lhes, para os despertar, pimentas nos olhos. Os índios não tinham direito de escolher a casa para onde iam trabalhar. Eram mal alimentados e pessimamente pagos.

(...)

Segundo se conta, qualquer um que possuísse um rolo de pano grosso, um cunhete de machado, facas e um frasco de pólvora, estava habilitado a ir ao Japurá, onde ficavam as aldeias de São João, Príncipe, Manacaru e a cidade índia de Mapiri, em qualquer uma delas conseguiria índios com que iam ao centro cercar as casas dos gentios, de noite, e amarrá-los disparando espingardas que, pela maior parte, sucediam mortes. Os índios cúmplices com os brancos ganhavam um salário e o saque das maquiras, arcsos, flechas, hervaduras, penachos e murucus (PESSOA: 2004, p. 35).

Estas informações parecem bem próximas das de outra historiadora, quando fala sobre o modo de exploração de mão-de-obra na Amazônia, a *brasilianista* Barbara Weinstein (1993), que escreveu sobre a borracha na Amazônia:

(...), os colonizadores brancos consideravam não lhes restar outra escolha senão a de contar com a população indígena como sua fonte principal de mão-de-obra. Contudo, essa solução para a situação da força de trabalho criou todo um novo conjunto de problemas para os colonos – para não falar de seus efeitos devastadores sobre a população nativa. Logo ficou claro que muito poucos índios estavam dispostos, mesmo temporariamente, a renunciar a seus vínculos tribais para, de livre vontade, trabalhar para os portugueses ... os colonos tiveram de iniciar uma série de expedições

escravizadoras nas principais áreas de povoamento indígena, a fim de garantir-se com mão-de-obra adequada.

Esse método de “recrutamento” de mão-de-obra, embora eficiente a curto prazo, teve finalmente um impacto catastrófico sobre a população amazônica. Dizimada anteriormente pela varíola e por outras moléstias européias, a maioria das tribos do baixo Amazonas foram virtualmente exterminadas pelos efeitos combinados da guerra e da escravização. Em conseqüência, as expedições escravizadoras tiveram de avançar cada vez mais longe, rio acima, em sua busca de novos trabalhadores, e enfrentaram níveis de resistência cada vez mais altos por parte dos grupos nativos, muitos dos quais, de início, haviam colaborado com os portugueses (WEINSTEIN: 1993, p. 25-26).

No que respeita a Tefé, as expedições, pelo que podemos perceber a partir do texto de Protásio Pessoa (op. cit.), se davam em nível regional, com os colonizadores residindo próximo aos índios e contando com auxílio de outros indígenas, que inclusive tomavam parte nos espólios. Por conta dos *descimentos*, a população original de Tefé em grande parte foi composta de índios em processo de assimilação que foram obrigados a utilizar seus conhecimentos tradicionais para produzir, segundo os interesses dos colonizadores, produtos como o pirarucu. Logo, no início da colonização da região, figurava a pesca, tendo como produtores diretos os índios, como atividade ligada ao modelo de desenvolvimento econômico tradicional. Estes índios, ancestrais da população atual da cidade (dado que foram *descidos*, educados e incorporados na economia colonial – assimilados, em suma), são os originais propagadores do conhecimento patrimonial que os pescadores de Tefé partilham com os outros pescadores da região, sejam eles ribeirinhos ou urbanos.

No início da extração da borracha no Médio Solimões, a sede da Vila de Ega (nome que “disputou” com Tefé a denominação da povoação quando ainda era considerada apenas como Vila) era reconhecidamente o entreposto comercial da região dos produtos oriundos do próprio interior do mesmo:

Em 1854, O Conselheiro Wilkens de Matos, apontava: nas matas do município colhe-se salsa e cacau silvestre, que é abundante e de boa qualidade, o óleo de copaíba, breu, puxuri, baunilha, cravo do mato, essências e tantas outras espécies. Há pouco tempo se descobriu em grande abundância a goma elástica cuja exportação virá a ser, em muito pouco tempo um dos principais elementos da prosperidade do comércio da província.

Em 1854, Tefé era a Vila mais comercial do Amazonas. Estima-se em cem contos de réis as mercadorias importadas do Pará. **Faziam-se anualmente cerca de cinco mil arrobas de pirarucu e três mil potes de manteiga de tartaruga** (PESSOA: 2004, p. 41, grifos meus).

Com o florescimento da borracha, a atividade comercial se consolidou, vieram os imigrantes, que passaram a compor as classes sociais dos comerciantes e dos seringueiros:

A partir de 1872, vieram de diversas regiões do Brasil imigrantes para o trabalho da borracha, principalmente os nordestinos. Vinham nas chatas, ficavam em Tefé e daí eram levados aos seringais no Juruá e Alto Solimões. Entre estes imigrantes vieram sírios, libaneses, judeus e portugueses, que se fixaram na cidade como comerciantes. O comércio local ficou nas mãos destes imigrantes ou de seus descendentes. A população cresceu bastante. Entre estes comerciantes citam-se João Sthephan, Manoel Armando da Silva Retto, Dilio Bentes Guerreiro, Israc Ambrósio, Emilio Nogueira Pessoa e Mansur Cheuan, José Hatem e tantos outros.

Os centros de extração eram o Juruá, Japurá, rio Tefé e Jutai (PESSOA: 2004, p. 44).

Esses centros de extração ficam distantes do centro de Tefé, e hoje já não fazem parte do território da cidade, dado que, como já dito, o território tem sido desmembrado.

Firmas aviadoras de Manaus e casas comerciantes instalaram-se em Tefé, comprando a produção dos seringais e fornecendo-lhes as mercadorias. Dentre as firmas aviadoras que se estabeleceram, havia: J. G. Araújo; I. B. Sabbá; Mansur Cheuan. Entre as casas aviadoras, constavam: Hatem & Cia, do libanês José Hatem, com a casa Jerusalém:

Outra firma aviadora importante foi a T. Azevedo, de Túlio Azevedo, nordestino de Aracati, no Ceará, que aqui se tornou uma firma importante

na extração da seringa. Túlio Azevedo veio muito jovem para Tefé. Foi remeiro, regatão, fiscal de rendas, pequeno comerciante, grande proprietário de seringais, constituiu família na cidade. Foi vereador duas vezes, prefeito municipal e deputado estadual.

Outra firma aviadora importante foi Abel & Irmão. Esta firma foi fundada pelos portugueses Abel Rodrigues Alves, Antonio Alves e José Rodrigues Alves. Vieram muito jovens para Tefé e aqui se estabeleceram no comércio, junto à Praça Santa Teresa. **A firma Abel & Irmão foi importante loja aviadora para a pesca do pirarucu e extração da borracha.** Quando morreu Abel Alves, assumiu a firma José Rodrigues Alves, (...). **É o mais antigo empreendimento comercial do município.** (...). Ao falecer, deixou sólida base comercial, que suas filhas tomaram a frente, e atualmente estão ampliando. Casou-se na cidade e os seus filhos (...). Um foi prefeito, outro advogado e outros são comerciantes (PESSOA: 2004, p. 59).

Pelo que podemos perceber nos excertos, antes mesmo das atividades comerciais com a borracha o pirarucu figurava como um importante produto de comercialização, tanto que mesmo as casas aviadoras que se estabeleceram já no final do Séc. XIX e início do Séc. XX mantiveram a pesca do pirarucu juntamente à extração da borracha. Além deles, havia também a castanha, balata e sorva, cada um destes produtos extraídos em períodos próprios durante o ano. Enquanto a borracha era explorada por intermédio de barracões, para o pirarucu, na modalidade seco, salgado, era comercializado a partir das *feitorias*:

As feitorias eram centros de produção do pirarucu. Estes centros eram constituídos de muitos lagos e paranás, onde havia abundância de pirarucu, fácil de serem capturados ou pescados. A feitoria sempre tinha o barracão do gerente, em volta do qual existiam grandes jirais (tendais), onde o pirarucu, depois de tratado em mantas, era salgado e secado ao sol. Era pescado das mais diversas maneiras, **como arpoado quando boiava para respirar**, com cercas, currais que eram chamados de cacuri ou nos paris e tapagens. A casa aviadora ou patrão fornecia toda a mercadoria ao gerente do barracão da feitoria. Dificilmente os mariscadores levavam suas famílias para os centros de pesca. Estes passavam de oito a nove meses nas feitorias. Toda a produção era entregue cada semana no barracão, onde era pesado em arrobas (quinze) cada pacote. No final do fábrica era feito o acerto de contas. Geralmente, não tiravam saldo, devido à família ter ficado na cidade comprando na conta do pescador. (PESSOA: 2004, p. 60, grifos meus).

Estas relações sociais, baseadas no sistema de aviamento, para a produção, ou *fábrica*, do peixe, na época salgado, me foram descritas da mesma

forma por um pescador em entrevista formal. O relato deste último, cujo pai, irmãos e ele próprio produziu neste sistema de aviamento tradicional complementa o texto de Protásio Pessoa. Para efeitos de melhor entendimento do contexto em que o informante prestou as informações, acredito que transcrever em forma de entrevista possa ser um recurso mais apropriado, embora durante o restante do trabalho tenha adotado sempre a forma de apresentar somente o discurso do informante:

Juvenal S. Santos – É! Lá mesmo! Todo tempo! Nós íamos de remo daqui pra lá. Não tinha motor na época. Só tinha voga e nós não podíamos ter, comprar, né. Aí nós íamos de remo. Nós saíamos de madrugada daqui, quatro horas da madrugada, três horas. Quando eram nove horas do dia, nós estávamos entrando lá na boca. Duas horas da tarde, nós estávamos lá no centro do lago, né, pescando já. Aí, a gente ia de remo toda vez.

Arinaldo – Passava quanto tempo pra pescar?

Juvenal S. Santos – Uma hora, duas. Quando a gente ia secar pirarucu que demorava mais, né. Pra secar é quando a gente mata o peixe, aí, salga, e bota pra... no sol, né. Aí, quer dizer que o cara... tinha um jeito de a gente falar assim: “vamos tirar o fábrica”, né. Aí passava dois, três meses.

Arinaldo – Secando pirarucu?

Juvenal S. Santos – É... não! Sim, é, secando, mas que o peixe pra secar... é... Três dias pega peixes. Aí, todo dia a gente matava, né, e ia secando. Aí, já... aqueles já... a gente ia apanhando muito, até o patrão vir pra entregar o resto. Aí, mas depois que nós passamos a morar aqui, não, era diferente. Aquilo que matava, não secava mais não, vinha embora. Chegávamos aqui, nós vendíamos aqui mesmo, natural, fresco, que diz, né. É salmorado a palavra certa.

Arinaldo – Só pra não...

Juvenal S. Santos – Não estragar. Porque isso aí eu... não sei nem te explicar o que é esse.... Salmorado é esse que eu tô falando. A gente mata ele... é... esse velo do caboco, o cara abre, né, manta, aí... tábua! Aí, no outro dia, tu vai embora, tu vende ele salmorado, é fresco salmorado, né. Agora, o fresco mesmo é esse que tu não passa sal, só faz tratar, aí já vende aqui no saldo. É a palavra mais certa, no saldo, né. Então, aquele que... desse que eu tô te explicando. Quando tu vai... ia botar no sal, né pra secar, a gente passava tempo lá. Fazia rancho. Quando tava acabando, vinha, comprava de novo. Passava tempo.

Arinaldo – Mas, vocês faziam isso aonde? Vocês pegavam esse peixe aonde? Em que local? Vocês tratavam em que local?

Juvenal S. Santos – Lá na... feitoria que chama. Naquelas casas...

Arinaldo – Feitoria?

Juvenal S. Santos – Naquelas casas. Só que chama pelos que faz. Acho que é aquele canto lá, né, que matava o peixe, aí, pegava, puxava em terra. Lá era o local de tratar. Aí fazia um... fazia umas varas. Botava umas varas. Aí, na beira tem, de secar aruanã. Aqui, lá no porto, tem.

Arinaldo – Tem?

Juvenal S. Santos – No porto. De sulamba... Aquilo é tendal. Se dá o nome de tendal. Aí, a feitoria é uma casinha, né. Aí, daí fazia o tendal. Então, o tendal era pra botar a manta do peixe, pra secar.

Arinaldo – E a feitoria era pra quê?

Juvenal S. Santos – Era pra dormir. Era onde a gente atava o mosquito da gente pra chuva não... pegar. É. Não pegar. Cobria com... com cavaco. O cavaco é uma madeira que se chama munguba. A gente partia tudinho, tirava umas tabuinhas finas. Se chama cavaco, né. Aí, pregava, cobria com aquilo. Quando não, essa... com palha de cauçu. Palha de cauçu. Mas era... o normal mesmo era palha de cauçu. Então pra... Palha, mesmo, a palha mesmo pra feitoria era isso: palha de cauçu e cavaco de munguba, se dava o nome.

Arinaldo – Hoje em dia não tem mais isso?

Juvenal S. Santos – Não, não faz não.

Arinaldo – Não existe mais? Não faz mais?

Juvenal S. Santos – Não faz mais. Cauçu tem muito, né, pra fazer. E aí no Ferreira, onde nós fomos, onde tem muitos peixeiros. Mas, não faz mais isso. Muito difícil.

Arinaldo – Não precisa mais?

Juvenal S. Santos – Não precisa, que não existe mais esses pescadores desse tipo: tirar fábrica, como é... secar peixe. Só vinha de lá quando não dava mais nada, que já alagou tudo. Aí, que tu vem pra acertar as contas com o patrão. Trazia o produto. Não existe mais não (Ent.: 26/11/04).

Na orla do Abial, em frente à sede da colônia de pescadores de Tefé (Colpesca Z-4) e ao lado direito da fábrica de gelo Frigopesca, existe ainda nos dias atuais um *tendal*, que é usado pelos pescadores do bairro para secar aruanãs. Permanece na memória do pescador, e até em suas atitudes a lembrança de um tempo em que se trabalhava com *feitoria* e se vendia o *fábrico* a um patrão comerciante e no qual o crédito era fornecido somente por este agente.

Faulhaber (1987) transcreve um trecho de uma entrevista que realizou com dois professores da cidade de Tefé, que comentam como passou a se dar a cadeia de aviamento no contexto da introdução do movimento financeiro e relacionado à produção agrícola:

“O Gonçalves e o Deusdetti (grandes comerciantes em Alvarães e Tefé) têm um financiamento estúpido no Bradesco. Ele pega o crédito e repassa. Aí ele põe o dinheiro na mão de todo mundo. Ele tem no mínimo uns cinquenta barcos. Eles dão o dinheiro na mão do pequeno comerciante; aí o pequeno comerciante põe na mão do agricultor e aí a pessoa vai se preocupar em produzir mais. O barco do Batista e do Bernadino foi comprado pelo banco mas por intermédio dele. O Deusdetti compra e repassa, aí o Batista paga parcelado. O Deusdetti tem muito aviado (gerente aviado é o termo que designa o intermediário entre o freguês e o “patrão”, na cadeia do aviamento). Tem no mínimo cinquenta” (FAULHABER: 1987, p. 148-149).

Estes agentes, na sua condição social, que é a de *patrões*, permanecem ainda vivos na memória e nas atitudes, inclusive do pescador de Tefé, que é parte dos grupos sociais em relação com o capital mercantil e que continua em posição de maior fragilidade frente a este capital:

Vendia, por exemplo, vendia, na época do peixe miúdo... esse peixe miúdo que a gente vende hoje não tinha valor, só pirarucu, peixe-boi e tambaqui, né. Tambaqui, muito pouco. Era mais o pirarucu mesmo. E depois que apareceu pra gente comprar fera, como é... vendia fera, mas seca, assim, tirava o couro, né, da... do caparari, do... do dourado, pra vender, assim, seco. Mas, o produto era só, pirarucu mesmo era o falado, pirarucu e jacaré na época, pirarucu e jacaré e peixe-boi, que meu pai matava muito. Eu não peguei matar mais peixe-boi¹⁸, nunca matei um. Então, ele vendia em Alvarães, né, pra posto de Gonçalves, é... Seu Mané Gonçalves; depois passou pra o patrão ser o Raimundinho Gonçalves, que é o pai do Prefeito hoje de Tefé¹⁹. Aí foi o tempo que... É! Era o Raimundinho Gonçalves. Trabalhou muito com ele vendendo esses produtos, né (Pescador de Tefé²⁰: 28/11/04).

O capital mercantil, além de dominar em termos econômicos, dominava, e tudo indica que ainda domina, também em termos políticos a região. A pesca, juntamente com a coleta da borracha, castanha, balata e sorva, está relacionada ao sistema de aviamento tradicional que constituía a base da economia regional em fins do séc. XIX e início do séc. XX²¹. Assim como o capital mercantil se metamorfoseou, a exploração da pesca também sofreu mudanças significativas, mudando a relação de aviamento, modificando-a por conta da dinâmica do tempo, mas, mantendo algumas de suas características principais, como veremos no capítulo III.

Um trabalho produzido no século XIX sobre a pesca na Amazônia dá claras indicações de como se processava este sistema de aviamento com relação ao extrativismo do pirarucu. O trabalho é importante porque, além de ser um documento

¹⁸ Ou seja, não presenciou o tempo em que se matava peixe-boi.

¹⁹ Sidônio Gonçalves, Prefeito eleito em 2004, mas ainda não empossado na ocasião da entrevista.

²⁰ O nome do informante foi omitido para sua defesa.

²¹ Faulhaber (1987) refere-se à castanha, balata e sorva; Pessoa (2004) refere-se ao pirarucu, castanha e borracha.

científico produzido àquele tempo, é também um documento que tem valor histórico, pois possui registro de como se dava esta exploração naquele século. No citado trabalho, José Veríssimo (1970, p. 14) nos retrata o quadro da pesca na região amazônica como um todo. O autor elenca os pontos mais importantes para a atividade. Dentre eles estava o lago Tefé e uma série de outros pontos pesqueiros:

Paragens há, (...), que por atraírem maior número de pescadores e por produzirem maior porção de pescado, ou por se acharem mais perto de lugares maior consumo e comércio, são mais conhecidas e citadas, e portanto **podem ser consideradas centros de produção**. Tais são para o pirarucu os lagos centrais de Marajá, (...), os rios e lagos da Guiana brasileira ao norte do Araguari, os rios e lagos do Maicuru e todas as águas do sistema hidrográfico dêste rio na comarca de Monte Alegre, a região de lagos entre a margem esquerda do Tapajós, município de Alenquer e Rio Curuá, o Lago Grande de Vila Franca e águas adjacentes, o rio e série de lagos do Paru, à margem esquerda do Trombetas, na comarca de Óbidos, os lagos e aguaçais entre o Trombetas, o Jamundá, o Lago Arari, na ilha dos Tupinambaranas, os lagos do Rei, **de Tefé**, de Codajás no Solimões, os lagos a aguaçais do Rio Negro, do Rio Branco e do Uaupés. (grifos meus, nas citações deste autor, manteremos a grafia original)

No mesmo documento, Veríssimo estabelece a diferenciação entre *grande pesca* ou *pesca de indústria* e *pequena pesca* ou *pesca de pequena indústria auxiliar de suprimento local*:

Atendendo aos movimentos de população que determinaram, à quantidade de pescado que produzem e ao valor comercial dos seus produtos, poderiam as pescarias amazônicas ser divididas em grande e pequena pesca. **A primeira seria aquela que constituindo, ao menos periodicamente, uma indústria, faz dos seus produtos um objeto de comércio ou de escambo, concorrendo assim para o aumento da riqueza pública regional**; a segunda, a que feita concomitante e simultaneamente com aquela, como seu complemento ou adjutório, ou ainda independentemente dela, é apenas um recurso de alimentação individual ou uma pequena indústria auxiliar de suprimento local (VERÍSSIMO: 1970, p. 13-14, grifos meus).

As características destas duas pescas são por ele descritas da seguinte forma:

À primeira pertencem as pescarias do pirarucu, da tartaruga, com a indústria anexa da preparação do azeite que lhe fazem das gorduras e dos ovos, do peixe-boi, também com igual indústria anexa, da gurijuba e da tainha, colocadas sem atenção à quantidade ou ao valor da produção. Na segunda classe entraria não só a pesca de todo gênero de peixe, anfíbios ou crustáceos, com um fim alimentício, mas ainda a de certas espécies que aparecem nos mercados ou frescas ou conservadas pela salmoura, pelo salgamento ou pela moqueação, como o mapará, o tambaqui, etc. E o produto desta **pequena pesca** não é tão somenos qual se poderia julgar, pois sendo **ela que principalmente avulta no título “peixe sêco e salgado” das pautas fiscais, só o entrado em Belém do Pará em o novênio de 1885-93 elevou-se ao notável algarismo de 2.499.720 Kg ou uma média anual de cêrca de 278 mil miligramas** (VERÍSSMO: op. cit., p. 14, grifos meus,).

Ao estabelecer tal diferença, este autor, já no século XIX, demonstra uma distinção entre a pesca que se destina aos mercados municipais e a pesca que se destina às grandes indústrias distantes do mercado local. Para ele, grande pesca é aquela em que existe uma grande indústria extrativa por trás e não a pesca que o pescador artesanal realiza para vender e adquirir meios de comprar o necessário à sua vida. Neste sentido, o pescador artesanal, ao passar a pesca pirarucu para vender no mercado municipal, está se apropriando de um produto que, durante muito tempo foi destinado para troca com os grandes comerciantes, para alimentar uma grande indústria extrativa e não para alimentar a população regional.

A pesca do pirarucu estava ligada a uma grande indústria que floresceu no Amazonas, a indústria do extrativismo deste peixe, na qual determinados agentes, e não os produtores diretos obtinham lucro.

Entre as características da *grande pesca*, estava a presença do capital mercantil e do *regatão*, que monopolizavam o comércio com o peixe seco salgado:

Para aquelas águas em vazante afluem não só os pescadores vizinhos, o mesmo é dizer os moradores mais próximos, como gente de mais longe, **negociantes e especuladores, e essa espécie de mercador ambulante o mascate amazônico, o “regatão”**. Vêm uns fazer pescar por sua conta, outros comprar aos pescadores de profissão o pescado, trocando-o pelas mercadorias em gasto ali, da sua pequena loja, fixa ou errante, conforme a têm na barraca para esse efeito levantada ou na tolda da sua “canoa de regatão”.

Nos lugares mais altos dessas terras em geral baixas e úmidas, quando não alagadiças, erguem a sua “feitoria” ou “barraca”, denominação que começa a prevalecer àquela. Meia dúzia de paus toscos servindo de esteios, vigas e caibros formam a armação desse edifício primitivo que coberto por todos os lados de palha de buçu (*Manica saccifera*), de curuá (*Attalea*), de miriti (*Mauritia flexuosa*), de ubim (*Geonoma*), de uricuri (*Attalea excelsa*), de inajá (*Maximiliana regia*) ou de uauaçú (*Attalea speciosa*) lhes servirá, nos meses que aí passam, de habitação e armazém. Raro é tenha divisões mesmo em havendo família, e mais de duas aberturas ou portas, fechadas mediante esteiras também de palha, melhor diríamos de franças de palmeiras expressamente entretecidas, chamadas “japás”. Não raro também a mesma barraca lhes serve de loja, de despensa, de depósito para o peixe pescado, de refeitório, de cozinha, de dormitório; é o *domus* completo, qual devera ser o primitivo (VERÍSSIMO: 1970, p. 16, grifos meus).

Desconsiderando as categorias e idéias que remetem ao evolucionismo, a conhecida corrente antropológica que vigorou em finais do século XIX a partir de obras de pensadores eruditos como Sir James Frazer e Morgan, a descrição rica em detalhes de Veríssimo nos ajuda a entender que, embora na região amazônica o propalado ciclo da borracha assumisse preponderância e fosse visto como a forma mais acabada de exploração econômica da região²², havia, concomitante ao mesmo e pautado em parecidos moldes de relacionamento entre grupos sociais, a *indústria da pesca*, que influenciou sobremaneira a cultura dos grupos sociais que se submeteram a ela²³. Somente esta informação serve para colocar os pescadores de

²² Antes da expansão das exportações de borracha, houve, sobretudo na então Província do Pará, debates sobre a justeza de se atribuir à borracha a preponderância sobre as outras explorações econômicas. Conferir Weinstein (1993, p. 53 ss): “Ao contrario do que habitualmente se supõe, muitos grupos da elite paraense demonstravam surpreendente relutância, ou até mesmo aversão, em relação ao desenvolvimento da mais importante exportação da província. (...). A borracha, (...), que em seu auge iria eclipsar todas as demais exportações brasileiras, com exceção do café, foi de início mal recebida em seu hábitat”. Veríssimo (op. cit.), não se importando com o suposto desenvolvimento econômico que a exploração poderia trazer, manifesta sua insatisfação com o rápido frenesi que o extrativismo deste produto provocou em agentes sociais da Amazônia envolvidos com o seu comércio. Segundo o autor, o governo deveria tomar cuidado e atribuir à pesca mais atenção para que os métodos que estavam sendo empregados não viessem a destruir a riqueza dos recursos ictiológicos da região, o que o autor pressentia estar acontecendo (cf. VERÍSSIMO: op. cit., p. 125-127). Ao que parece, este autor teria sido um dos precursores dos estudos socioambientalistas, ao se preocupar em seu trabalho com o futuro dos recursos naturais amazônicos.

²³ Assim como as *feitorias* eram feitas sem divisões entre cômodos, percebi em visitas que fiz a comunidades ribeirinhas residentes na RDS Mamirauá, residências no estilo de palafitas (por causa das cheias, evidentemente) que possuíam apenas a parede da frente com cercas do lado e os cômodos não eram divididos. Esta pode ser uma herança do sistema de aviamento tradicional. O regional pode ter construído a sua casa nos moldes das feitorias construídas para o período da *salga do pirarucu*.

Tefé, como todos os pescadores artesanais da Amazônia, ao lado dos seringueiros na lista dos grupos sociais detentores do direito ao reconhecimento como *populações tradicionais*²⁴.

Enquanto a borracha possuía apenas um *valor de troca* para os produtores diretos, o pirarucu e outros recursos ictiológicos possuíam um *valor de uso* não só para toda a região amazônica, alimentando inclusive os *seringueiros*, mas também para países vizinhos como a Colômbia desde o século XVIII²⁵:

Deixa o silêncio dos contemporâneos supor que só mais tarde, talvez pelos meados do século XVIII, entrou o pirarucu a concorrer com a tartaruga e peixe-boi e demais peixes na alimentação amazônica. Desde que nela entrou, porém, é de crer que o seu consumo e portanto a sua pesca se tivessem desenvolvido em proporções consideráveis. A mais antiga estatística que da sua produção possuímos, e essa relativamente recente, é de 1830. Nesse ano, da então Comarca de S. José do Rio Negro exportaram para o Pará 13.460 arrôbas, quantidade para o tempo considerável. (...). Em 1786, sabemos pelo Dr. A. Rodrigues Ferreira, já ele era alimento com que se contava, mas entre os peixes “para a gente de trabalho”. Então “para as mesas delicadas” se pescavam a pescada, o mandubé, o mapará e o uçará, e para aquela, além do piraucuru, como se dizia ainda, os surubins, os tucunarés – hoje reputado dos melhores senão o melhor peixe da Amazônia – as raias, as pirararas – que agora quase ninguém come, as piraruíbas – ou piraibas como dizemos hoje, os peixes-bois e outros peixes. Havia dele tanto por êsse tempo em ambas as capitanias que dele pela maior parte se faziam as provisões de peixe-sêco e de moura para fornecimento das canoas de viagem o primeiro e, à falta de outro peixe, para as mesas particulares o segundo (VERÍSSIMO: 1970, p. 107).

Devido à escassez de gado na região, mormente no século XVIII, por conta das dificuldades²⁶ a este tipo de empreendimento, o peixe figurava como uma saída para o fornecimento de proteína animal à população:

²⁴ A respeito de populações tradicionais e em que isso se relaciona com os seringueiros, a segunda parte deste capítulo tece considerações. A junção destas duas partes neste capítulo inicial serve para defender a tese de que a identificação dos pescadores com agentes depredadores da Amazônia é um mal-entendido e uma ironia de péssimo gosto.

²⁵ *Fregueses* do Frigopesca me informaram que o seu proprietário teria começado a carreira com um barco, assumindo as atividades do pai, que comercializava pirarucu seco salgado com a Colômbia via Tabatinga. Segundo os pescadores, é ele quem conta estas histórias aos seus *fregueses* em momentos de descontração, como quando terminava de assistir vídeos em um gabinete, um de seus entretenimentos favoritos.

²⁶ Sobre a questão da criação de gado na região, consultar Weinstein (1993, p. 53-88)

Ao governo colonial não devia escapar a importância econômica das pescarias como recurso alimentício da nova capitania, recurso tanto mais de atenção credor que nenhum outro o substituíra, pois tardio e sempre escasso foi sempre o provimento de gados ali. Na economia doméstica e pública do estado, (...), teve um dos produtos da pesca, a tainha, um papel considerável desde os primeiros tempos da conquista, pelo século XVIII todo e começo do atual. A tainha, (...), e outros coevos, era abundantíssima nas águas da região oriental do Pará, Tocantins, no Rio Pará e nas bôcas e estuários dos que nêles despejam e baías adjacentes. No primeiro século foram sem dúvida elas o principal alimento da população de Belém, que ao cabo dêle não seria sensivelmente inferior a setecentas almas (VERÍSSIMO: op. cit., p. 108).

Durante todo o século XVIII se fazia produtos com a banha do peixe-boi, pescavam-se tartarugas, salgavam-se estas espécies. O pirarucu assumiu relevância já no século XIX, passando a figurar nas estatísticas a partir daí, embora Veríssimo argumente que esta espécie já figurava nas pescarias muito antes.

Havia períodos do ano para a realização da, em termos do autor citado, *grande pesca*. Era a sazonalidade quem determinava a ocupação econômica do regional, bem como não deixa de determinar hoje em dia (é um efeito natural ao qual o homem que vive na várzea não pode escapar). No mesmo trecho que trata do período da *grande pesca*, a sazonalidade é bem descrita por Veríssimo (1970, p. 15-16):

As pescas sistemáticas nas águas pròpriamente amazônicas, do grande rio e dos seus inumeráveis tributários, efetuam-se nos meses do verão, ou melhor da vazante. Nesta região por excelência hidrográfica, a Amazônia, é ainda o regímen das águas que determina e discrimina as estações, se é lícito apelidar assim os dois períodos em que ali se divide o ano. Chamam-se elas vazante e enchente, e o seu início e fim varia naturalmente consoante o afastamento em longitude das fontes do Amazonas e dos grandes afluentes dos seus cursos médio e superior. Começando geralmente em novembro, a enchente dura até julho e mesmo até agosto, quando entra a vazante. Em regra geral, junho e julho são os meses da máxima enchente, setembro e outubro os da máxima vazante. Repiquêtes, como ali chama a falsas vazantes ou enchentes, determinadas por causas ocasionais, concorrem, com outras variações meteorológicas, para a maior ou menor variabilidade dessas duas estações nas diferentes longitudes do imenso vale.

Pelas informações trazidas por Veríssimo, se pode concluir que a pesca é uma atividade secular, talvez até mais antiga que a colonização da região amazônica e que os regionais sempre com ela estiveram envolvidos, aprendendo com ela as relações sociais no âmbito da produção econômica para o desenvolvimento da região. A *pesca de indústria*, como o autor a denomina, foi, inclusive, um dos elementos do *modelo de desenvolvimento tradicional* (LÉNA: 2002), baseado, sobretudo, no sistema de aviamento, de dominação e sujeição ao capital que exportava recursos naturais extraídos da natureza com perspectivas de lucro. O peixe era salgado e comercializado assim, seco, de tal sorte que Veríssimo (op. cit., p. 17) utiliza, para estas ocasiões de *fábrica*, a categoria *tempo da salga*, sendo justamente o período da vazante, do verão, no qual os pescadores se empregam na grande indústria do pirarucu, *tirando o fabrico* para seus patrões: “Pitoresco e animado é o aspecto destas regiões das pescarias ‘no tempo da salga’. É o verão, justamente a quadra mais agradável do clima amazônico”.

O comércio com o pirarucu salgado não se dá mais. Mudanças ocorreram na economia do Médio Solimões e no capital mercantil devido a uma série de fatores. Faulhaber (1987) nos dá algumas indicações a respeito:

A partir do declínio da produção e comercialização da borracha, a agricultura, até então incipiente, passou a despertar interesse à comercialização. Os grupos que controlavam a economia e a política em Tefé, no início da década de quarenta, eram os madeireiros, os seringalistas e os comerciantes. Os comerciantes nucleados em Tefé negociavam os produtos extrativistas e agrícolas da região com as grandes casas aviadoras de Manaus, que forneciam produtos manufaturados, como tecidos, pólvora e medicamentos. As grandes casas aviadoras eram financiadas em Manaus a dinheiro pelo Banco de Londres e forneciam as mercadorias a crédito para as casas comerciais de Tefé, que pagavam em produtos agrícolas e extrativos, sendo o frete (preço do transporte) pago pelas casas aviadoras de Manaus (FAULHABER: 1987, p. 137).

E depois, com a criação pelo Regime Militar da Zona Franca de Manaus, os comerciantes passaram a trabalhar com a compra de produtos industrializados em Manaus e a revenda a preços mais altos em Tefé. A criação desta Zona Franca estaria orientada pela teoria da criação de pólos que, segundo Faulhaber (op. cit.), estaria voltada para a promoção do desenvolvimento econômico na região, mas, ainda segundo a autora, a adoção do projeto acabou criando zonas de crescimento como ilhas de desenvolvimento em oposição ao que estava à volta. Para solucionar este tipo de problema, seria necessário criar outros pólos para desenvolvimento regional de zonas ao redor de Manaus. Assim, Tefé acabou como a sede do Pólo Juruá-Solimões, no âmbito da política de criação do Polamazônia:

Com o objetivo de promover o “desenvolvimento” da Amazônia, foi criada a Zona Franca de Manaus, que seria tomada como “pólo de crescimento” regional. O processo histórico local demonstrou contudo, que a implantação da “teoria dos pólos” provocou certos distúrbios na economia regional. Segundo estudo do CNPq, a criação da Zona Franca de Manaus resultou na formação de um “cancro” que cresceu em detrimento do que estava à volta. Não cabe aqui analisar o crescimento industrial da Zona Franca de Manaus, mas, segundo o estudo do CNPq, seus efeitos “sobre a economia circundante foram paralisadores e não propulsivos” (...). Com o objetivo de neutralizar estes efeitos, foi formulado o Polamazônia, cujos objetivos em 24 de setembro de 1974 eram “promover a ocupação e o desenvolvimento integrados de inicialmente 15 áreas da Amazônia Legal, selecionadas em função de suas potencialidades agropecuárias, agrominerais e agroindustriais” (...). O pólo Juruá-Solimões objetiva a fixação do contingente populacional aí radicado bem como a concentração de investimentos na formação e complementação do capital social indispensável como apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas, notadamente do setor agrícola” (...). No caso de Tefé, eixo central do pólo Juruá-Solimões, a “administração vem procurando atingir os objetivos do POLAMAZONIA” (...) (FAULHABER: 1987, p. 154-155).

Em 1º de agosto de 1975, o então Presidente da República Ernesto Geisel faz um pronunciamento em rede nacional a partir do qual “esclarece” a nação sobre a ação governamental realizada nos quatro cantos do país “com vistas ao desenvolvimento e à segurança”:

Quanto ao crescimento da economia, temos conseguido não só evitar a recessão e o desemprego anormal que hoje ocorrem em países industrializados, mas assegurar um razoável crescimento do produto interno bruto, embora segundo taxa inferior às registradas nos últimos anos. Foram feitos extraordinários esforços para desenvolver o crescimento industrial e a produção mineral e, particularmente, racionalizar e expandir a agropecuária²⁷. Apoiou-se significativamente a estes setores, principalmente com o fortalecimento da empresa privada e atenção especial para a de pequeno ou médio porte. (...). Prosseguiram os trabalhos de infra-estrutura nos setores das comunicações e dos transportes²⁸, inclusive com programas especiais – entre eles o ferroviário e o de construção naval que estão em plena execução. O programa energético – (...) – foi intensificado, não apenas quanto ao aproveitamento do carvão e da energia hidráulica – em que, ao lado de muitas outras obras em andamento, se destaca o início dos trabalhos de Itaipu e de Tucuruí – mas principalmente na área do petróleo, em cuja exploração a Petrobrás está obtendo resultados promissores, com frutos a serem colhidos nos próximos anos e que nos dão maior tranquilidade quanto ao suprimento futuro de tão essencial matéria-prima. (...).

Por outro lado, estão sendo concretizados e em início de implantação os importantes projetos regionais – POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO (GEISEL: 1975, p. 139-141).

A Zona Franca de Manaus, ao invés de ajudar os grupos sociais de Tefé, no caso, a alcançarem o suposto desenvolvimento econômico, beneficiou o capital mercantil, dominante na região, o qual obteve os meios de abandonar a antiga atividade extrativa e se metamorfosear. A metamorfose se deu quando setores do capital mercantil passaram a executar a atividade de compra de produtos industrializados em Manaus, revendendo mais caro na sede da cidade de Tefé.

Os projetos citados em um gráfico contido no trabalho de Faulhaber (no qual consta os valores destinados à execução dos mesmos, em repasses anuais entre 1979 a 1981) seriam: Inventário Florestal; implantação de auto-serviços fluviais; apoio a comercialização agrícola e abastecimento alimentar; via de acesso ao aeroporto; abastecimento de água; recuperação da Escola Eduardo Ribeiro;

²⁷ Razão porque no Maranhão e no Acre, por exemplo, se venderam terras a preços irrisórios a empresas que, nos projetos, diziam adequar-se a este binômio de segurança e desenvolvimento às expensas da expulsão de centenas de posseiros de suas terras (cf ASSELIN: 1982; SANT'ANA JÚNIOR: 2004). Para o caso das Quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão, conferir: ALMEIDA (1995).

²⁸ Rodovias federais cortando a Amazônia, causando devastação na fauna e flora e atraindo especuladores imobiliários, pecuaristas e grileiros para terras de índios, seringueiros e posseiros nas regiões afetadas (Cf., dentre outros trabalhos, SANT'ANA JUNIOR: 2004; ASSELIN: 1982).

sistema viário; cais de saneamento; construção e manutenção de base física do Projeto Rondon; implantação e consolidação da Floresta Nacional²⁹; estudo de viabilidade para implantação do Pólo Dendezeiro (FAULHABER: 1987, p. 156).

Eram políticas de *desenvolvimento* regional, adotadas de acordo com o conhecido discurso dos governos militares a respeito do *binômio segurança e desenvolvimento*, que nas paisagens sociais e ambientais amazônicas destinavam-se a substituir a antiga economia baseada no extrativismo por outras explorações econômicas, casando a perspectiva do desenvolvimento com a manutenção e/ou incremento da povoação na dita *Amazônia Legal*:

De acordo com os relatórios do MINTER³⁰, no decorrer dos anos de 1975 até 1981, foi criada infra-estrutura urbana em Tefé, Coari e Eirunepé, considerados os núcleos urbanos de apoio para o desenvolvimento da área. Além disso, a SUDAM³¹, através do mecanismo de Incentivos Fiscais, vem investindo em projetos industriais, agropecuários, de serviços básicos, agroindustriais e setoriais, financiando assim através de subsídios a atuação de grandes empresas (...). (FAULHABER: 1987, p. 155)

Aos poucos, o sistema de aviamento tradicional foi cedendo lugar a novas formas de exploração econômica. Mas, isto não quer dizer que relações sociais mantidas com o intercurso do aviamento tenham deixado de existir. Elas assumiram

²⁹ Esta era uma forma de intervenção governamental que, já naquela época, continha como objetivo certa idéia de desenvolvimento às comunidades residentes à beira do lago Tefé, que se reproduziam materialmente por intermédio da atividade agrícola (muito patente no Mercado Municipal, no qual estes produtores vendem frutas e verduras a preços baixos. Em 2004, cerca de 25 anos depois, tomei conhecimento que a Gerência Executiva do Ibama em Tefé, por intermédio de um Seminário realizado no dia 16 de novembro de 2004, no auditório da Escola Estadual Frei André da Costa, naquela cidade, celebrava a concretização da agora *unidade de conservação de uso sustentável Floresta Nacional de Tefé – FLONA de Tefé* através do Plano de Manejo da mesma (antes era um projeto de desenvolvimento do Polamazônia, não existia esta modalidade nos anos 1980), contando com algumas autoridades, como o Coordenador Geral de FLONAs, Rafael Pinzon Rueda, e uma série de instituições parceiras, dentre elas, a colônia de pescadores Z-4 de Tefé. Assisti ao dito Seminário e, no folder distribuído na ocasião do mesmo, explica-se que esta *FLONA* foi criada pelo Decreto No 97.629, de 10 de abril de 1989; que na mesma residem cerca de 374 famílias, com população total de 1950 pessoas, agrupadas em 32 *comunidades* e localidades, distribuídas ao longo das margens de três rios: Tefé, Bauana e Curumitá de Baixo, reproduzindo-se material e culturalmente de agricultura e extrativismo.

³⁰ Sigla relacionada ao Ministério do Interior.

³¹ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

novas formas, como veremos adiante na seção sobre a relação de aviamento dentro da organização social específica dos pescadores de Tefé no Médio Solimões.

Analisando as concessões de crédito aos produtores rurais pelo Banco do Brasil, Priscila Faulhaber (1987) já havia concluído que esta relação de aviamento não deixara de existir, metamorfoseando-se com a introdução do dinheiro, mas reproduzindo a relação de dominação do capital mercantil sobre os pequenos produtores:

O movimento financeiro introduzido com a instalação do Banco do Brasil em Tefé, em 1970, e do banco Brasileiro de Descontos, em 1980, alterou as relações sociais na região. Mas esta alteração desenrolou-se sob o cunho de relações tradicionais na sociedade mercantilista (...). (...), a atuação dominadora dos bancos sobre o mercado e a ameaça do poder de coerção do comando autoritário, mesmo sob o livre jogo de interesses, sendo utilizados como instrumentos de legitimação o aparato coativo e meios diretamente físicos: (...)

O capital mercantil e usurário, porém, ao sobreviver, “perde seu caráter dominante”, embora continue a manifestar-se, permeando as relações sociais hoje reguladas pela compra e venda de mercadorias entre homens formalmente livres e supostamente iguais perante a lei (...). Desse modo, a cadeia do aviamento, transformada, “persiste”, assim como as relações de sujeição/dominação que a caracterizavam (FAULHABER: 1987, p. 148).

O capital mercantil permanecia em situação privilegiada no momento da pesquisa de Faulhaber, em razão do crédito financeiro ser concedido preferencialmente aos grandes comerciantes porque tinham condições de colocar seus bens sob penhora no momento em que adquiriam o empréstimo:

Afirma o secretário da Câmara: “Os comerciantes que têm cadastro de bens de firma, da propriedade comercial e da propriedade da terra, têm mais condição de acesso ao crédito bancário, porque podem empenhar tudo isto no Banco. Existe uma linha operacional de crédito que dá dinheiro para o comerciante usar em noventa dias. Eles chamam aqui de desconto, na linguagem popular. O comerciante usa muito este dinheiro. Mas ele favorece ao banco, porque dá juros ao banco”.

Os recursos assim obtidos são investidos, (...), na compra de mercadorias industrializadas, no comércio, na agricultura e em empréstimos. Os empréstimos são destinados, seja diretamente a agricultores, seja a comerciantes médios e pequenos, que repassam aos agricultores. Muitas vezes também um comerciante grande, médio ou pequeno apresenta-se ao Banco como agricultor e empresta o dinheiro assim obtido ao pequeno

agricultor mediante relações de clientela. É a figura do repassador, (...) (FAULHABER: 1987, p. 145).

Quando os pequenos agricultores tentavam trabalhar com esta linha de crédito tinham dificuldades por conta do atraso na liberação do dinheiro³². Isto era ruim porque, na região, as plantações devem ser realizadas no tempo certo devido à enchente dos rios e lagos. A plantação em meses próximos de enchente pode causar enormes prejuízos como, de fato, aconteceu em 1982, e foi relatado por Faulhaber em seu trabalho. Para evitar maiores transtornos, os pequenos produtores adotavam a seguinte estratégia:

(...), como em geral o financiamento do Banco do Brasil é liberado com atraso, “os agricultores que querem trabalhar com o Banco” e saldar a dívida dentro do tempo determinado são levados a obter recursos das mãos dos comerciantes, sendo estes recursos também provenientes do crédito bancário. Quando a primeira parcela do financiamento é liberada pelo Banco do Brasil, eles pagam aos comerciantes. Com o resultado da produção, saldaram a dívida com o Banco (FAULHABER: 1987, p. 145).

A dominação exercia-se também porque quando os comerciantes não se interessavam pela atividade dos agricultores, estes últimos ficavam sem condições de obter financiamentos ou o obtinham em condições precárias:

Se tradicionalmente a “exploração do trabalho caboclo” foi um meio importante para a ascensão dos comerciantes, nos dias de hoje em Tefé os grandes comerciantes voltam-se para outras atividades. De acordo com Protásio Pessoa, os grandes comerciantes de Tefé distanciam-se deste modo dos interesses dos pequenos produtores, voltando a atenção das grandes casas comerciais de Tefé para o “alto comércio Manaus-Tefé”, adquirindo em Manaus mercadorias industrializadas que são vendidas por preços mais altos na região de Tefé. Estas mercadorias são adquiridas com os recursos obtidos pelos comerciantes mediante financiamento no Banco do Brasil e Bradesco. A garantia da produção agrícola não lhes interessa, deste modo, em termos imediatos, se bem que continuam beneficiando-se política e economicamente das relações tradicionais de clientela, que como vimos, embora modificadas, persistem (FAULHABER: 1987, p. 152) .

³² A autora descreveu em seu trabalho os problemas oriundos de uma concessão de crédito obtida pelos pequenos produtores que foi liberada em atraso e a cheia de 1982 impediu a concretização da produção. Não reproduzirei o longo relato aqui por achar desnecessário no contexto particular deste capítulo. Para aqueles interessados no mesmo, consulte-se Faulhaber (1987, p. 109-134).

Tais relações somente seriam seriamente abaladas com a consolidação do MEB, realizado pela Prelazia de Tefé³³, e com a criação do IDSM e Reserva Mamirauá, que segundo depoimento do seu maior idealizador³⁴, o biólogo Márcio Ayres, permitiu que os *ribeirinhos*, residentes nos limites territoriais das duas reservas das quais o Instituto está encarregado, prejudicados com a política econômica dominada pelo capital mercantil, incorporassem em sua reprodução material o excedente que lhes era expropriado a partir das relações clientelistas descritas acima.

Esta relação, não obstante, se metamorfoseia novamente na região e faz com que grupos sociais não contemplados com políticas de *desenvolvimento sustentável* voltem a submeter-se ao capital mercantil. Pelo menos no que diz respeito especificamente à comercialização do pescado, há elementos que indicam uma reedição do velho modelo de *desenvolvimento* clientelista, que, por sua vez, força os pequenos produtores a pressionar o meio ambiente na tentativa de incorporar o excedente que lhes é expropriado. Isso é o que parece estar acontecendo com alguns dos pescadores de Tefé, que poderão continuar a se constituir em problema para a consolidação das estratégias em favor do manejo participativo, se não lhes for dada nenhuma alternativa para superar a dominação do capital mercantil, arraigada na cultura, nas representações e nas práticas dos grupos sociais que vivem na região.

³³ Isto já havia despertado a atenção de Faulhaber na década de 1980, embora, na ocasião, conforme demonstra em seu trabalho, a autora ainda não tivesse dimensão do quanto a ação religiosa iria contribuir para a atual organização social dos ribeirinhos no Médio Solimões.

³⁴ Ao qual obtive acesso por intermédio da produção audiovisual realizada pelo IDSM: *Mamirauá, a luta para preservar a maior área de várzea do planeta*, cedida por técnicos e bolsistas do próprio Instituto.

Durante muito tempo, e ainda hoje, esta relação é o único meio disponível para estes pescadores conseguirem produzir. As concessões de créditos realizadas pelos bancos e os mecanismos de incentivo à produção não satisfazem às necessidades destes pescadores. Não conseguem incrementar a produtividade, muito menos produtividade aliada a perspectivas de *manejo*.

Algumas iniciativas estão sendo tomadas; mas a necessidade de realizar com os pescadores o mesmo que foi feito com os *ribeirinhos* é atestada pelo interesse da colônia de pescadores de Tefé em consolidar acordos de pesca com *ribeirinhos*, moradores ou não em *unidades de conservação*.

Por outro lado, talvez seja preciso se pensar em algum modo de incorporar à economia do produtor direto o excedente que é atualmente expropriado pelo capital mercantil, de modo a garantir que os pescadores produzam de modo a satisfazer os seus interesses materiais. Não se trata de excluir os intermediários no processo de venda do pescado, mas, sim, mudar a correlação de forças nas relações de compra e venda entre pescadores e comerciantes.

Em tal sentido, minar as relações de aviamento – e não as relações de intermediação – pode ser uma forma eficaz de realizar esta mudança.

1.2 Uma história diferente: a dinâmica do socioambientalismo

Desde a década de 1980, assistimos no Brasil a um processo que ocorre principalmente em vários da Amazônia brasileira, mantendo com a situação do Médio Solimões semelhanças e diferenças que, no decorrer deste trabalho, pretendo que sejam percebidas: uma série de projetos e pesquisas, grande parte no próprio estado do Amazonas, mas também em outros estados “amazônicos”, visam

normalizar a presença de pessoas residentes em *unidades de conservação da natureza*³⁵. Neles, estão intrínsecas questões relacionadas à proteção, conservação ou manutenção, tanto do que se entende comumente por meio-ambiente e recursos naturais, quanto dos meios de reprodução material e cultural de grupos que, segundo se acredita, “tradicionalmente”, mantêm uma relação com a Natureza de uso dos recursos sem causar-lhe uma pressão demasiado destrutiva.

A união dos interesses conservacionistas de instituições nacionais e internacionais, quer sejam governamentais ou não, com os interesses de grupos que se viram em situações de *relação social de luta*³⁶ (WEBER: 1991) pela manutenção dos seus meios de vida encontrou as configurações que permitiram sua consolidação em diversos pontos da região amazônica. O socioambientalismo, como ficou conhecido o movimento que tem por objetivo esta conjugação de interesses, consolida-se no Brasil por volta do final da década de 1980 e início dos anos 1990 (LIMA: 1997), fruto, no entanto, de uma luta que envolveu diversas *unidades de mobilização* (ALMEIDA: 1995, p. 17) amazônicas, a qual teve início desde a década de 1970 (ESTERCI *et. al.*: 2002).

Somente com a conjugação de uma série de fatores, cujo palco foi composto por alguns cenários amazônicos, se pôde presenciar a instauração dos processos de identificação de pessoas que se inserem e se integram em unidades

³⁵ Este termo está presente no Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza – SNUC para se referir às áreas protegidas do Brasil. O SNUC, segundo Juliana Santilli (2005), assumiu um tom claramente socioambientalista, sendo o termo “conservação” preferível a “preservação”, haja vista que este último remete a algo intocado, preservado da inevitável ação devastadora humana. Pensar em termos de conservação é o que propõe autores como Sant’Ana Júnior (2004) e Santilli (2005, p. 103-134) para se referir aos novos rumos adotados tanto em termos sociais quanto jurídicos no que diz respeito à defesa dos recursos naturais brasileiros.

³⁶ Esta *relação social de luta*, segundo a terminologia weberiana, de grupos sociais amazônicos pela continuidade de suas atividades extrativas no contexto de valorização pelos governos do regime militar pós-64 de grandes empreendimentos econômicos com vistas ao desenvolvimento, encontra-se bem expressa no trabalho de Sant’Ana Júnior (2004), nas análises que faz da *configuração sócio-histórica* (ELIAS: 1994) que ensejou o movimento de resistência dos seringueiros aos *paulistas* que trariam *na pata do boi* o desenvolvimento ao estado do Acre (por intermédio da agropecuária). Este movimento está ligado à própria consolidação do campo socioambiental no Brasil, sendo, de acordo com Santilli (*op. cit.*), uma das suas mais importantes características.

de conservação ambiental. Estas pessoas se tornam o público alvo de políticas também destinadas à consecução de tais unidades.

Com efeito, a região que foi classificada pelo Estado nacional como Amazônia brasileira (que, segundo a mesma classificação, atualmente engloba os Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão), com seus diversos ecossistemas, tem sido palco, desde que os europeus começaram a se interessar pelo Ocidente brasileiro, de iniciativas que visavam à exploração de seus recursos naturais (SANT'ANA JÚNIOR: 2004). Tal exploração, nos primórdios da colonização portuguesa, visava extrair as chamadas “drogas do sertão” e, também, partiu de uma preocupação com a crescente ação de franceses, ingleses e holandeses, os quais, a despeito das dificuldades encontradas pelos portugueses para colonizar a terra, já haviam estabelecido algumas feitorias³⁷ (VELHO: 1972, p. 16-17).

A partir do século XVIII, inicia-se uma fase, entendida por Velho (1972) como das *frentes de expansão*, na qual assume relevância as de extração livre, com destaque para a da borracha, que já foi discutida na seção anterior em suas características para o estado do Amazonas. Esta frente, de grande importância econômica e social, conhecida como *ciclo da borracha*, assumiu preponderância na segunda metade do século XVIII e originou relações sociais de produção baseadas, primordialmente, no *sistema de aviamento*.

Velho (1972, p. 41), analisando o que ele entende por *fase da extração da borracha no Médio Tocantins*, adota a categoria *comerciante* ao se referir ao grupo dos patrões da frente extrativista da borracha, que aviava previamente aos

³⁷ Os fortes estabelecidos em cidades como Belém, Manaus e cercanias de Tefé são prova de como estava em ebulição o envio de expedições exploratórias pelos europeus para adquirir algum quinhão nas terras conquistadas .

trabalhadores gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho para serem pagos com matérias-primas extraídas na floresta.

As análises realizadas a respeito deste sistema registram o seu caráter altamente exploratório, o qual inclui estratégias que, a partir do endividamento, prende o trabalhador ao *patrão*, fazendo-o trabalhar em regime de semi-escravidão, haja vista que o faz para pagar sua dívida. Segundo Léna (2002, p. 9), se trata do *modelo de desenvolvimento tradicional, paternalista e clientelista*, adotado a partir das “formas de exploração utilizadas desde a época colonial” e que “se espalhou por toda a região através da rede hidrográfica”.

Esta relação social está ligada ao processo histórico de alguns estados, como o Acre, Amazonas e Pará e assumiu importância para o desembocar do movimento socioambiental. A este respeito, Sant’Ana Júnior (2004) faz uma análise da situação específica do Acre, na qual, relações de trabalho mantidas por intermédio da extração do látex da seringueira, são ligadas de modo intrínseco à própria *configuração sócio-histórica* do Estado, criando um grupo social com uma identidade específica, a dos *seringueiros*, que, na luta pela não consecução de rodovias³⁸ (segundo os ideólogos do regime militar, tais rodovias ligariam o Brasil ao Peru, fazendo com que pudéssemos exportar pelo pacífico), acabaram adquirindo uma visibilidade internacional e adiando o projeto das rodovias (o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – suspendeu os desembolsos enquanto não fossem fornecidas garantias técnicas de que o projeto não iria depredar ainda mais o meio-ambiente)³⁹.

³⁸ Os seringueiros também produziram um modo particular de resistência, os *empates*, por intermédio do qual procuravam barrar o desmatamento das florestas que visavam dar lugar a empreendimentos agropecuários. (Cf. SANT’ANA JÚNIOR: 2004; WOLFF: 1999).

³⁹ Para uma discussão mais aprofundada, vide Sant’Ana Junior (2004) que relata minuciosamente como se deu este processo, inclusive a participação do famoso ambientalista, seringueiro do Acre,

De acordo com Léna (2002), o *modelo modernista* ou *depredador* foi implantado a partir dos incentivos dados pelos governos militares a atividades de industrialização e pecuária e "Considera a Amazônia como uma fronteira de recursos que deve ser ocupada e explorada no intuito de firmar a soberania nacional na região e acelerar o crescimento econômico do país" (LÉNA: 2002, p. 10). Baseava-se, sobretudo na concepção de desenvolvimento como o crescimento econômico do país, medido pela sua industrialização e PIB, seguindo o modelo dos países industrializados do norte, sobretudo os Estados Unidos.

Adotar esta perspectiva produzida em um contexto específico e querer enquadrá-la em um país com características distintas, como o Brasil, traz em seu bojo uma série de problemas, sobretudo porque não são somente países diferentes, mas também histórias diferentes, com contextos de colonização distintos e outras características culturais, econômicas e históricas diversas.

O desenvolvimento não é uma qualidade ou uma circunstância inata; é antes, uma noção, uma categoria carregada de sentidos que pretende criar a verdade do mundo social pelo ato da enunciação. A este respeito, Pierre Bourdieu (1996, p. 81-82) nos oferece a idéia de que este trabalho de enunciação seria um ritual de *magia social*, que pretende constituir a estrutura do mundo social. Para este autor, este ritual "ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida". O autor salienta ainda que este ato de nomeação deve ser enunciado em condições legítimas: o agente, a cerimônia, os receptores têm que corresponder aos critérios que asseguram a legitimidade a este ritual de magia social.

Chico Mendes e outros agentes importantes, como a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, por exemplo.

Embora, o autor citado seja francês, e suas proposições tenham sido criadas a partir de observações colhidas naquele país, acredito que, talvez, elas possam ser úteis para entender como esta noção de *desenvolvimento* adquiriu força em países como o Brasil. Para que isso acontecesse, houve atos de magia social, houve a enunciação e houve também emissores e receptores legítimos. Assim é que o termo desenvolvimento é historicamente criado e pronunciado por determinados agentes para referir ao mundo social a partir de suas próprias perspectivas, o que acaba por instituir a situação que por ele é designada.

Gustavo Esteva (2000, p. 68-71), um autor que poderia ser considerado como *periférico*⁴⁰, afirma que a institucionalização da noção, para se referir às diferenças entre países considerados pobres e ricos data do contexto Pós-Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos despontavam como uma incomparável máquina produtiva, ocupando o centro do mundo. As nações europeias saíam do conflito com um saldo bastante negativo, causado pelo efeito devastador da Guerra. Neste contexto, os Estados Unidos, para consolidar a sua hegemonia, lançaram uma campanha política em escala mundial e um emblema para se referir aos dois. No dia 20 de janeiro de 1949, o Presidente Truman assumia o seu cargo e, no seu discurso de posse pronunciou as seguintes palavras:

Debemos embarcarnos en un programa completamente nuevo para hacer accesibles los beneficios de nuestros avances científicos y de nuestro progreso industrial, de tal forma que las áreas subdesarrolladas puedan crecer y mejorar.

El viejo imperialismo – explotación en provecho foráneo – no tiene lugar en nuestros planes. Lo que tenemos en mente es un programa de desarrollo basado em los conceptos del trato justo democrático (TRUMAN apud ESTEVA: 2000, p. 68).

⁴⁰ Opero, aqui, com a distinção analisada por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) entre autores que publicam a partir do *centro*, dos países ricos, e autores que publicam a partir da *periferia*, dos países pobres.

A partir deste momento, segundo Esteva (op. cit.), milhões de pessoas converteram-se em subdesenvolvidas, pelo efeito mágico deste discurso pronunciado por um agente que representava o país que mais crescera com a guerra. Tratava-se de uma nova noção para se referir a um “Mesmo” e a um “Outro”, mas que fora uma usurpação de um termo que possui, pelo menos, duzentos anos de construção social. Lança, assim, a idéia do *subdesenvolvimento*, não como o oposto do *desenvolvimento*, mas como o corolário, a outra face deste último, como um termo derivado. Trata-se, segundo Esteva (2000), de um vocábulo politicamente criado. Abre a era da hegemonia americana. Os Estados Unidos tornam-se, eles próprios, o emblema do “novo” projeto.

O termo é uma apropriação, de acordo com o autor, em termos econômicos, de uma noção criada pela biologia. Foi objeto de uma prévia preparação por parte de economistas para enquadrá-lo a partir das perspectivas econômicas. Em 1944, Rosenstein-Rodan falava de *áreas economicamente atrasadas*. Arthur Lewis, no mesmo ano, referia-se à existência de um suposto *buraco entre as nações pobres e as nações ricas*. Ao longo da década de 1940, a noção apareceu em uma série de livros técnicos e/ou documentos das Nações Unidas. Em 1942, Wilfred Benson, membro do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho – OIT – falava em áreas subdesenvolvidas.

Esteva (op. cit.) assevera que, apesar disso, a categoria assume maior ressonância entre o público e entre os eruditos a partir do discurso de Truman. Somente a partir dele, ela se apresenta como o emblema da própria política norte-americana em termo de ações voltadas à sociedade. Nesse contexto, ela se carrega de uma conotação insuspeitada de colonização. Tal discurso, para muitos países possui, pelo menos, um significado: a da fase de uma condição considerada indigna

ou inferior, chamada *subdesenvolvimento*. Para dois terços da população mundial, pensar em *desenvolvimento* significa pensar em si mesmo como *subdesenvolvidos* e em toda carga de conotações que ela carrega. *Subdesenvolvimento* para essas pessoas significa uma ameaça que já se cumpriu, uma experiência vital da subordinação, de discriminação e subjugação. Ela impede que se pense em objetivos próprios; solapa a confiança na própria cultura; clama por uma gestão imposta de cima; converte a participação para aquilo que se impõe pelos poderosos.

A noção, ao mesmo tempo em que é poderosa, a ocupar sem par o pensamento como força diretriz, é pobre e frágil, e incapaz de oferecer substância e significado ao pensamento e à conduta. No sentido comum, implica um processo através do qual se liberam as potencialidades de um objeto ou organismo, até alcançar sua forma completa. Disso resultou o uso, em biologia, para significar o crescimento natural de plantas e animais. A meta de tal objeto descrito pelo termo, então, pode ser inferida facilmente (ESTEVA: op. cit.).

Com tudo o que pressupõe, é um conceito biológico que significa o processo através do qual os organismos alcançam o seu potencial genético (a forma natural, vista pelo biólogo *a priori*, do ser). O *desenvolvimento* se frustra cada vez que a planta ou o animal não consegue completar seu programa genético. Nestes casos de fracasso, o crescimento não passa a ser entendido como *desenvolvimento*, mas, *anomalia*, algo patológico. O estudo destas patologias foi crucial para a formação das primeiras teorias biológicas (ESTEVA: op. cit.).

Entre 1759 e 1859, de Wolff a Darwin, o conceito passou a indicar a passagem até a condição perfeita (deixou de ser entendido como estado completo ou natural para o estágio mais perfeito). Neste período, os cientistas começaram a utilizar os conceitos de evolução e desenvolvimento de forma intercambiável.

A transferência do conceito para designar questões sociais implica em uma série de problemas que, por sua vez, são derivados da própria conotação que ele supõe. Aconteceu já no último quarto do século XVIII. Desde 1768, o fundador da história social, Justus Moser, utilizava a palavra *Entwicklung* para aludir ao processo gradual de mudança social. Em 1774, Herder empenhou-se em publicar sua interpretação da história universal segundo a qual apresentava correlações globais mediante a comparação das idades da vida com a história social. Herder combinou as teorias da natureza com a filosofia da história (ESTEVA op. cit.).

Foi o caminho do desenvolvimento que os militares tentaram trilhar, empreendendo uma série de projetos na tentativa de substituição da economia baseada no extrativismo por uma economia baseada numa maior intervenção do homem sobre a natureza. No Acre, por exemplo, houve um sistemático trabalho de *lobby* para atrair pecuaristas, sobretudo de São Paulo, para investir em fazendas de gado no Estado (SANT'ANA JÚNIOR: 2004).

É preciso enfatizar a importância que a idéia de uma Amazônia homogênea, como um enorme vazio demográfico a ser ocupado (a idéia criada pelo Regime Militar de Amazônia Legal atesta isso), representava neste esforço. Por esta ideologia se tratava de um imenso território, considerado como ainda não suficientemente explorado e com uma série de riquezas, que precisava a qualquer custo ser incorporado definitivamente ao território nacional:

Cerca de 85% da Amazônia localiza-se no Brasil. Os governos militares, através do Decreto Lei 5173/66, instituíram a Amazônia Legal, visando delimitar a base territorial de agências oficiais de desenvolvimento e fazendo-o segundo critérios até certo ponto arbitrários. Esta região administrativa engloba a porção Brasileira da Amazônia e abrange a totalidade dos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso e Tocantins e a parte oeste do Estado do Maranhão, numa área de aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, equivalentes a 59% do território nacional (SANT'ANA JÚNIOR: 2004, p. 56).

E ainda:

O movimento militar de 1964 encampou o projeto da implantação e da internacionalização do capital na Amazônia e, conseqüentemente, a política de incorporação de todas as terras “livres”, favorecendo a grilagem, a partir de projetos do capital monopolista ligado ao imperialismo (ASSELIN: 1982, p. 159).

Por exemplo, o Maranhão, situado no leste do que se entende como região amazônica, foi alvo dessas políticas que supunham a Amazônia como um vazio enorme sem população. No citado Estado da federação, o governo estadual, seguindo a orientação adotada em nível nacional, criou, primeiramente, as chamadas *Delegacias de Terras* em alguns municípios e instituiu um instrumento legal pelo qual o Estado reconheceria a titulação àqueles que comprassem terras consideradas devolutas, a *Lei de Terras*, Lei Estadual Nº 2.949, de 17 de junho de 1969, pela qual “facultava-se a venda de terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares” (ASSELIN: 1982, p. 129).

Foi realizado, também, um trabalho de *lobby* para atrair empresas de outros Estados para comprar essas terras, oferecendo uma série de vantagens, como preços baixos e infraestrutura. Inseria-se nos planos dos governos militares para o desenvolvimento da suposta “região amazônica”⁴¹:

O estado Autoritário, agora instalado, passou a criar toda uma legislação própria para definir seus objetivos e possibilitar a sua realização. Desta forma, temos: a Lei 4.341 de 13 de agosto de 1964, criando o Serviço Nacional de Informações; o Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969 (depois modificado pela Lei n. 6.620 de 17 de dezembro de 1978), que define os crimes contra a Segurança Nacional; o Decreto-Lei n. 1.135, de 3 de dezembro de 1970 que dispõe sobre a organização, competência e funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e os estranhos Decretos-Leis n. 1.164 de 1º de abril de 1971, e n. 71.615, de 22 de dezembro de 1972. Destes dois últimos, um define como indispensáveis à

⁴¹ A Amazônia não pode ser entendida homogênea, sobretudo, porque nem todos os estados estão adotando o novo modelo de desenvolvimento sustentado, preferindo ou desejando o antigo modelo, considerado pelos ambientalistas devastador e predatório.

segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros em cada lado do eixo das rodovias da Amazônia Legal, e o segundo fixa normas para implantação de projetos de colonização, concessão de terras e estabelecimento ou exploração de indústrias de interesse da segurança nacional nas terras devolutas localizadas ao longo das rodovias na Amazônia Legal; traçam, ao menos em parte, o negro caminho de legalização dos desmandos, da grilagem, da violência, do entreguismo. É este governo que vai se voltar decididamente para as questões fundiárias e, através de seu mais importante órgão e porta-voz – o Conselho de Segurança Nacional – vai se preocupar em regular toda a política e as iniciativas relativas à terra (ASSELIN: 1982, p. 160)⁴².

Esta política que foi implementada no citado Estado, voltada para a construção de estradas e perspectiva de criação de grandes projetos:

Refletiu, apenas, um modo de pensar mais amplo e predeterminado. Já a 27 de outubro de 1966, entrou em vigor a lei federal da incorporação dos 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou planejadas, ao patrimônio da União, como áreas prioritárias para colonização pelo INCRA⁴³. Criou-se, então, em âmbito nacional, a faixa prioritária do desenvolvimento, cortada pelas estradas, vias de penetração dos novos interesses econômicos (ASSELIN: 1982, p. 129).

Em meio a este contexto, movimentos para defesa dos posseiros começaram a mobilizar-se. No Maranhão, existia a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Maranhão – CONTAG/FETAEMA, bem como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que, dentre outras atividades, elaboraram documentos denunciando a política dos governos estaduais que seguiam a orientação do governo federal.

Em outros cenários amazônicos, também surgiram vários movimentos constituídos por grupos sociais que se sentiam prejudicados por muitos dos chamados grandes *projetos de desenvolvimento*. Tais movimentos procuravam garantir a manutenção dos recursos básicos e das condições de sobrevivência na

⁴² Abstraiamo-nos do discurso próximo do ativismo do autor e nos concentremos nas informações que ele nos transmite.

⁴³ Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

continuidade de suas atividades econômicas. Segundo Sant'Ana Júnior (2004, p. 123):

Povos indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores, posseiros e colonos, de uma forma ou de outra, são atingidos pelas políticas voltadas para a região e, em maior ou menor grau, reagem e se organizam. A partir da segunda metade dos anos 1970, esses grupos passam a se configurar como identidades coletivas que, a princípio, têm um comportamento de resistência às agressões aos seus interesses, mas logo se tornam propositivas, contando com apoio de igrejas, partidos, sindicatos, movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, profissionais liberais, intelectuais.

Em parte, graças à consolidação destes movimentos, muitas conquistas foram alcançadas no que diz respeito ao ambientalismo no Brasil:

Nasceu, então, uma aliança entre os povos da floresta – índios, seringueiros, castanheiros e outras populações tradicionais, que têm o seu modo de vida tradicional ameaçado pela ocupação desordenada e predatória da Amazônia – e os ambientalistas, que passaram a apoiar a luta política e social dos povos tradicionais, que vivem especialmente do extrativismo de baixo impacto ambiental. O extrativismo foi “redescoberto como uma atividade não-predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia”, e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos projetos desenvolvimentistas (SANTILLI: 2005, p. 32).

Na segunda metade dos anos 1980, os grupos ambientalistas brasileiros entraram em contato com lideranças dos STRs e outros movimentos sociais que, embora não tendo a consciência de que suas reivindicações e sua luta possuíam um cunho ambientalista, tinham incorporado a proteção ambiental como uma dimensão relevante de seus trabalhos (VIOLA: 1992). Deste contato, ambos os lados (ambientalistas e tais movimentos) saíram fortalecidos. Viola (1992, p. 64) informa que:

Durante as deliberações do Congresso Constituinte, em 1987-88, os ambientalistas realizaram pela primeira vez um exercício sistemático de *lobby* diante dos parlamentares. (...). Uma tarefa similar de *lobby* foi realizada pelo movimento ambientalista em 1988-89 diante das constituintes

estaduais (aproximadamente na metade dos estados), embora com mais intensidade no Sul-Sudeste.

Tornou-se possível a criação de um movimento que assumiu relevância internacional e encontrou sua principal expressão no Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS. Fundado a partir de 1985, na luta contra a consecução dos trabalhos de pavimentação da rodovia BR-317 (que, segundo os governos militares brasileiros, ligaria o Brasil ao Peru e possibilitaria exportações pelo Pacífico), tal luta é, talvez, o grande signo para representá-lo.

Mauro Almeida relata que, se, por um lado, as organizações internacionais passaram a desenvolver o conceito de desenvolvimento sustentável, os seringueiros, por outro lado, emergiram como atores políticos nacionais. “Os seringueiros saíam de debaixo da folha da árvore”, como disse, em 1985, o primeiro presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Jaime da Silva Araújo, em audiência pública com Gro Bruntland. E o faziam reivindicando a criação das reservas extrativistas, para que pudessem continuar a coletar a seringa, colher a castanha, pescar, caçar e utilizar os mil recursos da floresta, de suas águas e de seu solo, (...) (SANTILLI: 2005, p. 32-33).

Criou-se toda uma representação de que os projetos "desenvolvimentistas" do *modelo modernista* (LÉNA: 2002), implantado pelo regime militar teriam que conviver com uma nova perspectiva de desenvolvimento para o país, o desenvolvimento sustentável. Uma série de agências internacionais passaram a enviar recursos a projetos que contemplassem o que passou a ser entendido como uso sustentado dos recursos naturais.

(...); a visibilidade internacional que os problemas ambientais e o movimento ambientalista brasileiro adquiriram em fins da década de 1980 (particularmente devido às queimadas na Amazônia e ao assassinato de Chico Mendes) atua no sentido de uma desprovincialização daquele; pela primeira vez os ambientalistas brasileiros percebem-se importantes no cenário internacional e, portanto, sentem que devem incorporar um novo padrão de seriedade e eficiência na sua prática e nas suas idéias; a decisão tomada pelo governo brasileiro em fins de 1989 de ser o país-sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento atua como forte estimulador, não apenas das atividades do movimento ambientalista, mas também do interesse pelo conceito de desenvolvimento

sustentado que está na base convocatória da conferência (VIOLA: 1992, p. 67).

Toda uma conjuntura política foi criada, sobretudo a partir da 2ª Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro. A Constituição de 1988 já havia dedicado um capítulo inteiro ao meio ambiente:

A Eco-92 constituiu um marco na história do ambientalismo internacional – e nacional – e a maior conferência até então realizada pela ONU⁴⁴. Os documentos internacionais assinados durante a Eco-92 são referências fundamentais para o Direito Ambiental Internacional e pautaram a formulação de políticas públicas sociais e ambientais em todo mundo⁴⁵ (SANTILLI: 2005, p. 43).

Como resultado de todo este processo, foram criadas *unidades de conservação*⁴⁶ – U.C. em muitos estados, a exemplo do Amazonas, também em razão da visibilidade política e recursos internacionais que projetos deste tipo asseguravam (ESTERCI: 2005a). Entre tais unidades estavam as de *uso sustentável*.

O movimento ambientalista, no entanto, encontra-se dividido entre posturas que defendem a existência somente das unidades que foram definidas legalmente como *unidades de conservação de proteção integral* e as que defendem as *unidades de uso sustentável*.

⁴⁴ Organização das Nações Unidas.

⁴⁵ Os documentos citados por Santilli (2005) são: (1) Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; (2) Convenção sobre Diversidade Biológica; (3) Declaração de Princípios para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas; (4) Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas e (5) Agenda 21.

⁴⁶ Em termos legais (LEI No 9.985, Cap. I, Art. 2o, Inciso I), no Brasil, as reservas para fins de conservação da natureza são entendidas a partir da categoria unidade de conservação, que significa: Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As *unidades de conservação*, ou simplesmente *reservas*, refletem o modelo adotado pelo Brasil para proteger ecossistemas ameaçados ou cuja proteção seja considerada necessária, o qual privilegia a criação de tais áreas protegidas⁴⁷. Este modelo foi importado, sobretudo, dos Estados Unidos e da Europa (SANT'ANNA: 2003, p. 118).

Nos Estados Unidos, foi uma estratégia de ambientalistas que defendiam a intocabilidade de espaços protegidos, elaborando um sistema de preservação baseado na criação de Parques Nacionais (SANT'ANNA: 2003, p. 118).

O Brasil não poderia assumir uma estratégia de conservação restritiva demais, porque não seria o modelo mais adequado, levando-se em consideração o fato do país não possuir grandes extensões territoriais desocupadas e disponíveis para a criação de parques nacionais totalmente preservados, livres da presença de pessoas residindo (SANTILLI: 2005):

(...), a problemática que envolve a presença humana em unidades de conservação pode ser pensada a partir de diversos ângulos, como, por exemplo, o da possibilidade de transpor para outro país categorias de unidade de conservação formuladas para a realidade de um país que apresente condições sociais, econômicas e políticas diferentes. Primeiramente, a estratégia de conservação adotada no Brasil, caracterizada pela criação de unidades de conservação, foi tomada de empréstimo às experiências norte-americana e européia. Este modelo de conservação quando aplicado em países em desenvolvimento encontra obstáculos que tornam necessários certos ajustes. Por exemplo, ao contrário do que muitas vezes se pensa, não há grandes áreas territoriais desocupadas no Brasil e a Amazônia não é um imenso vazio demográfico. Ao longo do território brasileiro, encontram-se diferentes segmentos sociais vivendo uma relação de dependência e muitas vezes de integração mais ou menos harmoniosa com a natureza (SANT'ANNA: 2003, p. 117-118).

No Brasil, houve um debate intenso para elaboração do sistema brasileiro de proteção dos recursos naturais (SANT'ANNA: 2003, p. 117). Sant'Anna (2003, p. 117) sustenta que o texto da lei que rege o sistema de proteção brasileiro está

⁴⁷ De acordo com Santilli (2005, p. 108): "A definição internacionalmente aceita de área protegida corresponde ao conceito jurídico brasileiro de unidade de conservação, já que não há, no nosso ordenamento interno, uma definição de área protegida".

profundamente marcado pelas divergências entre as duas correntes que, segundo ela, podem ser nomeadas como: a dos *conservacionistas* e a dos *socioambientalistas*.⁴⁸

A diferença fundamental entre os dois grupos principais de *unidades de conservação*, grosso modo, é que o primeiro não permite a permanência de pessoas residindo e dela utilizando os recursos, enquanto o segundo o permite. Os objetivos, as características, as atribuições e normas específicas a cada um destes dois grandes grupos de unidades de conservação constam da LEI No 9.985, de 18 de Julho de 2000, a qual rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

A legislação federal do SNUC surgiu de um projeto de lei que tramitou no Congresso Nacional durante oito anos e foi, finalmente, sancionada pelo Presidente da República do Brasil em exercício, Marco Antonio de Oliveira Maciel, ao dia 18 de julho de 2000 e publicada no Diário Oficial no dia seguinte. Trata-se de um sistema que, segundo o Ministro do Meio Ambiente, de então, José Sarney Filho, veio ordenar um confuso arcabouço de leis, cada uma delas dispendo sobre diversas categorias de manejo. Nas palavras do ministro, “A atribuição constitucional genérica, que concede competência concorrente a todos os entes da federação, necessitava, para obter êxito, de um sistema que lhes conferisse um mínimo ordenamento” (SARNEY FILHO: 2000, p. 5). Sendo assim, o texto do SNUC ordena um conjunto de leis constitucionais, integrando-as em um sistema coerente, de modo a operacionalizar a “Política Nacional de Áreas Protegidas”, na qual os Estados, Municípios e União possam trabalhar dentro de uma legislação coesa e homogênea.

⁴⁸ Viola (1992) e Sant’Ana Júnior (2004, p. 32), como vimos anteriormente estabelecem a diferenciação entre os dois grupos no movimento ambientalista denominando-os de forma distinta de Sant’Anna (2003) referindo-se aos ambientalistas mais ortodoxos como *preservacionistas* e aos que defendem uma concepção de interação sistêmica entre natureza e sociedade como *conservacionistas*.

Pelo texto da Lei (Cap. II, Art. 4º), o SNUC teria os seguintes objetivos:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC, além de ser uma sistematização de um conjunto de leis, é também, e principalmente, o sistema que engloba todas as *unidades de conservação* brasileiras, quer sejam municipais, estaduais ou federais. É o modelo de conservação adotado pelo Brasil. Seus objetivos são os objetivos a serem perseguidos pelas *unidades de conservação da natureza* deste país.

O usufruto dos recursos naturais pelos residentes das *unidades de uso sustentável* está condicionado ao respeito a determinadas normas constantes de um *plano de manejo*⁴⁹ e relacionadas ao tipo de reserva em que estas pessoas residem⁵⁰. O *uso sustentável dos recursos naturais* tende, pelo fato de que pessoas

⁴⁹ A lei que rege o SNUC (Cap. I, Art. 2º, Inciso XVII) considera plano de manejo: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

⁵⁰ Pela Lei 9.985 (Art. 14, Incisos I, II, III, IV, V, VI e VII), o grupo das unidades de uso sustentável engloba sete categorias diferentes de unidades, a saber: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva

podem residir nas áreas de proteção da natureza, a abrir caminho a reflexões de estudiosos da área social. Envolve o problema de ter que se garantir a convivência de interesses ambientalistas e/ou ecológicos com questões sociais, as quais tem sido da alçada de antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, os cientistas sociais de um modo geral. Por isso, o interesse de muitos desses profissionais nesta problemática que, por sinal, é bastante complexa.

Neste objeto em particular, como em qualquer outro, trata-se de lidar com conceitos e categorias criadas por um trabalho anterior, trabalho social por excelência de construção das categorias, muitas delas criadas socialmente e incorporadas na sociologia. Até mesmo os conceitos usados pela ciência não escapam a esta construção social. O sociólogo se encontra em um estado *a posteriori*, pesquisa em um campo em que as lutas pela definição do mundo social foram realizadas (BOURDIEU: 2002). Para efetuar a ruptura e assumir uma postura crítica, ele precisa tomar para objeto o trabalho de construção social do objeto para utilizar os conceitos e as noções de forma mais crítica:

(...) construir um objecto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo, na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos – e, em especial, as noções classificatórias que emprega para o conhecer, noções comuns como os nomes de profissões, noções eruditas como as transmitidas pela tradição da disciplina – sejam produto desse mesmo objecto (BOURDIEU: 2002, p. 34)

Trata-se de nomear as categorias, no sentido de saber quem as usa e em que sentido as usa.

A terminologia adotada para se referir aos que passaram a residir nas *unidades de uso sustentável* é a categoria *populações tradicionais*, que não consta das disposições preliminares do SNUC, mas que, segundo Sant'Anna (2003, p. 120), sua definição foi uma preocupação constante durante o processo de elaboração da lei e só foi vetada pouco antes do Presidente sancioná-la.

De acordo com Santilli (2005, p. 124), “O conceito de “populações tradicionais”, desenvolvido pelas ciências sociais e incorporado ao ordenamento jurídico, só pode ser compreendido com base na interface entre biodiversidade e sociodiversidade”.

O Capítulo I, Art. 2º, Inciso XV da LEI No 9.985 encontra-se vetado. Houve um descontentamento de agentes sociais amazônicos, em particular o CNS, com a definição proposta, considerada por eles muito restritiva, o que poderia excluir determinados grupos que porventura não se enquadrassem na definição, tendo um estilo de vida nômade, por exemplo, mais comum aos extrativistas, característica não presente nos substitutivos do projeto (SANT'ANNA: 2003, p. 122)⁵¹.

A categoria é chave para definir quem teria o direito de permanecer nas unidades e usufruir os recursos, na medida em que os conservacionistas entendem que os grupos nela enquadrados podem ajudar, com seu conhecimento, na conservação dos recursos naturais.

E os agentes sociais nela enquadrados, embora alguns deles possam não se dar conta, em tese, estão submetidos ao amparo e aos ditames legais para assegurar sua permanência nas *unidades de conservação*. Qualquer uma dessas

⁵¹ Segundo a autora quando este último passou a tramitar no Senado, o CNS acionou a então senadora Marina Silva para emendar o texto da lei no que se refere ao conceito, de modo a incluir os extrativistas. No entanto, o projeto de lei já tinha sido excluído da pauta de votação, e novas emendas no Senado o fariam voltar para a Câmara dos Deputados para nova apreciação e poderia não encontrar um ambiente favorável à sua aceitação. Os socioambientalistas esperavam que a lei fosse aprovada logo, pois, tinham o temor de que os seus opositores revisassem pontos que não estivessem de acordo com seus interesses. A melhor solução teria sido mesmo pelo veto da definição

últimas trabalha em bases legais, necessitando cumprir a lei. Estar enquadrado na categoria *população tradicional* é quase o equivalente a obter um certificado de *cidadania diferenciada* (KYMLICKA: 1996) frente a outros segmentos da população nacional, significa gozar de direitos em função do grupo (e, no caso, da co-dependência com a Natureza), quase no mesmo molde do que acontece com os povos indígenas e quilombolas ⁵².

Isto pode ser mais bem argumentado pelo fato de que, nos substitutivos do projeto da lei que rege o SNUC, pensou-se em definir a categoria como:

(...) uma “população culturalmente diferenciada” que, vivendo em determinado ecossistema, mantinha uma relação de “dependência do meio natural para sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência” e explorando os recursos naturais de maneira sustentável (SANT’ANNA: 2003, p. 121).

Na existência de uma definição que tenha força de lei, alguns agentes sociais poderiam se sentir prejudicados caso sua pertinência à categoria fosse questionada. A questão é bastante complexa pelo fato de existir, como já discutido, divergência de opiniões entre os ambientalistas brasileiros sobre a possibilidade de permanência ou não de grupos sociais residindo nas ditas *unidades*.

O conceito formulado pareceu, a alguns parlamentares, bastante restritivo e com incongruências. Para tentar resolver a questão, o Ministério do Meio Ambiente - MMA organizou um núcleo temático para pensar a questão das *populações tradicionais* e das *unidades de conservação*. Este grupo organizou um documento que oferece uma classificação do que seriam essas *populações tradicionais*:

⁵² Santilli (2005) defende que as unidades de conservação de uso sustentável seria um mecanismo de concessão pelo estado de novos direitos fundados sobre a especificidade destes grupos sociais frente outros da sociedade nacional, direitos relacionados à ligação entre sócio e biodiversidade. Ela argumenta que os territórios indígenas e os quilombolas são unidades de conservação que não foram incorporadas ao SNUC.

As populações tradicionais diferenciam-se da sociedade nacional, pelo grau de atuação no meio, de inserção na economia e exercício que fazem da cidadania. Em primeiro lugar, devemos ressaltar que, em alguns casos, suas práticas extrativistas e/ou de agricultura de subsistência, adaptadas aos respectivos ecossistemas, influenciaram no grau de conservação da biodiversidade de algumas áreas, que posteriormente foram transformadas em U. C. por seus atributos naturais (Ministério do Meio Ambiente apud Sant'Anna: 2003, p. 122).

A autora (SANT'ANNA op. cit., p. 122) informa ainda que o núcleo temático se fixou na condição marginal destes grupos em relação ao restante da sociedade, para definir *populações tradicionais*. Tal condição refletiria a ausência de elo com o Estado, passando a ser as *unidades de conservação* o principal vínculo daquelas com o Poder Público, substituindo-o em determinados momentos.

O núcleo reconheceu ainda que outros grupos possuem relação simbólica com o meio ambiente, sobrevivendo a partir dos recursos naturais, merecendo um tratamento diferenciado das *populações tradicionais* residentes em *unidades de conservação*. Estes grupos possuem “vínculos com o Estado e estavam inseridas na economia por outras vias que não uma relação de dependência com a natureza” (SANT'ANNA: 2003, p. 122).

Aqui temos uma pequena indicação de que a categoria é objeto de disputas em um campo específico, o campo político, das tomadas de posição política que asseguram a legitimidade social necessária para que os grupos enquadrados dentro dela possam assegurar um estatuto certificado pela lei. Assim, os grupos adquirem uma legitimidade fundada em bases racionais, autenticadas pelo selo de uma lei votada e discutida no Congresso Nacional. Por isso, a importância de se discutir a definição legítima do conceito, a mesma estaria inscrita em um instrumento legal a ser reconhecido e sancionado oficialmente perante todos, com toda força para ser respeitada e para ser objeto de políticas do Estado, bem como pode ser reivindicada para obter auxílio da repressão legítima.

Esta categoria pode ser entendida também como derivada do contexto de luta e mobilização por parte de seringueiros e castanheiros da Amazônia pelo direito de permanecerem em seus locais de trabalho, diante das ameaças de substituição da floresta por empreendimentos capitalistas, como discutido anteriormente. Sendo assim, teria sido usada em um primeiro momento para se referir a estes e, aos poucos, passou a congregiar outros agentes sociais que também necessitavam de garantias para suas atividades:

No momento, a expressão “populações tradicionais” ainda está na fase inicial de sua vida. Trata-se de uma categoria pouco habitada, mas já conta com alguns membros e com candidatos à entrada. Para começar, tem existência administrativa: o Centro Nacional de Populações Tradicionais, um órgão do Ibama. No início, a categoria congregava seringueiros e castanheiros da Amazônia. Desde então expandiu-se, abrangendo outros grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a babaçueiras do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins. O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. E, acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais (CUNHA & ALMEIDA: 2001, p. 184).

É que, de certa forma, os primeiros agentes a reivindicar este tratamento foram os seringueiros, que, através de um esforço que reuniu uma série de agentes, dentre ambientalistas, antropólogos, Chico Mendes e outros seringueiros e lideranças, propuseram a criação de reservas extrativistas nas áreas de extração de seringa, transpondo, pela primeira vez, a proteção associada às terras indígenas para terras de atividades extrativistas: “Os seringueiros que, poucos anos antes, formavam uma categoria que se supunha condenada ao rápido desaparecimento, assumiram ao final da década de 1980 uma posição de vanguarda em mobilizações ecológicas” (CUNHA & ALMEIDA: 2001, p. 187).

A existência de grupos hoje considerados como *populações tradicionais* deve-se à aliança realizada entre os seringueiros e os povos indígenas dada a partir

do final de 1988, conhecida como Aliança dos Povos da Floresta, com o objetivo de defender a floresta e seus habitantes, por intermédio de suas duas organizações nacionais: o CNS e a União das Nações Indígenas - UNI, respectivamente. Os grupos enquadrados como *populações tradicionais* seriam, assim, herdeiros naturais dessa identidade associada à defesa da natureza, sendo enquadrados em uma categoria criada no contexto vivido pelos seringueiros. Como foi afirmado anteriormente a respeito da configuração sócio-histórica do socioambientalismo, foi, particularmente, no final da década de 1980 que se deu a conexão entre os ambientalistas e as chamadas *populações tradicionais*:

No final do decênio de 1980, a conexão ambientalista tornara-se inevitável. Em contraste com o modelo de Yellowstone, que procurava criar um ambiente norte-americano “intocado” sem população humana, reivindicava-se que as comunidades locais, que tinham protegido o ambiente e que baseavam sua vida nele, não fossem vítimas e sim parceiros das preocupações ambientais (CUNHA & ALMEIDA: 2001, p. 187).

A idéia era de que as *populações tradicionais* deveriam responsabilizar-se pela manutenção do meio ambiente nos territórios por elas ocupado: “... para que o meio ambiente fosse protegido, elas deveriam responsabilizar-se pela gestão e pelo controle dos recursos naturais nos ambientes em que viviam. O fato novo era o papel ativo atribuído às comunidades locais” (CUNHA & ALMEIDA: 2001, p. 187).

Segundo Léna (2002, p. 18), a categoria *populações tradicionais* permite a determinados segmentos que não apresentam uma identidade ainda definida (em oposição aos índios, seringueiros e quilombolas), mas que se diferenciam em relação à sociedade dominante, generalizar-se em uma categoria que lhes garanta uma cobertura jurídica, permitindo o acesso e até o direito exclusivo sobre determinadas áreas e recursos.

Por causa da conotação ambientalista adquirida pelos grupos enquadrados na categoria, é provável que se tenda a encará-los como defensores incondicionais dos recursos naturais, mesmo que esta defesa se dê em razão de suas atividades causarem pouca pressão sobre os recursos, o que não significa que eles tenham as preocupações ambientalistas sempre em primeiro plano⁵³. Há uma série de problemas ainda a serem resolvidos. O modelo não está acabado e impecável.

De acordo com Lima (1997), existe uma fronteira social para tais projetos. A sua discussão remete a uma preocupação com os grupos residentes nas *unidades*, no sentido de eles terem que se adequar a um comportamento em detrimento das organizações sociais mais amplas que podem influenciá-los.

No caso por mim estudado, na fronteira social dos projetos de desenvolvimento sustentável gestados pelo IDSM e IBAMA, encontram-se os pescadores de Tefé, que no passado estiveram em confronto com os ribeirinhos da RDSM.

Proponho uma tentativa de entendimento de sua organização social e de seu depoimento para uma melhor compreensão deste que é um dos setores sociais em diversas experiências a encontrar-se em conflito com os *ribeirinhos* pelo acesso aos recursos⁵⁴.

Assim como os *ribeirinhos*, os pescadores herdaram de seus ancestrais o conhecimento e o modo de relacionamento com a natureza advindos do modelo de desenvolvimento tradicional para a exploração dos recursos. O que é característico dos pescadores de Tefé que tem lhes impedido de tornarem-se parceiros em atividades em prol da defesa dos recursos naturais?

⁵³ Cf., a esse respeito, a discussão de Lima (1997).

⁵⁴ Cf., por exemplo, Isaac & Cerdeira (2004); Araújo (1994)

CAPÍTULO II: *MACAQUEIROS EM TEFÉ*: a parceria ecológica no Médio Solimões

2.1 A consolidação da parceria ecológica: movimento de preservação de lagos, ribeirinhos e pescadores.

Na primeira seção do capítulo anterior, tecer considerações sobre a influência exercida pelo capital mercantil na formação das relações sociais na região desde os idos do Século XIX. Na presente seção, pretendo demonstrar que, com a ajuda de uma instituição social ainda mais antiga, a Igreja Católica, a parceria ecológica no Médio Solimões assumiu algumas das suas principais características. Por intermédio de agentes de pastoral da Prelazia de Tefé, muitos *ribeirinhos* do Médio Solimões organizaram-se em *comunidades* e, depois disso, instituíram um movimento para lutar contra os problemas que lhes afligiam.

Deste modo, quando a RDSM foi decretada ainda como *Estação Ecológica*, os responsáveis pelas políticas em defesa dos recursos naturais já se depararam com um movimento social com uma “bandeira de luta” bem definida, a defesa “preservação” dos lagos do Médio Solimões.

A Igreja Católica é uma instituição com grande presença na região desde os primeiros anos da colonização, existindo uma paróquia ali desde 1749, criada pela política do Marquês de Pombal. A Prelazia possui um arquivo histórico com documentos da evangelização em toda a região do Médio Solimões, que compreende uma série de paróquias: Fonte Boa (1892), Carauari (1947, mas existindo como uma espécie de semi-paróquia ou Curato desde 1912); Alvarães (1948); Missão e Jutáí (1950), Itamarati (1958), Uarini (1969), Caitaú (1971) e Maraã (1981) (SCHAEKEN: 2004, p. 64).

Pelo livro de Schaecken (op. cit.), tem-se que, no princípio, foi por intermédio dos padres da Igreja que os habitantes, tanto de Tefé quanto da região como um todo, obtiveram um canal para a sua escolarização, bem como para os serviços de saúde e comunicações:

Não mediram esforços em favor do povo, com especial atenção aos índios e seringueiros. Foram os missionários espíritanos que implantaram em Tefé toda a infra-estrutura necessária para o progresso da cidade no campo educacional, da saúde, da comunicação e no setor social, tendo à frente Monsenhor Alfredo Barrat e Dom Joaquim de Lange, de saudosa memória (SCHAEKEN: 2004, p. 11).

Na praça da matriz de Sta. Teresa D'Ávila, em Tefé, existe um marco edificado no qual se lê "Ao Senhor Jesus Cristo a Prefeitura de Tefé". Isto diz respeito ao fato de que naquela cidade a Igreja Católica instituiu, no passado, uma Prefeitura Apostólica, após uma série de ações voltadas à construção de hospitais e escolas, todos sob a responsabilidade de padres e freiras:

Por Decreto da Congregação Consistorial de Pio X, de 23 de maio de 1910, a Paróquia de Tefé tornou-se sede de uma Prefeitura Apostólica e, em 16 de agosto do mesmo ano, a Santa Sé nomeou o francês espíritano Monsenhor Alfredo Michael Barrat, Prefeito Apostólico de Tefé, conferindo-lhe a "Facultas Administrandi". Este chegou em Tefé no dia 6 de novembro, sendo recebido com grande alegria e simpatia pelo povo e autoridades.

Monsenhor Barrat, mesmo residindo na Missão¹, tratou de fazer na cidade de Tefé a casa da Prefeitura Apostólica, um prédio colossal, onde antes era a casa do Cônego Dupuy. Foi iniciado em 1913. Sua inauguração data de 15 de junho de 1919, por ocasião da festa da Santíssima Trindade. Até hoje esse prédio (Seminário São José) conserva sua arquitetura barroca e francesa, servindo como ponto turístico da cidade, haja vista sua beleza física misturada com a beleza do lago.

No dia 19 de março de 1920, foi fundado o Seminário Menor de Tefé, com a finalidade de acolher rapazes do Alto Juruá e Tefé, (...). Foram muitos os rapazes que passaram pelo Seminário, inclusive o jovem Amazonino Armando Mendes, hoje destacado líder político do estado do Amazonas que, aliás, já foi governador por dois mandatos, bem como prefeito de Manaus (SCHAEKEN: 2004, p. 62-63).

¹ De acordo com a autora (2004, p. 61), "os Missionários fundaram a Missão (**na Boca do Tefé**), em 27 de junho de 1897, que logo seria o ponto de irradiação da Ação Missionária pelos rios. (...), foram construídas a casa, a capela e a famosa 'Escola Agrícola e Industrial da Boca do Tefé', inaugurada a 2 de fevereiro de 1898, que, em poucos anos, tornou-se famosa em todo o Amazonas".

Na década de 1950, a Prefeitura Apostólica tornou-se Prelazia:

“Em 11 de maio de 1950, o Papa Pio XII elevou a Prefeitura Apostólica de Tefé a Prelazia “Nullius”, a pedido de Pe. Joaquim de Lange e, dois anos mais tarde, no dia 26 de abril de 1952, o Observatore Romane anuncia que o Papa Pio XII nomeou Monsenhor Joaquim de Lange, Bispo Titular de Fotice e Prelado “Nullius” de Tefé”.

Já na década de 1970, a Prelazia de Tefé iniciou os trabalhos do Movimento de Educação de Bases – MEB, com ações voltadas à educação para as comunidades rurais:

Em 1970, a Prelazia de Tefé adota a “opção preferencial pelos pobres”, traçada na Conferência Nacional dos Bispos no ano de 1968. A partir de então, foi iniciada a Constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O principal objetivo das CEBs era incentivar, “dentro do princípio do Evangelho”, “o crescimento do homem”. Segundo Protásio Pessoa², as CEBs **“foram criadas com o sentimento da libertação**, para despertar a pessoa humana para caminhar com seus próprios pés, para descobrir seus próprios valores”. As CEBs procuram, assim, desde a sua formação, incentivar a discussão dos problemas para eles mesmos descobrirem as soluções, mas como “ninguém pode sair da situação de opressão se não houver recursos”, as CEBs “procuram apoiar suas aspirações por melhores condições de vida” (FAULHABER: 1987, p. 161-162, grifos meus).

A respeito do trabalho de evangelização da Igreja Católica:

As linhas prioritárias de ação da Pastoral da Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB foram definidas em 1972 (CNBB 1972). Neste documento é apresentado um programa de reestruturação que segue as diretrizes traçadas pela Igreja Católica que orientam atualmente a ação missionária na região. Este documento fala sobre as “transformações econômicas e sociais da Amazônia” (CNBB 1972:1), mas apontando, no entanto, as ameaças introduzidas com as “frentes pioneiras” (CNBB 1972:8), tais como a marginalização, a importação de estruturas inadequadas ou opressivas, **as contradições entre objetivos desenvolvimentistas e os direitos humanos, tais como violação ao direito de posse da terra, a acentuação das contradições sociais**, etc (FAULHABER: 1998, p. 65, grifos meus).

² Protásio Pessoa foi secretário do MEB em Tefé. Segundo ele, a Rádio Educação Rural de Tefé foi um importante instrumento de propagação das propostas da Igreja e de conscientização dos *ribeirinhos* acerca da necessidade de libertação do jugo dos setores dominantes do capital mercantil (Ent.: 02/12/04). Pelo depoimento e pelo que diz o texto, a orientação da Igreja era profundamente dicotômica: de um lado “os pobres”, os setores dominados; do outro, “os ricos”, “os dominantes”.

A autora fala de um documento elaborado pela Igreja no Brasil em pleno regime militar, que leva em consideração as “transformações econômicas e sociais” implementadas pelos governos da ditadura, em especial para a Amazônia, mas que aponta também às condições de marginalização que os setores populares vinham sofrendo. Tais condições levaram a Igreja a atuar, a partir de seus setores mais progressistas a favor “dos pobres”.

A Prelazia de Tefé tem incentivado a criação de equipes de agentes pastorais indigenistas, vindos de outras regiões e sediadas permanentemente nas áreas indígenas dos “altos rios”, além de iniciar os procedimentos no sentido de transferir aos índios, aí instalados como posseiros, os títulos de propriedade de que dispunha. (...). **A ação pastoral da Prelazia de Tefé não se resume, porém, à pastoral indigenista, pois, ela atua ainda na área do sindicalismo, da educação rural e da preservação ambiental (principalmente no estímulo à ‘defesa dos lagos’ contra a exploração por proprietários de barcos comerciais)** (FAULHABER: 1998, p. 67, grifos meus).

Tal “estímulo à defesa dos lagos” refere-se à parceria que se deu entre os *ribeirinhos* do Médio Solimões e a Igreja Católica contra a pressão e diminuição nos estoques pesqueiros da região que começava a se fazer sentir:

... eram constituídas por famílias ligadas entre si por laços de parentesco e afinidade e tinham em torno da celebração do santo padroeiro um ponto de convergência. A criação das CEBs veio dotá-las de uma estrutura organizativa nova e mais formal: passavam a ter um “corpo de funcionários” encarregados de funções políticas e burocráticas diferenciadas (presidência, tesouraria, secretaria, animação religiosa). Abriam-se, também, novos espaços coletivos para discutir problemas da comunidade, assim como assembléias e espaços de interação e articulação entre comunidades – os setores – o que atendia a um dos princípios das CEBs que era o de que as comunidades não poderiam se fechar sobre si mesmas, mas deveriam se voltar para fora também (ESTERCI: 2002, p. 53).

Assim é que:

Os moradores da beira dos lagos e rios – conhecidos também como *ribeirinhos* - vinham protagonizando, desde os anos de 1980, uma ação

coletiva que ao longo dos anos deu origem ao “movimento de preservação dos lagos”. Visavam estabelecer normas de uso dos recursos pesqueiros entre os moradores das *comunidades* e adotar medidas restringindo o acesso de “pescadores de fora” e “peixeiros” – comerciantes de peixes - às suas áreas de pesca. Apoiados desde cedo, pelas equipes locais da Igreja Católica, que temiam que a pressão sobre os estoques pesqueiros pudesse gerar uma situação de fome nas *comunidades*, os *ribeirinhos* se organizaram passando a oferecer resistência aos “invasores” – aqueles que insistiam em explorar os lagos “preservados” (ESTERCI: 2005b, sem paginação).

O Movimento de Preservação de Lagos assumiu as seguintes determinações:

(...), as equipes da Igreja propunham que em todas as comunidades se fizesse a distinção dos lagos que, para efeito da pesca seriam classificados como “de procriação, santuário ou sagrado; lago de manutenção subsistência e consumo; e lagos livres”. (...). Além de organizar os *ribeirinhos* em suas localidades, a Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, passou a convocar encontros anuais para discutir os problemas da pesca (ESTERCI: 2002, p. 54).

O movimento acima citado surgiu de uma preocupação crescente com a diminuição do estoque pesqueiro nas *comunidades*. Isto se dava pelo aumento das atividades de pesca, sobretudo de barcos que se destinavam à venda para o consumo de Manaus, que, na década de 1960, tornou-se um pólo de crescimento econômico com a criação da Zona Franca. No Amazonas, o regime militar, promoveu o incremento³ do que poderíamos chamar de indústria da pesca para alimentar as populações dos pólos de desenvolvimento que estavam sendo criados. Isto causou uma pressão muito grande e conflitos:

A modernização da pesca já vinha sendo estudada desde os anos 50 e, como lembra Fiúza de Mello (1993), especialistas da FAO-UNESCO propunham que para organizar a atividade pesqueira na região era preciso ter pescadores “qualificados”, exercendo a pesca como “profissão” e não como atividade de subsistência. Nos anos de 1960 e 1970, incentivos governamentais destinados a melhoramentos na tecnologia de captura, transporte e armazenamento do pescado foram distribuídos, provocando o

³ Sobre a pesca como uma atividade exercida desde tempos remotos na região, vide capítulo I.

aumento da diferenciação interna e possibilitando a intensificação da pesca comercial (ESTERCI: 2002, p. 53).

Ronaldo Barthem (in: PROJETO MAMIRAUÁ – SEMESTER REPORT: 1993, p. 3) assim se refere ao consumo de peixe em Manaus e à economia da pesca artesanal:

Atualmente, a população que habita as margens dos grandes rios amazônicos, principalmente o Solimões-Amazonas, consomem mais pescado que a média geral de outras regiões do Brasil ou do mundo. Em Manaus, o consumo de pescado é cerca de 7 vezes maior que o consumo dos países do primeiro mundo (Shrimpton & Giugliano 1979). Além disso, estima-se que a economia da pesca denominada “artesanal” movimenta uma quantia anual em torno de US\$ 200 milhões, se considerarmos que a captura anual situa-se acima de 200.000 toneladas e o preço do pescado em torno de US\$ 1 o quilo (Petrere, 1992). Essa atividade gera mais de 70.000 empregos para pescadores da Região Norte, 30.000 dos quais filiados às Colônias de Pesca (SUDEPE 1985), o que ressalta a importância da pesca amazônica para a subsistência das populações locais e para a atividade econômica que visa exportar recursos naturais da região.

De acordo com os depoimentos da maioria dos pescadores de Tefé, de representantes da Colônia Z-4 e de alguns técnicos do IDSM, para aquela região, além da demanda dos pescadores artesanais das cidades próximas, concorriam embarcações de grande capacidade e capital, vindas de cidades distantes, como Belém, Manaus e Manacapuru. Tais embarcações eram capazes de fazer de uma só vez a carga que os pescadores locais levavam semanas ou mesmo meses para fazer.

Neste sentido, é preciso enfatizar que, nos primeiros anos, a pressão sobre os estoques pesqueiros não foi responsabilidade apenas dos pescadores de Tefé. Havia barcos com grandes capacidades de armazenamento que vinham de Manaus e outras cidades distantes para explorar os recursos pesqueiros da região⁴.

⁴ Tanto que no Plano de Manejo da Reserva (1996, p. 37), informa-se que em Assembléias Gerais, os moradores e usuários definiram, dentre outras coisas o seguinte: “(...) (I) o fechamento dos lagos da Reserva para pesca profissional destinadas aos mercados mais distantes, Manaus e Manacapuru

Até recentemente, antes do fechamento de um acordo de pesca para o uso do lago Tefé, barcos de Manaus de grande capacidade de armazenamento faziam, em poucos dias, no citado lago, a carga de peixe que os barcos de Tefé levam um ou mais meses para fazer.

Ainda segundo os depoimentos dos pescadores, dado a capacidade de captura e armazenamento das embarcações das cidades distantes ser maior, o efeito causado por elas era devastador tanto concreta quanto simbolicamente. Acumulavam nas caixas uma grande quantidade de peixes e, no curso de um rio, ao depararem-se com um cardume de maior lucratividade, despejavam a carga antiga inteira na água para apreender o cardume mais rentável.

Essa atitude causava uma comoção muito grande nos representantes da Igreja e dos *ribeirinhos* ao verificarem no curso do rio os peixes mortos. É o que registra Neide Esterci (2002) ao registrar o depoimento escrito em dissertação de mestrado por uma moradora local identificada com as causas da conservação:

Em setembro de 1981, morando (...), numa casa perto do Paraná de Itapiranga, (...) vi, por quase meia hora, passarem peixes mortos, boiando nas águas que branquejavam de peixes. Era um cardume de pacu, jogado no Paraná, por um barco pesqueiro... para desocupar as geleiras (caixas frigoríficas dos barcos) e colocar nelas um outro cardume de peixes, comercialmente mais rentável... (SPINOLA apud ESTERCI: 2002, p. 55).

E, de acordo com os pescadores de Tefé, não era realizada muita distinção entre as embarcações que realizavam estas atitudes e as embarcações menores dos pescadores locais. Sobre eles, muitos sendo originários das áreas-objeto de conflito, e que, talvez por este motivo, insistiam que tinham direito de uso da área tanto quanto os *ribeirinhos*, recaiu uma espécie de marginalização devido à

principalmente; (...); (III) a alocação de lagos destinados às sedes de município para pesca comercial; (...)"

reputação de “invasores de lagos” que lhes vinha sendo atribuída por instituições e sujeitos ligados à luta pela defesa dos *ribeirinhos* e dos recursos naturais:

Nos anos 1960 e 1970, incentivos governamentais destinados a melhoramentos na tecnologia de captura, transporte e armazenamento do pescado foram distribuídos, provocando o aumento da diferenciação interna e possibilitando a intensificação da pesca comercial (...). Ao contrário do que aconteceu em outros estados da região, no estado do Amazonas, (...), o governo estimulou, especialmente as atividades comerciais e industriais, criando inclusive a Zona Franca, na cidade de Manaus que cresceu enormemente, nas décadas seguintes. As pessoas deixavam os povoados do interior, onde rareavam as oportunidades de emprego e se dirigiam para a capital ou mesmo para cidades menores, que também cresciam. Muitos daqueles que antes se dedicavam à pesca como atividade de subsistência e, complementarmente, para comercializar passaram, nas cidades, a ser pescadores a tempo integral. Aumentou muito, portanto, e todos os autores e atores sociais falam disso, a pressão sobre os estoques de peixes. Daí que surgiram, ou aumentaram em número, os conflitos em torno das áreas de pesca, porque os moradores das margens dos rios e lagos, sentindo-se prejudicados pelos “pescadores de fora”, começaram a se organizar e a pedir respaldo às autoridades locais, no sentido de impedir a entrada de “pescadores de fora” nas águas tidas como importantes para sua sobrevivência ou mesmo para sua própria pesca comercial (ESTERCI: 2002, p. 53).

É certo que houve um incentivo maior do Governo para as atividades de pesca, coincidindo com este período, por exemplo, a data de institucionalização da entidade de representação de classe dos pescadores como Colônia estimulada pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Outras alterações ligadas a melhoramento tecnológico, como a rede de náilon, a caixa fixa isotérmica (gelo para a conservação do pescado), permitiram um esforço de captura maior de uma só vez, sendo que a capacidade de captura de um pescador passou a ser medida pela capacidade de armazenamento de sua caixa.

Assim sendo, pescadores da cidade, filiados a uma colônia, com incentivos governamentais, puderam receber financiamento para compra destes materiais. Os *ribeirinhos*, por sua vez, na maioria das vezes, não filiados a nenhuma entidade e desprotegidos, sentiram que, com o aumento da capacidade de captura do pescador da cidade (sistematicamente em atividade de pesca, dado que não

realizavam outras atividades, como a agrícola), sobreviria uma diminuição de sua própria captura.

No início, os pescadores das sedes locais eram convidados para os encontros anuais de discussão sobre os problemas da pesca, mas, por uma série de conflitos e problemas relacionados ao uso dos recursos, a parceria em defesa dos lagos acabou se dando preferencialmente com os *ribeirinhos*, com grandes dificuldades para a inserção dos pescadores, sobretudo de Tefé.

Alguns pescadores de Tefé acusam os *ribeirinhos* de uma série de ações que entram em profunda contradição com a identidade ligada à conservação dos recursos: arrendamento de lagos a grandes embarcações de localidades distantes combinada a invasões em *lagos de procriação*; os *ribeirinhos*, por sua vez, sempre acusaram os pescadores de ações ilegais nos lagos.

Ao que tudo indica, os pescadores de Tefé, muito mais do que incompatíveis com práticas conservacionistas, acabaram se tornando vítimas da conjuntura. Segundo muitos afirmam, em 1970, eles não possuíam uma cultura conservacionista estabelecida, o que os levava a entender de outra forma os esforços em resguardar os lagos, embora haja depoimentos que revelam ter existido um pacto informal de respeito entre pescadores da cidade e os *ribeirinhos mobilizados* (ALMEIDA: 1995)⁵ no começo: os *ribeirinhos* conseguiam sem conflitos e pelo convencimento impedir a pesca em áreas por eles protegidas (ESTERCI: 2005b).

Pode ser que os *fatores de perturbação* tão bem descritos por Lourdes Furtado (1993), como as principais causas de conflito entre pescadores da cidade e

⁵ Utilizo o termo “*mobilizados*” segundo o sentido conferido pelo conceito de *unidades de mobilização* do Autor.

pescadores *ribeirinhos*⁶, conjugados a condutas inadequadas de ambas as partes acabaram por opô-los como se fossem pares de uma relação binária: estes últimos identificados com um comportamento conservacionista e aqueles com um comportamento depredatório.

Segundo uma espécie de retrospectiva realizada por Neide Esterci (2002) do início do processo de conversações feitas entre Igreja, *ribeirinhos* e pescadores da cidade, o resultado final foi um processo de operação classificatória que opôs *ribeirinhos*, de um lado, e pescadores da cidade do outro, a partir de um sistema de di-visão que engendrou um entendimento específico sobre os dois sujeitos em questão:

As equipes da Igreja tentaram no início, fazer dialogarem os dois segmentos. Os nomes dos encontros convocados a partir de 1983, refletem a busca de ajustamento entre o projeto inicial e as alternativas posteriores:

I Encontro sobre a Pastoral da Pesca

II Encontro de Pescadores Artesanais

III Encontro dos Pescadores

IV Encontro dos Pescadores

V Encontro dos Pescadores e Ribeirinhos

VI Encontro dos Ribeirinhos e Pescadores

VII Encontro dos Ribeirinhos e Pescadores

É interessante notar que quando aparece apenas o nome pescador é porque a Igreja se propunha a pensar todos como pescadores, porque esta é, reconhecidamente uma atividade a que todos se dedicam em alguma medida, e na época, a Comissão Pastoral da Pesca - CPP, era já uma referência importante, em outros estados do Norte e do Nordeste. A partir do encontro realizado em 1991, no entanto, a opção foi feita noutra direção e a Igreja passou a trabalhar somente com os *ribeirinhos*. A opção política (e a operação classificatória que a acompanha), se torna definitiva, ao que parece, no VIII Encontro, que se realiza em 1991.

Pelo que um dos depoimentos por ela colhidos a respeito desta tomada de orientação política indica, houve um interesse dos propositores dos eventos em defender preferencialmente os direitos dos *ribeirinhos*, reconhecidos a partir dessa

⁶ Efeitos de políticas em favor do desenvolvimento da Amazônia, como projetos minero-metalúrgicos, hidrelétricos, agropecuários, industriais, que modificam a dinâmica do meio-ambiente, poluindo os corpos d'água, reduzindo as fontes de alimentação dos peixes devido o desmatamento, reduzindo significativamente as espécies, bem como o desenvolvimento da pesca industrial em outros pontos da Amazônia.

identificação em oposição aos índios e aos pescadores. Ao que parece, em face de um conflito insolúvel com os outros dois sujeitos sociais, assim tentavam garantir-lhes um direito de domínio e uso sobre as áreas em função de sua co-dependência com os territórios por eles protegidos:

Antes não era encontro dos ribeirinhos. Era encontro dos pescadores. Ele (o bispo de Itacoatiara), queria assim. Só que, (...) naquela época, talvez fosse uma falta de conhecimento da realidade... (de não saber) diferenciar... quem só vive da pesca e quem quer preservar para poder reduzir o tempo da pesca, para fazer outras culturas como a roça. (...). Naquele tempo, a CPT tinha aquele problema de identificação. Teve um ano que a CPT fez um encontro de ribeirinhos, índios e pescadores. Nesse último ano a CPT despertou... Houve um conflito: os índios diziam que os pescadores invadiam a área da reserva; os pescadores diziam que eram os índios. E a gente disse: então a partir de agora nós temos que pensar... um meio de separar isto aqui. O índio tem o direito dele que é garantido; nós temos que garantir o direito dos ribeirinhos. Aí a CPT (decidiu): não vamos mais convidar os índios, (nem) os pescadores, (...) vamos trabalhar com as pessoas que estão nas comunidades, às margens dos rios e que vivem da pesca, mas também plantam. Vamos convidar os ribeirinhos. (...) Nós vamos ter que definir, a CPT vai ter que encontrar um rosto e a gente vai trabalhar com os ribeirinhos. (Adenilza Mesquita in: ESTERCI: 2002, p. 54-55).

Não significa que os agentes da Igreja decidiram opô-los e criar identidades divergentes. Tudo indica que a oposição já existia, tanto que a orientação por trabalhar somente com os *ribeirinhos* ocorreu quando os propositores se deram conta de que estes últimos se recusavam a serem tratados a partir da identidade de pescadores, bem como se recusavam a serem tratados como agricultores ou índios.

A falta de entendimento entre pescadores e *ribeirinhos* pode ter sido estimulada pela forma binária com que eles próprios também se entendiam. Quando um pescador, mal-convencido da resguarda dos lagos para a conservação das espécies, observava que um *ribeirinho* agia em desacordo com tal premissa (arrendando lagos a barcos de grande capacidade ou mesmo invadindo áreas de proteção), ligava à figura de todos os *ribeirinhos*, mesmo daqueles bem

intencionados, a de um oportunista que desejava resguardar os lagos para si. E, então, passou a não ter respeito pelo esforço em defesa dos recursos e agir em conformidade com isso. Nem todos os *ribeirinhos* eram identificados com os objetivos da conservação e agiam em desacordo com ela e isso era fator de conflito também entre eles.

Deste modo, havia problemas de conflitos pelo acesso às áreas devido tais desentendimentos a respeito dos direitos de uns e outros em usufruir e em delimitar o usufruto. Deste modo, estando a parceria pela defesa do meio-ambiente decidida firmemente em favor dos *ribeirinhos*, os pescadores procuraram “se cobrir” sob as únicas proteções que lhes restaram disponíveis: a Colônia e os *patrões*. E os patrões ofereciam a proteção, mas sob certas condições: uma delas era a pesca de determinadas espécies, o pagamento por produção, e, em suma, não se importavam com a defesa do meio ambiente.

Porque a colônia não teve força suficiente na época para ser a alternativa viável frente à parceria com os patrões se deve a uma serie de dificuldades que pretendo discutir no próximo capítulo. Frente às situações estruturais da região, às dificuldades em encontrar mercados fora da localidade, à escassez dos recursos naturais em áreas sem manejo, à falta de oportunidades em outras atividades, eram, para muitos pescadores, principalmente aqueles com maiores dificuldades econômicas, os patrões de pesca quem intermediavam as produções e quem financiavam as pescarias, independentemente de como elas tenham sido feitas. E a não identificação com as causas ambientais em uma área em que a parceria ecológica estava ganhando uma força insuperável resultava em um maior empobrecimento, devido as multas e as apreensões de materiais efetuadas pelo IBAMA. Sendo assim, o problema se agravava como uma bola de neve: quanto mais

o pescador lutava com as armas erradas contra a sua situação, mais ele se empobrecia e insistia nisso tanto pela resistência como pela necessidade.

A situação dos pescadores, agindo como estavam contra os esforços em favor da conservação, somente pioraria quando em 1990, foi decretada pelo Governo do Estado do Amazonas a então Estação Ecológica Mamirauá, localizada inteiramente em área de várzea, região de florestas que permanecem submersas durante metade do ano, com variação de cerca de 12 m no nível das águas (LIMA: 1997).

2.2 A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Na região do Médio Solimões, existe um considerável conjunto de *unidades de conservação* – U.Cs. A RDSM é uma dentre esse conjunto, tendo sido a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável criada no Brasil, a primeira do país em área de várzea e uma das mais importantes *áreas protegidas* de florestas alagadas do planeta. Interliga-se a partir de um corredor ecológico à Estação Ecológica do Jaú por intermédio da RDS Amanã (RDSA), que se localiza à margem esquerda do rio Japurá (a RDSA foi criada pelo Decreto Estadual Nº 019.021, em 1998). Mamirauá e Amanã encontram-se sob a jurisdição direta de uma entidade sem fins lucrativos, o IDSM (SCM/CNPq/IPAAM: MAMIRAUÁ: PLANO DE MANEJO: 1996; MOURA & REIS: 1997):

A RDSM é a primeira reserva em ambiente de várzea no país e *habitat* de muitas espécies raras e ameaçadas da fauna amazônica como o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*) o macaco de cheiro (*Saimiri Vanzolini*), todos fazendo parte da lista oficial de espécies ameaçadas de extinção no Brasil. Nesta área encontra-se também abundância de espécies aquáticas, de répteis, grande quantidade de anfíbios, e de peixes de alto valor comercial como o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pirarucu

(*Arapaima gigas*) atualmente ameaçados pela pesca predatória em toda a Amazônia. Há ainda um grande número de espécies de árvores características da várzea que tiveram suas populações bastante reduzidas pela extração seletiva em outros locais da várzea Amazônica (MOURA & REIS: 1997, sem paginação).

A denominação Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi incorporada à legislação do SNUC em razão da experiência da RDSM, que já vinha praticando sistemas de manejo participativo com *comunidades* com vistas à proteção da natureza e manutenção da sócio e da biodiversidade:

Conforme já destacado no capítulo referente à tramitação do projeto de lei que instituiu o SNUC no Congresso Nacional, o relator, deputado Fernando Gabeira, incluiu inicialmente a proposta de criação da reserva ecológico-cultural, proposta pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo, coordenado pelo professor Antônio Carlos Diegues. A definição de “reserva ecológico-cultural” era de uma “área natural, que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”. A designação – reserva ecológico-cultural – foi substituída, entretanto, na versão final do projeto, por “reserva de desenvolvimento sustentável”, por causa, em grande parte, da experiência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, mas a definição foi mantida nos mesmos termos, acrescentado-se, entretanto, a possibilidade de só se fazer a desapropriação das áreas particulares incluídas em seus limites “quando necessária” (SANTILLI: 2005, p. 149).

A autora argumenta que o termo foi adotado em virtude do que ela chama de “paradigma de conservação ambiental com participação de comunidades locais”. Segundo ela, este paradigma estaria presente nas práticas da citada U.C., tal como atesta Moura & Reis (1997, sem paginação):

A proposta elaborada pelo plano de manejo da RDSM, ao perseguir a preservação dos recursos naturais associada a uma melhoria na condição de vida da população, assume que este objetivo só será possível com o efetivo envolvimento da população conscientizada de sua importância política neste processo. Esta proposta segue portanto, um modelo novo de conservação da natureza que reconhece a importância de conciliar conservação e desenvolvimento social.

Na proposta inicial da *RDS Mamirauá*, destinava-se sua criação para a preservação de duas espécies de primatas (macaco-de-cheiro-de-cabeça-preta e uacari branco)⁷, encaminhada ao Governo do Amazonas em 1984, focalizando uma área de 712 km². No entanto, o Estado do Amazonas decretou uma área maior que coincide com toda a distribuição do *uacari branco* (LIMA: 1997, p. 290). A Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – SEMACT/AM assinou um convênio com o CNPq e o MMA para a implantação da Reserva (LIMA: 1997). De acordo com o Plano de Manejo da mesma:

Em 1983 o biólogo José Márcio Ayres encontrou na região do lago Mamirauá o local ideal para seu estudo de doutorado sobre o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*). A pesquisa mostrou a necessidade de preservar uma área na qual estes primatas ameaçados de extinção tivessem asseguradas suas chances de sobrevivência. Em 1985, o biólogo enviou uma proposta à Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) para a criação de uma Estação Ecológica em uma área de 260.000 ha, a primeira Reserva em ambiente de várzea do país, com o objetivo de assegurar a biodiversidade da área, bem como garantir a manutenção das populações humanas que ali residem (SCM/CNPq/IPAAM: MAMIRAUÁ: PLANO DE MANEJO: 1996, p. 15-16).

Esta última foi, inicialmente, decretada como *Estação Ecológica*, e legalmente, deveria ser uma *unidade de proteção integral*⁸. De acordo com o SNUC: “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (LEI Nº 9.985, Art. 7º, Parágrafo 1º). Foi criada por um decreto estadual, com área total de aproximadamente 11.240,00 Km², juntamente com mais 5 U.Cs., perfazendo um total de 100.000,00 Km² de áreas territoriais do Estado do

⁷ Por este motivo, os técnicos e extensionistas do IDSM acabaram sendo chamados de macaqueiros pelos residentes na reserva e pelos moradores da cidade.

⁸ De acordo com a lei do SNUC (LEI Nº 9.985, CAPÍTULO III, Art. 8º, Incisos I,II,III,IV, V): “O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação: I – Estação Ecológica, II – Reserva Biológica; III – Parque Nacional; IV – Monumento Natural; V – Refúgio da Vida Silvestre.

Amazonas destinadas a fins de conservação ambiental⁹ (DECRETO Nº 12.836, Art. 1º, Art. 2º). Neide Esterci (2005, sem paginação) afirma a respeito:

Em 1990, nesta área, onde se abastecem, não somente os pequenos pescadores das cidades da região, mas também grandes comerciantes e industriais da pesca vindos da capital e outras cidades da Região, o Governo do Estado do Amazonas decretou a criação da Estação Ecológica Mamirauá, uma unidade de conservação de 1.200.000 ha. Em parte, o decreto atendia à demanda de cientistas que já desenvolviam pesquisas na área, mas a extensão abarcada pelo decreto ultrapassava largamente o que fora demandado como necessário à pesquisa científica. Aproximava-se a data de realização da Eco-92, no Rio de Janeiro e os olhos do mundo se voltavam para o Brasil e a Amazônia. As expectativas de reconhecimento político (e a busca de investimentos materiais) acalentadas pelas autoridades estaduais, provavelmente, não cabiam dentro das dimensões almejadas pelos cientistas, o que deve explicar em parte, as dimensões atribuídas à Reserva, no decreto do governo estadual.

Não poderia conter pessoas residindo. Em diversos pontos, entretanto, existiam as *comunidades de ribeirinhos*, as mesmas que foram formadas pela Igreja Católica, como discutimos no item anterior. Para resolver a questão da legalidade da área de conservação, sob um projeto de lei encaminhado por dois advogados, o Estado do Amazonas decretou-a como *Reserva de Desenvolvimento Sustentável*, modalidade incompatível com os instrumentos jurídicos até então adotados pela legislação vigente. Visto as dimensões da U.C., os impactos sócio-econômicos que o deslocamento compulsório das pessoas ali residentes poderia causar seriam enormes (LIMA: 1997).

Em 1996, o Governo do Estado decretou-a como RDS, uma categoria que ainda nem existia na legislação ambiental:

⁹ As U.Cs. criadas por este decreto foram, além da Estação Ecológica Mamirauá, o Parque Estadual da Serra do Aracá (18.187,00 Km² aproximadamente); Área de Proteção Ambiental de Presidente Figueiredo “Caverna do Maroaga (2.562,00 Km² aproximadamente); Área de Proteção Ambiental do Médio Purus, “Lago Ayapuá” (6.100,00 Km²); Área de Proteção Ambiental de Nhamundá (1.959,00 Km² aproximadamente); Reserva Biológica dos Seis Lagos (aproximadamente 369 Km²) (DECRETO Nº 12.836, Art. 2º).

A ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ, criada pelo Decreto nº 12.836, de 9 de março de 1990, fica transformada em RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ, cuja gestão ambiental obedecerá às normas e diretrizes constantes desta Lei (LEI Nº 2.411, Art. 1º).

Manteve-se o tamanho original, a localização¹⁰ e os limites, e se incorporou como características, definidas na Lei que a transformou em RDS, promoção do desenvolvimento sustentável com prioridade para ações de combate à pobreza e melhoria das condições de vida; proteção dos recursos ambientais e sócio-culturais existentes, com atividades que não levem à perda dos atributos que justificaram a sua criação; promoção de pesquisas relativas a modelos de desenvolvimento sustentável, para serem adotados pelo Estado do Amazonas; estabelecimento de mecanismos de auto-gestão, fiscalização e proteção e utilização dos recursos naturais (LEI Nº 2.411, Art. 2º, Incisos I, II, III, IV).

Esta lei também estabelece a necessidade de elaboração do plano de manejo a ser aprovado por Decreto do Executivo, com diretrizes gerais voltadas para zoneamento ecológico das áreas selecionadas e usos recomendados, restrições quanto ao uso, objetivos, mecanismos de controle e avaliação. Além delas, outros procedimentos deveriam, segundo a lei citada, orientar a elaboração do plano, tais como: definição de áreas geográficas prioritárias para a atuação; estabelecimento de áreas de proteção integral; criação de zonas-tampão nas áreas adjacentes, definição de áreas nas quais a residência e ocupação pelos grupos sociais seriam mantidas; política de ocupação de áreas por habitantes que porventura viessem a migrar para a região, devendo ser realizada nas áreas adjacentes, mesmo dependendo do uso de seus recursos; política ambiental de modo geral; definição de política de ocupação e uso das áreas de várzeas, compreendendo inicialmente a autorização

¹⁰ A RDSM localiza-se na confluência dos rios Japurá e Solimões e Auati-paraná e o Paraná do Aranapu (LIMA: 1997; MOURA & REIS: 1997).

de assentamentos, de preferência nas áreas mais altas; mecanismos de integração com os municípios de Fonte Boa, Japurá, Maraã, Juruá e Uariní, nos limites dos quais se encontra a Reserva, e com os municípios de Tefé e Alvarães, para a implementação dos objetivos a que a mesma se propõe (LEI Nº 2.411, Art. 4º, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII). De acordo com Esterci (2005, sem paginação):

A proposta resultante foi uma modalidade nova que passou a fazer parte da legislação: a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. O novo enquadramento tornava possível a permanência dos moradores na Reserva, condicionando-a à elaboração de um “plano de manejo” que garantisse o “uso sustentável” dos recursos e a conservação da biodiversidade. Durante quase dez anos os trabalhos de implantação da Reserva ficaram restritos a uma parcela apenas da área total da Reserva – a “área focal” – com suas 60 comunidades e uma população de, aproximadamente, 5.000 pessoas. Elaborado a partir de levantamentos sócio-econômicos, discutidos em reuniões com os moradores e depois de inúmeras tentativas de envolver também os principais segmentos de moradores e usuários da cidade de Tefé, mais especialmente os pescadores e sua entidade de representação, o plano de manejo foi, afinal, aprovado em 1996.

Para a gestão dos recursos da reserva, foi criada em 1992 uma sociedade civil sem fins lucrativos, denominada Sociedade Civil Mamirauá que, não mais existe, tendo sido substituída pelo IDSM.

Lima (1997, p. 289-290) afirma que os trabalhos na RDSM iniciaram-se em uma *área focal* de 260.000 ha¹¹, localizada entre os rios Japurá, Solimões e o paraná de Aranapu, e a implanta do restante ficou sujeita aos resultados das pesquisas destinadas  elabora do *plano de manejo* da mesma. A respeito deste último, existe um documento já concluído, o qual normaliza todos os trabalhos

¹¹ Até a conclusão do trabalho de campo desta pesquisa (realizado entre outubro e dezembro de 2004), os técnicos e extensionistas do IDSM trabalhavam com as categorias: *rea focal* e *rea subsidiária*. Trata-se de uma divisão de modo a melhor administrar a área total. A insero da *rea subsidiária* ainda não estava concluída na ocasião do trabalho de campo desta pesquisa. O IDSM ainda trabalhava de maneira mais intensiva na área focal da reserva, e l mantendo os programas de manejo de recursos naturais, tais como Programa de Manejo Pesca, Programa de Agricultura Familiar; Artesanato e Ecoturismo.

realizados pelos *extensionistas* do IDSM em parceria com as *comunidades* de moradores, agrupadas em *setores*¹².

A respeito destas comunidades, Edila Moura & Marise Reis (1997, sem paginação) afirmam:

A população que habita a área focal da reserva é de 1668 habitantes na área interna e de 3609 habitantes na área de entorno, perfazendo um total de 5277 pessoas. Esta população está distribuída em 23 assentamentos localizados na área interna e 37 assentamentos de usuários dos recursos da reserva. As principais atividades econômicas são a pesca, a agricultura e a extração de madeira, condicionadas à sazonalidade do ambiente de várzea e às alterações na composição dos grupos domésticos, uma vez que a base da produção é a força de trabalho familiar. A renda média anual das famílias situa-se em torno de US\$ 900, e deste total cerca de 53% é gasto no provimento dos alimentos básicos para a manutenção da família. A maior parte da renda doméstica é assegurada pelas atividades de pesca chegando a constituir 72% do valor total da renda anual doméstica.

A categoria “comunidade” é amplamente utilizada pelos técnicos e extensionistas¹³ do IDSM. Dela deriva outra categoria, *comunitários* (moradores da Reserva). Trata-se de um termo apropriado tecnicamente para divisão da área, a partir do que foi utilizado pelo trabalho de evangelização da Igreja Católica, que, como vimos, foi iniciado na década de 1960, por intermédio do MEB, trabalhando com educação para os moradores da área.

De acordo com o Plano de Manejo da Reserva Mamirauá (1996, p. 35-36):

O termo “comunidade”, adotado pela maioria dos assentamentos da região, refere-se às localidades que adotaram a proposta da Igreja, posteriormente apoiada por diversas instituições de extensão rural, e que possuem uma liderança política eleita pelos moradores. O movimento de preservação dos lagos comunitários, iniciado em 1980 e também promovido pela Igreja Católica, consolidou o processo de estruturação política dos

¹² Comunidades e setores é o modo como o IDSM divide social e geograficamente os grupos humanos das duas RDS que estão sob sua responsabilidade.

¹³ Extensionistas são o pessoal contratado para realizar trabalhos de extensão nos diversos programas mantidos pelo IDSM. Técnicos são mais antigos e, recentemente, tornaram-se funcionários do Ministério da Ciência e Tecnologia.

assentamentos ao definir um papel político para as lideranças comunitárias inteiramente apoiado pelos comunitários. Há ainda núcleos populacionais menores, não organizados segundo o modelo de comunidade, denominados sítios, e casas isoladas. A maior parte dos assentamentos da Área Focal da Reserva se localiza à margem dos principais rios que limitam a Área Focal, o Solimões, o Japurá e o paraná do Aranapu, e apenas algumas casas isoladas se localizam no interior da Reserva.

Existe, então, a representao de que o uso do termo comunidade teria sido algo criado, ou apropriado, pela Igreja Católica em seu trabalho de evangelizao. E de fato, como vimos, ela possui uma influência inegável na região, existindo ainda hoje um esforço muito grande de setores ligados  Igreja no que diz respeito  promoo da sustentabilidade com manejo participativo (GPD¹⁴) ao respeito dos direitos indígenas (Conselho Indigenista Missionário – CIMI), ao direito dos *ribeirinhos* de produo e acesso  terra (CPT; STRs).

Representaes científicas, por sua vez, enfocam que o termo comunidade expressa muito mais do que a organizao adotada pela Igreja. Ele expressaria, sobretudo, questões de identidade étnica comum e de laços de solidariedade:

Desde as primeiras interpretaes sociológicas modernas ( exceo, talvez, dos ensaios de Euclides da Cunha) sobre a Amazônia rural não-indgena¹⁵, o termo de “Comunidade” vem sendo usado para descrever

¹⁴ O GPD compõe-se de antigos membros do já extinto MEB e está ligado  rede Grupos de Trabalho Amazônicos – GTA (Ent. Ana: 04/11/04), a qual, segundo Santilli (2005, p. 47), “Durante a Eco-92, foi também criado o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma rede de organizaes não-governamentais da Amazônia, com o objetivo, entre outros, de pressionar o G-7 (**nota de rodapé: Com a entrada da Rússia no G-7, o grupo tornou-se G-8**)– o grupo dos sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda, França e Canadá – a cumprir efetivamente a promessa de destinar recursos a fundo perdido a iniciativas dedicadas a combater o desmatamento nas florestas tropicais brasileiras. O GTA – que congrega tanto organizaes indígenas e de seringueiros quanto organizaes ambientalistas – procurou assegurar ainda a participao da sociedade civil no Programa Piloto de Proteo s Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7)”.

¹⁵ Faulhaber (1998, p. 65), não obstante, defende que houve um trabalho, também do governo militar, de integrao dos indígenas da Amazônia  comunhão nacional: “os estrategistas militares propõem a formao de ‘colônias indígenas’. Nestas ‘colônias’, os índios seriam considerados como integrados e seu território deveria ser reduzido segundo os interesses dos atores dominantes. Esta interveno  concebida no PCN a partir do estabelecimento de uma diferenciao sócio-espacial: as ‘margens’ dos grandes rios, os ‘centros interioranos’ e as áreas de ‘faixa de fronteira’ (...). Os ndios do Médio Solimões passam a ser caracterizados como ‘ribeirinhos’, pois se situam na primeira categoria sócio-

uma forma singular de organização social, resultante da reelaboração cultural de uma herança colonial de acordo, porém, com lógicas próprias a populações camponesas. A partir dos anos 1960, a Igreja Católica apropriou-se do termo, na tentativa de encarnar sua presença missionária nas muitas realidades locais que coexistiam dentro dos imensos territórios paroquiais, dando-lhes novos significados ao associar Comunidade e *ecclesia*. Seu uso finalmente popularizou-se, vindo a designar (entre outros) certos aglomerados que não desfrutam do status de vila, e que via de regra jamais figuram nominalmente nas tabelas do Censo Demográfico, a não ser quanto à situação de domicílio no cômputo das populações rurais do distrito ou do município onde se localizam (SANTOS: 2002, p. 18).

A distinção comunidade-sociedade esteve presente em autores tão distintos como Ferdinand Tönnies (*Gemeinschaft* e *gesellschaft*); Emile Durkheim (solidariedade mecânica X solidariedade orgânica), Max Weber (*ethnos* e *polis*); autores da Escola de Chicago (associações comunais e associações societais). Os estudos seguindo a metodologia empregada como de comunidade na região amazônica, como os realizados por Wagley (1977) e Galvão (1976), assumem os contornos de monografias sobre grupos sociais com culturas próprias e elementos que os identificam frente a outros grupos e como comunidades típicas de regiões do Brasil.

A definição que Joseph Gusfieldi (1970) dá ao termo *community*, por sua vez, põe em relevo o caráter de apelos para a identificação comum e para regras de sociabilidade:

The usages of "community" that have been discussed may be seen as deriving meaning for the actors in social situations as contrasts in somewhat that same sense that the community-society distinction involves contrasts for the social scientist analyzing the situation. They constitute appeals to persons to behave in specified ways because they are members of a community of people who have particular claims on each other that others do not have. "You and I are not strangers but are part of the same community and

espacial, e são considerados como 'índios civilizados', ou 'integrados' na tipologia da política indigenista oficial". Ribeirinhos ou índios, estes grupos tem assegurado na Constituição ou pelo SNUC o direito ao acesso ao território de reprodução material e cultural. PCN é a sigla Projeto "Calha Norte" ou, um nome mais pomposo, Desenvolvimento e Segurança ao Norte das Calhas do Rios Solimões e Amazonas. Tratava-se de um projeto em tom nacionalista e desenvolvimentista, que procurava, através de um mito nacionalista, justificar sua intervenção pela "defesa da Amazônia" contra empresas estrangeiras, embora assumisse posturas ambíguas a este respeito (cf. FAULHABER: 1998, p. 64).

therefore should act differently than we each would toward strangers". The appeal is to a common identity and to rules of solidarity.

Ou seja, constituem apelos para as pessoas agirem de maneiras específicas, por serem membros de uma comunidade de pessoas que possuem reivindicações particulares com cada um. A fórmula "Você e eu não somos estrangeiros, mas partes de uma mesma comunidade e, conseqüentemente, agiremos diferentemente de como nos dispomos a agir em relação a estrangeiros", enfatiza bem o caráter de apelo para a ação comum baseada em laços comunais originados a partir de relações familiares ou étnicas.

É assim que Lourdes Furtado e Ivete Nascimento (2002, p. 33-34) descrevem o que entendem ser uma comunidade pesqueira em Tamarutea¹⁶:

As comunidades humanas pesqueiras organizam-se segundo sua lógica própria construída e influenciada por diversos fatores (sociais, étnicos, culturais e ambientais) que lhes atribuem feições e modos de viver particulares, sem deixar de ser parte do todo mais amplo.

A aparente simplicidade que permeia a vida social interna, as relações com o meio ambiente local e regional e as relações com o mundo de fora implica saberes herdados de gerações anteriores de seus habitantes, que por sua vez legaram hábitos e *modus vivendi* semelhantes aos dos antigos formadores da cultura amazônica, sem que isso deva ser encarado como "primitivo" ou "anacrônico".

Ao que parece, em Mamirauá foi possível conjugar o sentido religioso com o sentido científico do termo *comunidade*. Quando a RDSM foi criada, instituiu-se a parceria com estes *ribeirinhos* que a Igreja Católica havia formalizado em comunidades e, três anos depois da criação da Reserva, enquanto ela ainda era

¹⁶ De acordo com os Furtado & Nascimento (2002, p. 27), "Tamaruteua está numa área insular da Zona do Salgado (...), banhada sazonalmente por águas salgadas e salobras desde a Baía do Marajó à foz do rio Gurupi. Situa-se entre os meridianos de 46° a 48°W e paralelos de 0°30' a 1°S. Compreende o litoral nordeste do Pará e a faixa de terra paralela contígua, sujeita a confluência das marés".

uma *Estação Ecológica*, realizou-se a primeira assembléia¹⁷ de moradores e usuários da mesma. Por ela, está explícita a divisão administrativa adotada, nos moldes definidos anteriormente pela Igreja Católica, ou seja, a denominação dos agrupamentos pelo termo *comunidades* e a junção de agrupamentos próximos na categoria *setor*. De acordo com a coordenadora do Programa de Gestão Comunitária – PGC do IDSM¹⁸ (Ent.: 15/12/04), este último procura causar o mínimo possível de impacto aos grupos sociais residentes. Então, a utilização da classificação com a qual eles já vinham trabalhando seria uma forma de alcançar este objetivo.

A divisão foi a seguinte:

RIO JAPURÁ – 1. Setor Mamirauá: Boca do Mamirauá, Vila Alencar, Sítio São José, Vila São José, Tapiira , 2. Setor Jarauá: Jarauá, Nova Colômbia, Japão, Vila Liberdade, Nova Pirapucu, Manacabí; 3. Setor Tijuaca: Vila Nova do Putiri, Vila Betel, Nova Betânia, São Francisco do Cururu, Vista Alegre, Santa Maria do Cururu; 4. Setor Boa União do Médio Japurá: Jubará, São Pedro, São Raimundo, Vila Nova do Cuiu Cuiu, Nova Estrela, São José do Cuiu Cuiu. RIO SOLIMÕES – 1. Setor Ingá: Jaquiri, Juruamã, Assunção, Canária, Tupã Supé, Ingá; Setor Liberdade: 10 Coadi, Santa Domicia, Punã, Caridade, Saúde, Deus é Pai, Campo Novo, Santa Marta, Fortaleza de São José, São Benedito do Cauçu; 3. Setor Horizonte: Mirafior, Porto Praia, Aiucá, Santa Luzia do Horizonte, Porto Braga; 4. Setor Barroso: Barroso, Maguari e Bate Papo (SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ: 1993, sem paginação).

¹⁷ De acordo com o Plano de Manejo da RDSM (1996, p.37), “Assembléias Gerais são organizadas anualmente e constituem o fórum deliberativo mais abrangente, nos quais as decisões de manejo são discutidas e votadas. Até 1996 foram realizadas 4 assembléias gerais, com duração de 3 dias e uma audiência média de 60 participantes. Participaram das assembléias, além dos representantes de moradores e usuários, instituições locais governamentais e não-governamentais”. As decisões tomadas nestas assembléias, ao lado das Portarias e outras determinações legais do IBAMA, bem como das orientações científicas resultantes das pesquisas na área, são respeitadas pelos técnicos e extensionistas do IDSM como as fontes das regras a constar no Plano de Manejo, que deve nortear os trabalhos de extensão na área.

¹⁸ Em 2001, o Projeto Mamirauá deu lugar ao IDSM, que, com sede diretamente em Tefé, interligava-se à reserva por intermédio de rádios localizados em pontos estratégicos (REIS: 2003).

2.3 Ânimos acirrados: o impasse entre ribeirinhos e pescadores nas negociações relativas ao usufruto dos recursos naturais

Os comunitários da reserva não usufruem somente dos recursos pesqueiros. Há projetos, por exemplo, de manejo florestal e, nem por isso há qualquer menção a perspectivas de acordos com madeireiros de Tefé. Não obstante, com os pescadores de Tefé existe um histórico de negociações, o que, de certo modo, atesta implicitamente que o direito dos pescadores da cidade ao território é reconhecido. Nesta seção, pretendo demonstrar que os comunitários, apesar de constantemente em conflito com os pescadores, reconhecem esse direito e o garantiram em um documento que, no âmbito do modo de gestão da RDSM, tem garantia de lei.

No momento da I Assembléia Geral houve várias determinações relacionadas aos lagos existentes no território e o manejo a ser realizado neles, bem como sobre quem teria o direito à utilização deste que é um dos principais recursos de uma região predominantemente de várzea¹⁹. Dentre as determinações, constava:

(...) sobre o direito e tipo de pesca a ser desenvolvida na reserva. O representante da Colônia dos Pescadores de Tefé, Sr. Raimundo Pedrosa, argumentando pela classe, alegou que os Pescadores são profissionais e devem respeitar os lagos de comunidades e a pesca de forma geral. Informou que alguns comunitários costumam indicar os lagos para a pesca. **Houve consenso quanto a proibição da pesca por barcos de Manaus, Manacapuru e Coari. A sede de Tefé, assim como Uariní e Alvarães são reconhecidas como usuárias da estação,** e a Colônia se compromete a elaborar junto à categoria uma proposta para utilização da mesma, para ser avaliada pelos setores organizados de comunidades. Alguns **representantes municipais locais**, como os padres, professores e vereadores **manifestaram preocupação quanto a atividades de peixeiros de fora** e com a sua responsabilidade e comprometimento para

¹⁹ “A pesca é a principal atividade econômica da várzea. A produção anual de pescado é de aproximadamente 100 mil toneladas (o potencial fica em torno de 1 milhão de toneladas/ano) ou 50% da produção nacional das águas continentais (rios e lagos). O valor dessa produção é aproximadamente US\$ 100 milhões. A atividade proporciona cerca de 70 mil empregos diretos na região. Além disso, o peixe é a principal fonte de proteína das populações ribeirinhas (consumo per capita entre 100 e 550 gramas por dia)” (PRÓ-VÁRZEA: 2004).

com as áreas pertencentes ao município e reserva de um modo geral (ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ: 1993, sem paginação, grifos meus).

Pelo que vimos acima, quando eu falava a respeito dos encontros promovidos pelo Movimento de Preservação de lagos, *ribeirinhos* e pescadores não conseguiram dialogar como portadores de um interesse comum. Exatamente por este motivo é que surpreende o fato de, na primeira Assembléia Geral do Mamirauá, realizada em 1993, os pescadores de Tefé serem considerados usuários da reserva, juntamente com os de Uariní e Alvarães. E, ao que tudo indica, os “peixeiros de fora” não eram propriamente os pescadores de Tefé, mas muito mais os de Manaus, Manacapuru e Coari, que ficavam mais distantes e possuíam frotas com barcos de maior capacidade²⁰, tanto que eram os representantes dos municípios que estavam preocupados com a ação destes peixeiros. Marise Reis (2003) aponta que o termo “invasor”, por sua vez, abrangia uma gama diversificada de agentes sociais, que ia desde comunitários vizinhos especializados na pesca que invadiam lagos de preservação até os, então, considerados “infratores” de Manaus:

Por outro lado, a categoria de “invasor”, que dirige-se, no movimento de preservação, especialmente aos segmentos comunitários externos, pode perfeitamente ser aplicada àqueles residentes que não respeitam os pactos feitos, aproximando-os (destarte utilizarem-se de modestas “rabetas” – canoa com motorzinho de popa) aos pescadores profissionais de fora do local ou aos infratores de Manaus e Coari (REIS: 2003, p. 54).

Ao que parece, o grande “nó górdio” dos problemas foi justamente a prática das invasões, por várias pessoas dentre os vários segmentos (“pescadores

²⁰ Isto está, inclusive, de acordo com o raciocínio de pessoas ligadas ao Movimento de Preservação de Lagos, os quais, em depoimento prestado a Neide Esterci (2002, p. 55) a respeito da pergunta de se queriam abandonar os pescadores de Tefé, afirmam: “Na época, não. Porque não eram esses grandes pescadores, de grande porte. Eram aqueles pequenos pescadores que criavam o conflito dentro das comunidades”.

de comunidades”, “pescadores de sedes”²¹, “peixeiros de fora”), que não estavam identificadas ou que pouco apostavam na proposta do desenvolvimento sustentável ou que achavam que suas ações não trariam grandes consequências para o bom andamento do processo. Na segunda Assembléia, realizada em agosto do mesmo ano, ratifica-se o fato de que os pescadores de Tefé ainda não eram entendidos a partir da categoria de entendimento “os invasores”, assumindo as conotações que assume hoje:

Em seguida houve a apresentação dos trabalhos dos grupos, dos quais apresentamos a seguinte síntese: Lago de Procriação – e o lago de reprodução, intocável, serve como criadouro de peixes, reserva; Lago de Manutenção – é o lago de subsistência das comunidades. Há comunidades que não possuem lagos de comercialização e usam o lago de manutenção para comercializar – se propôs que estes lagos fossem chamados de Manutenção e Comercialização. Lago de Comercialização – é o lago usado para a pesca comercial, com limites, sendo que a pesca deve ser artesanal pelos moradores das comunidades e os de fora devem ter a autorização da comunidade ou setor; Lago de Reserva – é aquele guardado para o caso de algum tipo de lago que não dê certo, para alguma necessidade; **Lagos das Sedes – são os lagos que não foram escolhidos por nenhuma comunidade e são destinados à pesca das sedes dos municípios, desde que não venha comprometer os objetivos de preservação.** (...). (...): sobre os lagos de reserva e o que fazer com os comunitários que invadem os lagos de procriação. (...), Sr. Antonio acha que as decisões devem ser tomadas coletivamente e aqueles que desrespeitarem as leis criadas devem ser punidos. Deve-se corrigir os membros da casa para poder se cobrar dos de fora. Foi dado exemplo de punição de infratores na comunidade de Novo Pirapucu: há dois anos trabalham através de um calendário, sendo que a cada noite duas pessoas vigiam os lagos. Foram flagrados vários infratores e levados ao IBAMA – Tefé. Quando os vigias encontram alguém no lago, voltam à comunidade para chamar os comunitários e vão conversar sem violência. (...). Encaminhamentos: cada setor deve resolver o problema de comunitários que invadem lagos preservados, bem como elaborar propostas para colônia sobre os lagos de comercialização. A Colônia de Pescadores apresentou duas propostas: a) que as comunidades escolhem seus lagos a 3 Km de distância da comunidade; b) que nos lagos de comercialização seja garantido a pesca dos pescadores de Tefé. **Após vários debates colocou-se em votação a seguinte questão “Os pescadores das sedes podem pescar em áreas de dentro da reserva que não pertençam a nenhuma comunidade?” O resultado por setor foi o seguinte: Ingá – sim, Liberdade – não, Horizonte – sim, Barroso – sim, Tijuaca – sim, Boa União – sim, Mamirauá – sim, Jarauá – sim (ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ: 1993, sem paginação).**

²¹ A partir de agora, sempre que me referir a pescadores urbanos, falarei em *pescadores de sedes*, em alusão ao documento da I Assembléia Geral dos Moradores da RDSM e à categoria empregada localmente.

Os pescadores da cidade aparecem, de tal modo, integrados nas delimitações de lagos da reserva que, por sua causa, acabou-se criada uma modalidade específica de lagos para seu uso, os lagos das sedes. Isto só pode ser explicado pelo fato de que os *ribeirinhos*, de início, reconheciam um direito dos pescadores sobre a área. Talvez, se deva ao fato de serem os pescadores, na sua maioria, migrantes de áreas de *sítios* e manterem relações de parentesco com *comunitários* e *ribeirinhos*²² e de dependência com o território da reserva.

A respeito da migração interna na Amazônia, esta tem ocorrido com grande crescimento das cidades médias e pequenas como atesta:

Da população total da Amazônia, estimada em 20 milhões de habitantes, cerca de 68% residem em cidades, o que perfaz um total de quase quatorze milhões de habitantes. (...). Sobre a Amazônia, os dados censitários revelam a tendência à urbanização desde os anos 80 e com aumento significativo das taxas de crescimento urbano, pelo censo de 2000, em todos os Estados. (...).

O último recenseamento confirma o crescimento da população residente nas cidades e, sobretudo, o aparecimento de dezenas de novas cidades, vilas e povoados, o que representa um campo dinâmico que se estende por todos os Estados da região. Embora se tenha verificado o crescimento urbano em todo o país, as taxas de maiores foram observadas no norte, ou seja, uma média anual de 4,82%, no período de 1991 a 2000. As cidades maiores, como Belém e Manaus, também cresceram a taxas significativas, mas foram as cidades médias e pequenas que tiveram os maiores índices de crescimento na região (...). Esse fenômeno torna-se mais expressivo após a divulgação dos dados do último censo, embora desde os anos 90 já se observasse esse movimento de alteração da estrutura demográfica, sobretudo pelo crescimento de pequenas e médias cidades (CASTRO: 2004, P. 15): .

Tefé é um destes médios municípios. Se, para 2004, o IBGE estima um total de cerca de 70.000 hab., em 2000 eram cerca de 50.000. Reis (2003. p. 32) oferece subsídios a esta tese ao afirmar:

²² Trabalhos como o de Lourdes Furtado (1993), Petrônio Potiguar Júnior (2002) e Marta Lima (2002) referem-se à migração como algo que faz parte da lógica dos pescadores, os quais precisam migrar para as sedes das cidades amazônicas ou para as capitais em busca de melhores condições de vida ou porque a terra onde produziam sofreu inundações. A migração seria, sob este prisma, uma estratégia de sobrevivência para os pescadores.

Em 80, sua população era de pouco mais de 20.000 habitantes no total, sendo que destes, 14.670 viviam na cidade, o que mostra o crescimento significativo em pouco mais de vinte anos. A cidade foi sede de projetos que até recentemente nela se alojavam, como o Pólo Petrolífero de Urucu, da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), o Projeto Rondon e, permanece ainda hoje como a principal sede de referência da Prelazia de Tefé, da 16ª Brigada de Infantaria de Selva e do Instituto Mamirauá²³.

Pescadores afirmaram-me que saíram dos sítios ainda crianças com seus pais por conta de inundações ou porque estes últimos queriam garantir saúde e educação. Alguns foram até Manaus e voltaram, outros se estabeleceram na sede de Tefé. Sendo assim, é possível que, mesmo sendo notória a residência dos pescadores das cidades ser nas sedes, em nome de algum respeito pelo laço de dependência do pescador com o território que não deixa de ser próximo da residência deste último, os *comunitários* decidiram que seria justo permiti-lhes o uso no momento da delimitação das categorias de lagos da reserva.

Que eventos ocorreram de lá para cá para transformar estes pescadores de “usuários da reserva” em “os invasores” e “fora da lei”? Talvez, o histórico das negociações que ocorreram depois pode ajudar neste sentido.

É preciso considerar, também, que a Colônia de Tefé, até 1997, possuía cerca de 300 pescadores em seu cadastro, existindo outros que não estavam incluídos na inscrição por ela realizada, pescadores sobre os quais ela não poderia exercer nenhum tipo de controle. Somente em 1997, com o recadastramento realizado na Colônia e depois disso, com a possibilidade dos pescadores receberem o seguro-desemprego, que a colônia pôde possuir uma representatividade, em termos numéricos pelo menos, mais abrangente, conquistando a cifra, em dezembro

²³ Lima (1997, p. 294), afirma: “Em Mamirauá, (...), a densidade demográfica atual é de 0,6 hab/Km². No presente, a população, embora estável numericamente, mostra-se altamente móvel, ou seja, há entrada e saída de indivíduos e famílias na área. Esta estabilidade numérica é mantida por uma alta taxa de emigração que compensa a taxa de crescimento da população, em torno de 4,1% ao ano. A questão de se esta situação é desejável ou não para a preservação da biodiversidade não pode ser respondida de imediato”.

de 2004, de cerca de 2000 associados. Sendo as negociações realizadas com a colônia em nome dos pescadores, eram negociações que envolviam cerca de 300 deles, aos quais era concedida a possibilidade de acesso à área mediante permissões de pesca emitidas pela Colônia (ent. tesoureira da Colônia Z-4: 03/11/04).

Como foi relatado na ata da primeira Assembléia, as colônias ficaram de elaborar propostas para o usufruto dos recursos da reserva para serem discutidas depois em outras Assembléias.

Em setembro de 1993, a Colônia de Tefé envia uma proposta formal de negociação na qual, em tom visivelmente reivindicatório, propõe que a cada comunidade sejam assegurados dois lagos apenas: um para manutenção e outro para procriação. Reproduzo o documento a seguir com as propostas (ou reivindicações) na íntegra tal como o proponente escreveu (não vou utilizar o convencional *sic*):

A - Concordamos que cada comunidade tenham 1 um lago pra manutenção e outro pra procriação.

B - Não concordamos que cada comunidade tenham seus próprios lagos fora os dos situado na letra A.

C - Todos os lagos que as comunidades pescarem, pra comercializar, nós também temos os mesmo direito e va,os uzufuir dos mesmo.

D - A colônia dos pescadores de Tefé através de seu conselho fiscal vai exigir que só comercialize peixe, nos mercados de Tefé, pescadores devidamente documentado pela colônia dos pescadores e pelo IBAMA.

E - Não concordamos que os lagos prezevados pelas comunidadee tenham mais de 2 quilômetros de distâncias de sede da mesma.

F - Estamos basiado no artigo nº 20 da constituição federal que diz, que os lagos, rios, prais são da união, portanto, não cita nome de nê m uma, comunidade como proprietário de lagos.

G - Concordamos com a Estação Ecológica Mamirauá mais que a mesma proibição que seja dado os pescadores profissionais seja aplicado também pois comunitários conforme manda a lei de preservação. (COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 1993).

O documento citado acima aponta que o conflito perdurava e envolvia questões relacionadas ao direito de preponderância dos *comunitários* nas tomadas

de decisões sobre a utilização da área. Está explícito no tom reivindicatório adotado, sem menção a uma possível negociação que para os pescadores de Tefé, os *comunitários*, talvez em razão dos lagos serem da União, não possuíam qualquer direito de decidir quem poderia ou não pescar em quais lagos. É o que sugere a menção ao artigo 20 da CF pelo documento. Pode ser que estivessem no clima de desconfiança gerado pela criação da reserva e até mesmo numa certa noção que estaria começando a se fazer sentir entre os pescadores de que eram os *ribeirinhos* os “beneficiados” com a nova situação, ou ainda que os *ribeirinhos* estivessem recebendo uma compensação, uma dádiva pela entrega da área aos interesses estrangeiros:

Desde o início, esforços sistemáticos foram investidos na tentativa de atrair esses últimos para as assembleias e demais espaços de discussão e negociação dos quais participavam os habitantes das *comunidades*. Mas, houve resistência, por parte, não só dos “patrões” e comerciantes de peixe, mas também por parte das sucessivas diretorias do órgão de representação dos trabalhadores - a Colônia de Pescadores de Tefé. As tentativas de estabelecer acordos entre os pescadores da cidade e as *comunidades*, nunca deixaram de ser feitas, mas nunca foram adiante, havendo sempre, de ambas as partes, alegações de descumprimento das cláusulas dos acordos (ESTERCI: 2005b, sem paginação).

Desconfiança em relação à reserva? Fofocas e intrigas criadas pelos patrões? Autores afirmam que a mesma foi implantada sobre um clima forte de desconfiança e incompreensão (REIS: 2003). Os próprios *comunitários*, que, como os documentos apontam, eram vistos pelos pescadores de Tefé como beneficiados ao deterem o poder de decidir quais áreas poderiam ser utilizadas e por quais pessoas, elaboravam estratégias de resistência à implantação da reserva. Assim, Esterici (2005, sem paginação) se refere ao que clima de resistência à implantação da reserva:

De fato, as novas regras de acesso e uso dos recursos implicaram a redefinição de direitos territoriais e afetaram de diversas formas os segmentos de uma população que têm interesses contraditórios, poderes políticos e econômicos muito desiguais, e também concepções diversas acerca da necessidade e da forma de proteger a natureza. As reações iam da aliança, parceria e negociação até a resistência, o boicote e a desobediência ostensiva. As falas dos diferentes atores sobre os acontecimentos, que serão examinadas neste texto, expressam, um certo consenso acerca da limitação dos recursos e da necessidade de protegê-los, mas revelam também a dificuldade de compatibilizar as novas regras com antigas definições de direitos, de arcar com as desvantagens impostas pelas restrições de uso, distribuí-las de forma minimamente aceitável e inibir eficazmente as infrações.

Na medida em que esta intervenção afetou a vida das pessoas, houve, em todo o processo, muitas manifestações de resistência às inovações propostas pelas equipes do projeto de conservação. As formas cotidianas de resistência foram mais freqüentemente adotadas pelos *ribeirinhos*, moradores das *comunidades*. (...). Marise Reis (2005), membro do Projeto, que durante muitos anos trabalhou na articulação com as *comunidades*, analisa, várias situações em que os moradores manifestaram dessa forma sua desconfiança com relação ao Projeto. O boicote ocorria principalmente por ocasião das primeiras reuniões realizadas nas *comunidades*, e destinadas a dar esclarecimento sobre o Projeto e identificar as áreas em que desenvolviam suas atividades de pesca, agricultura, caça ou extração de qualquer outro produto. (...). Na verdade, a conversa que acontecia nessas reuniões, era admitidamente, bem ameaçadora. Os pesquisadores precisavam saber onde, quando e quanto de cada recurso natural era explorado para, a partir daí traçar com os moradores, as regras do manejo. O potencial de ameaça contido nessas perguntas, feitas por pessoas de fora, ainda não muito conhecidas – os “estrangeiros”, era então aumentado por comerciantes e políticos locais que fomentavam o medo de que daí para frente tudo viesse a ser proibido, de que nem um pedaço de madeira, nem um peixe, iriam afinal poder ser retirados pelos moradores. E mais, que os membros da equipe do projeto de conservação estavam na verdade, interessados em exportar esses produtos e que os estavam enviando para fora do país através de aviões que pousavam, à noite, às escondidas. Como diz Marise Reis, as estórias eram impressionantes e circulavam entre os moradores fomentando a desconfiança e resistência.

Se havia resistências por parte dos comunitários, muito mais resistências e desconfiança por parte dos pescadores²⁴, que manifestavam insatisfações em reuniões e assembléias, como demonstra um documento produzido pelo Programa de Gestão Comunitária – PGC do IDSM. O documento relata a não-aceitação dos

²⁴ Os quais, durante o trabalho de campo realizado para esta pesquisa, emitiram representações sobre as atividades do Mamirauá relativas a estórias sobre barcos cheios de macacos indo para a Colômbia; sobre um suposto canal que estava sendo construído por baixo dos rios para conduzir recursos naturais até os Estados Unidos; sobre helicópteros que estariam aterrissando à noite na reserva para operar atividades desconhecidas; sobre viveiros de peixes construídos com má-fé; sobre o biólogo Márcio Ayres, que segundo eles, teria chegado pobre em Tefé e depois da reserva já exibia um avião particular; sobre o território dos amazonenses ter sido invadido por estrangeiros, etc.

representantes dos pescadores relativas ao tamanho da área e à distância dos lagos deixados para eles. O documento assim se reporta aos acontecimentos:

O Setor Jarauá, composto por seis comunidades, elaborou uma proposta de divisão de sua área de uso em três categorias (procriação, manutenção e comercialização) e antecipadamente sugeria uma área distinta, disponível para a pesca de fora, principalmente Tefé, por ser a área normalmente mais freqüentada por estes pescadores. Foi o único setor a fazer uma divisão por áreas para as seis comunidades e a discriminar uma área para as sedes. A partir daí estas áreas seriam denominadas “áreas das sedes”.

(...).

As críticas feitas pelos pescadores da Colônia, após a I e II assembléias, ao tamanho da área escolhida pelas comunidades e a distância dos lagos deixados pelas sedes, fizeram com que as comunidades cedessem e alterassem sua proposta, discriminando os lagos de cada área e aproximando seu limite, (...).

Assim sendo na área das sedes, contavam-se, somente entre os lagos conhecidos pelos moradores aproximadamente 55 lagos e ressacas, que a ela seriam disponíveis. A área de manutenção do setor compunha-se de 11 lagos, distribuídos entre a foz do Jarauá e a foz do Curuçá. A área de procriação, 39 lagos e ressacas, compreendendo o sistema Tucuxi. Algumas comunidades como Nova Colômbia e Vila Liberdade, ainda dispunham, cada uma, de um lago de procriação e outro de manutenção separados, além dos lagos em comum com o setor. A área de comercialização do setor, por sua vez compreende 55 lagos distribuídos entre a foz do Curuçá e a Ressaca do Arati (IDSM/PGC: 2004a, sem paginação).

Pelo que o documento aponta, havia uma desconfiança por parte dos representantes dos pescadores com relação ao projeto, relativas ao que poderia ser, na visão deles, um privilegiamento dos *ribeirinhos* na determinação dos rumos das negociações. Algumas questões ficaram insolúveis. Ao que parece, o ponto no qual os pescadores mais insistiam recaía sobre a escolha dos lagos²⁵, pois entre as suas principais reivindicações estavam:

Ainda na II Assembléia Geral (Alvarães, julho/agosto de 1993) e durante os contatos mantidos no período, os representantes dos pescadores se pronunciavam contrários a que os lagos de comunidades distassem mais de 2 km das mesmas. Não mantinham simpatia a idéia de que deveriam pescar em áreas distintas das comunidades. No entanto, não chegaram a

²⁵ Provavelmente acreditavam que os *comunitários* teriam escolhido os melhores lagos e deixado os piores para eles, posto que não aceitavam pescar em lagos diferentes daqueles destinados à comercialização e manutenção das comunidades.

apresentar nenhuma proposta oficial em nome da categoria, o que veio a ocorrer finalmente em 27 de setembro do mesmo ano. Este documento, no qual a Colônia repetia o posicionamento dos pescadores em contatos e assembléias anteriores, oficializavam, em seus principais pontos, que concordavam com a Estação Ecológica Mamirauá e com a proibição, dentro dela, da atividade dos barcos de Manaus, Manacapuru, Coari e outros; **por outro lado não aceitavam que cada comunidade tivesse mais de um lago de procriação e manutenção e nem que estes distassem mais de 2 km das comunidades; não concordavam também que as comunidades pudessem ter sua área de comercialização separada dos pescadores da cidade**²⁶ (IDSM/PGC: 2004a, sem paginação, grifos meus).

O desenrolar dos acontecimentos levaria a uma situação insustentável, com uma série de impasses que iam desde a escolha dos locais para a negociação:

Algumas divergências que dificultavam a realização da reunião foram: o setor desejava que o encontro fosse feito nas comunidades e os pescadores queriam-no em sua sede; as datas propostas por cada uma das partes coincidiam; O Setor Jarauá chegou a se mobilizar várias vezes para o encontro, cedendo mais uma vez e concordando que este fosse realizado em Tefé, porém em lugar neutro. O entendimento seria difícil, pois durante as conversações informais que foram mantidas neste meio tempo, os pescadores anunciavam preferir que a reserva fosse fechada a ter que aceitar pescar em áreas separadas. Alegavam que a capacidade de pesca das duas partes era idêntica e portanto não traria prejuízo às comunidades compartilhar de uma mesma área com os pescadores de Tefé (IDSM/PGC: 2004a, sem paginação).

Em meio a este contexto de impasse, alguns pescadores de Tefé realizavam “invasões” na reserva, situações em que autuações por parte do IBAMA eram feitas, com base nas leis de proibições de acesso à área sem a devida licença para isso. Para um pescador autuado por transporte de mercadoria ilegal era como se os *ribeirinhos*, que antes contavam com o apoio da Igreja Católica no trabalho de preservação dos lagos, agora tivessem um aparato coercivo a seu favor. Isto causou uma situação nova, para a qual os pescadores não estavam preparados e nem contavam. Se antes, eles tinham a colaboração de comunitários, seus parentes, ou algum tipo de acerto, para acesso aos locais onde estava dando mais peixe, agora

²⁶ O raciocínio poderia ser o seguinte: a razão para os comunitários escolherem lagos distantes só pode ser a produtividade estar maior do que os lagos destinados a sedes.

havia o IBAMA multando-os quando os encontrava com peixes proibidos ou de procedência da reserva.

É como se acontecesse com eles o mesmo que acontecera com os camponeses descritos por Pierre Bourdieu (2000) que não souberam se comportar diante da mudança de valores ocorrida na sociedade, na valorização da identidade urbana em detrimento à rural. Assim é que, Bourdieu analisando este tipo de situação, faz as seguintes considerações:

As respostas do *habitus* que, quando está em conexão com o mundo, são muitas vezes tão milagrosamente ajustadas que podem fazer crer que houve um cálculo racional, podem, pelo contrário, ser contraproducentes quando, perante um mundo diferente do que o produziu, o *habitus* gira, por assim dizer, no vazio, projetando num mundo em que elas desaparecem a expectativa das estruturas objetivas de que ele é o produto.

Sem dúvida, o afastamento entre o *habitus* e as estruturas, bem como as falhas de comportamento que dele decorrem são a ocasião de retornos críticos e de conversões. Mas a crise não gera automaticamente a tomada de consciência; e o tempo necessário para compreender o novo curso das coisas é, sem dúvida, tanto maior quanto mais importantes forem o apego objetivo e subjetivo ao mundo antigo, os interesses e os investimentos nos objetivos que ele propõe. É isso que faz com que, tantas vezes, o privilégio se inverta. Na verdade, os diferentes agentes percorrem, em velocidades diferentes, conforme os interesses que investiram no velho e no novo sistema, com avanços e recuos, a trajetória que leva do antigo ao novo regime matrimonial, ao custo de uma revisão dos valores e das representações associadas a um e outro. E o efeito mais característico da crise revolucionária, que se exprime em profecias profiláticas, previsões com função de exorcismo – do tipo “a terra está fodida” –, é essa espécie de duplicação da consciência e da conduta, que leva a agir sucessiva ou simultaneamente conforme os princípios contraditórios de dois sistemas antagonistas (BOURDIEU: 2000, p. 111-112).

As regras inscritas nas leis ambientais implicavam em uma redefinição dos comportamentos e, ao que parece, muitos pescadores ainda não tinham condições de incorporar em seu, em termos bourdianos, *habitus* o respeito por regras que lhes eram estranhas.

E a Colônia, que não podia representar os interesses de todos os pescadores e também não tinha na época os instrumentos para orientar os

pescadores. Também por ser composta por pescadores que não compreendiam a amplitude da situação, a colônia agia de forma contraditória e atrapalhada²⁷:

A Colônia informava que se comprometia com a organização e promoção do encontro, uma vez que ele fosse realizado em Tefé, se mostrando interessada pelo desimpedimento da área para os pescadores, alguns dos quais, revoltados com as autuações que chegaram a ser efetuadas pelo IBAMA, por não respeitarem área de comercialização do setor. Prometiam um grande encontro, anunciando a presença de autoridades, prefeito, juiz e advogado. Garantiram a colaboração da prefeitura, uma vez que o encontro fosse em Tefé, para alojar e alimentar os participantes.

Nas conversas mantidas neste intervalo, percebia-se que, além de não existir, da parte dos pescadores, uma disposição para negociar sua posição inicial, as informações disponíveis pela maioria deles sobre a reserva, apesar dos vários contatos anteriores, não eram suficientes para possibilitar o fechamento de um acordo. Contrariamente ao que haviam anunciado, com a aproximação da data do encontro, as autoridades não estavam avisadas oficialmente e não tinham confirmado presença. A organização do encontro (alimentação e alojamento dos participantes comunitários) não tinha sido providenciada satisfatoriamente, com a alegação de que o encontro seria rápido e os participantes poderiam regressar no mesmo dia às suas comunidades. Acrescenta-se ainda o fato de que os ânimos tanto de uma quanto de outra parte, em função dos últimos acontecimentos estavam mais para a medição de forças, do que para o diálogo (IDSMP/PGC: 2004a, sem paginação).

Ao que parece, a Colônia não teve condições de cumprir com o que prometeu. O impasse prosseguiria:

Com base nestes fatos, foi que optou-se junto à participação comunitária a aos pescadores por realizar uma reunião de cunho informativo, preparatória, para enfim, numa próxima oportunidade se tentar chegar a um acordo. (...).

(...).

À reunião compareceram os vereadores Nilo Tavares, Vivaldo Cabral e Edivaldo Gonçalves, O Capitão dos Portos, João Domingos Pereira, representante da EMATER²⁸, Klausak Bonifácio, Projeto Mamirauá, a diretoria da Colônia e aproximadamente uns 40 pescadores. Estes últimos concordavam com a reserva e reconheciam a importância em se reservar uma área intocada de 39 lagos, proposta pelo setor Jarauá, como área mantenedora do recurso pesqueiro para a população que dela se abastece. Se comprometeram, em troca do uso da mesma área de comercialização

²⁷ Segundo depoimento de Ana Claudia Torres (em 2008, importante assessora da colônia Z-4 no processo de retomada do acesso dos pescadores ao direito às áreas) prestado quatro anos depois do trabalho de campo que deu base a este trabalho, na época, os representantes da Colônia de Tefé não tinham conhecimento suficiente da amplitude que tende a assumir o *manejo participativo*. Segundo ela conta, os representantes dos pescadores acreditavam que em uma área tão rica como o Médio Solimões não havia necessidade de uma reserva e, assim, a RDSM não pioraria.

²⁸ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

escolhida pelo setor, a obrigar a categoria a uma pesca responsável, comprometida com os propósitos da reserva e sobre a qual moradores e pescadores exerceriam controle reciprocamente, além das autoridades competentes.

O resultado da reunião ficou de ser levado por representantes do projeto às comunidades para avaliação. Posteriormente novas tentativas de encontro entre o setor e os pescadores têm sido mediadas pelo projeto.

A Colônia desde antes da II Assembléia Geral se mostrava apressada para que o impasse se resolvesse, reclamando urgência na continuidade da negociação, uma vez que se aproximava a estação seca, quando a pesca se intensifica e preocupada que estava com a possibilidade de conflitos **e de não conseguir controlar seus associados em atividade na área.** Mais uma vez, a disponibilidade dos interessados não se conciliavam.

Na III Assembléia Geral, em julho de 1994, em Tefé os pescadores convidados não se pronunciaram.

No dia 31.08 o setor Jarauá, após ter procurado a Colônia para entendimento várias vezes, trouxe uma proposta para realização da reunião em 11.09 na Vila Alencar, dez dias mais tarde, que não foi aceita pela mesma por não conseguir se mobilizar. A reunião foi adiada então para o dia 18.09 a pedido da classe, quando poderia ter tempo para reunir os pescadores. (...).

(...).

Para não ocorressem imprevistos manteve-se, durante a semana, vários contatos com a Colônia, que garantia a participação.

Contrariamente a todas as expectativas, os pescadores de Tefé não compareceram nem prestaram nenhuma satisfação. O não comparecimento dos pescadores impossibilitou a realização de qualquer acordo, conforme concordaram os representantes presentes: (...).

Segundo consenso geral, nenhum avanço poderia ser dado, devendo a situação permanecer conforme estava. Os pescadores deverão se contentar em pescar na área das sedes anteriormente proposta, ou seja, da Ressaca do Arati para cima, até que a Colônia se interesse em tomar a frente das próximas negociações.

Os representantes comunitários presentes, por sua vez, aproveitaram para justificar junto as instituições, em favor de que sua área continue distinta da dos pescadores de Tefé, argumentando o que se segue. Os pescadores profissionais do setor, estimados em total de três, são em menor número que os pescadores de Tefé sendo que a capacidade de cada um é de 80 kilos. **Contrastam sua capacidade mínima de armazenamento e transporte, comparada com a dos pescadores de Tefé, ao contrario do que estes últimos sempre alegaram. Não aceitam colocar em risco o resultado já conseguido até agora com o trabalho de organização e preservação de moradores, pois isto abalaria a disposição e ânimo dos mesmos em prosseguir.** O aumento da quantidade de peixe já conseguido com o esforço destes anos estaria comprometido, uma vez que os pescadores não se preocupam em selecionar o peixe e em não danificar a área (idem).

Duas coisas ressaltam no texto acima. Por um lado, a preocupação da Colônia com a ação dos pescadores demonstra que, mesmo havendo boa intenção por parte dos representantes, havia problemas relacionados à representatividade que a entidade na prática possui junto aos pescadores, a tal ponto de possuírem receios de não poder controlá-los na estação seca. Por outro lado, os *comunitários*

reivindicavam a seu favor tanto o *capital* acumulado no manejo participativo quanto o capital baseado na condição de *ribeirinho* de que dispunham para alegar a não disponibilidade em acatar a imposição dos pescadores em pescar nas mesmas áreas.

A identificação dos pescadores como depredadores e a alusão ao esforço empreendido pelo comunitário pela preservação já aparece claramente esboçada nas alegações feitas pelos comunitários para que sua proposta continuasse da forma como foi feita originalmente. No registro da reunião citada no documento, aparece, além do impasse discutido nos capítulos acima, a identificação negativa do pescador como de alguém que só estaria interessado “em fazer a carga” e “direcionados pelo lucro”:

Os principais pontos sobre os quais não se obteve acordo até agora foram: sobre a capacidade de pesca, armazenamento e transporte dos moradores e dos pescadores, sobre a prioridade das comunidades para a escolha dos lagos na região e sobre a localização da área de pesca da Colônia na reserva. Moradores se sentem prejudicados com a presença de **pescadores de fora**, segundo eles **direcionados pelo lucro e estes últimos, por sua vez se sentem com o mesmo direito de uso dos lagos que os moradores.**

Para os pescadores de Tefé a área sugerida para as sedes é muito distante e a escolhida para a comercialização do setor, seria mais produtiva e muito extensa.

Os moradores por sua vez queixam-se que os pescadores só se interessam em “fazer a carga”, **não se preocupando com o esgotamento do recurso e com o morador que é obrigado a ali permanecer** (IDSM/PGC: 1994, sem paginação, grifos meus).

E assim, de acordo com o que nos relata o documento, fechava-se o primeiro ciclo de negociações em 1994, com o não comparecimento dos representantes de Tefé à reunião na data programada e com os comunitários fazendo as seguintes considerações sobre as relações entre os até então “pescadores residentes” e os “pescadores de fora”:

- . o total de pescadores que vivem exclusivamente desta atividade na área do setor é de três e a capacidade de suas caixas de 80 Kilos. A capacidade de armazenamento e transporte destes pescadores também não se compararia com a dos pescadores de Tefé, sendo que numa concorrência os moradores levariam desvantagem.
- . o pescador profissional pega todos os tipos de peixe que pode de uma só vez, não lhe importando o esgotamento do recurso.
- . a disposição dos moradores em prosseguir com o trabalho de preservação estaria abalada, se por um acaso todo o seu esforço fosse colocado por terra, ao aceitarem, a título de experiência, que os pescadores profissionais de Tefé, utilizassem sua área de comercialização e o resultado fosse negativo (idem).

Ou seja, o conflito não se resolvia. A história da reserva está marcada por momentos de aproximação entre comunitários e pescadores, em tentativas de negociações, e momentos de distanciação entre estes dois segmentos. O conflito entre eles se acirrou definitivamente quando ocorreram as *grandes invasões* que logo serão comentadas.

É importante observar que, no caso em questão, ao que parece, o conflito entre *ribeirinhos* e pescadores jamais assumiu as formas de exclusão ou de xenofobia tão comuns em conflitos e disputas por territórios de pertença étnica registrados pela imprensa e pelas ciências sociais ao redor do mundo²⁹. Pela disponibilidade dos comunitários em ceder espaços aos pescadores dentro da reserva, podemos perceber que aqueles permitem o acesso destes ao território no qual é realizada a reprodução material e cultural das pessoas da região.

É como se a concepção de *região* (BOURDIEU: 2002) dos próprios comunitários permitisse o trânsito dos pescadores para dentro da *região*

²⁹ Autores, como Will Kymlicka (1996), aludem à existência de minorias étnicas incorporadas, por intermédio da imigração ou da colonização a um território nacional, caso de comunidades negras rurais quilombolas, dos *ribeirinhos* e pescadores (FURTADO & NASCIMENTO; POTIGUAR JÚNIOR; MANESCHY & ESCALLIER; LIMA; CHABENAT: 2002), que reproduzem-se material e culturalmente dos recursos aquáticos. A essa sociodiversidade também Stuart Hall (1999, p. 61) pretende se referir quando propõe que “As nações modernas são, todas, híbridos culturais”. Esta sociodiversidade se funda no sentimento de diferenciação perante “outros” e nos *apelos comunais*²⁹ (GUSFIELD: 1975) perante os “mesmos”. Nos termos de J. Gusfield: “The crucial quality of communal interaction is the recognition that a common identity of communal membership **implies special claims which members have on each other, as distinct from others**” (GUSFIELD: 1975, p. 29, grifos meus).

estabelecida formalmente pelo Estado quando da criação da Reserva. Porque pode ser que eles consideravam no início que seria uma região comum tanto a eles quanto aos pescadores. E também porque o trânsito *sítios-sedes* das cidades seja algo comum para os regionais, sobretudo eles que vivem nos chamados *beiradões*, sobre a influência dos entrepostos comerciais.

Ou seja, a fronteira parece que não estava estabelecida com base em diferenças étnicas. O conflito se dava por questões de inadequações de perspectivas relacionadas ao usufruto de recursos por um e outro. Não parece que estava se configurando, no que diz respeito à relação com os pescadores, a *fronteira étnica* tal como formulada por Fredrick Barth (1997)³⁰ que propõe conflitos por relacionamentos interétnicos, que ocasiona problemas de ameaças a identidades étnicas, diferentemente, aposto, do que ocorre na área da reserva.

Foi isso que levou as populações tradicionais a, no dizer de Alfredo Wagner Almeida (2004, p. 44), “uma desnaturalização do termo ‘população’ que aqui contrasta com a noção de ‘populações biológicas’”. Em tempo, as afirmações deste último autor ratificam a percepção de região que procuro propor, a qual ultrapassa as delimitações físicas das U.Cs., enfatizando a dimensão étnica das populações tradicionais:

O advento nesta última década e meia de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando nomeações da vida cotidiana tais como: índios, seringueiros, quebradeiras de côco babaçu, ribeirinhos, castanheiros, pescadores, extratores de arumã e quilombolas dentre outros, trouxe a complexidade de elementos identitários para o campo de significação da questão ambiental. Registrou-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou as diferenças étnicas e a diversidade cultural. O sentido coletivo destas

³⁰ O Autor realiza a seguinte conceituação para a noção de *fronteira étnica*: “... as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrario, as fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos” (BARTH: 1997, p. 188).

autodefinições emergentes impôs uma noção de identidade à qual correspondem **territorialidades específicas**, cujas **fronteiras estão sendo socialmente construídas e nem sempre coincidem com as áreas oficialmente definidas como reservadas**. Está-se diante de um **processo de territorialização complexo em que o raio de abrangência dos movimentos sociais não se confunde com as manchas de incidência de espécies identificadas cartograficamente**, ou seja, a atuação do Conselho Nacional dos Seringueiros, por exemplo, não se acha confinada nas regiões de incidência de seringais (ALMEIDA: 2004, p. 44-45, grifos meus).

Diferentemente dos *paulistas* que, no Acre, trariam o desenvolvimento *na pata do boi* (SANT'ANNA JÚNIOR: 2004), dos pecuaristas no Maranhão que, através da grilagem de terras, expulsavam os *posseiros* (ASSELIN: 1982), aqui o grupo social que conflita com a *população tradicional* se comunica com ela desde quando se instalou o modelo de desenvolvimento extrativista e na mesma situação tanto étnica quanto econômica, de subordinação e subserviência ao capital mercantil. A *população tradicional* aqui não reivindica um território de pertença étnica. São ambos, *comunitários* e pescadores, *segmentos pós-aviamento* (LÉNA: 2002). A diferença reside nas alianças empreendidas por um e outro para a continuidade de suas atividades, alianças que os dispuseram em disputa no campo social (BOURDIEU: 2002), com a vantagem atribuída aos *comunitários* do capital ecológico maior que acabaram adquirindo.

Em outubro de 1997, a V Assembléia Geral do Mamirauá decidiu fechar as áreas de sede:

A equipe resolveu que devido aos constantes problemas gerados para os setores em função da pesca de barcos provenientes principalmente de Tefé; ao não cumprimento pela Colônia de Pescadores dos acordos assumidos em assembleias anteriores; à não apresentação de proposta de pesca ordenada; à negativa da Colônia em participar das discussões sobre esta questão; e também à indisponibilidade de lagos para a pesca deste município (já que a área inicialmente proposta coincide agora com a zona de preservação indicada, pelo Plano de Manejo, como essencial para a reprodução dos recursos), a área de sede para pesca de Tefé deve ser eliminada da reserva. A pesca de Alvarães será submetida ao

monitoramento e a novos entendimentos (RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ: 1997, p. 1).

Não obstante, dois meses depois, na ocasião em que a Colônia de Pescadores Z-4 acabara de eleger um novo Presidente, Sigueru Esashika, este, em ofício expedido ao Coordenador do Projeto Mamirauá, solicitava uma nova oportunidade de negociações. Reportava-se a mudanças ocorridas na Colônia desde a sua posse, bem como a do Prefeito Municipal de Tefé:

(...), venho mui respeitosamente, informar a Direção Geral da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (R.D.S.M.), que por motivos alheios à nossa vontade, esta categoria ficou completamente abandonada no passado; hoje a realidade é completamente diferente, desde a posse do prefeito Francisco Hélio Bezerra Bessa, no comando do Município, os pescadores se reestruturaram e assumiram um compromisso com o Prefeito municipal e o Governador do Estado em trabalhar em conjunto no grande Projeto de Desenvolvimento Agropecuário "III ciclo". Para comprovar a veracidade do compromisso em setembro deste ano em curso o Governador do Estado esteve em Tefé inaugurando a nova Fábrica e Frigorífico de gelo dos pescadores, além de equipar os mesmos com utensílios de pesca através de financiamentos, liberados pelo Banco do Estado do Amazonas (BEA). Com toda essa estrutura, hoje nós enfrentamos dificuldades a proibição da pesca em determinados lagos. Sabemos que os problemas ambientais da Amazônia, tem um forte esquema de vigilância e monitoramento desde a Rio 92; somos a favor de tudo isso em parte, mas existe muito exagero por parte dos órgãos envolvidos de preservação e conservação das espécies em extinção (COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 1997).

Tratava-se de uma tentativa de recuperação dos *lagos de sedes* acordados na segunda Assembléia de moradores e usuários da Reserva. Tanto, que assim, o presidente da Colônia se dirige ao Projeto:

Baseados nestas dificuldades, venho (sic) por meio deste, implorar, solicitar de V. Excia., a liberação dos nossos lagos de comercialização, que por direito os pescadores de Tefé podiam pescar; desde as primeiras Assembléias realizadas do Projeto Mamirauá o assunto é a proibição dos lagos que estamos solicitando. Caso não haja liberação dos mesmos, a situação de pesca no Município será completamente comprometida, causando caos nos sistema de abastecimento e desestabilizando completamente os pescadores, além dos problemas sociais que deverão surgir (idem).

No mesmo documento, ficava explícita as tentativas de alianças que os pescadores buscavam fazer: políticos locais e entidades de representação da pesca a nível nacional:

Em função de tudo isso e muito mais, estou encaminhando nossas dificuldades a Câmara Municipal de Tefé, Alvarães, Uarini, Maraã e Fonte Boa, além dos prefeitos dos municípios citados, ao Governador do Estado, Assembléia Legislativa e Câmara Federal, no sentido de nos apoiar, além da Federação dos Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima, Federação Nacional dos Pescadores em Brasília e GESPE (Grupo Especial do Setor Pesqueiro em Brasília) (idem.).

Um outro ciclo de tentativa de negociações iniciou-se, então, por volta do ano de 1999, quando a VI Assembléia Geral aprova que os setores interessados possam conversar ou negociar. Por esta ocasião o setor Jarauá lança uma proposta envolvendo um lago, chamado Buá-Buá, mas o setor Liberdade não aceita alegando que utilizava o lago (IDSMP/PGC: 2004b). Em setembro daquele ano, iniciam-se negociações com dois setores, o Boa União e o setor Aranapu-Barroso . Este último, através das comunidades Maguari e Barroso, fecha um acordo com a Colônia, mediante o qual esta última se propõe a uma série de atitudes, como exigir dos pescadores que acatem restrições de aparelhos de pesca, bem como elenca uma lista com os barcos que teriam a permissão de entrar. (IDSMP/PGC: 2004b; COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 1999).

O Presidente da Colônia, em reunião no encontro do setor Boa União em setembro dá explicações sobre “invasões” que ocorriam na reserva. De acordo com a ata da citada reunião, aquele:

Relembrou parte do processo de negociação das áreas de sede, informou que a Colônia possui 504 sócios e que todas as invasões relacionadas a Z-4 são de autoria dos aproximadamente 1000 pescadores clandestinos que atuam em Tefé. Manifestou o desejo em associar os comunitários do Setor e explicou as vantagens que os associados recebem. Perguntou aos

presentes se existe possibilidade do Setor ceder lagos e informou que a Colônia também tem necessidade de abastecer a cidade de Tefé e que não deseja inimigos e sim colaborar com a proteção dos ambientes. Argumentou que os pescadores do local também podem pescar nos lagos que forem cedidos e que o aproveitamento da produção de pescado do Setor será melhorada. E para encerrar, declarou que se propõe a negociar individualmente com cada comunidade para tentar facilitar as negociações (RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ: 1999).

No momento em que assume um novo Presidente na Colônia em fins de 1999, o acordo acaba por não ser efetivado, em razão da não sua aceitação a determinadas cláusulas. A julgar pelo acordo elaborado pela nova gestão ao longo de 2000, tais cláusulas estariam relacionadas: ao elenco de barcos apontados como únicos com direito de acesso aos lagos, às contribuições que a Colônia se propunha a fazer nas comunidades, à não existência de item referente à permissão formal dada pelo Presidente da Entidade mediante informação do tempo e da espécie a ser pescada nos lagos.

Em janeiro de 2001, o novo acordo é celebrado com as citadas comunidades do setor Aranapu-Barroso, mas começou a haver problemas de reclamações das duas partes: os comunitários alegavam que os pescadores invadiam lagos de procriação; os pescadores (Ent: tesoureira da Z-4: 03/11/04) reclamavam que quando chegavam nos lagos, os capins já haviam sido batidos, os lagos já haviam sido pescados. (IDSM/PGC:2004b; COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2001). Para este acordo, a Colônia trabalhava com permissões de pesca, como estava sugerido na proposta enviada pela mesma às comunidades:

As embarcações cuja entrada será permitida nos lagos que fazem parte deste acordo são aquelas pertencentes à (sic) pescadores filiados à Colônia de Pescadores de Tefé – Z4, e em dia com suas contribuições.

Parágrafo Primeiro: O Presidente da Colônia de Pescadores de Tefé será o responsável pela emissão das autorizações para a pesca nos lagos.

Parágrafo Segundo: O acesso dos barcos aos lagos se dará através de um sistema de rodízio das embarcações.

Parágrafo Terceiro: As autorizações para a pesca nos lagos que fazem parte desse acordo deverão ser emitidas em 3 vias, a primeira ficará com o

Presidente da Colônia, a segunda ficará com o dono/encarregado da embarcação, e a terceira deverá ser entregue ao Presidente da Comunidade responsável pelo lago.

Parágrafo Quarto: A Colônia se compromete a produzir um relatório mensal sobre as autorizações emitidas. Nesse relatório deverão constar cópias de todas as autorizações emitidas, e informações sobre a produção de cada embarcação autorizada a pescar (tipos de peixes capturados e quantidades de cada tipo). Uma cópia do relatório deverá ser encaminhada ao representante do Setor que cedeu os lagos e outra deverá ser encaminhada ao Projeto Mamirauá (COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2001).

Mas, novo impasse se formou a partir de então. A colônia ainda tentou em novembro de 2001 realizar negociações cujo objeto seria o paraná do Aranapu. Mas isto não resultou em acordo. Em março de 2002, o setor Aranapu-Barroso comunicou na IX Assembléia Geral do Mamirauá que não desejava mais continuar com o acordo com a Colônia de Tefé. (IDSM/PGC: 2004).

Em meio a este contexto de novas tentativas de acordo, um fator surpreendente veio somar-se ao impasse nas negociações entre *comunitários* e pescadores, um fenômeno que ficou conhecido como as “grandes invasões”, analisadas por Neide Esterici (2005):

As “invasões” aconteceram no período da estiagem dos anos de 1998-1999 e 1999-2000 e causaram grande comoção entre os agentes ambientais voluntários – AAV, entre os moradores das *comunidades*, os membros da equipe do Mamirauá e das equipes religiosas da Igreja Católica. Durante esse tempo, em ações sucessivas, dois lagos importantes – Mamirauá e Ice – foram invadidos e, como disse um dos membros da Prelazia, os peixes foram “roubados” (ESTERCI: 2005a, sem paginação).

A autora argumenta que, “invasões”³¹ ou investidas à reserva por parte de pescadores sempre ocorreram no intuito de retirada do peixe para pescar. Mas havia algo diferente nestas “invasões”:

³¹ Autora (ESTERCI: 2005, sem paginação) argumenta a respeito da categoria “invasões”: “Coloco esta palavra entre aspas, porque entre os atores do campo ambiental, era assim que os acontecimentos eram geralmente referidos. Mas, atores do campo oposto, pelo menos ao falar comigo, evitavam se referir assim aos acontecimentos”.

Certamente, eram manifestações de conflito em torno das regras de uso e acesso a territórios e recursos. Mas, esse conflito já existia antes e dele já se conheciam várias manifestações, anteriores à criação da Reserva e à atuação da equipe encarregada da sua implantação. Agora, no entanto, os atores do campo ambiental informavam estarem diante de ações diferentes daquelas que ocorriam freqüentemente (idem).

As ditas “invasões” ocorreram em dois lagos, o Icé e o Mamirauá. Antes delas as comunidades conseguiam impedir a entrada dos pescadores de forma pacífica:

O Ice era onde se abastecia um conjunto de *comunidades* aparentadas entre si. Estavam localizadas fora da área de Reserva, mas desenvolviam desde o início dos anos 80 um esforço de preservação do Lago que em algum momento tivera ameaçado o seu estoque de peixes. Passaram, pois, a impedir que os pescadores de fora, entrassem e pescassem ali.

(...)

O fato é que, com o apoio da Igreja, as *comunidades* do Ice, fecharam o acesso ao lago e, embora continuasse a haver “invasões”, os *comunitários* e, principalmente os encarregados da fiscalização, os agentes ambientais voluntários – AAV, haviam desenvolvido uma técnica de abordagem através da qual conseguiam, freqüentemente, convencer os pescadores de fora, a respeitarem a proibição. Na época das “invasões”, este pacto foi rompido (idem). (ESTERCI: 2005a, sem paginação).

Segundo os depoimentos dos agentes do projeto socioambiental envolvidos, depoimentos colhidos por Neide Esterci e que afirmavam a existência de uma ação politicamente orientada e organizada, acreditava-se em um ato planejado dos pescadores, comportando até avisos aos planejadores da reserva para que soubessem das invasões. E diante da particularidade das ações dos pescadores durante as “grandes invasões”, Esterci (2005) vai procurar entender que significados existiam por trás das mesmas e argumenta que havia uma grande carga simbólica no ato de “invadir” lagos nos quais houve um esforço muito grande dos comunitários, da Igreja Católica e dos planejadores em conservá-los.

Segundo ela, os pescadores reagiam a tudo aquilo que o esforço de conservação lhes representava. Eles estavam assumindo atitudes de *rebelião* e procuravam, ancorados nas alianças que faziam, dar uma resposta:

Pode-se então dizer que as ações protagonizadas pelos pescadores no período da estiagem dos anos 1998-1999 e 1999-2000, foram uma manifestação de resistência à proposta que a substituição das regras costumeiras de livre acesso aos recursos naturais, especificamente, aos recursos pesqueiros e territórios de pesca, por regras orientadas por critérios de conservação. (...). De fato, ao longo da história das lutas sociais, conforme observam alguns historiadores, estes segmentos menos poderosos, têm preferido adotar o que James Scott (1991) designou como “formas cotidianas” de resistência. São formas não institucionalizadas, pouco ou nada institucionalizadas, de resistência. Usam as armas da intriga, da fofoca, da dissimulação, do boicote, da atribuição de apelidos e não a força das ações institucionalizadas. E, é assim, porque esses segmentos temem o poder de retaliação das classes mais poderosas – que podem ser os “patrões”, mas também podem ser os funcionários das agências governamentais, das agências financiadoras ou de fiscalização. Ao, contrário, as *formas cotidianas* de resistências são bem conhecidas, embora nem sempre facilmente identificáveis (ESTERCI: 2005a, sem paginação).

No dizer da autora, as ações dos pescadores “causaram uma grande comoção” (ESTERCI: 2005b, sem paginação) nos executores de políticas de manejo participativo. Ou seja, se antes já havia um conflito, estas *invasões* só podem ter contribuído para acirrar ainda mais os conflitos:

Por ocasião das “grandes invasões”, houve confrontos entre *pescadores da cidade e comunitários* que procuravam defender as áreas de pesca que “guardavam”. A violência foi menos física do que simbólica, como veremos. De fato, somente um *comunitário* – outra forma de designar os moradores das beiras dos rios e lagos do interior – saiu gravemente ferido. Entretanto, faziam-se ameaças e denúncias e instaurou-se, entre os *ribeirinhos*, o medo do que poderia vir a ocorrer. As forças locais da Polícia Federal, da Marinha e do Exército, assim como o Ibama, foram chamados a intervir na repressão aos “invasores”. Prisões e apreensões de barcos, instrumentos e produtos da pesca, foram efetuadas. Seguiram-se denúncias e processos judiciais foram abertos. Na capital os acontecimentos do Mamirauá tiveram repercussão e foram objeto de considerações especiais, entre o Ibama e os setores sociais e agências governamentais ligados à atividade da pesca. O superintendente regional do Ibama convocou uma reunião dos diversos segmentos da pesca, em Manaus, para reafirmar a exigência de cumprimento das leis da pesca. Vários desses atores pronunciaram-se através dos órgãos de Imprensa de Manaus (ESTERCI: 2005b, sem paginação).

Bem como podem ter contribuído grandemente para a identificação dos pescadores com a figura de marginais, tal como atesta uma carta registrada por Esterci (2005b), lida no “Programa Ligado no Mamirauá”, veiculado para quase todos os *comunitários*, a qual teria sido escrita, como ela diz, “no calor da hora” pelo coordenador do Projeto Mamirauá:

Informamos que estes atos, apesar de repudiados por entidades como Prelazia de Tefé, Projeto Mamirauá e Colônia de Pescadores, entre outras, e reprimidos pelo IBAMA e autoridades policiais militares e locais, não puderam ser contidos, pois, têm sido acolhidos e incitados por autoridades locais. Gostaríamos de ressaltar, senhor governador, que acreditamos que estes fatos tanto são excepcionais quanto premeditados, pelo número surpreendente de “pescadores” que envolvem, pela frequência das ocorrências e pelo apoio que recebem de segmentos políticos locais e estaduais, que incitam estes atos e protegem criminosos.

Destarte, os pescadores que antes eram considerados “de fora”, “invasores”, com as *grandes invasões* passavam a ser “criminosos”, “marginais”, “membros de quadrilha”. Tratava-se de um ponto crucial no conflito.

Uma análise deste retrospecto tende a apontar que as ações dos pescadores em todo contexto de busca pelo sucesso do manejo participativo passaram a significar ações contrárias à lei e de confronto com normas tidas como de interesse geral. Quando cheguei em Tefé, para a realização do trabalho de campo, os pescadores de Tefé, principalmente os que moravam no bairro do Abial eram conhecidos por uma serie de pessoas ligadas às estratégias de manejo participativo como “os invasores do Abial”. Além disso, havia dados quantitativos produzidos pelo Setor de Fiscalização do IDSM a partir das ações de fiscalização dos Agentes Ambientais Voluntários – AAVs das *comunidades* apontando que as

principais investidas sem autorização nas áreas de manejo eram de pessoas provenientes do bairro do Abial³².

As ações dos pescadores em todo este processo terminaram por lhes conferir uma má reputação. Esta percepção acerca dos pescadores de Tefé, ou do Abial, embora ancorada em uma interpretação de suas ações concretas, não deixa de ser uma idealização da figura deles que elege como prioritárias determinadas características em detrimento de outras. O embate já clássico entre pescadores e *ribeirinhos* na região termina por assumir as características de uma prática discursiva: informa que os representantes desse embate são opostos segundo a inadequação dos primeiros a regras e a práticas conservacionistas e a propensão quase natural dos segundos a atitudes em defesa dos recursos naturais.

Mas, o *mundo social* (BOURDIEU: 1996) não é tão simples como quer supor nossa percepção binária das coisas e das pessoas. Representantes de um e outro grupo podem agir em desacordo com os rótulos que lhes apregoamos pela simples razão de que suas ações são reguladas segundo um *self* que calcula os seus próprios interesses, as sanções impostas e as possibilidades de êxito. Nem todos os *ribeirinhos* são iguais. Assim como nem todos os pescadores.

Além disso, as ações das pessoas são contraditórias de acordo com a vigência de *ordens paralelas* (WEBER: 1991). As pessoas agem segundo valores, mas também segundo fins, crenças, tradições etc. Uma mesma pessoa pode executar diversas ações segundo uma e outra destas orientações. É a partir deste ponto que eu gostaria de discutir a má reputação dos pescadores como um elemento da ordem do simbólico.

³² De acordo com um gráfico produzido no monitoramento plurianual das “invasões” (IDSM/PGC: 2004c), foram 1163 investidas dos pescadores de Tefé contra 265 de Macopani, 168 de Alvarães, 155 de Uariní, 116 dos comunitários de Mamirauá, 114 de Manaus, 37 do entorno da RDSM, 31 de Manacapuru, 30 sem informação disponível da procedência.

Com efeito, a identificação feita pelas pessoas sobre os pescadores como “invasores de lagos” deriva da necessidade que todo ser humano em sociedade possui de ordenar logicamente um mundo social aparentemente caótico. Este raciocínio, perfeitamente coadunado com uma perspectiva durkheimiana, parece explicar a necessidade que temos em entender segundo uma lógica bem fundamentada as coisas e as pessoas. Essa ordenação, que opera de modo classificatório retira sua matéria-prima dos dados do mundo externo e constrói a distinção entre uns e outros a partir das concepções sobre como as coisas devem ser daquele que classifica. Tem a ver, portanto, com valores e visões de mundo.

Assim, quem reputa alguém o faz segundo suas próprias concepções do que é uma boa reputação e do que é uma má reputação. F. Bailey (1971), elabora uma noção de *reputação* que ajuda a entender que a fonte de uma reputação é sempre uma atribuição externa, independente da vontade daquele que é reputado. Segundo Bailey (op. cit.), a reputação de um homem não é uma qualidade que lhe é inerente, mas, muito mais as opiniões que outras pessoas têm a seu respeito.

Para que haja reputações é necessário que haja um contexto de interação social, no qual as ações aconteçam e sejam julgadas de acordo com a visão daquele que observa a ação do outro. Neste contexto de interação, as ações atuam como signos, havendo nisso reciprocidade entre as pessoas. Ou seja, ao agir, as pessoas estariam, como em um diálogo, trocando signos.

Mas, ao agir de acordo com seus próprios valores ou seus interesses, nada assegura que aquele que recebe a ação a interprete do modo como visava aquele que agiu. Assim é que, segundo o autor, uma outra palavra para dádiva em alemão é veneno, porque a ação social (ou seja, aquilo que se oferece ao outro em uma interação social), pode ser mal interpretada. Segundo o autor (BAILEY: op. cit.),

uma troca é uma mensagem, e as mensagens precisam ser interpretadas. E a linha que separa mensagens cooperativas de mensagens competitivas, de acordo com ele, é fina e delicada. Essa, para Bailey, é a ironia da vida em sociedade: se você não faz trocas (se não age), você não possui existência; se as faz, pode ser mal-interpretado

O contexto de interação que nos é oferecido pelo autor é uma pequena comunidade, que possui valores e visões do que seria certo e errado e, as pessoas para pertencer a esta comunidade precisam agir de acordo com regras, sendo que agir de modo contrário seria arriscar-se a sofrer uma má apreciação. No caso que estamos tratando aqui não se trata propriamente de uma comunidade, porque as pessoas não compartilham os mesmos valores, sendo mais caracterizável a existência de um conflito de valores. Mas a interação social é frequente e inapelável.

É justamente por não-compartilhar dos mesmos valores dos partidários do manejo participativo que os pescadores do Abial acabam sendo reputados como “invasores de lagos” e contrários ao esforço de conservação. Mas, esta qualificação pode estar ocultando uma verdade objetiva que poderia torná-los aptos a se tornarem parceiros no manejo participativo: algo relacionado à sua dependência do território do Médio Solimões para sua reprodução material e cultural, o que, de certa forma, é, pelo menos implicitamente, reconhecido pelos *comunitários*. Isso tudo nos leva a pensar que o problema é muito mais de ordem política do que de qualquer outro tipo.

Neide Esterici (2005) tem argumentado que os acontecimentos envolvendo pescadores e *ribeirinhos* (conflitos, impasses, negociações frustradas) devem ser vistos em perspectiva e que as atitudes e os depoimentos passaram por um processo de reaproximação nestes cerca de 4 anos de acontecimentos.

Representantes da Colônia de Pescadores de Tefé procura com seriedade, boa-fé e muita coragem assumir responsabilidades em uma série de projetos de negociação com comunidades de *ribeirinhos*. Isto representa uma guinada da principal entidade de representação de classe dos pescadores de Tefé na direção da inclusão deles nas ações em prol do manejo participativo.

Entre os *acordos de pesca* em andamento na região do Médio Solimões, é a colônia Z-4, de Tefé, uma entidade que possui na figura de alguns representantes, dentre eles Ana Claudia Torres, árdus defensores de que a má reputação dos pescadores é uma idealização a encobrir uma verdade objetiva: os pescadores de Tefé aprenderam a conviver com aquele espaço durante anos e, por isso, têm o direito de acesso ao território de reprodução material e cultural tanto quanto e em harmoniosa parceria e aprendizagem mútua com os *comunitários*.

O acordo de pesca com o Setor São José da Reserva Amanã, em uma área de lagos com pouca concentração de comunidades e alguns moradores isolados, conhecida como “Complexo do Pantaleão”, é uma das atividades constantes de projeto submetido pela Z-4 ao Pró-Várzea e aprovado³³, prevendo a realização de 4 acordos, com incentivos financeiros na ordem de R\$ 267.429,60 para a implementação.

A idéia de pensar os problemas em perspectiva é ainda mais interessante se observarmos o processo através do qual a Colônia Z-4 adequou-se à existência do manejo participativo na região do Médio Solimões. Primeiramente ela adotou uma clara atitude de afastamento e desconfiança, reivindicando o acesso aos lagos e não oferecendo uma proposta de negociação explícita; depois lançou propostas e conquistou o acesso a negociações com comunidades valendo-se da permissão

³³ Cujo título é “Fortalecimento de Organizações dos Pescadores da Região do Médio Solimões”.

formal dada em Assembléia pelos *comunitários* para a possibilidade de existência de *lagos de sedes*; agora as perspectivas de inclusão dos pescadores de Tefé no manejo participativo são bem mais plausíveis com o projeto aprovado pelo Pró-Várzea e os acordos de pesca que estão sendo implementados³⁴.

³⁴ Acordo de pesca é uma categoria estabelecida em Instrução Normativa do IBAMA, assim definida: “Entende-se por Acordo de Pesca, um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente” (IBAMA: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, Art. 1º, Parágrafo Único). Ou seja, trata-se de um acordo realizado entre interessados por uma área de pesca com vistas a que todos estes tenham acesso, respeitando-se as regras acordadas mutuamente em assembléias preparatórias. Por todas as suas características, seria uma estratégia de manejo fundado em bases consideradas participativas.

CAPÍTULO III – “As dificuldades são grandes, mas a persistência é maior”: a organização social dos pescadores

Uma situação que tem sido constante na vida de alguns pescadores de Tefé tem sido as autuações do IBAMA ocorridas sempre que algum deles é em atitudes ilegais.

As autuações ocorrem de acordo com o que determina a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, (Cap. III, Art. 25, § 2º, § 4º):

Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes. Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

Para o caso da pesca, pela mesma Lei (Cap. V, Seção I, Art. 34) constitui crime contra a fauna, “Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente: Pena - detenção de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente”. E ainda (Cap. V, Seção I, Art. 34, Parágrafo Único, Incisos I, II e III): “Incorre nas mesmas penas quem: I - pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos; II - pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos; III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibida¹.

¹ Além desta Lei, existem as portarias de defeso, que instituem as espécies que seriam proibidas de pescar, geralmente, durante cerca de quatro meses (com exceções como o pirarucu, em defeso o ano inteiro), necessários à reprodução das mesmas. Para as espécies em defeso o ano inteiro, é possível a comercialização apenas para áreas que realizam alguma forma de manejo.

Como muitos pescadores, comumente, incorrem em atividades que infringem estas regras, eles acabam sofrendo as sanções que foram acima descritas, como apreensão de materiais e multas, as quais, no dizer de um pescador que passou por este tipo de problema, “não é de coçar os olhos; é de tirar o tampo da cabeça” (Ent. Sr. Moacir: 19/10/04). A multa é aplicada com um teto mínimo (no caso, R\$ 50,00), e a partir daí calculada de acordo com a quantidade de peixes proibidos apreendidos. No caso do pescador que prestou o depoimento, foram cobrados cerca de R\$ 330.000,00 por ele ter sido surpreendido, alguns meses antes da entrevista, em seu barco, de capacidade entre 8 e 10 toneladas de arqueação líquida, carregado de aruanãs (*Osteoglossom bicirrhosum*) e tambaquis (*Colossoma macropomum*; *Erythrinus*). Conforme disse, havia sido denunciado por *comunitários* de que os peixes eram provenientes da *Reserva Mamirauá*. A multa foi comutada² para cerca de R\$ 50.000,00, mas mesmo assim, segundo ele, continuou alta.

O interessante é que as autuações no Médio Solimões vêm sendo feitas sempre que os pescadores são surpreendidos em atividades ilegais desde que a Lei existe e, mesmo assim, ao que parece, os pescadores continuam insistindo em agir contra as determinações formais inscritas na Lei. A pergunta que fica é: por quê? Teimosia? Será que há algum problema na relação deles com o IBAMA?³ Ou será que a Lei criada pelos órgãos estatais não é por eles considerada, entendida ou conhecida? E a Colônia não esclarece os pescadores sobre a Lei?

² Pela mesma Lei citada acima, a multa deve levar em consideração uma série de fatores, dentre eles a situação socioeconômica e de alfabetização do “infrator”.

³ Alguns pescadores relataram-me circunstâncias em que funcionários do IBAMA teriam pedido valores em dinheiro para liberação de barcos, que os fiscais queriam apreender porque transportavam crianças sem estarem vestidas com camisas, ou porque o pescador não portava a carteira de identidade no momento de abordagem. Outros me relataram que, em momentos de multas, alguns fiscais perguntaram se o pescador não teria um valor em dinheiro a ser-lhes pago para que a multa fosse evitada. Outros insinuaram ainda que havia um interesse particular de certos fiscais em apreender peixes para vendê-los a supermercados e restaurantes.

Ao que tudo indica, a Colônia tem tido dificuldades no exercício de seu trabalho como representante dos pescadores. Como sua atuação é pautada em moldes institucionais, ou seja, obedecendo a regras formais criadas pelo Estado para o seu funcionamento e para o reconhecimento dos seus associados como profissionais, é bem provável que o distanciamento que, durante o trabalho de campo pude perceber entre setores de pescadores e os seus diretores, possa estar sendo alimentado por regras complicadas a que os diretores da Colônia se vêm obrigados a exigir de pescadores que, por sua vez, se vêm obrigados a cumprir se quiserem obter algum benefício⁴.

Diferentemente de movimentos sociais em que os seus membros adotaram reivindicações próprias e passaram a cobrar do Estado, por intermédio da mobilização, direitos coletivos em função de tais reivindicações (cf. HOBBSAWN: 1995; cf. também ALMEIDA: 1995 e o conceito de *unidades de mobilização*), a Colônia Z-4 não parecia contar, até 2004, com um forte sentimento de identificação por parte da maioria dos pescadores de Tefé. Ao que parecia os pescadores não estavam ainda naquele momento em luta pelo fortalecimento de sua entidade de representação.

É notório que as colônias, desde sua criação, assumiram as características de entidades institucionalizadas a exercerem a função de elo entre os pescadores e o cumprimento de certas obrigações para com o Estado e com vistas a receber determinados benefícios (cf. BILATE: 2002).

⁴ É certo que, depois de quatro anos passados do trabalho de campo que realizei em 2004, foi possível perceber que, graças à mobilização de diretores da colônia em torno da inclusão dos pescadores no manejo participativo via acordos de pesca, havia uma mobilização de pescadores ao redor da Colônia, não por obrigação, mas pelo desejo de que as coisas enfim dessem certo. Os acordos de pesca passaram a exigir uma carga maior de trabalho e de atenção dos pescadores, mas nem por isso, os diretores da Colônia têm se visto às voltas com o desinteresse dos associados. A Z-4, segundo os depoimentos espontâneos dos pescadores envolvidos em acordos, sempre dispõe, quando precisa, de voluntários para as atividades de fiscalização de lagos e demais constantes da programação dos acordos.

Em estados da federação como o Maranhão, por exemplo, grande parte das entidades de representação dos pescadores encarou certas bandeiras de mobilização (algumas mudando para sindicatos de pescadores⁵). A concretização dos desejos das pessoas representada por alguma modificação tangível termina por ser encarada como uma grande vitória conquistada conjuntamente em torno da figura de um ou mais líderes⁶.

Naquele estado, muitas entidades de representação de pescadores estão vinculadas, inclusive, aos Grupos de Trabalho Amazônicos - GTAs, juntamente com *quebradeiras de coco* e outros segmentos sociais, o que pressupõe que nestes grupos existe um teor de mobilização social junto ao Estado e até a organismos internacionais, bem como a identificação com bandeiras socioambientais.

A Colpesca Z-4, em Tefé, assumiu uma postura pioneira: como estratégia de ação procurou adequar-se ao manejo participativo como entidade parceira de *comunidades de ribeirinhos em acordos de pesca*. Tenta, assim resolver o problema, que já vem se arrastando a anos, da escassez de pescado, da falta de locais para pescar e do conflito aberto ou latente com os *ribeirinhos*, problemas que, juntamente com as *invasões* em áreas proibidas, têm ajudado na origem e perpetuação da má reputação dos pescadores discutida anteriormente.

Destarte, se em Tefé a entidade de representação dos pescadores for colônia ou sindicato, não creio que possa haver importância de fundo nesta diferenciação a não ser no fato de que a mobilização de pescadores para mudar algo torna-se um elemento que atua em favor do gregarismo, na criação de um

⁵ Conforme depoimentos prestados em junho de 2004 por ocasião do encontro da rede GTA – pesca, no Maranhão.

⁶ A percepção por parte dos associados de que sua entidade é um movimento social permite que ela possa se inscrever em redes amplas de movimentos como o que acontece com os sindicatos, colônias e associações de pesca que passam a dispor dos recursos a fundo perdido de países do G-8 para aquisição de material de pesca, de barcos e, talvez instalação ou manutenção de cooperativas de pescadores, o que é proporcionada pela inscrição da entidade na rede Grupos de Trabalho Amazônicos – GTA.

senso de identificação com a entidade que estiver lutando em favor de melhorias na vida dos pescadores.

Se a colônia não deflagrasse uma bandeira de mobilização como a que vem fazendo em favor dos *acordos de pesca*, talvez, ela permaneceria voltada, unicamente, na relação formal que vinha mantendo com o Estado, o que denotaria ao pescador que, a colônia serve apenas para lhe garantir a conquista de direitos individuais. Sua relação com os pescadores permaneceria assumindo características parecidas às de contrato estabelecidas pelo Estado liberal junto aos cidadãos, individualizando-os e dificultando a auto-identificação dos mesmos com a entidade como um fórum de participação e de luta por direitos coletivos.

É preciso, portanto, que esta bandeira de mobilização permaneça presente e que mudanças tangíveis possam ser percebidas pelos pescadores, para que a luta em favor do *manejo participativo* seja vista pelos pescadores como algo a ser defendido e conquistado.

3.1 *Psicas da Colônia*: institucionalização da representatividade e relações internas

A colônia de pescadores de Tefé, localiza-se na rua Copacabana, 700, bairro do Abial, em um imóvel que possui na frente uma fábrica de gelo desativada. Atualmente, logo em frente ao imóvel, se lê: “Federação de Pescadores do Estado do Amazonas, Roraima e Acre” (Fepesca); logo abaixo: “Colônia de Pescadores Z-4 de Tefé”. Entrando pelo portão de madeira que dá acesso à colônia, à direita de quem entra, há uma piscina também desativada e uma construção ao fundo (que, na

ocasião do trabalho de campo, encontrava-se fechada⁷). À esquerda, outra construção, ocupada pela diretoria.

Na primeira visita que fiz à entidade, os representantes da diretoria usavam uma camisa branca com um logotipo no peito onde se lia: “As dificuldades são grandes, mas, a persistência é maior”. Esta frase, conforme pude saber depois por intermédio de um folder que esta mesma secretária me entregou, seria o lema da então diretoria da Colpesca Z-4, eleita em 22 de junho de 2004.

No mesmo folder que apontava para o desejo e para a mobilização, se podia ler, dentre outras informações:

Benefícios proporcionados aos seus associados:

- Regularização da atividade junto à Autoridade Competente da Pesca (Capitania dos Portos e SEAP);
- Regularização das Embarcações Pesqueiras de pequeno, médio e grande porte atuantes na região (SEAP⁸);
- Cursos de Qualificação Profissional (Fepesca/SETRAB⁹);
- Financiamentos;
- Seguro Desemprego (Época do Defeso);
- Auxílio-Doença (INSS¹⁰);
- Salário-Maternidade (INSS);
- Aposentadoria por Idade (INSS);
- Auxílio-Funeral (Colpesca),
- Pensão por Morte (INSS).

Ou seja, apesar da boa-vontade dos representantes dos pescadores, talvez muito da não-identificação de alguns pescadores com a entidade advinha do fato deles não se entender como representados por ela naquilo que desejam. No folder, já podemos perceber algumas das principais características da colônia de pescadores: suas relações institucionais com os pescadores e suas ligações com

⁷ Quatro anos depois, a construção passou a ser ocupado pela coordenação do Sub-Projeto Fortalecimento das Organizações dos Pescadores do Médio Solimões, que possibilitou a construção dos *acordos de pesca* dos quais a Colpesca Z-4 é parceira.

⁸ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

⁹ Secretaria do Trabalho.

¹⁰ Instituto Nacional de Seguridade Social.

órgãos e autarquias do Estado, bem expressas nas siglas mencionadas ao lado dos benefícios elencados.

É como se a colônia servisse aos pescadores como o local para recorrerem no que diz respeito à garantia de benefícios constantes na legislação trabalhista para sua categoria sócio-profissional ou para obter financiamentos bancários; é por intermédio dela que cumprem uma série de obrigações com ela própria e com outras instituições, sobretudo estatais, relativas ao exercício da profissão. É, em suma, enquanto entidade de representação de classe destes pescadores, vista por muitos deles apenas como um canal institucional de ligação com o Estado e com a sociedade civil.

Estudos sobre colônias de pescadores apontam tal caráter institucional deste tipo de entidade de representação e o fato da presença do Estado ser muito marcante em cada uma delas, o que causa problemas, inclusive para a sua representatividade. Adriana Bilate (2002), que em sua dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/UFRJ realizou um trabalho de campo junto a pescadores do município de Itacoatiara-AM¹¹, aponta para este problema ao afirmar:

¹¹ De acordo com Bilate (2002, p. 16), “Itacoatiara fica à cerca de quatro horas de distância de Manaus, por terra (rodovia AM-010). Situada à margem esquerda do Rio Amazonas, ocupando uma área de 8.690 km², está localizada na região chamada Médio Amazonas. Com aproximadamente 70.000 habitantes (a 4ª maior população do estado), tem como principais atividades econômicas a agricultura e o pescado. O censo agropecuário de 1995/1996 (IBGE) aponta a existência de cerca de 35.000 trabalhadores agrícolas, e nesse número estão incluídos os pescadores”.

(...) a Colônia de pescadores surgiu como um departamento da Marinha e não como uma iniciativa dos próprios pescadores; que, criada pela coroa portuguesa como instrumento de controle e a fim de proteger as áreas brasileiras, não tinha, portanto, caráter representativo.

A Marinha, através da Capitania dos Portos, implantou um controle rígido que obrigava o pescador a comparecer todos os meses para a revista da Capitania. Além disso, o obrigava também a servir à Marinha, quando esta determinasse, realizando, entre outras atividades, formas de patrulhamento. Esse controle tinha por objetivo facilitar o “recrutamento forçado” de pescadores para servirem como “marinheiros avulsos” (...)

Em 1919, a Marinha definiu a colônia, que já estava sob sua responsabilidade, como “órgão de colaboração dessa instituição militar” e seus associados foram classificados como “reservas avançados da Marinha” (...). Apenas na Constituição de 1988 é que os pescadores viram incluídos na sua organização direitos como liberdade organizativa, autonomia e não-interferência do poder público, assim como a equiparação das colônias de pescadores aos sindicatos (...) (BILATE: 2002, p. 25).

Quando Lourdes Furtado (1993) realizou pesquisa no Baixo Amazonas, até finais da década de 1980, a direção da colônia dos pescadores de Óbidos-PA era dirigida por não-pescadores:

Muitas Colônias, não do Baixo Amazonas, ainda hoje são dirigidas por não-pescadores. A de Óbidos é um exemplo. Desde a mais alta esfera administrativa até a mais baixa, passa pela idéia dos dirigentes que os pescadores “não sabem dirigir, não têm capacidade para assumir a Colônia”. Não obstante ainda ser factível essa noção, a FEPA¹², reconhecendo o valor negativo dessa representação, propala em reconduzir o pescador ao seu lugar de dirigente do órgão de classe em suas várias instâncias.

Todavia isso ainda não se concretizou. A FEPA continua sendo dirigida por um ex-funcionário da Praticagem da Barra do Pará e a Colônia de Pescadores Z-19 de Óbidos, por um agricultor (FURTADO: 1993, p. 409).

Aponta que, na relação que os pescadores mantêm com a colônia, estão mantendo indiretamente relações com o Estado:

É o conflito velado entre pescadores e as lideranças oficiais da pesca, que pode ser entendido como um conflito entre pescadores e Estado uma vez que tais lideranças são os instrumentos de ação das políticas oficiais para a pesca, em seus vários níveis: da pesca artesanal à industrial.

Estas lideranças são representadas (1^o) pelos dirigentes das Colônias de Pescadores, instaladas em cada região que o órgão central, a nível estadual – a Federação das Colônias de Pescadores do Pará (FEPA) – elege como “áreas pesqueiras” e (2^o) pelos dirigentes desta Federação a qual, junto com

¹² Federação das Colônias de Pescadores do Pará.

suas congêneres estaduais, é centralizada pela Confederação Nacional dos Pescadores – CNP, com sede em Brasília (FURTADO: 1993, p. 409).

Esta relação de pescadores com o Estado remonta aos tempos em que o Brasil era ainda uma *sociedade colonizada*¹³, quando havia os *pesqueiros reais*. Segundo FURTADO & LIMA (2002, p. 15):

Campanhas de pesca eram organizadas pela Fazenda Real, com o fim de explorar áreas fluviais e costeiras altamente piscosas, que passaram então a denominar-se de *Pesqueiros Reais*, cuja existência remete para a idéia das primeiras reservas extrativistas na região amazônica. Desde 1667 se tem notícias da existência desses pesqueiros. No Pará destacam-se o Pesqueiro da Ilha Grande de Joanes, hoje Marajó, para a exploração da Tainha (*Mugil brasiliensis*) e Gurijuba (*Tachysurus luniscutis*). Estabelecido pelo Governador do Pará em junho de 1692, subdividia-se em duas *feitorias*, uma na aldeia de Joanes ao norte do Rio Condeixa, onde mais tarde, em 1757, foi fundada a Vila de Monforte, na boca do Rio Condeixa; outra no Rio Cajuna, na Costa Oriental do Marajó. Este *pesqueiro* foi criado através da Provisão de 12 de março de 1691, cuja a proposta original data do início de 1690.

Embora a situação tenha sido modificada com o direito assegurado na Constituição de 1988 da “liberdade organizativa”, “autonomia e não-interferência do poder público”, o modo de relacionamento da colônia com seus associados, mesmo atualmente, parece ainda ensejar uma situação complexa. Será que a não interferência do poder público não seria apenas uma questão de gradação?

Na prática, as colônias precisam lidar com uma série de documentos baixados por órgãos públicos, como Instruções Normativas da SEAP (órgão subordinado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MA) ou portarias do IBAMA, os quais possuem uma interferência decisiva sobre sua atuação. No âmbito constitucional existe a idéia da não-interferência, mas, na prática, parece existir de

¹³ Utilizo a categoria sociedade colonizada segundo a noção de *situação colonial* formulada por Balandier (1993), a qual se refere a um complexo de relações (econômicas, políticas, religiosas) entre duas sociedades: a *sociedade colonial* e a *sociedade colonizada*.

fato uma interferência no modo como os pescadores tem que se comportar para adquirir os direitos via colônia.

A interferência estatal está intrínseca à própria idéia de Colônia de pescadores e à sua historia como entidade:

De inspiração estatal, o estatuto da entidade ainda é o da fase da Marinha e determina que a filiação seja obrigatória para o pescador obter a licença para pescar. Desde seu início o ato de filiar-se às colônias foi compulsório, por uma determinação do Estado. Foi imposta aos pescadores uma forma específica de organização que não exigiu nenhum esforço de formação prévia do grupo e de criação, por si mesmos, de uma entidade que os representasse.

Claus Offe (1989) definiria este como um processo de “institucionalização da representação de interesses de classe”, por se tratar da imposição de um modo determinado de organização (e, daí, ação coletiva) tendo como objetivo disciplinar a categoria. Referindo-se à ação do Estado quanto ao enquadramento das organizações, este autor afirma que ao atribuir status público a certos “grupos de interesse”, o Estado se antecipa à organização desses grupos, dificultando ou mesmo impossibilitando o processo de formação da ação coletiva que se daria entre os próprios membros do grupo; ou seja, esvaziando a possibilidade desses próprios grupos se construírem enquanto tais e de definirem eles mesmos seu modo de organização e atuação política, com luta, participação e discussão (BILATE: 2002, p 25-26).

O relacionamento entre a entidade e seus representados se dá de forma pouco amistosa quando estes últimos não entendem direito a função daquela, nem legitimam todas as suas ações, sobretudo, porque não enxergam os benefícios que esta relação proporcionaria. Críticas à Colônia são comuns na fala dos pescadores, sobretudo, no que diz respeito à representatividade daquela frente a situações específicas que eles sofrem, sentindo-se prejudicados por interesses que eles ainda não entendem direito, ou são conflitantes com os seus.

A colpesca Z-4 foi institucionalmente fundada em 25 de junho de 1976. Antes disso, teria existido como uma espécie de associação desde a década de 1920 (Ent.: Ana Claudia Torres, tesoureira da Colônia Z-4: 03/11/04)¹⁴, criada por

¹⁴ Ana Claudia, que assumiu um papel importante na liderança dos pescadores para os acordos de pesca, era representante da Tesouraria da Colônia em 2004. Filha de pescadores, é filiada à Colônia

iniciativa de pescadores que se reuniram, pois queriam conquistar alguns benefícios.

E este pescador, presta o seguinte depoimento:

A colônia não tinha sede, não tinha nada. Ela só era uma associação, assim dos pescadores. Fizemos uma reuniãozinha, com pouca gente, eu nem me lembro quantos. Mas, éramos bem uns oito, dez pescadores. “vamos fazer uma associação aqui?!” Nos juntamos. ‘Vai ter um cara para nos representar em caso de doença, também para termos um dinheirinho em caixa. Essas coisas”. Começamos assim. Então, apareceu o presidente da colônia (Juvenal Santos: 28/11/04).

A institucionalização como colônia se deu, segundo Ana Claudia (Ent.: 03/11/04), porque os representantes do pescadores teriam sido orientados a institucionalizá-la para que tivessem todos os direitos. Acreditava-se que uma colônia teria mais facilidades para conquistá-los do que uma associação:

Como eu estava te falando da criação da colônia, formalmente, ela passou a existir desde o dia 25 de junho de 1976, ou seja, foi registrada somente a partir desse dia. Antes era associação. E pelo que consta nos livros de atas antigas dessa época, teria começado em 1920. Dá pra ver que desde essa época já existia um grupo de pescadores que já se reunia ainda sob associação e que, em 76, passou realmente, com um incentivo maior tanto da própria SUDEPE quanto da EMATER, a ser colônia mesmo. Porque eles achavam que, como associação, futuramente ela não teria todos os direitos que uma colônia em si teria. Eles achavam que poderíamos progredir mais assim.

Pela fala acima, se pode perceber que a data da institucionalização da Colônia coincide com o período histórico no qual o Governo Federal instituiu o Polamazônia, que, no Médio Solimões, se desdobrou no Pólo Juruá-Solimões, com políticas voltadas ao desenvolvimento, ou crescimento econômico, de cidades como Tefé (vide discussão do capítulo I). A estas políticas realizadas pelo pólo se juntava

desde muito jovem e trabalha há dez anos em diretorias da colônia. Segundo ela, seriam três as diretorias pelas quais passou: a primeira em 1994, quando o Presidente era o Sr. Raimundo Nonato, que se afastara para ingressar na carreira política municipal como vereador. Nesta ocasião, dezembro de 1996 e janeiro de 1997, assumiu em seu lugar Epitácio. Depois disso, ela acompanhou também a administração de Sigueru, que também deixou a Presidência (no último ano do mandato não por motivos políticos, mas, por razões pessoais, conforme ele próprio afirmou em entrevista concedida a mim em 10/11/04), e atualmente compõe a diretoria sob o mandato do Juquinha.

as de concessão de créditos e financiamentos a pequenos produtores da região. Isto nos remonta para o fato bastante conhecido de que atividades como agropecuária e pesca na região amazônica foram incentivadas (ainda hoje são) financeiramente pelo Governo Federal. Quer dizer, os incentivos dados pelo Governo não foram acompanhados de políticas de empoderamento nas questões ambientais, e os pescadores, não sabendo como agir, passaram a se prejudicar ao beneficiar, mais do que a si próprios, a interesses que lhes eram externos, quando entraram em conflito com os *ribeirinhos* e buscaram ajuda com os intermediários.

Estas políticas, como vimos no Capítulo I, foram implantadas com uma série de problemas (monopolização do capital mercantil das concessões de crédito) e sua perspectiva não contemplava o *manejo* dos recursos naturais. Ou seja, alguns estratos do capital mercantil, que se metamorfoseou a partir delas, pode tê-las incorporado e realizado a exploração da pesca, utilizando-se da força de trabalho dos produtores diretos, adequando-os às suas perspectivas de obtenção de lucro. Isso eu pretendo explicar melhor, mas o pescador, para se adequar a estas perspectivas de lucro do capital mercantil se viu (e ainda se vê) na necessidade de pressionar o meio ambiente para corresponder a um mercado que lhe paga por produção e não incorpora como valor o tempo de trabalho gasto, como, aliás, ocorre com qualquer pequeno produtor.

Afora este fato importante, podemos perceber também no depoimento a ligação existente entre a Colônia e os órgãos do governo (a institucionalização, como propõe Bilate), com suas atribuições específicas. A criação da Z-4, não mais como associação tendo em vista a preocupação de futuramente adquirir “todos os direitos que uma colônia em si teria”, enquadra-se bem na proposição de Bilate (op. cit.) segundo a qual, o estado institucionaliza as colônias.

Para fazer parte de uma entidade assim, é necessário portar uma série de documentos e adequar-se a regras que não foram criadas coletivamente pelos pescadores:

As colônias de pescadores, pelo modo como foram criadas, através da ação do Estado, e não pela ação dos próprios pescadores, foram então, nos termos da análise proposta por Offe, institucionalmente disciplinadas. Os pescadores, segundo esta argumentação, teriam sido colocados fora do jogo político. Assim, tidos como as peças, e impossibilitados de jogar desde o início, os pescadores não poderiam aprender as regras do jogo (BILATE: 2002, p. 26).

Com os órgãos do Estado, os pescadores, auxiliados pela Z-4, necessitam ou necessitaram cumprir certos deveres, como registros, através dos quais obtém carteiras, licenças e certificados. A SEAP atualmente é quem realiza o registro dos pescadores enquanto uma categoria sócio-profissional e expede a carteira que os identifica como tais.

Pierre Bourdieu (1995) analisa uma situação parecida na Rússia, a de determinados partidos que precisavam instituir uma delegação para serem reconhecidos como grupos. Nesta análise, ele extrai considerações a respeito de relações sociais que podem ser úteis a situações como essa da necessidade que os pescadores têm de institucionalizar-se, filiando-se à colônia, para serem reconhecidos. De acordo com o autor (1995, p. 190): “a delegação é o ato pelo qual um grupo se constitui”, ou: “para sair da existência que Sartre chamava de serial e chegar à existência coletiva, não há outra via senão passar pelo porta-voz”.

Ora, o porta-voz, aqui, em primeira instância, é o Estado, com a legitimidade patenteada por regras escritas, que devem ser cumpridas, para que os pescadores possam adquirir determinados direitos, normalizando as ações desses indivíduos. Ao instituírem esta delegação, os grupos estariam assumindo o risco da

usurpação potencial existente em toda relação de delegação. De acordo com Bourdieu, quanto mais despossuído é o grupo, maior é o poder do mandatário, e maior a possibilidade de usurpação, ficando os delegantes reféns do delegado.

Bourdieu (1995) afirma que, quando se dá no nível coletivo, o ato de delegação possui uma série de problemas, tais como o do porta-voz, ao ser instituído pelo grupo, na verdade é ele, sem que o grupo perceba, quem o está instituindo.

Em entrevista no dia 26 de outubro de 2004, a secretária da Colônia informou-me sobre uma série de exigências impostas ao pescador para ser reconhecido enquanto um profissional. A primeira delas seria com relação à carteira de pescador profissional citada acima. De acordo com outra representante, tesoureira da entidade, esta carteira é importante, sobretudo porque garante um benefício conquistado há poucos anos, tido pelo pescador como o mais importante que a colônia assegura, o seguro-desemprego para a época do defeso: “O que dá **direito** ao seguro do defeso é a sua carteira que vem da SEAP, que a gente manda solicitar. Só que a SEAP, às vezes demora muito a emitir essa carteira” (tesoureira da Z-4: 03/11/04).

Para os pescadores artesanais, que não possuem grandes embarcações (pescando apenas em *rabetas*) e nem trabalham com *Armadores de Pesca*, com apenas esta carteira dá para exercer a atividade sem problemas com os órgãos de fiscalização do Governo. A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 dispõe sobre as normas e procedimentos para o Registro Geral da Pesca – RGP, realizado no âmbito da SEAP. Segundo a Instrução:

As pessoas físicas ou jurídicas só poderão exercer atividades de pesca e aqüicultura com fins comerciais, se previamente inscritas no RGP, na forma

do disposto na presente Instrução Normativa. (SEAP: INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, Art. 2º)

A carteira do pescador, que segundo a tesoureira garante o direito do seguro para a época do defeso, depende da inscrição no RGP. A Instrução Normativa N° 3, de 12 de maio de 2004, estabelece diferenciações de registro entre o Pescador Profissional, o Aprendiz de Pesca, o Armador de Pesca, Embarcação Pesqueira, Indústria Pesqueira, Aquicultor e Empresa que Comercia Organismos Aquáticos Vivos.

Para a compreensão da realidade da Colpesca Z-4, é importante reter, acredito que apenas a primeira categoria, onde podemos enquadrar todos os seus filiados. Por exemplo, existem alguns poucos pescadores que trabalham com barcos acima de 8 toneladas líquidas (seriam *armadores de pesca* se ultrapassassem 10 toneladas¹⁵), sendo a maioria deles de *pescadores artesanais*. Há pescadores conhecidos localmente como *redeiros*, cuja maioria possui barcos com maior capacidade (entre 8 e 10 toneladas líquidas). Há também aqueles chamados de *canoeiros*, porque trabalham em canoas com ou sem motor de popa, que são, de pleno direito, *pescadores artesanais*.

Pescadores que trabalham em parceria com os *redeiros* até poderiam ser enquadrados na categoria de *pescadores na pesca industrial*. Mas a pesca realizada pelos *redeiros* e seus parceiros, por todas as características descritas por Alex Fiúza de Mello (in FURTADO et. all.: 1993) para pescadores na pesca industrial, está longe da mecanização e alienação que foi registrada por este autor em Icoaracy¹⁶.

¹⁵ Por isso, muitos pescadores preferem ter dois barcos com capacidade de até oito toneladas, do que um só barco com, por exemplo, 16.

¹⁶ Segundo o autor o pescador na pesca industrial caracteriza-se, em oposição ao pescador artesanal, por ser parcelizado: está ligado apenas ao processo de captura do pescado, não necessitando para isso de um saber específico, apenas força física (em Tefé, os parceiros dos *redeiros* são valorizados social e economicamente pelo seu saber). Recebe salário pelo seu trabalho (o que não ocorre em Tefé; lá, a produção é dividida segundo a importância e o saber dos parceiros).

Para cada uma destas categorias, a legislação adota conceitos para operacionalizar os registros com base em determinadas características. Assim é que:

Pescador Profissional: pessoa física maior de dezoito anos e em pleno exercício de sua capacidade civil, que faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida podendo atuar no setor pesqueiro artesanal ou industrial; (SEAP: INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, Art. 4º, Inciso I).

Sobre as diferenças entre as categorias:

a) Pescador Profissional na Pesca Artesanal: aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício; e

b) Pescador Profissional na Pesca Industrial: aquele que, com vínculo empregatício, exerce atividade relacionadas (sic) com a captura, coleta ou extração de recursos pesqueiros em embarcações pesqueiras de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas inscritas no RGP na categoria correspondente.

III - Armador de Pesca: a pessoa física ou jurídica que, em seu nome ou sob a sua responsabilidade, apresta para sua utilização uma ou mais embarcações pesqueiras, cuja arqueação bruta totalize ou ultrapasse 10 toneladas;

IV – Embarcação Pesqueira: a embarcação de pesca que se destina exclusiva e permanentemente à captura, coleta, extração ou processamento e conservação de seres animais e vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais freqüente habitat (SEAP: INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, Art. 4º, Incisos I, III e IV);

Cada uma destas categorias precisa ter seu registro próprio e cada uma delas possui preços específicos e documentos exigidos para a inscrição no RGP. Para o registro de Pescador Profissional, de acordo com a mesma Instrução, por exemplo, os documentos a serem apresentados são os seguintes:

Mello (op. cit.) considera o pescador industrial como um tipo de pescador entre aspas pode não deter o conhecimento e não determinar a modalidade de pesca e por produzir mercadorias enquanto propriedade direta da empresa. É composto de pescadores que migraram para a capital em busca de emprego e por trabalhadores desqualificados, geralmente desempregados de outros setores da economia urbana, sem experiência prévia. O salário é aviltado pela concorrência constante de uma reserva de trabalhadores desempregados.

- I – formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, conforme modelo adotado pela SEAP/PR;
- II – cópia do documento de identificação pessoal;
- III – cópia do comprovante de residência do interessado;
- IV – cópia do documento de inscrição no CPF;
- V – cópia do documento de inscrição no PIS/PASEP, quando não se tratar do registro inicial;
- VI – duas fotos 3x4;
- VII – comprovação da data da inscrição inicial no RGP como Pescador Profissional em órgão competente à época, quando for o caso; e
- VIII – comprovante de recolhimento do valor da taxa correspondente à expedição da Carteira de Pescador Profissional, quando prevista em lei.

A necessidade de apresentação de todos estes documentos, por vezes, causa um efeito de inadequação, problemas oriundos de uma relação muito particular entre as normas burocráticas dos órgãos estatais de um lado e dificuldade de adequação das camadas populares a tais normas. Esta combinação surte efeitos desfavoráveis aos setores populares, quando os órgãos estatais lançam uma legislação complexa demais, cheia de operações ou exigências com os quais estes setores não têm condições de cumprir, ou têm dificuldades para isso, levando-os a perder determinados direitos em favor de outros setores habilitados a cumprir as normas e exigências.

É exemplo disso o caso descrito por Faulhaber (1987) a respeito das concessões de créditos aos pequenos produtores rurais do Médio Solimões durante a enchente de 1982. Os produtores tiveram dificuldades para pagar o financiamento porque a enchente os fez perder a produção.

Diferentemente do capital mercantil, os pequenos produtores não dispõem de meios para iniciar a produção caso os investimentos atrasem, o que fez com que eles atrasassem a produção e quando veio a cheia, eles perderam as sementes que plantaram (FAULHABER: op. cit.). Por causa disso, os produtores preferiam então submeter-se ao pedido de empréstimo ao capital mercantil, pagando-os quando o banco lhes concedesse o empréstimo e pagando o banco

com a produção. Ou seja, reproduziam o sistema de aviação, com o banco na situação de último credor. Para os pescadores, esta relação se reproduz também, e atualmente, porém de forma modificada por conta de problemas próprios a esta categoria, conforme veremos em seções subseqüentes neste mesmo capítulo.

Algumas pessoas, em situações mais graves, sequer possuem documentos pessoais¹⁷.

Para o caso dos pescadores do Amazonas, no depoimento a seguir, o pescador comenta o caso do seu irmão que, mesmo exercendo a profissão e até tendo se associado à entidade no passado, possui dificuldades para conquistar determinados benefícios que o Estado lhe asseguraria como de direito. A dificuldade se dá em razão dos documentos que atestam a sua profissão e lhe permitiriam pagar seus deveres¹⁸ terem sido extraviados:

Esse meu irmão, perderam uma carteira dele. Então, hoje estou brigando aí pra ver se eu descubro.... Ele não recebe nem o seguro. A dele é da minha época. Perderam o documento dele. E, aí, nós estamos tentando resgatar porque fica num computador, aí, a hora, né, que foi sócio. Eu acho que nós vamos tentar, porque ainda nem acharam. Ainda nem acharam. Do tempo da SUDEPE isso aí. A dele ainda não foi. Eu já conversei com ela (**secretária**), pra ela procurar porque ele tá perdendo. Ele tem os documentos, mas não tem isso aí. Que o que vale é a carteira da... essa do IBAMA, que era na época, né. Porque se ele não tiver isso aí e for se associar agora... Ele tá esses anos todinhos, né, que ele vem pagando. Foi um tempo em que entrou um candidato aí, ele pediu né, dele, pra levar lá

¹⁷ Cite-se, como exemplo de situações parecidas, os casos de grilagem de terras, quando posseiros, por desconhecimento da legislação específica, deixam de requerer o direito à posse de suas terras ou quando o *grileiro* manifesta em cartório seu interesse por determinada terra “devoluta”, ocupada por posseiros. Sobre grilagem de terras, vide o estudo de Asselin (1982), que analisa este processo para o estado do Maranhão. No mesmo estado, por exemplo, idosos desinformados com relação à necessidade de cumprir com certas exigências para requerer a aposentadoria acabam por passar muito tempo sem direito ao benefício, sendo vítimas de pessoas que facilitam os trâmites burocráticos em troca de um valor acertado sobre o primeiro valor mensal da aposentadoria recebida ou sobre todos. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Maranhão já estão chamando as pessoas que fazem este tipo de serviço de *caçadores de velhos* (seg. depoimentos de representantes do STR de Cururupu-MA: 22/07/05).

¹⁸ Geralmente, os pescadores deixam acumular o pagamento das mensalidades para alguns meses antes do recebimento do seguro-desemprego, de modo que, quites com suas obrigações com a Colônia, possam adquirir o benefício. Os meses que antecedem o envio dos nomes dos pescadores aptos a receberem o seguro são meses de intensa atividade da diretoria da Colônia, que é quando arrecadam o acumulado das mensalidades e despacham os nomes dos pescadores que receberão o seguro.

não sei pra que fazer. Ele não deu conta, não deu conta do documento dele. E, assim, ele tá perdendo dinheiro. Nunca! ainda não recebeu. Eu falei pra ela, já levei ele lá com os documentos dele todinhos, pra Ana. Pra ver se ela descobre onde é que tá esse... Porque é um número, né, que fica assim... (Ent.: 28/22/04).

Este tipo de inadequação às normas burocráticas está evidenciado também em um documento enviado, em 2004, pelo Escritório Estadual da SEAP do Amazonas – SEAP/PR/AM – informando à Colpesca Z-4 os problemas dos requerimentos enviados para o RGP dos pescadores desta última. De acordo com o documento, as principais falhas nos requerimentos enviados eram:

- a. Não preenchimento do endereço ou preenchimento incompleto ou incorreto (endereço de difícil localização do indivíduo);
- b. Cópia do documento ilegível ou rasurado;
- c. Sem o número do PIS/PASEP;
- d. Cópia de documento de comprovação do 1º registro preenchido de forma a produzir dúvidas, portanto precisando de apresentação do documento original;
- e. Fotografia com tamanho maior ou menor que 3x4;
- f. Fotografia que não é atual;
- g. Fotografia com manchas ou outra forma de alteração da imagem;
- h. Fotografia com óculos.

Isto exemplifica a situação de pouca adequação destas pessoas, muitas delas preocupadas em pescar, quando o peixe está escasso, passando semanas no convés de um barco ou sobre *rabetas* e canoas tentando encher suas caixas de gelo para garantir uma boa produção. Isso impõe dificuldades com o tempo para ir até a sede do município, procurar uma loja de fotografia, tirar as cópias.

Além disso, fotos novas, como sabemos, são pagas. O pescador considera os gastos com o registro e obtenção da carteira dispendiosos (valor das fotos, das xerox, valor do registro, que custa R\$ 10,00). Muitos até consideram que devia ser de graça ou que a colônia deveria pagar. Documentos antigos, mal guardados em caixas improvisadas, misturados a uma série de outros documentos que os pescadores consideram importantes, como notas fiscais, por exemplo (não é

uma questão de pura negligência a rasura), em casas que, às vezes, possuem crianças, tudo isso contribui para o desgaste e a má-apresentação dos documentos, até mesmo os novos, muitos deles sendo levados para as pescarias, pois, são entendidos pelos pescadores como necessários em situações de fiscalização.

A secretaria da Colônia (Ent.: 26/10/04) informou-me a respeito desses outros documentos que pescadores precisam tirar, caso queiram trabalhar em embarcações maiores, como a carteira da Marinha; o documento da embarcação e o registro de armador de pesca. A carteira da Marinha é uma exigência da Capitania dos Portos, necessária para trabalhar com proprietários de embarcações (ou seus responsáveis) que possuam ou requeiram o registro de armador. É como se os pescadores, além da carteira que os identifica profissionalmente, tivessem que ser reconhecidos também como marinheiros, aptos a navegar nas águas do país; tais carteiras seriam, em suma, licenças individuais para navegar nas embarcações. Para definir as categorias de aptidão para navegar, no caso dos profissionais da pesca (porque existem outras carteiras), existem três modalidades: POP, marinheiro de convés; MOP, chefe da máquina e PEP, comandante da embarcação.

Para adquirir uma dessas carteiras, é preciso que o requerente tenha cursado até a quarta série e faça um curso, o qual é oferecido pela colônia. Esta é uma medida tomada há pouco tempo (depois de 2002). Antes não precisava ter esta escolarização. Para o curso, a colônia registra até 15 pessoas, com algumas condições para a inscrição: maior de 18 anos; carteira de identidade (com xerox); CPF (e xerox); Certificado Militar (e xerox); Título de Eleitor (também original e xerox); Atestado médico e taxa de inscrição de R\$ 6,00. É feito um exame, no momento da requisição da carteira: teste de natação: 25 metros e teste de permanência: 15 minutos (Secretaria da Z-4: 26/10/04).

As carteiras são necessárias para tripular toda e qualquer embarcação, não só as de pesca, aumentando a quantidade de carteiras necessárias conforme o tamanho e a capacidade. De acordo com a secretária, “é o pescador que deve ir atrás desta carteira, com a colônia dando um empurrãozinho” (Secretaria da Z-4: 26/10/04).

O registro de armador de pesca está normalizado pela Instrução Normativa nº 5, de 18 de janeiro de 2001. Para retirar o registro, é necessário encaminhar um pedido à Delegacia Federal de Agricultura do Estado em que o profissional da pesca atua, mediante um requerimento em modelo único, adotado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MA. Neste requerimento, é preciso que o interessado atenda uma série de condições, conforme especificado pela legislação (SEAP: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, Art. 3º):

O pedido de registro de Armador de Pesca deverá ser encaminhado às Delegacias Federais de Agricultura nos estados, mediante requerimento do interessado, em modelo próprio adotado por este Ministério, com atendimento das seguintes condições:

- a) cópia do Certificado de Armador de Pesca expedido pelo Tribunal Marítimo;
- b) preenchimento do formulário “Cadastro” em modelo adotado por este Ministério;
- c) relação nominal da(s) embarcação(ões) que possui, onde conste(m) seu(s) respectivo(s) número(s) de inscrição no Registro Geral da Pesca.

No caso das embarcações pesqueiras com menos de 50 toneladas de arqueação bruta (caso das embarcações atuantes em Tefé), o requerente ao registro de armador não precisa apresentar o Certificado de *Armador de Pesca*¹⁹. O registro será efetivado com a expedição de um Certificado de Registro que, para ter validade, necessita do pagamento de uma importância correspondente à taxa de

¹⁹ A Instrução Normativa estabelece uma diferenciação de teto máximo: 20 TAB (toneladas de arqueação bruta) para embarcações marítimas, 50 TAB para embarcações lacustres ou fluviais.

registro. Este registro deve ser renovado anualmente sob o pagamento de taxa mencionado acima²⁰. A Instrução salienta ainda que, para efeitos de fiscalização, “o Armador de Pesca deve apresentar o ‘Certificado de Registro’” (SEAP: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, Art. 6º). Para o registro das embarcações, tem que se pagar determinados valores por ano de acordo com o tamanho e a capacidade delas. Os valores estão especificados nos anexos à Instrução Normativa Nº 5.

Mantendo relações com órgãos estatais como a SEAP, o IBAMA e a Capitania dos Portos, conforme vimos, a Colpesca também encontra-se ligada a entidades mais abrangentes, como a Federação de Pescadores do Estado do Amazonas, com sede em Manaus, e a Confederação dos Pescadores, com sede em Brasília.

Os órgãos estatais dos quais falei anteriormente permanecem, segundo a Ana Claudia (Ent.: 03/11/04), como:

Autoridades competentes da pesca, a Marinha e o próprio IBAMA, e que junto com a colônia formam as entidades representativas da pesca, aqueles órgãos que podem combinar a pesca em determinado local, mas eles não têm, necessariamente... tipo assim, a gente não atende ao comando da Marinha, ao comando do IBAMA em si, ou do Ministério da Agricultura em si. Nós somos entidades parceiras, né, neste trabalho que é da pesca. Somos, assim, como co-parceiros, mesmo.

Por conta da diretoria ser votada pelos pescadores e se constituir de pessoas filiadas à entidade, não sendo impostos pelos órgãos do governo, a fala da tesoureira aponta para o fato de que as decisões que são tomadas na Colônia dizem respeito ao seu trabalho como entidade representativa dos pescadores, sem que receba um comando direto destes órgãos. No entanto, ela reconhece e precisa respeitar as instruções normativas emitidas por vários deles. Por outro lado, existe

²⁰ Vide Anexo: SEAP: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, de 18 de janeiro de 2001 e anexos, a respeito dos valores dos serviços prestados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento no âmbito da atividade de pesca e aqüicultura.

uma cadeia de subordinação que, institucionalmente, reivindica direitos para o setor pesqueiro junto a uma comissão específica no Congresso Nacional que vota as leis e projetos para a pesca no país:

As colônias, que agora são 48 colônias nessa área, né, 48 colônias são filiadas à Federação, que tem com... que fica em Manaus, né, Federação de Pescadores, e essa atende às ordens da Confederação em Brasília. Então, nós temos representatividade em Brasília, em Manaus e aqui em cada município do estado. Aí, todos os benefícios que possam vir às colônias, elas vão conseguir através da Confederação junto.. é... à Comissão Parlamentar em Brasília, Comissão Parlamentar da Pesca, que é como foi criada. Porque a Confederação tem contato direto com... no caso, a frente parlamentar, que tá os deputados que fazem parte dessa Comissão Parlamentar da Pesca. E, assim, as sugestões que vêm de baixo, que vêm das colônias, são repassadas na Federação que, conseqüentemente, vai repassar pra Confederação e essa leva, através de projeto e tudo, para o conhecimento da Frente Parlamentar, que põe isso em votação frente ao Plenário, né, pra ver se são aprovadas as leis referentes à pesca, que possam vir a beneficiar o pescador. Esta questão do... que baixou pra um ano, foi através disso: a Federação... é... a Confederação levou ao conhecimento da Frente Parlamentar, que votou e foi aprovado: de baixar de três pra um ano, por exemplo, a carteira pra fazer o seguro-desemprego. Isso aí foi uma vitória da classe pesqueira que fez esta manifestação junto à Federação (Ent. tesoureira da Z-4: 03/11/04).

O seguro-desemprego para o período do defeso²¹, que corresponde ao pagamento de um salário mínimo/mês durante quatro meses (novembro a fevereiro, quando, geralmente, baixa a portaria do defeso), para os pescadores de Tefé, é pago todo de uma vez. Por problemas de estrutura física da própria cidade (inexistência de agências da Caixa Econômica Federal), por vezes atrasa, sendo pago somente para o mês de maio, por exemplo, como aconteceu em 2004. Isto é algo que prejudica até mesmo os propósitos de defesa dos recursos pesqueiros, porque os pescadores não têm o seguro nos meses em que precisa.

²¹ De acordo com Bilate (2002, p. 28), “Criado em 1991 pelo governo federal, através do Ibama e Ministério do Trabalho, a concessão do seguro desemprego no atual contexto visa, principalmente, evitar ou amenizar o esforço de pesca no período do defeso, preservando a reprodução de certas espécies de peixe e garantindo o sustento dos pescadores prejudicados nesta época do ano”.

Calculando pelo valor do salário-mínimo à época do trabalho de campo, temos um valor de R\$ 1.040,00, benefício que muitos pescadores (de *canoeiros* a *atravessadores*²²) consideram serem o único fornecido pela Colônia.

Muitos pescadores são movidos a se filiarem e a cumprir com determinadas obrigações por causa do desejo de garantir o seguro. No dia 29 de outubro de 2004, realizei uma visita ao mercado de peixe do Abial e entrevistei informalmente três moradores do bairro, que tinham sido pescadores: um estava aposentado, o outro não era filiado à colônia e o terceiro já fora pescador, agora deixara por um emprego na cidade. Todos eles pescam ou pescavam utilizando *rabetas* para transporte. Todos eles afirmaram categoricamente que o único benefício que existe em se ser filiado à colônia é o fato do recebimento do seguro-desemprego²³.

O pescador aposentado, a quem perguntei se era filiado à Colônia, disse que não era filiado porque não precisava mais: estando aposentado não podia mais receber o seguro. Este falou que, quando pagava a Colônia, ainda não tinha o seguro. O seguro só teria passado a vigorar há cerca de três ou quatro anos. O pescador jovem não filiado, quando perguntei se pescava, respondeu-me que ia de Tefé a Manaus a remo, portanto, era seria uma bom pescador. Afirmou-me que não se filiava por que possuía dificuldades para isso.

Outro pescador entrevistado no dia 28 de novembro de 2004, perguntado por mim sobre quais os benefícios que a colônia proporciona aos filiados, respondeu-me da seguinte forma:

²² *Armadores de pesca* não recebem o benefício, embora alguns achem isto injusto.

²³ De acordo com Bilate (2002, p. 30), “O seguro é valorizado pelos pescadores mais por ajudar seu sustento numa época em que seria muito difícil a pesca do que como um meio que auxilia na preservação das espécies de peixe proibidas. Isto está ligado também ao fato do pagamento deste benefício ocorrer em uma única parcela”.

Rapaz, a única vantagem que tem, como você tá perguntando isso aí, que eu venho acompanhando há muitos anos, a única vantagem que eu já achei na colônia foi só a respeito o seguro, que a gente tem o direito de tirar. Mas, que sobre doença, uma vez só fizeram pelo um irmão meu. Esse Seu Zé Japonês, né, mandou pra Manaus, trouxe de volta por conta da Colônia. Foi a única vez que eu vi a Colônia fazer alguma coisa por alguém. Porque, eu não tava lhe falando?! eu já fui lá me queixar que eu estou todo doente, né. Quer dizer, que eu achava que a Colônia... ia ter uma pessoa da Colônia pra ir me acompanhar; ir lá em tal canto: “olhe aqui! Aqui é um pescador que vem pagando”, né. Então, mas não; só me deram uma... um encaminhamento pra mim ir lá no INSS e, sabe, e pagando o INSS também. Não fizeram muita força de fazer alguma coisa por mim. Eu acho que não tem. Não tem. Por isso muita gente deixou de pagar à Colônia. Que até o gelo, na época, quando iam pegar, não tinha gelo pros próprios sócios. Então, muita gente parou de pagar a Colônia por isso. Muitos pescadores.

Na representação do pescador, a colônia teria obrigação de garantir aos filiados os benefícios, sobretudo, porque o pescador vem pagando as mensalidades e o *manifesto do mercado*. Teria que existir uma pessoa para acompanhá-los nas instituições estatais em caso de doença. Este mesmo pescador contou-me que foi ao INSS várias vezes, sem conseguir uma consulta ou o tratamento médico de que precisava. Teria ido tantas vezes que acabou desistindo.

Sobre quem tem condições de receber o seguro, o mesmo pescador faz as seguintes afirmações:

Só quem tá nessa situação aí. Em dias, sabe; que tem documento tudo direitinho. Se for, por acaso, como eu te expliquei, né, é... quem é pescador, mas não tem um documento pra comprovar, tu podes tá caindo o coró da tua bunda de banda da canoa, tu não vai receber nunca. Então, o caso de muitos que eu te expliquei naquele dia, tem vontade, mas não tem os sessenta reais pra... cinquenta e três pra associar; dez de foto, como é... seis de foto; eu não sei nem o que era a outra coisa que eu te expliquei, que dava sessenta e cinco reais. Então, tem vontade de... É um pescador, tem vontade de ser sócio, mas não tem esse dinheiro pra se associar. Não é como... tá um grupo, nós somos sócio, então vamos ajudar esses aí que não tem condição de se associar. Esse fulano aqui não tem, esse outro aqui não tem. Vambora ajudar esse pessoal, vambora associar de graça. Eles ficam pagando só a mensalidade de sete reais. Então, muita gente tem vontade de se associar. Não é porque não quer ser um sócio da colônia. É pescador, né, mas só que não tem. É por isso. É tirar sessenta e pouco reais pra pagar, né. Então, fica difícil. Muita gente é assim. O cara diz: “mas, rapaz, sessenta reais não é nada, não. Não é. Qualquer um paga”. Na situação que nós estamos trabalhando hoje aí, com esses preços de peixe aí, então não tem não, colega, como fazer. Agora tem... tem, sim, aqueles donos de um barco que pega oito toneladas, sete toneladas, seis toneladas

ou dez. Aí, tem como sim, associar, ele, o irmão, qualquer uma pessoa (Ent.: 28/11/04).

A fala do pescador aponta mais uma vez para a questão da inadequação às exigências burocráticas, difíceis de serem cumpridas, até mesmo com relação às estabelecidas pela entidade de representação de classe²⁴. Aponta também para a inexistência de um sentimento de identificação coletiva entre os pescadores, que seria, segundo ele, incentivada até mesmo pela Colônia, que não associa os pescadores de graça, aqueles que precisam deste auxílio. Outra questão importante diz respeito à distinção entre pescadores que pagam as mensalidades e pescadores que não pagam as mensalidades.

A secretária da Colônia afirmou-me que os meses de mais trabalho na Colônia são aqueles próximos ao despacho para o seguro desemprego (Ent.: 19/11/04). Os pescadores associam-se e cumprem suas obrigações na perspectiva de receber o seguro-desemprego. Talvez seja por este motivo que até o ano de 2000 existiam apenas cerca de 300 pescadores associados na Colônia. O número mais que quintuplicou, alcançando 1670 até outubro de 2004, depois que o seguro desemprego começou a ser recebido pelos pescadores associados e cumpridores das exigências.

Com relação às exigências de pagamento, além das mensalidades da Colônia no valor de R\$ 7,00 (e além dos valores pagos à SEAP), existe o pagamento de uma taxa variável conforme a produção de cada pescaria, conhecida como

²⁴ Por outro lado, é preciso entender que a Colônia não possui outra forma de arrecadação além da cobrança de taxas aos associados. Tem sido a cobrança das taxas que têm garantido o funcionamento da entidade e, atualmente, é ela que custeia as despesas com as necessidades do acordo, como a alimentação dos AAVs da Colônia formados em parceria com o IDSM. Acredito que o problema tem sido a falta de conquistas de investimentos por parte do Estado para a operacionalização da Colônia, como por exemplo, a recuperação ou compra de uma nova fábrica de gelo, para que ela possa vender e lucrar com isso. Segundo depoimento de Ana Cláudia, prestado a mim já em 2008, quando a colônia possuía fábrica, os pescadores não pagavam mensalidades. Uma fábrica de gelo aumentaria até mesmo o poder de negociação dos pescadores com *patrões* e intermediários.

manifesto do mercado, paga à colônia e à Prefeitura, caso o peixe seja vendido no mercado municipal.

Diz o estatuto que é dever do associado contribuir com a associação com a taxa do manifesto do mercado, né. É dever dele contribuir... como é... É o dever dele pagar o manifesto sobre o pescado comercializado no mercado ou no frigorífico, mostrando a nota. Porque se ele paga lá... se ele recebe o dinheiro pelo peixe que ele entrega no frigorífico, ele tem que ter uma nota, porque, afinal de contas, ele tá vendendo o produto dele. Entendeu? Ele traz aqui e paga o percentual dele: um e cinqüenta a cada cem quilos de peixe. Aí a cada cem quilos ele paga um e cinqüenta. Principalmente, o pessoal do peixe liso. O peixe liso, o cara não pega assim de tonelada, né. Ele pega de pouco. Então, ele vem, às vezes, paga três reais de duzentos quilos que ele pega em cada viagem (Ent. tesoureira da Z-4: 03/11/04).

Para que o pescador tenha liberado o seguro-desemprego, é necessário contribuir para a Colônia com a taxa do manifesto, mediante apresentação da nota fiscal de compra e venda do peixe:

Eles têm trazido, o pessoal que está vendendo. Até porque eles viram que essa exigência começou a ser feita no seguro passado e que vai perdurar para esse próximo seguro. A gente sempre apostou muito na questão da conscientização. A gente, tipo assim, não vai em cima do... ele precisa garantir que o seguro dele vai ser constante, entendeu? E o que se quer: o Ministério do Trabalho juntamente com a SEAP quer o quê? Quer que todas as colônias tenham uma estimativa de pesca. E a gente só vai conseguir isso pelo controle de quanto é comercializado, seja nesse período do seguro ou não. Então, se ele vem manifestando de um seguro para o outro o seu peixe, a gente pode fazer um apanhado desses dados, né. Tipo assim, a pessoa vendeu quantos de caparari? Aí, isso já cai na contagem do caparari²⁵, a gente já pode fazer um percentual de quanto é comercializado (Ent. tesoureira da Z-4: 03/11/04).

Este pagamento perfez um total para a Colônia durante os anos de 2001 a 2003 de cerca de R\$ 6.849,00 (R\$ 2.283,16 em média; 456.600 Kg manifestados nestes três anos, 761 kg manifestados por ano em média). À época do trabalho de campo, a Colônia tinha 1.629 pescadores associados, arrecadando cerca de R\$ 45.610,00 durante estes anos pelo valor das mensalidades pagas (R\$ 15.203,33 em

²⁵ Espécie de bagre que está incluído na categoria denominada pelos pescadores de “feras”.

média por ano)(COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2004a, sem paginação). É como se 181 pescadores estivessem quites com suas mensalidades nestes 3 anos. Em termos ideais, é como se os pescadores quites com a Colônia produzissem 63,42 Kg por mês (divididos por 181 pescadores teríamos que cada um destes pescadores produz cerca de 0,35 kg de peixe por mês individualmente).

181 pescadores quites parece ser um número pouco representativo do universo de pescadores, apontando para o fato de que a Colônia pode estar possuindo ainda problemas sérios de representatividade (existem perto de 1448 fora da representação que a entidade oferece e, portanto, alheios à mesma). Se isto realmente está acontecendo, é algo que a fragiliza muito, inclusive em situações de negociação, porque ela vai estar negociando em nome de um fragmento do setor, que não chega nem à metade do total de filiados. Se somarmos aos *não-quites* (BILATE: 2002) os pescadores considerados clandestinos e os conhecidos como “invasores” (não sei até que ponto isto pode ser realizado na prática, mas, segundo alguns diretores da colônia, estes, em um primeiro momento, não terão acesso às áreas do acordo com o IDSM²⁶), o número daqueles pelos quais a colônia possui uma influência, diga-se de passagem frágil, se torna ainda maior.

O projeto submetido pela Colpesca Z-4 ao Pró-Várzea (COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2004a) me pareceu um bom projeto. Prevê, inclusive, contratos de assessoria técnica com profissionais para dar treinamentos aos pescadores, formação em *manejo* e uma série de atividades com vistas a uma melhor formação e apreciação “da categoria” frente a outras instituições. É preciso, ou esperar para ver o que ele pode trazer de positivo, ou repensar em melhores bases de relacionamento entre a Colônia e os setores existentes dentre os pescadores, aos

²⁶ A colônia condescendeu e permitiu o acesso daqueles que estivessem dispostos a trabalhar nos acordos, correspondendo às expectativas, mesmo possuindo um histórico de “invasões”.

quais a entidade parece estar exercendo poucas influências, procurando saber as razões e o modo de fazer os diferentes segmentos de pescadores se sentirem parte de algo coletivo.

Questionada a respeito de quem não traz as notas e não paga o *manifesto*, se o seguro desta pessoa é feito, Ana Claudia Torres afirmou:

A gente não tá fazendo, até porque a gente quer que a pessoa tenha o compromisso com a associação, de demonstrar que está na atividade e que está comercializando ou não. Quem não tá apresentando as notas, a gente não fez o ano passado. Até porque a lei do seguro-desemprego diz o seguinte: tem direito todo associado que apresentar a carteira com o tempo devido pra fazer o seguro e todo e qualquer documento que a associação achar por direito cobrar. Então, a Colônia de Tefé achou melhor cobrar o manifesto como forma de comprovar que ele tá na atividade. Aí, foi uma decisão da diretoria da Colônia (Ent.: 03/11/04).

Perguntada sobre se nessa decisão os pescadores tiveram alguma participação, se ela foi tomada em assembléia, ela afirmou:

Foi tomada em assembléia. E muitos deles disseram: “não, eu pago meu manifesto. Eu nunca me neguei a pagar meu manifesto”. “Então tudo bem, você não vai ter problema, você tá dizendo que paga toda vez, então, sem problema. Vai continuar pagando com a garantia de que vai ter o seguro” (tesoureira da Colpesca Z-4: 03/11/04).

Insisto com a dissertação de Bilate (2002), que dá algumas indicações do que tipo de classificação que esta distinção opera:

Há uma divisão que opera sobre a categoria desses trabalhadores e que se refere à sua relação com a colônia. Os pescadores, associados, são sempre distinguidos como *quites* e *não-quites*, o que traz à tona, portanto, uma outra forma de distinção, muito acionada no atual contexto de mobilização pelo acesso ao seguro desemprego (BILATE: 2002, p. 41).

Adriana Bilate (2002) refere-se em seu trabalho sobre os pescadores e o seguro-desemprego em Itacoatiara a uma classificação realizada por colônias entre

associado e não associado, quites e não quites e diz que isto individualiza e dificulta a percepção por parte dos associados de que possuem uma identidade coletiva.

A idéia de pagamento individual realizado pelo pescador opera como um efeito de individualização. É o indivíduo quem “paga pelo direito”, e “pagando pelo direito” à colônia ele não vai procurar junto com outros pescadores por outros direitos, porque ele paga à colônia para fazer isto. Os outros pescadores, que não têm “o direito” vão ter que pagar para ter. Opera no mesmo sentido que as ações governamentais inspiradas no modelo neo-liberal comentadas por Almeida (2002, p. 7):

A pretensão de construir solidariedade aparece apoiada numa expressão individual, em que a organização é mera soma de indivíduos sem uma ação coletiva própria. O indivíduo “parceiro” ou o indivíduo “solidário” ou o indivíduo “participativo” encontra-se subjugado e não tem condições de se apresentar nessas formas como autônomo, como sujeito que faz refletir suas demandas sociais no âmbito das políticas governamentais.

Foi o liberalismo do Estado, entendido como ausência deste último em políticas estruturais de âmbito social, um dos fatores que obrigou o pescador a migrar para as periferias das cidades. Se o Estado tivesse atuado no sentido de promoção da saúde, da educação, talvez estas pessoas ainda estivessem em sítios no interior do Médio Solimões, pescando e cultivando a terra, assim como os *ribeirinhos*.

Não existindo por parte dos pescadores uma percepção voltada à coletividade, ou ela estando dificultada, isto constitui um problema para que eles venham a se mobilizar para conquista de direitos em função do grupo, por exemplo. A concepção de direitos que o pescador passa a ter refere-se a benefícios individuais que depende de sua inscrição em uma entidade e da quitação de prestações:

E, uma vez que a colônia é oficialmente a ponte entre Estado e pescadores e já que a colônia se coloca como órgão representante apenas dos pescadores associados, o resultado é que apenas estes são considerados pelo governo. Como para o Estado pescador é “aquele que está registrado no órgão competente” (a colônia), “de acordo com as normas em vigor” (pagamento das mensalidades em dia) (Decreto-Lei nº 221, de 28/02/1967) e, portanto, só esse poderá ser atendido pelas políticas e benefícios direcionados ao segmento, coloca-se que pescador é aquele que contribui para a colônia, nos termos oficiais (BILATE: 2002, p. 43).

A colônia, como canal institucional que serve de elo entre os pescadores e o Estado, é também o meio eficaz por intermédio do qual os pescadores exercem o que proponho chamar de cidadania paga, numa alusão à categoria proposta por Teresa Sales (1994), *cidadania concedida*. Esta adjetivação que é proposta para a análise da cidadania no Brasil refere-se às características de um Estado que busca no modelo do liberalismo europeu as diretrizes para pautar suas relações com os indivíduos (o que de fato individualiza as pessoas, como o que ocorre com os pescadores), mas, em visível paradoxo com esta orientação, mantém relações baseadas em um profundo autoritarismo²⁷, impondo à população uma cultura de subserviência e de clientelismo com relação a agentes sociais e instituições, mormente as públicas.

O Estado não oferece os direitos sociais²⁸ básicos à população, como saúde, educação e nem mesmo os direitos políticos, pois, em vários locais do país existem pessoas que precisam se vincular em relações clientelistas²⁹, com práticas de venda de votos ou concessão de votos para conquista de alguma retribuição³⁰.

²⁷ Marilena Chauí (1994) propõe que o autoritarismo no Brasil dificulta a emergência de instituições democráticas. Segundo ela, a forma como as classes sociais se dividem no Brasil é de uma profunda polarização: de um lado estão os privilégios absolutos, do outro a completa carência.

²⁸ De acordo com a formulação clássica de cidadania nos moldes do liberalismo europeu, existe uma classificação entre direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL: 1967). De acordo com o estudo realizado por Marshall, na Inglaterra, isto constitui um processo, tendo sido conquistado primeiro os direitos civis, depois, os políticos e, por último, os sociais.

²⁹ De acordo com o estudo de Faulhaber (1987), existe uma tradição de clientelismo na região, no qual os comerciantes, além de deterem o monopólio da dominação econômica, detêm também o

No caso dos pescadores, os benefícios só são conquistados através de uma entidade que os reconhece como profissionais, estando os que não se enquadram nos moldes individualistas da quitação³¹ relegados à marginalidade e exercício da profissão de forma *clandestina*.

No Médio Solimões, por intermédio da colônia dos pescadores, o Estado executa suas políticas compensatórias (seguro-desemprego, por exemplo) ali onde a inexistência da sua mão é visível³², onde se tem condições mínimas de saúde, educação e o bem-estar social é reduzido. Com efeito, insisto que uma das características das unidades de conservação de uso sustentável está justamente no fato de que elas também servem para amenizar problemas sociais em locais nos quais a presença do Estado é mínima. Elas garantiriam assim a execução de políticas ali onde o Estado é ineficiente.

Os pescadores do Abial, residindo próximos da sede de Tefé, têm uma perspectiva de fornecer educação escolar aos filhos, diferentemente dos moradores das comunidades mais distantes. No entanto, precisam levar seus filhos às pescarias porque é o único modo de garantir a reprodução material da família em condições mínimas, haja vista a pouca rentabilidade que a profissão está conseguindo.

monopólio da dominação política, estabelecendo relações clientelistas com a população. Há indicações de permanência destas relações, tais como indicações que obtive entre pescadores e donos de frigoríficos e Presidentes de Colônias. No entanto, a análise destas relações não foi objeto deste trabalho, podendo ser empreendida em um trabalho futuro, inclusive, estendendo-se a todo o Médio Solimões.

³⁰ A este respeito, o estudo de Vitor Leal (1997) oferece uma das melhores formulações dos vínculos clientelistas existentes entre as camadas populares e os setores dominantes politicamente. Segundo o estudo de Leal, as camadas populares seriam o curral eleitoral dos chefes políticos locais para serem usados como “moeda” para obtenção de benefícios estaduais, bem como reafirmar seu *status*.

³¹ Roberto Da Matta (1997), fazendo uma análise das categorias “indivíduo” e “cidadão” no Brasil, observa que elas são sempre acionadas quando o interesse é colocar as pessoas na esfera da igualdade e do individualismo, ou, que no caso do Brasil seria a mesma coisa, na do “vire-se por si mesmo”.

³² Estranho paradoxo esse de visível inexistência.

Segundo Ana Claudia, a decisão de pedir a comprovação do pagamento do *manifesto* aconteceu por causa de problemas e discussões entre os associados e a diretoria da Colônia sobre quem teria o direito ou não de receber o seguro. Comentários de pescadores aludem à associação de pessoas de outras profissões, como motoqueiros e catraieiros, os quais teriam se cadastrado apenas para receber o benefício, para tentar aumentar a renda. Isto causou problemas ao presidente da Colônia com alguns que exigiam, caso isso estivesse acontecendo, que essas pessoas não tivessem o direito de recebê-lo. Depois desta questão e da polêmica em torno da mesma, a diretoria, segundo o depoimento da Ana Claudia, adotou a exigência de apresentação das notas de compra e venda do pescado e do pagamento do *manifesto* para realizar o despacho para o recebimento do seguro.

Os associados já realizavam o pagamento do *manifesto*, sobretudo os que comercializam no Entreposto de Pescado Antonio Castro (Barroso), conhecido popularmente como *balsa*, local onde o pescado é recepcionado e de lá vai para o Mercado Municipal, para ser vendido à população de Tefé. Ali, o *manifesto* é arrecadado também para Prefeitura da cidade (sendo uma taxa vinculada à manutenção da *balsa* e do mercado). Existem ali, portanto, dois arrecadadores: um da Prefeitura e outro da Colônia. Esta última, dentro de suas necessidades, adotou três pontos para a arrecadação deste *manifesto*:

É porque nós estamos com três postos de arrecadação dessa taxa de comercialização: primeiro lá no mercado, por lá na *balsa*, que o menino faz esse intercâmbio entre mercado e *balsa*; e aqui, na colônia, e ali no flutuante do Sr. Zé Rodrigues, que é membro da diretoria. O pessoal que tá indo vender peixe pra ele já está automaticamente pegando o seu recibo também do *manifesto*, taxa de comercialização. Então, já tem três postos (Ana Claudia Torres: 03/11/04).

Assim, a colônia cobre todos os espaços pelos quais os associados realizam suas atividades de comercialização de pescado. Isto reflete o conhecimento

que ela possui da não homogeneidade existente entre seus associados. Este conhecimento se reflete até mesmo na composição da diretoria, com representantes de várias categorias de associados, desde vendedores do mercado, passando pelos que efetivamente vivem somente da pesca, até donos de flutuantes.

Como vimos, a colônia, possui uma relação com os associados baseada em regras formais, que podem, inclusive ser reflexo de sua própria atuação enquanto entidade que visa mediar a relação dos pescadores com os órgãos e instituições do Estado. Neste sentido, é um modo de relacionamento pautado em uma complexa e contraditória combinação entre distanciamento e aproximação.

Ana Claudia, que possui um perfil de luta pela melhoria das condições de vida dos pescadores, afirmou que a diretoria tem por objetivo fazer dali a “casa do pescador” (Ent.: 03/11/04). E em determinados momentos da entrevista, quando eu, tentando entrever as reações de sua parte a respeito de seu sentimento de classe como representante dos pescadores, pedia a ela para me indicar nomes de pessoas que fossem realmente pescadores de modo a poderem me falar sobre os assuntos dos quais estávamos tratando, eu notava em suas feições certo desconforto. Era como se ela sentisse que eu estava duvidando de sua legitimidade para falar de assuntos com os quais ela convive e conhece bem, bem como não estivesse levando em consideração o fato de que ela é filha de pescadores, identidade que em alguns momentos da entrevista ela fez questão de atribuir a si mesma.

No momento em que me apresentei aos diretores e servidores da Colônia, os quais trabalhavam no dia da minha primeira visita ao bairro do Abial (19/10/04), disse estar fazendo uma pesquisa para a Universidade e, nesse trabalho, estava recebendo apoio financeiro e logístico do IDSM. Talvez, por esse motivo, os representantes da Colônia, naquele momento, demonstrassem uma postura voltada

a distanciar-se um pouco das atitudes e sensações dos pescadores de um modo geral, com vistas a receber uma melhor apreciação por minha parte. Ali era como eu estivesse representando o *Mamirauá*³³, com toda carga simbólica que este *ente* representa nas mentalidades dos grupos sociais da região.

Quando eu me apresentei à secretária e falei de minhas pretensões, acrescentando que nas minhas primeiras impressões sobre a cidade, percebi que algumas pessoas não costumavam dar uma boa apreciação ao Abial, sendo que, junto a elas, o bairro tinha má fama, a primeira coisa que ela disse foi que a isso ela não poderia responder muito bem e ainda aludiu ao fato de que, mesmo ocorrendo a mudança de alguém ou algo, sempre se vai ter aquela imagem negativa. Concluiu afirmando que não podia responder pelos cerca de 1700 associados da Colônia. Ou seja, ela quis dizer que a Colônia enquanto entidade possuía uma política mais responsável no que diz respeito ao relacionamento com o *Mamirauá* e que esta entidade não poderia responder pelos erros de alguns dos pescadores, embora os representasse. Acredito que ela tenha razão e, no modo como falou, já se pode perceber uma tentativa de estabelecer um distanciamento com relação às práticas ou sensações dos pescadores no que diz respeito às investidas às reservas para a pesca.

Mas, dias após, com as visitas mais freqüentes e conversas cada vez menos formais, quando lhe falei sobre minha pretensão de ir com um pescador a uma pescaria, anotei um depoimento que falava de modo enternecido da seguinte forma:

³³ Embora exista o IDSM, e ele seja o responsável pela gestão dos recursos do manejo participativo na RDSM, a menção ao *Mamirauá* para se referir a este Instituto é algo muito presente na cidade, pressupondo a existência de um ente que tem significativa importância na região, conhecido comumente pela categoria de entendimento *Mamirauá*.

É bom ir com eles pra sentir na pele o que eles sentem, porque se a gente fica só de longe perguntando não sabe. Eles passam semanas no sol e na chuva em cima de uma canoa. E têm que ficar mesmo por que tá difícil de pegar e eles querem pegar. E, quando pegam qualquer coisinha, já ficam alegres porque vêem que tá dando, né, já esquecem de almoçar, de jantar, de dormir (Depoimento espontâneo: secretária da Z-4: novembro de 2004).

Mas, o relacionamento da Colônia com os pescadores comunga com outras relações sociais das características que lhes são específicas: nem sempre as relações são harmoniosas. E trata-se de uma relação pautada em regras formais, em uma institucionalização, bem como pressupõe uma relação de autoridade. E os dois elementos da relação: diretoria e pescadores, por vezes, defendem posições conflitantes e acabam, em certos momentos, constituindo-se em pólos de poder que se enfrentam. Este enfrentamento, como é comum em campos sociais nos quais os agentes estão em conflito dentro dos limites que circundam este mesmo campo (BOURDIEU: 1996; BOURDIEU: 2002), se dá de modo muito particular no nível simbólico ou discursivo.

Weber (1991), quando fala do conceito de *ordem*, refere-se a um padrão de comportamento que é seguido pelos indivíduos com vistas a um fim visado subjetiva e racionalmente pelos indivíduos. E, ao focar este conceito, evidencia que as *ordens* não são padrões que aprisionam os indivíduos de modo que eles só ajam de uma forma lógica e previsível, ditada pela *vigência* de uma única *ordem*. O que ele enfoca é a vigência de uma multiplicidade de ordens paralelas e, às vezes, até conflitantes entre si, demonstrando que o comportamento humano não pode ser apreendido como um comportamento sempre unívoco e sempre coerente. Os interesses dentro de uma mesma pessoa, ou de um mesmo grupo social pode ser conflitante. A vigência de uma ordem em detrimento de outra vai depender das relações mantidas pelos grupos ou pelos agentes com outros grupos sociais.

Assim é que a diretoria da Colônia, quando em defesa dos interesses dos pescadores em geral frente a outras instituições, age segundo a vigência da *ordem* que lhe orienta a atingir o fim de beneficiar aos pescadores. A diretoria da Colônia, quando em confronto com os pescadores, age ditada pela vigência da ordem que lhe orienta a visar os fins de defender os interesses perseguidos pelos integrantes da diretoria.

A noção weberiana de *vigência da ordem* serve também para nos fazer entender a complexa situação dos diretores da Colônia, que estão ao mesmo tempo próximos dos pescadores, por possuírem ligações com a atividade de pesca (são esposas, irmãs, filhas de pescadores, quando não pescadores de fato), e distantes. A distância se dá em razão da institucionalização própria das atribuições da Colônia junto ao Estado, como elo entre este último e os pescadores. Isto explica também certas atitudes e depoimentos do presidente que parecem estar mais relacionados à sua identificação como *redeiro* e pescador do que como Presidente da Colônia (vide adiante, na seção 3.3, o depoimento do Presidente sobre a questão dos chamados *atravessadores*).

Há momentos em que a diretoria, visando os fins de legitimação frente a outras entidades ou mesmo entre os pescadores, em parte, fruto de sua institucionalização como entidade ligada a órgãos e poderes do Estado, emite depoimentos que pressupõem uma relação de distanciamento e até de conflito com os associados. Por exemplo, houve momentos do trabalho de campo em que alguns diretores falaram dos pescadores, responsabilizando-os como quem fala de um ente com o qual mantém relação próxima, mas que não deixa de ser algo apartado de si, demonstrando bem uma espécie de distanciamento que os representantes da Colônia vêm a manter com relação aos seus representados. Os pescadores, neste

presente momento a que estou me referindo, passam a não serem entendidos como o “mesmo” dos diretores da Colônia, mas, como o “outro” deles.

Em uma visita que fiz à Colpesca, um dos diretores falou-me a respeito das eleições municipais nas quais o Presidente da Colônia candidatou-se a vereador (26/10/04). Não fazendo qualquer menção ao fato de que o candidato era também um pescador como os outros, disse que os pescadores se faziam de ingênuos, dizendo que não teriam votado nele porque achavam que já estava eleito. Ele recebera, segundo o componente da diretoria da Colônia, 355 votos. Da sua coligação, ainda segundo o mesmo entrevistado, apenas ele e mais outro receberam a maior quantidade de votos. Falou de pessoas que na frente falam uma coisa e, por trás, outra.

No mesmo depoimento, agora apontando um paradoxo e se referindo ao fato de que o Presidente tinha antes uma boa apreciação, falou também da eleição para presidência da Colônia: o atual presidente teria sido votado com poucos votos nulos e o outro candidato ainda tentou depois se eleger, mas não teria conseguido. Segundo o entrevistado, ele não teria conseguido formar uma chapa a tempo e depois tentou impedir a posse do Juquinha. A resolução da questão se deu por conta da Federação de Pescadores, que teria aceitado que o Presidente assumisse, já que tinha votos suficientes para isso. Afirmou ainda que ele teria recebido, para a presidência da Colônia, somente os votos dos que podiam votar (os que tinham as mensalidades em dia³⁴) e mesmo assim conseguiu se eleger. E disse, por fim, que ninguém mais quer assumir a Colônia.

³⁴ Bilate (2002) refere-se à existência de pescadores impossibilitados de participar de todos os direitos em razão do não pagamento de mensalidades. Ela aponta ainda que as colônias teriam contribuído para formar na mentalidade do pescador a idéia de direitos, mas impinge a eles que se filiem para serem reconhecidos como dignos destes direitos, operando uma classificação entre o grupo dos pescadores.

Este tipo de fala reflete, além de um conflito, também a percepção por parte da Colônia de que alguns pescadores não estão satisfeitos com a gestão da atual diretoria, mormente com a figura do Juquinha, Presidente à época do meu trabalho de campo. Em uma entrevista informal por ocasião de um jogo na quadra do Abial³⁵ (19/10/04), alguns pescadores, que se preparavam para jogar³⁶, falaram a respeito de sua relação com o Presidente da Colônia. Logo que cheguei, a diversidade de categorias dos pescadores de Tefé estava dissolvida em times de futebol que jogavam em disputa para ver qual time se saía melhor naquele dia. Havia entre eles *canoeiros*³⁷, *fregueses de patrões*³⁸, até mesmo um representante dos *patrões* (mas ele não conversou comigo, permanecendo à distância, muito embora se mostrasse simpático).

Embora comportando uma diversidade, caracterizada muito mais pelo fato de que havia pescadores que navegavam em *rabeta* e pescadores que navegavam em *motor* de caixa fixa³⁹, ali não parecia haver *redeiros* e nem *vendedores* e *compradores*. Isto lhes possibilita a homogeneização em uma categoria de pescadores que poderíamos denominar de “pescadores do Abial”, os quais possuem

³⁵ Todas as terças, os pescadores realizam disputas de futebol, existindo até times rivais. No bairro tem até mesmo pessoas responsáveis por organizar e treinar os times. Esta talvez seja uma boa questão a ser resolvida por uma pesquisa para quem quer, a partir destas práticas de lazer, entender as formas a partir das quais se organizam socialmente os grupos na região.

³⁶ Recebi o convite para visitá-los, no momento do jogo, por intermédio de um pescador que por não ser *redeiro* e nem *freguês de patrão*, possuindo um barco que é seu, constitui um caso à parte ao não se enquadrar em nenhuma das categorias neste trabalho propostas, com quem conversei pela manhã e disse que à tarde eu poderia entrevistar mais pescadores.

³⁷ Usarei esta categoria para me referir àqueles que utilizam *rabetas* para se transportar pelos rios até os locais de pesca.

³⁸ Usarei esta categoria para me reportar especificamente àqueles pescadores que pescam utilizando para transporte motores com caixa fixa com capacidade de carga para 1 tonelada de arqueação líquida ou mais, vinculados a uma relação de exploração econômica que me parece ser uma forma de sobrevivência do sistema de aviamento tradicional. Embora *canoeiros* também se vinculem a esta relação, a diferenciação que pretendo estabelecer está pautada na disponibilidade ou não de *motores* com caixa fixa para a locomoção.

³⁹ *Canoeiros* e *fregueses de patrão*, respectivamente. A disponibilidade deste último, além de representar uma maior capacidade de apreensão de peixes, embora haja *motores* pequenos, representa também um maior conforto, por não expor o pescador ao sol e à chuva durante as viagens e, à noite: o pescador pode dormir em seu, como ele diz, *batelão* atracado a um toco distanciado das margens dos lagos, diminuindo o afluxo das *carapanãs*, bem como outros insetos ou animais.

características comuns, como o fato de partilharem problemas parecidos no que diz respeito à possibilidade de empreender uma pescaria; às autuações do IBAMA, com suas multas e apreensões; ao fato da maioria se identificar como “pescador pobre e sofredor” e à característica de serem quase todos dependentes da relação de aviamento com os *patrões*.

O sentimento de revolta contra todos, até mesmo contra a Colônia, é ali bastante comum, sobretudo porque acham que estão sendo preteridos por todos, até mesmo por aqueles que eles acham que deveriam defendê-los. A situação da minha pesquisa foi um acontecimento que lhes possibilitou extravasar suas reclamações e seus infortúnios. Por isso, a passagem dos depoimentos para um tom acusatório foi um “salto” fácil de realizar.

No entanto, este já era um sentimento que me pareceu constantemente presente no depoimento de muitos pescadores, até mesmo outros tipos, em muitos momentos de conversas que tive. A entrevista foi uma ocasião que lhes possibilitou formulá-los de forma explícita. De acordo com a sua representação, o “Juca” estaria visivelmente e convictamente zangado⁴⁰ porque não ganhou as eleições para vereador. Segundo um deles, *canoeiro* que havia sofrido uma apreensão por parte do IBAMA, o Juca deveria levantar as mãos para o céu por ter recebido 373⁴¹ votos, “pois ele é uma pessoa que não dá um bom dia pra ninguém”. Sobre o acordo do lago Tefé⁴², um pescador que navega em motor de caixa fixa de cerca de 4

⁴⁰ No sentido de que, segundo eles, o Presidente apregoa a todos que seria mais duro na sua relação com os associados depois da derrota nas eleições; que não ia facilitar seguro pra ninguém; que até mesmo estaria causando empecilhos ao recebimento do seguro de alguns pescadores que seriam desafetos dele.

⁴¹ Observe-se como a idéia de que o Presidente recebeu mais votos do que devia está tão evidente na fala do pescador que ele aumenta a quantidade de votos em relação ao outro entrevistado ligado ao Presidente. Se este último menciona 355, ele, por sua vez, fala em 373 votos.

⁴² A Colpesca Z-4 havia celebrado com o IBAMA um acordo de pesca para uso do lago Tefé pelos pescadores e por *comunidades* que vivem às margens, com uma série de cláusulas para uso do mesmo, como o uso de uma certa *rede escolhedeira*, criação dos próprios pescadores na tentativa de reduzir o impacto ambiental causado com a pesca da espécie de peixe jaraqui (*Semaprochilodus*

toneladas líquidas, disse que, no acordo, o Juca e os outros armadores iguais a ele vão abocanhar o lago, por serem os únicos que possuem barcos armados e a rede própria para fazer o lance. Ou seja, pelo acordo do lago Tefé, segundo a representação deste pescador, os armadores (depois veremos que esta categoria pode ser metamorfoseada em *redeiro*) serão os únicos que poderão pescar no lago. Todos comentavam entre si que achavam que o Juca vai sair da Colônia na próxima eleição.

Em uma entrevista realizada com outros dois pescadores, desta vez um que se ocupava da pesca como parceiro⁴³ de um *redeiro* e um *canoeiro*, (27/10/04), o primeiro morava na sede do município e o outro residia em uma localidade do bairro Abial conhecida como ponta do Abial. O *canoeiro* afirmou que o Juquinha teria dito, depois de perder as eleições, que ele não faria mais seguro para ninguém. Comentou a respeito de certo senhor, que teria pedido o seguro porque seu *motor* havia quebrado e só conseguiu o benefício na Justiça. Depois, disse que até que o dele (tem vinte anos de Colônia), o Juca estava fazendo; o dos outros é que estaria, segundo ele, difícil, com o presidente não querendo fazer. Ambos teceram considerações a respeito de boatos sobre uma suposta carga de gelo de 20 toneladas que o Juquinha estaria recebendo por mês do Proprietário do Frigopesca para que a fábrica de gelo dos pescadores não venha a funcionar⁴⁴.

spp.) feito por uma rede (de arrasto ou de cerco, uma polêmica teria sido criada a respeito disso) (vide seção 3.2 a respeito de acordos de pesca) que seria pouco seletiva, com riscos para peixes pequenos. A *rede escolhadeira* seria usada para transpor os peixes da outra rede menos seletiva para ela, de modo aos peixes menores passarem e os maiores ficarem. Isto também é motivo de desconfiança para muitos pescadores, que consideram este acordo uma estratégia para que somente determinadas pessoas possam pescar no lago e não outras.

⁴³ Os parceiros dos *redeiros*, geralmente possuem habilidades apreciadas pelos donos dos barcos, como saber remendar redes, jogá-las etc.

⁴⁴ Sobre a fábrica de gelo da Colônia, que se encontra desativada, teço considerações ainda neste capítulo. O Presidente da Colônia (09/11/04), por sua vez, mencionou planos de que pretende comprar uma fábrica nova, pois, a antiga não teria mais conserto. Segundo os diretores da colônia, uma fábrica de gelo de posse dos pescadores fere os interesses de intermediários e *patrões* poderosos, os quais têm emperrado os projetos da colônia para a compra de uma nova fábrica.

Ambos afirmaram ainda que o Juquinha só foi eleito para a Presidência da Colpesca porque não tinha mais ninguém de coragem para assumir a eleição. Segundo eles, foram 400 votos em branco e 150 para ele⁴⁵. Teria sido o único candidato. O Lucas aludiu ao boato de que o Presidente da Federação dos Pescadores do Amazonas é cunhado do Juca. Para este pescador, teria sido por esse motivo que a Federação não deixou o Sigueru⁴⁶ ganhar. Depois, eles começaram a conversar sobre a postura do atual presidente com a do anterior, afirmando que o Sigueru, pelo menos, conversava com os pescadores. O Juquinha seria ignorante. Para eles, o Juquinha deve, pelo menos, “botar a fábrica para funcionar”. O seguro seria sua obrigação e nem ela, segundo a conversa dos dois, o presidente da Colônia estaria querendo fazer mais.

Informações acusatórias como essas são próprias de grupos sociais em conflito e este conflito se dá de uma forma muito particular no plano discursivo, enfocando visões diferenciadas, modos de percepção que dependem da posição que o grupo social ocupa numa determinada formação social. Sendo assim, enquanto produto de grupos sociais com uma visão peculiar, são representações arbitrárias que se impõem ao mundo social.

Estas premissas estão de acordo com aquilo a que Pierre Bourdieu enfocou a respeito do caráter estruturado e estruturante das representações sociais, tão característico de sua verdade de poder simbólico que se impõe sobre a realidade. Nas proposições do próprio Bourdieu (2002, p. 9), “Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Ou seja, os grupos sociais

⁴⁵ Novamente a discrepância nos números de entrevistados situados em posições opostas revela idéias de merecimento ou não de votos.

⁴⁶ Sigueru foi Presidente da Colpesca Z-4 (1997-1999) na gestão anterior à do Juquinha (1999-2001/2001-2005).

acreditam naquilo que os sistemas simbólicos enunciam em razão do fato de que estes sistemas foram criados pelo próprio grupo ao qual se dirigem. Isto nos leva à idéia de que uma representação social é uma verdade que diz respeito ao grupo que a criou, podendo não assumir esta característica no que diz respeito a outro grupo. No caso de grupos em situação de dominação, a análise deve levar em consideração esta dimensão que se dá também no plano simbólico.

Se o que os pescadores dizem é verdade ou não, se o que a colônia diz é verdade ou não, este não é o objetivo deste trabalho no momento. O importante é estabelecer, a partir das falas, o tipo de relacionamento que a colônia possui com alguns dos pescadores e tentar vislumbrar o tipo de implicação que isto acarreta.

As noções de *representação*, *ideologia* e *verdade* aqui cabem para uma discussão. Segundo Bourdieu (2002, p. 48), a utilização do termo *ideologia* para se referir a situações discursivas pretende marcar uma ruptura com as representações dadas pelos agentes, enfocando o aspecto do interesse que existe no fato de enunciar tais e tais verdades. De acordo com o seu raciocínio:

O termo ideologia pretende marcar a ruptura com as representações que os próprios agentes querem dar da sua própria prática: ele significa que não se deve tomar à letra as suas declarações, que eles tem interesses, etc.; mas, na sua violência iconoclasta, ele faz esquecer que a dominação à qual é preciso escapar para o objectivar só se exerce porque é ignorada como tal; o termo ideologia significa também que é preciso reintroduzir no modelo científico o facto de a representação objectiva da prática dever ter sido construída contra a experiência inicial da prática ou, se se prefere, o facto de a “verdade objectiva” desta experiência ser inacessível à própria experiência (BOURDIEU: 2002, p. 48).

Contrário à utilização do termo, o autor enfatiza o carácter do desconhecimento existente pelos que enunciam um discurso da verdade objetiva de que este mesmo discurso seria apenas uma ideologia. Está exatamente no

desconhecimento desta verdade, segundo o autor, a eficácia da enunciação do discurso. Assim é que:

A “ideologia” (a que seria preferível de futuro dar outro nome) não aparece e não se assume enquanto tal, e é deste desconhecimento que lhe vem a sua eficácia simbólica⁴⁷. Em resumo, não basta romper com o senso comum vulgar, nem com o senso comum douto na sua forma corrente; é preciso romper com os instrumentos de ruptura que anulam a própria experiência contra a qual eles se construíram (BOURDIEU: 2002, p. 48).

A noção de ideologia seria um destes instrumentos, mascara o fato de que, para que o indivíduo a assuma, é preciso que desconheça o seu caráter de ideologia e a entenda como verdade. Neste sentido, a ideologia, é uma verdade para aquele que a enuncia como tal.

De acordo com Foucault (1979, p. 7), a ideologia pressupõe uma oposição com a verdade:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é o de fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos.

O interessante, portanto não é demarcar o que seria ideologia de um lado e verdade de outro, mas sim de observar como estas verdades conflitantes se

⁴⁷ A categoria *eficácia simbólica* foi utilizada inicialmente por Lévi-Strauss (1975) para se referir à capacidade do feiticeiro em concretizar a sua magia por um ritual que acabava por garantir legitimidade ao seu papel e efetuar a cura através do simbolismo, pela crença do enfermo em que as práticas do feiticeiro (ou o ritual) iriam curar-lhe. Em outro trabalho, Bourdieu (1996, p. 81-82) refere-se ao trabalho de enunciação com um ritual de *magia social* que pretende constituir a estrutura do mundo social: “ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida”. A *magia social* das categorias é justamente o fato de palavras proferidas por um agente autorizado, e nas condições autorizadas, possuírem tanta *eficácia simbólica* a ponto de constituir o mundo social pelo simples ato da enunciação.

estruturam na vida social. Opto aqui pelo termo *discurso* ao invés de ideologia, levando em consideração as afirmações de Foucault (1979, p. 13):

a 'verdade' é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para produção econômica, quanto para o poder político), é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação), enfim, **é objeto de debate político e de confronto social (as lutas 'ideológicas')**(Grifos meus)

Discurso no sentido de estratégias de poder⁴⁸ utilizadas pelos indivíduos para instituir uma verdade. Discursos como mecanismos de poder. Assim, verdade e poder surgem como duas categorias que atuam juntas:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT: 1979, p. 8).

E, prosseguindo em seu raciocínio, o autor salienta:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (FOUCAULT: 1979, p. 12).

⁴⁸ Poder de impor sua percepção do assunto ao pesquisador, por exemplo, de modo que ele reproduza a visão que o grupo social em conflito pretende passar. Cf, a respeito, o ensaio de Berreman (1990), sobre a percepção que apreendeu dos grupos sociais por ele pesquisados a partir de suas relações com tradutores oriundos de duas castas distintas na Índia.

Se não revelam de imediato os mecanismos de poder existentes dentro de uma sociedade, verdades conflitantes, pelo menos, revelam uma situação de conflito latente. Depoimentos do tipo dos enunciados pelos pescadores refletem uma situação de desconfiança com relação ao representante de sua classe, ou de ressentimento.

O Presidente, por sua vez, em entrevista a mim concedida em novembro de 2004, disse estar sendo vítima de perseguição e inveja de quem não suporta ver o seu sucesso. Segundo ele, teria acontecido o mesmo quando ele fora vendedor de carne. Por causa da inveja e da perseguição, ele teria saído da profissão.

Aqui, ao invés de distanciamento, o que temos é uma aproximação demasiada entre os pescadores e a figura do Presidente da Colônia. Ao se declarar vítima de inveja e perseguição, este último se coloca como bastante próximo dos outros que o perseguem, ao alcance deles, inclusive. Trata-se de uma complexa e perigosa mistura de distanciamento com relação à entidade de representação de classe e aproximação, a ponto de as questões se darem ao nível das tomadas de posição pessoais (com toda a carga de subjetividade: raiva, rancor, desprezo), da figura do Presidente. Talvez isso se explique pelo fato da Colônia estar pautada em relações institucionais com os associados e ser presidida por um pescador. Isto encerra um paradoxo. As relações institucionais estabelecem um distanciamento em relação à Colônia; o presidente é um pescador, próximo dos associados, convivendo com eles e, de certa forma, competindo na mesma atividade.

Este tipo de situação causa determinados problemas e, de certa forma, faz com que os pescadores se ressentam da relação que mantêm com a sua entidade de representação, sobretudo no contexto de crise em que vivem, até mesmo porque eles, por todos os depoimentos que ouvi a respeito de sua relação

com a mesma, também vêem a Colônia como mais um “outro” com o qual eles têm que lidar, um outro que eles têm que pagar, inclusive, para obter benefícios.

O presidente assume a mesma postura que parece ser contraditória ao falar de si e de sua função. A respeito de seus projetos para o futuro da colônia, tece considerações sobre a classe pesqueira, sobre financiamentos para compra de fábrica, sobre acordos de pesca para ajudar à classe pesqueira, sobre uma série de projetos a serem postos em ação pelo Presidente da Colônia. Quando a conversa se direciona para as polêmicas relações entre os grupos de pescadores, o Presidente “desaparece” para dar lugar à figura de um outro agente, a do *redeiro*, que defende as posições que são consideradas por ele justas, contra afirmações “injustas”, contra os “invejosos”. É como se as sessões de entrevistas com os membros da diretoria da Colônia fossem como o *transe mediúnico* ocorrido nas religiões de matriz africana, através do qual as *entidades* vão incorporando uma após outra sobre os *cavalos*, regidas pelas *doutrinas* cantadas no culto⁴⁹. No caso da entrevista, as diferentes ordens que vigem sobre os agentes aparecem quando a conversa toca em assunto que interessa àquele agente regido por aquela ordem em particular.

No que diz respeito à fábrica de gelo, um benefício que os pescadores acreditam ser importante, esta possui uma história que está ligada à própria trajetória da Colônia e aos feitos de seus representantes, os presidentes. Estes últimos, inicialmente, tinham mandatos de dois anos. Só recentemente que se adotou mandatos de quatro anos. É difícil afirmar com exatidão a quantidade de presidentes ou representantes que a Colônia teve da fundação até os dias atuais, os pescadores disseram-se com pouca memória para dizer com certeza (e alguns deles

⁴⁹ As palavras em itálico neste período dizem respeito a categorias específicas ao culto das religiões afro-brasileiras. Não tenho nenhuma autoridade para falar sobre isso. Mas, a efeito de esclarecimento, de um modo geral (porque existem variações entre estas religiões. Tomo como base o tambor de mina, predominante no Maranhão) *entidades* são os *voduns*, os *orixás*, os *caboclos*, que incorporam nos *cavalos*, ou seja, os celebrantes do culto; *doutrinas* são os cantos entoados no culto.

disseram que no princípio não havia presidentes), e não tive acesso aos arquivos da Colônia. No entanto, um *freguês de patrão* (Ent.: 31/10/04), que esteve presente desde o começo e participou das reuniões convidando outros pescadores, citou-me os seguintes nomes: Zé Japonês, Odésio, Gato, Zé Marques, Raimundo Nonato (duas vezes), Pitassinho, Sigueru (um mandato não terminado) e Juquinha, que assumiu no lugar de Sigueru e já está no segundo mandato.

Sigueru (Ent.: 10/11/04), um dos presidentes citados, confirmou-me que seu pai, Zé Japonês, teria sido realmente o primeiro presidente da Colônia: “A história do meu pai foi... meu pai que foi presidente da Colônia, que fundou a colonização. Depois ele trabalhou como pescador”.

A primeira fábrica de gelo que a colônia adquiriu, teria sido doada logo ao primeiro presidente da colônia, o Sr. José Japonês (segundo depoimento de Sigueru: 10/11/04), por um amigo que veio com ele no mesmo navio do qual veio do Japão. Mas seria uma fábrica de capacidade muito pequena. Não dava para atender às necessidades da Colônia:

O papai conheceu um amigo dele... a história é antiga, papai conheceu um amigo dele que veio do Japão em um navio e aí ficaram no Rio de Janeiro. Meu pai veio pra Belém, ficou aqui no Amazonas. E o amigo dele foi... era canadense. Aí, por uma coincidência, passou aqui em Tefé e conheceu papai de novo. Eles se reencontraram. Ele disse que ia doar essa fábrica. Aí, consegui uma verba, doou essa fábrica, lá tinha muita renda, era capitão em Boston. Essa fábrica acabou, né, que era... fazia dois quilos. Aí com o tempo, né, tu sabes, administração. Aí ficou.

De acordo com Sigueru (10/11/04): “Aí depois o Ibama doou uma fábrica pra Colônia. Essa fábrica era duas toneladas”. Esta fábrica, a segunda, teria sido conquistada em uma das gestões de Raimundo Nonato⁵⁰. Era localizada na antiga

⁵⁰ De acordo com o depoimento de um *freguês de patrão* (Ent. 31/10/04) e de um membro da diretoria da Colônia (03/11/04). Juquinha, Presidente da Colônia à época do trabalho de campo, afirmou-me (Ent. 09/11/04) que não teria presenciado o momento em que a entidade adquirira esta fábrica, pois

sede da Colônia, no bairro do Juruá, e se propunha atender tanto aos barcos dos pescadores, quanto aos barcos vindos de Manaus. Na época, e até por volta do final da década de 1990, havia poucos pescadores associados. Estes pagavam pelo gelo uma quantia menor do que a praticada no mercado e à Colônia ficava a responsabilidade pelo funcionamento e manutenção da fábrica. O dinheiro que esta última arrecadava era empregado nisso e em outras despesas da Colônia (Ent. Ana Claudia: 03/11/04). Com o fim da fábrica, os diretores foram obrigados a adotar a estratégia de cobrar mensalidades para assegurar o pagamento das despesas da colônia.

Pescadores, no entanto, reclamam que inicialmente esta fábrica não tinha gelo para eles e os pescadores estariam sendo vítimas de má-fé na administração do presidente da Colônia (anterior a Sigueru):

Só que o antigo Presidente pegava o dinheiro e botava tudo pra ele, né (risos). É! E tinha a Federação em Manaus. Só que... Sei lá, rapaz. Todo mundo pedia o dinheiro. Presidente tava revendendo. O cara que tava com o dinheiro. Até que um dia... Fizeram uma reunião; o Presidente da Federação em Manaus veio aí. Aí fizeram uma eleição, assim de dedo lá na hora. O Sigueru ganhou. Aí ele ficou (Ent. *redeiro*: 12/11/2004).

No mandato de Sigueru, que assumiu logo após Eptácio, ou Pitassinho, esta fábrica continuou funcionando, mas, havia a necessidade de uma fábrica com capacidade maior, devido tanto ao tipo de gelo que a fábrica de então produzia, quanto à capacidade da mesma. Foi então que aconteceu a doação, por parte do Governo do Município, da fábrica que hoje se encontra desativada na atual sede da Colônia. Ambos (fábrica e sede), pertenciam a um certo Sr. Biraci, tal como os pescadores comentam, já com dez anos de uso: “Como o Hélio Bessa, prefeito de

viajara para Manaus em 1979. No entanto, ele acredita que isto teria acontecido em 1992 e 1993, pois, quando retornou pra Tefé em 1997, a mesma já funcionava há alguns anos.

Tefé, que é o atual agora – tinha uma fábrica ociosa no Abial, né, e tinha esses projetos – ele comprou essa fábrica. Era muito boa” (SIGUERU: 10/11/04).

De acordo com o mesmo Ex-Presidente, houve alguns problemas com relação à energia consumida pela fábrica, pois, este fator representava um alto gasto para uma atividade que não o cobriria, segundo ele. Então, segundo o mesmo, era necessário criar mecanismos para assegurar um mínimo de custos com o máximo de produtividade e satisfação das necessidades:

Fizemos um convênio bom com um frigorífico que veio de São Paulo. O cara pagava energia pra gente, né. Ele ficava usando o frigorífico, uma parte, que era oitenta toneladas, né, tinha a câmara de congelamento, mais duas câmaras de quarenta toneladas cada uma. Ele usava, usava algumas vezes que ele trabalhava o peixe e mandava. Ele queria tirar o SIC, né, que significa inspeção federal, né, pra conseguir. Aí nós viemos com ele. Só que – eu fui em Manaus, conversei com o Governador – hoje em dia, se você ficar com um frigorífico por... em cidade dessa do Estado do Amazonas, com fábrica de gelo, você não tem lucro. A energia é tão cara que você não consegue pagar, mesmo que você venda gelo, a não ser que você industrialize alguma coisa do peixe, né. Porque, no grosso, você não ganha. Porque se você congelar o peixe pra vender, você não tira nem o dinheiro do peixe. Daqui há uns seis meses, não vale o valor que você gastou. Então, a nossa idéia era firmar esse... tirar esse SIC, né, com esse cara de São Paulo e tentar entrar com ele. Porque seria um convênio nosso com ele.

No entanto, isso não foi suficiente. O valor acertado no dito convênio não correspondia. Por causa de uma serie de problemas e a pressão, ele achou melhor deixar a presidência da Colônia para se dedicar a outras atividades.

Aí como eu vi que não dava futuro pra gente – eu recebi vinte mil reais que o cara deu pra... o dinheiro do capital de giro – quando eu me acordei eu tava devendo quinze mil, naquela faixa, cinco, seis mil por mês, dezoito mil eu tava devendo. Esse vinte mil foi só pra pagar energia. Aí, não, corri foi por cima do *homem*, né, o *homem* aqui era pesado na balança, o Hélio Bessa, foi lá com ele, e ele: “eu vou tabelar pra dois mil”. Mas, até que chegou a tabela, a gente já tava todo mundo ... A dali era dois mil, mil e quinhentos. A de lá era dois. Quando eu consegui tabelar as duas, já tava praticamente, já tava quase falido, porque... O Papi concorre aí – agora tem outra fábrica – o Papi concorria com a gente. O gelo dele era melhor. O nosso gelo era escama, escaminha pequenininha. O dele era mais grosso. Aí, ele tinha freguesia dele. Mesmo sendo sócio, freguesia dele. Quando nós fundamos... começamos a funcionar a nossa, o Papi já tava lá em cima.

Aí, o que ele fazia: quando a gente baixava o saco pra três reais, ele baixava pra dois. Então se eu tivesse que pagar o cara pra carregar pra beira o saco de dois reais, três cada um⁵¹. Aí não dava lucro pra gente. Aí, numa reunião com os sócios, eu saí da Colônia. A pressão muito grande. Eu tinha meu emprego no Mamirauá. Eu tenho uma faculdadezinha. Eu tenho licenciatura curta em biologia, né, ciências exatas e tinha que trabalhar no Projeto Mamirauá: “meu colega, assume aí, eu tô estressado, não agüento mais”. É muito trabalho, cara. Você trabalhar com estudante é bom, mas com adulto é ...

A fala do Ex-Presidente também aponta para algo interessante, algo que ele considera importante e que acredita que falta ao presidente atuante à época da entrevista, uma certa relação de clientelismo com as figuras que possuem cargos eletivos no município, no Estado. Na sua representação, ele só conseguira algumas conquistas para a colônia, como a fábrica e o tabelamento da energia por causa dessa relação clientelista que, segundo ele, é necessária, de tal modo que quem não a mantém fica relegado. Suas críticas ao presidente no cargo estão relacionadas ao fato da Colônia ter ficado sem a fábrica e sem o tabelamento, um retrocesso, segundo o seu ponto de vista, tudo por conta desta característica que, de acordo com a sua concepção, faltaria ao Juquinha⁵².

⁵¹ Fiz duas visitas a fábrica de gelo Frigopesca. A primeira logo na primeira vez que fui ao bairro do Abial (19/10/04), com um *catraieiro* que simpatizou comigo e me guiou pelo bairro, e, a segunda, sozinho, na tentativa de entrevistar o proprietário (infelizmente, entrevistei apenas um de seus assessores numa sala próxima ao local no qual funcionavam motores cujo barulho prejudicou muito a entrevista). Na primeira delas, observei e fui informado por este meu guia voluntário que, ao invés de carregadores, existe atualmente uma mangueira pela qual o gelo é transportado às embarcações.

⁵² Para efeito de melhor situar o leitor, o Presidente da Colônia da época da entrevista foi aliado político de Julcimar Veloso (mais conhecido como Papi) nas eleições municipais de 2004. Papi, por dois pleitos, disputou com Hélio Bessa (prefeito até o final de 2004). De acordo com o próprio Juca, em entrevista a mim concedida no dia 09 de novembro, Papi era vice de Hélio Bessa na primeira eleição, e os dois se elegeram. Houve desentendimentos e no fim do mandato aconteceu uma ruptura. Em outra eleição, o Papi resolveu ser candidato concorrendo com Hélio (há boatos de que o primeiro teria tido mais votos do que este último. Os que comentam isso, não sabem o que aconteceu. Fala-se que “emprenharam urnas”). Foi anunciado que Papi tinha sido eleito Prefeito. Depois chegou outra versão, de outras urnas. Isto teve um desfecho dramático na cidade. A população se revoltou com o caso, quebrou equipamentos e objetos da Prefeitura e tocou fogo. Na eleição de 2004, Papi se candidatou novamente e perdeu para Sidônio Gonçalves. Entre os seus aliados, a representação que é feita a respeito deste resultado é de que foram feitas calúnias à população a respeito de uma suposta nova aliança política entre os dois antigos rivais.

Quando as fábricas deixaram de funcionar, os pescadores e a Colônia, segundo a representação do entrevistado, teriam ficado sem nenhuma das conquistas alcançadas:

Ele ficou trabalhando. Aí, cresceu o olho dele⁵³, né. Acabou tudo. Ficou lá. A dali tá funcionando⁵⁴, a dali. Tava funcionando. Ele pegou, desmontou. Deve tá lá acumulada lá. Agora a outra daqui furou aquele tubo grande. Ele mandou o cara soldar, furou de uma vez. Aí na época custava trinta e oito mil reais. Como a política, né, você trabalha com... quem anda o quê sem trabalhar com político num interior desse? A gente tem que tá do lado do Prefeito, ou do Deputado, tem que chegar a alguém. Ele nunca conseguiu isso, né. Perdeu tudo, cara, não tem mais nada. Inclusive, eu disse pra um cara: “tu viu, cabra, ficou abandonado”. Quer dizer que nós tínhamos estrutura, tínhamos... tabelado. Estrutura toda montada. Você via funcionando às pampas. Acabou tudo. Aí ele fala que vai comprar outra fábrica, que vai fazer um projeto.

De acordo com o Presidente da Colônia à época do trabalho de campo, há quatro anos e meio no cargo, desde que assumiu quando da renúncia de Sigueru (Ent.: 09/11/04), a fábrica que foi comprada na gestão de Sigueru já teria 10 anos de uso, de modo que não tinha mais condição de funcionamento: “eles já pegaram e empurraram pra frente”. Teria sido comprada porque o outro presidente concordou. Ele, Juquinha⁵⁵, não teria concordado. Segundo ele, tinha que pegar uma fábrica nova, como estava no projeto, não uma velha com 12 anos: 10 de funcionamento e 2 de parada. Acabou, segundo ele, que a colônia ficou apenas com a estrutura física. A fábrica não deu para nada:

Nunca mais condição de funcionamento e aí foi por isso que eles já pegaram e empurraram pra frente. Entendeu. Aí, acharam o... o outro Presidente que concordou, né, que não foi eu, era o outro que... E eu, mas eu não teria concordado com isso aqui de jeito nenhum. Porque, por exemplo, era pra gente conseguir uma nova, nós teríamos que pegar uma nova, e não uma já com dez anos de funcionamento e dois parados. Mas...

⁵³ Refere-se ao fato de Presidente se candidatar vereador na chapa rival ao Prefeito.

⁵⁴ Fábrica que ficava na antiga sede, no bairro do Juruá.

⁵⁵ Segundo entrevista concedida por ele no dia 09/11/04, “o conhecimento mesmo é Juquinha, meu nome é Luis”, referindo-se ao fato de que Juca ou Juquinha seria uma espécie de pseudônimo pelo qual ele mais conhecido.

o que nós ganhamos disso aqui foi só a estrutura mesmo, porque a fábrica mesmo tava sem condições (Ent. Juquinha: 09/11/04).

A outra fábrica, a antiga, teria estado em funcionamento durante muito tempo (15 anos ou mais) e, por isso, foi se desgastando também. A Colônia a teria adquirido através de um projeto encaminhado ao IBAMA. Segundo ele, então, esta também não funciona mais.

Com relação à outra fábrica, adquirida na gestão de Sigueru, a Colônia, segundo o Juquinha, teve problemas para mantê-la. Quando ocorreu a pane que a pôs fora de funcionamento, ela não estava legalizada, os documentos não estavam em nome da entidade. Por este motivo, esta última teve dificuldade em fazer financiamento para o conserto. Quando conseguiram a documentação, segundo ele, o conserto já era inviável.

Existem projetos, de acordo com o Presidente, para conseguir uma nova, pois o conserto da anterior não é possível. De acordo com ele, se consertar, ela quebra de novo em dois anos. Suas peças saíram de linha e não existe mais a marca que a fabricou. A Colônia entrou, segundo o Presidente, com um projeto no Banco do Brasil e outro no Governo do Estado para a compra da nova fábrica.

Uma questão interessante que pode ser levantada deste pequeno histórico diz respeito a certa relação de clientelismo que está esboçada nos depoimentos dos dois presidentes da Colônia, os quais, ao que parece ficaram até mesmo em lados opostos quando ocorreu as eleições de 2004, por conta da rivalidade existente entre os candidatos de um e de outro. Isto demonstra que as relações clientelistas estão muito presentes nos depoimentos e nas práticas dos regionais, inclusive de alguns presidentes da Colônia, a ponto de um ex-dirigente de uma entidade acreditar que só seria possível conquistar algo se estivesse vinculado à gestão que controlava a Prefeitura Municipal na ocasião. Isso é um problema a

mais, pois, o vínculo clientelista a um candidato, pressupondo rivalidades entre líderes dos pescadores fragiliza uma entidade que tem eleição de quatro em quatro anos. Ou seja, um projeto realizado por uma gestão pode ser, depois de quatro anos deixado de lado pela seguinte, por uma série de razões; por filiação clientelista, por orientação ideológica, por rivalidade pessoal. Um bom projeto precisa de uma boa base de sustentação e esta base, no caso da colônia, são os pescadores organizados e conscientes do que querem, e que são participantes do processo.

A desconfiança dos pescadores com a reserva pode ser fruto desta herança clientelista. Se eles, já acostumados com este tipo de prática, a qual pelo que estas observações apontam, faz parte, inclusive, da cultura do lugar, acreditam que o IDSM está assumindo uma postura clientelista, de favor, de dádiva com os comunitários, a revolta deles assumiria, assim, uma outra conotação. Não é porque eles são contrários à conservação, mas porque eles se acham preteridos em relação aos comunitários⁵⁶.

3.2 Acordos de pesca: uma alternativa de inserção dos pescadores?

Na ocasião em que entrevistei o Presidente da Colônia Z-4, ele teve oportunidade de falar a respeito da atuação da nova diretoria e de seus planos para o futuro (09/11/04). De acordo com ele, existiria uma oposição à sua gestão, a qual “não tem capacidade para tocar isso para frente”. Segundo ele, a oposição o insulta. Em certas ocasiões, ele, ironizando as reclamações e insultos, oferece a chave da Colônia pra quem quiser. Disse que não faz questão da Presidência, o que quer é

⁵⁶ Em muitas ocasiões, por exemplo, durante o trabalho de campo, alguns deles se disseram sem apoio de ninguém, sem apoio do Presidente, do Governador, da Colônia e das autoridades.

que, seja quem for, brigue pela classe, porque quem estiver à frente da entidade não brigar, “vem o comunitário e toma um pedaço, vem outro e toma outro”.

A respeito das questões relacionadas à conservação dos lagos, questões que são levantadas constantemente como um problema sério pelos pescadores, Juquinha acredita que é necessário à colônia conquistar um espaço que seja, de certa forma, dela. De acordo com ele,

Futuramente só vai pescar quem tiver tomando de conta de um pedacinho, senão não vai pescar, porque todo mundo se acha dono. As autoridades não tomam providência nenhuma. Paga-se o direito, faz-se o despacho, mas mesmo onde não tem proibição para pescar, o comunitário tá lá com a espingarda pra não deixar pescar, tá o Prefeito pra mandar prender. Então não adianta pagar tanto direito (Ent. Juquinha: 09/11/04).

Neste ponto, o discurso do Presidente encontra-se próximo ao dos pescadores e, neste sentido, demonstra que possui o mesmo sentimento de que o pescador “paga direitos”.

A respeito da questão dos conflitos por lagos para a pesca existente na região, o presidente fez uma analogia:

Lá fora tão brigando os sem terra, com tanta terra. Daqui futuramente, nós com tanta água aqui vai tá brigando a turma dos pescadores que... a turma dos sem-água, brigando por uma aguazinha pra botar uma redinha que não vai ter. É a mesma coisa que vai acontecer aqui (Ent. Juquinha: 09/11/04).

Como alternativa para o problema apontado acima, o Presidente aposta na mobilização para a negociação dos *acordos de pesca*, como instrumento eficaz para garantir o espaço necessário aos pescadores, em suas palavras, “um pedacinho para a gente tomar de conta”.

Acordo de pesca é uma categoria estabelecida em Instrução Normativa do IBAMA, assim definida: “Entende-se por Acordo de Pesca, um conjunto de

medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente” (IBAMA: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, Art. 1º, Parágrafo Único). Por todas as suas características, seria uma estratégia de manejo fundado em bases consideradas participativas.

Um estudo financiado pelo Pró-Várzea de monitoramento e impacto de acordos de pesca na região do Médio Amazonas, em Maicá e Ituqui⁵⁷, tem enfatizado que, em geral, esses acordos são acompanhados de uma boa expectativa por parte daquelas comunidades já introduzidas em formas de manejo participativo⁵⁸, mas essas mesmas comunidades também apontam alguns problemas:

A maioria dos entrevistados por este estudo confia na eficiência dos acordos de pesca e acha que as medidas de manejo implementadas vão melhorar a situação da renda e dos conflitos de pesca. Quase 80% dos entrevistados acreditam que os acordos de pesca são uma boa forma de manejo da pesca. Mais de 60% pensam que a participação no processo e formatação dos acordos foi boa; 38% destacam que através dos acordos é possível o fortalecimento da organização comunitária e 11% ponderam positivamente as parcerias que se fizeram através do processo de discussão dos acordos. Aproximadamente 39% dos entrevistados não concorda totalmente com os procedimentos, destacando no discurso a necessidade de maiores esclarecimentos entre os usuários, principalmente devido à existência de pescadores prejudicados pelas normas de restrição acordadas (ISSAC & CERDEIRA: 2004, p. 09).

O mesmo trabalho enfatiza os aspectos positivos que este mecanismo pode trazer para o meio ambiente:

⁵⁷ De acordo com as autoras do citado estudo: “O presente trabalho analisa os impactos dos acordos de pesca, no município de Santarém, nas regiões de Maicá e Ituqui. Trata-se de áreas de várzea, com predomínio de terras baixas, periodicamente inundáveis durante os períodos de maior pluviosidade, de dezembro a junho, e com uma área aquática disponível de aproximadamente 293 km², sendo 161 km² na região de Maicá e 132 km² na de Ituqui. A região é habitada por quase 5.000 pessoas e a densidade populacional é de aproximadamente 16 habitantes por km² de água disponível” (ISAAC & CERDEIRA: 2004, p. 09).

⁵⁸ Por todas as suas características, o Acordo de pesca é um mecanismo de manejo participativo.

Por outra parte, apesar de ainda ser muito cedo para poder comprovar melhorias no ecossistema e na abundância de espécies-alvo, se os acordos se mantiverem funcionando corretamente, impactos positivos no meio ambiente podem ser esperados a longo prazo, pelo simples efeito de redução do esforço sobre os estoques (ISAAC & CERDEIRA: 2004, p. 10).

Em termos de estratégia de manejo, as autoras enfatizam que, apesar da redução da rentabilidade dos pescadores por conta da restrição de esforço pesqueiro a partir do acordo, os efeitos positivos sobre o meio ambiente podem ser compensadores:

A criação de “reservas de lagos” e a realização de “acordos de pesca” pelas comunidades ribeirinhas, com o objetivo de regulamentar as pescarias e restringir as capturas na Amazônia contam-se dentre as manifestações mais interessantes de manejo pesqueiro surgidas nos últimos tempos no Brasil. Tais soluções merecem toda atenção por parte dos agentes do governo e dos pesquisadores, por representar uma forma de manejo comunitário participativo inovadora para o Brasil e de potencialidades ainda desconhecidas (ISAAC & CERDEIRA: 2004, p. 10).

Insisto neste trabalho porque ele enfatiza bem um histórico destes acordos que teriam sido uma criação comunitária para responder à pressão sobre os estoques pesqueiros. Esta pressão ocasionou sérios conflitos:

Um dos primeiros incidentes registrados foi denominado a “Guerra do Peixe”, no Lago Januacá, próximo de Manaus, em 1973, que causou a destruição de equipamentos de pesca, barcos e mesmo mortes (Salati, 1983). Situações similares foram relatadas para o Lago Grande de Monte Alegre, no Médio Amazonas (Hartmann, 1989). Estes incidentes tiveram como principal repercussão a implantação do Projeto IARA/Ibama (Ibama, 1995) e outros projetos regionais, que surgiram com o intuito de fornecer subsídios para a administração dos recursos pesqueiros na região e diminuir os conflitos. Esses conflitos incluem queima de artes de pesca, violência pessoal e até confrontações armadas e destacam a falta de governabilidade dos agentes do governo para a gestão ambiental (ISAAC & CERDEIRA: 2004: p. 11).

Como estratégia, os comunitários criaram o mecanismo dos acordos, considerando os lagos como comunitários e, assim, fechando-os aos pescadores considerados de fora:

Muitos dos conflitos ocorrem em ambientes lacustres. Na maior partes dos casos, pescadores locais, que vivem ao redor dos lagos, confrontam pescadores “de fora”, que utilizam artes e embarcações com maior poder de pesca. Para defender suas áreas de pesca, que eles consideram de propriedade da comunidade, muitas comunidades da várzea começaram a desenvolver e implementar sistemas de manejo comunitários, com a finalidade de reduzir ou controlar a pressão sobre os recursos. Inicialmente, os acordos de pesca surgiram como contratos particulares, entre membros de associações e organizações comunitárias, sem validade oficial, mas documentados em atas ou abaixo assinados de um grupo de interessados (ISAAC & CERDEIRA: 2004: p. 12).

O Estado resolveu intervir por que estes acordos “informais” possuíam um aspecto que era considerado ilegal:

Uma vez que o governo federal considerava-se o único com competência para aplicar medidas de controle sobre os recursos pesqueiros e, mais ainda, considerando que a maior parte dos acordos de pesca limita o acesso de alguns grupos de pescadores a corpos de água considerados da União e de acesso livre para todo pescador devidamente registrado, estes acordos particulares eram considerados ilegais (ISSAC & CERDEIRA: 2004, p. 12).

Finalmente, os acordos passaram por uma regulamentação específica do IBAMA:

Posteriormente, em 1996, as Superintendências Estaduais do Ibama receberam competência para formular regulamentações de pesca, em concordância com a legislação federal, mas independente de aprovação de Brasília; era o início da descentralização. Em 1997, o Ibama publicou um documento que declara os acordos de pesca potencialmente legalizáveis, e define critérios para integrá-los na estrutura formal já existente. Este documento proíbe o estabelecimento de acordos que excluam pessoas “de fora” ou quaisquer outras classes de pescadores, mas promove a adoção de medidas que devem ser respeitadas por qualquer usuário do sistema aquático, tais como restrições de artes e épocas de pesca, tipos ou tamanhos de embarcações permitidos, formas de captura ou até mesmo cotas de pesca por pescador. Considerável esforço vem sendo aplicado, desde então, pelos projetos para obter acordos com o viés “conservacionista”, mas de caráter amplamente democrático, garantindo a consulta e negociação de todos os atores interessados. Este novo paradigma da pesca na Amazônia parte do princípio de que a sustentabilidade é possível manejando o recurso como um bem comum e não como recurso de uso exclusivo ou restrito (ISSAC & CERDEIRA: 2004, p. 12-13).

Ou seja, pelo menos em tese, pressupõe a democratização do acesso às áreas de lagos. No entanto, os problemas específicos às bases em que está pautada a organização social dos pescadores (alguns deles discutidos na seção anterior) tem se constituído em um obstáculo. Como:

Em alguns casos, as Colônias de Pescadores têm tido um papel ativo na formulação destes acordos de pesca, dando suporte a essas iniciativas de manejo. Contudo, pescadores comerciais itinerantes são pouco ouvidos nestes processos e, em alguns casos, quando as colônias ou entidades de classe representam seus interesses, conflitos institucionais podem acontecer (ISSAC & CERDEIRA: 2004, p. 13).

As autoras apontam para isso, no entanto, uma alternativa, que seria os Conselhos Regionais de Pesca:

Nos últimos anos, surge uma nova estrutura de organização que irá fortalecer estes movimentos participativos dos pescadores. Trata-se dos Conselhos Regionais de Pesca. estes conselhos representam instâncias de negociação inter-comunitária e vem garantir a melhor democratização do processo de gestão dos recursos pesqueiros da várzea (ISSAC & CERDEIRA: 2004, p. 13).

De acordo com o que vimos, os acordos de pesca tem se constituído em uma estratégia de manejo participativo e redução de conflitos, bem como uma tentativa de democratização do acesso. É preciso analisar quais são as características que esta estratégia vem assumindo, e venha a assumir, no contexto específico do Médio Solimões.

3.2.1 A gestão da Colpesca Z-4 e os acordos de pesca

De acordo com o sub-projeto “Fortalecimento de Organizações dos Pescadores da Região do Médio Solimões”, existem quatro projetos de negociação com os quais a atual gestão da Colpesca Z-4 está envolvida:

- a) lago de Tefé, Alvarães e Uarini, envolvendo as respectivas colônias e associação de pescadores e demais atores sociais interessados.
 - b) complexo de lagos do jacaré, localizados no município de Maraã, tendo uma expressiva demanda de pescadores de Tefé e Alvarães. Portanto, será realizada uma parceria com as respectivas colônias e comunidade usuárias dos lagos.
- (...).
- a) Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (lagos do Pantaleão); Existem negociações, desde 1998, com as colônias de Tefé e Alvarães para concessão de uso dos lagos do Pantaleão.
 - b) Floresta Nacional de Tefé – FLONA. O Ibama, juntamente com as comunidades, associações dos moradores da FLONA e colônia de Tefé, já tem estabelecido neste ano de 2004 um pré-acordo na área da FLONA (COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2004a, sem paginação).

De acordo com o documento, seriam quatro acordos. No entanto, obtive informações de apenas dois: o acordo do lago Tefé e o acordo dos lagos do Pantaleão, seja porque exista uma indissociação nos depoimentos entre os acordos da FLONA e do lago Tefé (conforme veremos a seguir), seja porque o acordo do complexo de lagos do Jacaré ainda está sendo implantado. A respeito destes quatro acordos:

Segundo a diretora da Colônia de Pesca de Tefé, Ana Cláudia Torres, a colônia participa da discussão de quatro acordos.

"Na Floresta Nacional de Tefé ele já existe, mas precisa existir a elaboração sistematizada para que a gente consiga a publicação da portaria. Nos lagos de Tefé, Alvarães e Uarini, a portaria foi publicada em 98, mas precisa ser rediscutida a cada dois anos. E em Maraã, no Complexo dos Lagos do Pantaleão, os debates já duram três anos. Já no Complexo dos Lagos do Jacaré, também em Maraã, eles começaram no mês passado", explica Cláudia.

O acordo na Floresta Nacional de Tefé envolverá 297 famílias que vivem na unidade, além dos pescadores comerciais externos. O acordo de pesca dos lagos de Tefé, Alvarães e Uarini engloba uma área onde moram 400 famílias.

No Complexo dos lagos do Pantaleão, são 90 famílias que desde 2001 tentam pactuar com os pescadores comerciais o ordenamento da atividade pesqueira. Já no Complexo dos Lagos do Jacaré, onde os debates estão apenas começando, Ana Cláudia não conseguiu ainda estimar quantas famílias moram na área em discussão" (PORTALAMAZONIA: 2005).

O IBAMA baixou a Instrução Normativa Nº 29, a 31 de dezembro de 2002, regularizando as atividades de acordo de pesca. De acordo com o documento, a

necessidade do estabelecimento dos critérios para as negociações e fechamentos dos acordos é formalizada da seguinte forma pelo órgão ambiental:

Considerando que a implementação de processos de administração participativa constitui atividade prioritária para o IBAMA;
Considerando a ineficiência da organização sócio-política dos usuários dos recursos naturais e a insuficiência de fóruns formais de discussão e negociação sobre questões relativas à pesca continental;
Considerando que neste contexto os “Acordos de Pesca” mostram-se importantes como estratégias de administração pesqueira, os quais reúnem um número significativo de comunidades de pescadores e definem normas específicas, regulando assim a pesca de acordo com os interesses da população local e com a preservação dos estoques pesqueiros;
Considerando que esses Acordos, geralmente limitam o acesso a certos corpos d’água, para certos petrechos, para certas épocas do ano, para certos métodos de pesca e para certas espécies, contribuindo assim para a diminuição da pressão sobre o uso dos recursos pesqueiros em nível local;
Considerando que o processo de Acordo de Pesca tem se instituído em importante instrumento de redução de conflitos sociais no curso das pescarias;
Considerando a existência de várias Portarias que regulamentam Acordos de Pesca na região amazônica;
Considerando a necessidade de manter a credibilidade do processo de gestão participativa, ora em desenvolvimento, é de fundamental importância a definição de critérios claros que permitam regulamentar esses Acordos de Pesca como um instrumento complementar de ordenamento pesqueiro e como forma de prevenir danos ambientais e sociais (IBAMA: INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 29).

O IBAMA procurou lançar, através desta Instrução, os critérios para a regulamentação dos Acordos de Pesca, que, segundo vimos pela exposição de motivos, são entendidos como importantes mecanismos não só de políticas de manejo de recursos, mas também de minimização de conflitos. Para os diretores da colônia Z-4 seria a forma de conseguir adequar-se às exigências ambientais.

Entre os critérios estabelecidos pelo Ibama para o estabelecimento desses acordos estão:

Que sejam representativos dos interesses coletivos atuantes sobre os recursos pesqueiros (pescadores comerciais, de subsistência, ribeirinhos, etc.), na área acerca da qual se refere o Acordo, desde que não comprometam o meio ambiente enquanto patrimônio público a ser assegurado e protegido;

Que mantenham a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, com vistas à valorização da pesca e do pescador;
Que não estabeleçam privilégios de um grupo sobre outros, ou seja, as restrições de apetrechos, tamanho de embarcação, áreas protegidas, etc., deverão ser aplicáveis a todos os interessados no uso dos recursos;
Que tenham viabilidade operacional, principalmente em termos de fiscalização;
Que não incluam elementos cuja regulamentação seja atribuição exclusiva do poder público prevista em lei (penalidades, multas, taxas, etc) (IBAMA: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, Art. 1º, Incisos I, II, III, IV e V).

O Presidente da Colpesca Z-4 apresentou-se animado com relação ao acordo que a colônia Z-4 celebrou com as colônias de Uariní e Alvarães, que reduziu o esforço de pesca no lago Tefé⁵⁹. Por este acordo, os grandes barcos de Manaus, que estavam causando uma pressão demasiada no lago, ficaram proibidos por conta das seguintes cláusulas da Portaria que ali regulamenta a exploração pesqueira:

Art. 1º - Proibir, até 31 de dezembro de 2004, a utilização ou emprego de embarcações com Arqueação Bruta superior a 5t (cinco toneladas), nos lagos de Tefé, Uariní e Alvarães, bem como em suas bacias de drenagem.
Parágrafo Único – Fica proibida, igualmente, a transferência de carga de pescado, em qualquer quantidade, auferida sob a cobertura da presente Portaria, para embarcações que não estejam contempladas no caput deste artigo.
Art. 2º - Os produtos de pesca extraídos dos lagos de Tefé, Uariní e Alvarães, bem como de suas bacias de drenagem, destinar-se-ão, exclusivamente, ao comércio nos mercados locais, sendo proibido o esforço de pesca que gere produtos acima do consumo e da capacidade local de estocagem, bem como o transporte para outros centros consumidores (IBAMA: PORTARIA Nº 75, Art. 1º, Art. 2º).

Em uma entrevista concedida no dia 11 de novembro, Zé Pio, agente de fiscalização da gerência executiva do IBAMA em Tefé, com a Portaria 75 do IBAMA às mãos, prestou algumas informações sobre este acordo e outros que estão sendo realizados na região. De acordo com ele, estes acordos foram iniciados há pouco tempo. No entanto, já demonstram futuro. Afirmou-me, na ocasião, que, para conseguir usufruir os recursos pesqueiros atualmente, somente se for por intermédio

⁵⁹ De 1992 a 2000, o desembarque do pescado na cidade de Tefé, girou entre 1500 a 2100 toneladas/ano. Houve um período de redução do volume entre os anos 1993 e 1998, com uma tendência a aumento a partir deste último. No ano de 2000, o desembarque foi de 2046 toneladas (cf.: COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2004a).

de acordos. As pessoas vão ter que estar autorizadas. Existem restrições com relação aos barcos que podem entrar, sobre a quantidade de toneladas.

Com relação ao lago Tefé, o técnico do IBAMA afirmou-me que os grandes barcos de Manaus, de 80 ou 90 toneladas, em três dias faziam a carga e na outra semana estavam de volta. Estava escasseando a alimentação, segundo ele. O acordo veio para normalizar o acesso ao pescado do lago Tefé. Para realizá-lo, ainda segundo o mesmo técnico, o IBAMA “coligou com o GPD, CPP, RDS⁶⁰”, de modo que se proibisse ou delimitasse a pesca no lago Tefé.

O funcionário informou-me ainda que a Portaria 75 do IBAMA estava sendo alterada para incorporar modificações ocorridas no uso do lago e que isto é um procedimento normal e salutar (realizado de 2 em 2 anos). As modificações seriam relacionadas aos barcos que teriam permissão para pescar, por exemplo. Na primeira legislação, só podiam pescar os de até cinco toneladas brutas. Com a modificação, o limite será de 8 toneladas líquidas⁶¹.

Outra modificação diz respeito ao excedente⁶². A portaria 75 proíbe a venda de excedente para outros mercados. Com autorização do Ibama, com a nova Portaria, o excedente poderá ser vendido para outros mercados consumidores.

No que diz respeito à malha permitida, pela portaria só poderia ser igual ou superior a 77 mm. Os pescadores viram que havia a necessidade de uma malha menor e inventaram uma rede na qual pudessem passar o pescado para ela, a *rede escolhedeira*. Segundo o fiscal do IBAMA, eles usam uma rede de malha menor que 77 mm, mas passam dessa rede para a *escolhedeira* e os peixes menores saem.

⁶⁰ Grupo de Preservação e Desenvolvimento, Comissão Pastoral da Pesca, Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

⁶¹ Toneladas de arqueação bruta é todo o convés com toda a carga que ele suporta; tonelada de arqueação líquida diz respeito somente à capacidade da caixa isotérmica, onde os peixes são depositados.

⁶² Pescado acima do consumo da população dos municípios envolvidos.

Este item será incorporado na nova portaria e, a partir disso, quem não possuí-lo será multado. A legislação foi modificada porque todos os pescadores que possuem essas duas redes citadas são os mesmos que possuem barcos com capacidade a partir de 5 a 8 toneladas, acima do que está no documento.

A Instrução Normativa 75 terminaria no dia 30 de dezembro de 2004 e, em seguida, já sairia a nova Instrução Normativa. De acordo com o entrevistado, os pescadores estão pedindo que a nova Portaria dure por três anos.

Foi realizada uma reunião na Colpesca Z-4, no dia 10 de setembro de 2004, com representantes de instituições interessadas e parceiras no acordo do Lago (CPT; Prelazia de Tefé; GPD; IBAMA/Tefé; comunidades da FLONA; Secretaria do Meio Ambiente de Uariní; IDSM) na qual foram discutidas as alterações na nova Instrução Normativa. De acordo com a ata da reunião:

No quarto parágrafo na linha nº 15 onde está escrito Arqueação Bruta, 5t (cinco tonelada), deverá ser substituído por: Arqueação Líquida, 8t (oito toneladas).

No quinto parágrafo na linha nº 17 depois da palavra transferência incluir: e armazenamento.

Após sexto parágrafo terá um inciso com a seguinte redação: Comprovado que o mercado local fora abastecido e sem prejuízo para a população local e para o meio ambiente, o excedente poderá ser comercializado para outros mercados, desde que autorizado pelo órgão competente.

Sem descaracterizar o Art. 4º da Portaria IBAMA/SUPES/AM Nº 004, de 1º de dezembro de 1998 visando adequar os utensílios a realidade local e melhor utilização dos recursos pesqueiros, fica estabelecido o uso de rede de cerco com malha igual ou superior a 20 mm entre nós opostos, com o uso obrigatório da escolhedeira com malha igual ou superior a 45 mm (COLÔNIA DE PESCADORES Z-4: 2004b).

Essas redes são usadas mais comumente para a captura das espécies jaraqui, pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), matrinchã (*Brycon spp.*) e jatuarana⁶³, e, por ser cara, somente alguns pescadores a possuem, os quais fazem o chamado *lance*. No lago Tefé, estes pescadores realizam os lances, cada um em seu ponto,

⁶³ Aos quais os pescadores que fazem este tipo de pesca chamam de *peixe migrador* ou de *piracema*, pescados durante um ciclo, que se dá, principalmente entre os meses de março e julho.

cercando o cardume de peixes. É uma rede grande e é usada junto com a outra rede, de criação local, a *escolhedeira*, por ser pouco seletiva. Segundo o depoimento de Ana Claudia Torres:

O pescador diz que é cerco, que o que ele tem é rede de cerco, que é pra pescar o peixe, mas ele tira com outras malhadeiras, não é aquela que arrasta. Aí ficou essa discussão. Aí, o Zé Pio⁶⁴ foi um dos que foi a favor do pescador. Eu me lembro que realmente, o que eles tavam fazendo lá não era assim tão prejudicial (03/11/04).

Zé Pio, na entrevista do dia 11 de novembro, disse acreditar que o acordo possui muitos pontos positivos, como o fato de ter aumentado bastante o pescado no lago e na cidade. Em Tefé, existem 16 pescadores com barco acima de 5 toneladas que trabalham com rede, no dizer dos técnicos do IBAMA, *arrastadeira*. Nas duas safras durante um ano foram pescadas 56 toneladas do peixe dito *de migração* (de acordo com ent. Zé Pio: 11/11/04).

Além do acordo do lago Tefé, está sendo trabalhado um outro acordo, cuja finalização estava prevista para Janeiro de 2005, em reuniões na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. Até a conclusão do trabalho de campo, a parceria no Pantaleão⁶⁵, segundo a representação local, não havia sido formalizada e diversas reuniões foram feitas no sentido de fechar um acordo para o uso dos lagos que ficam nesta área do Pantaleão, ainda não manejada e fora do zoneamento realizado pelas comunidades da RDSA, o qual havia estabelecido as categorias de lagos da reserva. Ali se encontram, além de outros agentes, alguns moradores isolados, que também tomarão parte no acordo, bem como estão participando das negociações.

⁶⁴ Um dos poucos funcionários da Gerência Executiva do IBAMA em Tefé.

⁶⁵ Os envolvidos com o acordo, referem-se a ele deste modo. Pantaleão seria um grande lago situado em uma área com muitos outros, objetos do acordo, os quais ficaram fora do zoneamento realizado pelas comunidades do Amanã para o estabelecimento das categorias de lagos do manejo naquela área.

O acordo era pra ter sido fechado no mês de novembro de 2004. Foi planejado, pela Z-4⁶⁶ e a Z-23 (colônia de pescadores de Alvarães), com o apoio do IBAMA, do *Mamirauá*, com recursos financeiros do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – Pró-Várzea.

Para o fechamento do acordo são realizadas reuniões nas quais as questões têm sido debatidas e as regras elaboradas: quem pode entrar para pescar, com quais critérios de entrada e de saída, com quais materiais. Assisti a duas destas reuniões para fechamento desse acordo, conhecido como *Acordo do Pantaleão*. Ambas ocorreram em comunidades da Reserva Amanã (no setor São José, onde se localizam os lagos da área do Pantaleão). A primeira, na comunidade de Novo Pirapucu, à margem de um paraná ligado ao rio Japurá, em sua margem esquerda, que vai em direção ao lago Pantaleão. Fica no município de Maraã. A segunda na comunidade do Repartimento.

Um documento produzido pelo IDSM, por ocasião da 1ª Assembléia do Acordo de Pesca do Pantaleão, realizada em janeiro de 2005, recupera a trajetória do acordo, ao mesmo tempo em que nos oferece indicações das características do mesmo:

A área do Pantaleão é um pesqueiro muito importante, tem muito peixe e é uma área de muito interesse das Colônias de pescadores que querem usar de maneira organizada junto com as comunidades e os usuários da área. Traçando uma linha do tempo citou que tudo começou em 23 de agosto de 2001, quando ocorreu a Assembléia Geral da Reserva Amanã. Até agora só teve uma e naquela época o Juquinha (Z-4) perguntou se era possível usar a área do Pantaleão. A resposta foi: “Ninguém discutiu isto ainda, só no futuro”. Em 27 de setembro de 2003 houve o encontro do Setor da Comunidade Nova Olinda, onde as Colônias de Tefé e de Alvarães

⁶⁶ O projeto da Colônia com recursos do Pró-Várzea terá duração de três anos. Em janeiro de 2005, o Pró-Várzea descontará a primeira parcela dos recursos (a Colônia utilizará parte destes recursos para construir flutuantes de fiscalização próximos às entradas da área foco do acordo) (Fonte: Colônia de Pescadores Z-4. Sub-projeto “Fortalecimento de Organizações de Pescadores da Região do Médio Solimões. Tefé, agosto de 2004). Além do acordo, há outras atividades a serem executadas pela Colônia, como a contratação de assessores para ministrar cursos, dar palestras, organizar dados, elaborar cartilhas.

mostraram seus compromissos que é o de instalar um flutuante na entrada; zonedar a área de pesca; definir os usos de apetrechos de pesca; respeitar normas da Reserva; obedecer às normas. (...). Prosseguindo, em 10 de julho de 2004, a Colônia de Alvarães (Z-23) em reunião de Setor na comunidade Várzea Alegre tentava fechar o acordo com algumas comunidades, quando representantes do IDSM explicaram que faltavam ainda muitos passos e um participante, a Colônia de Tefé (Z-4). No dia 31 de Julho de 2004 em reunião do acordo na comunidade São Sebastião do Repartimento, já havia mais pessoas que tinham interesse na área (Jarauá, Coraci) e então foi encaminhado que as duas colônias tinham que fazer uma proposta conjunta e a necessidade de se fazer o mapeamento. Em 11 de Agosto de 2004 reuniram-se Colônias, IDSM e pessoas que conhecem a área para fazer mapas e listas dos lagos. Em 14 de Agosto de 2004 em Alvarães aconteceu uma reunião entre Colônias, IDSM e IBAMA para elaboração de assuntos que deveriam ser discutidos na próxima reunião e apresentação de propostas, então surgiu o seguinte questionamento: “A área do Pantaleão será de uso exclusivo das Colônias?”. No dia 4 de Setembro de 2004 foram identificadas as características dos lagos. Nesse momento surgiu o comentário de que a Colônia de Maraã (Z-32) daria apoio, mas não participaria do acordo, porém ainda falta o documento oficial de renúncia da área, assinado pelo Presidente (Luiz Gonzaga Medeiros de Matos “Luizão”). Em 24 de Outubro de 2004 no Pirapucu, surgiu a questão do gado na área, porém o Sr. Estevinho não foi encontrado, ficando encaminhado que a comunidade resolveria isto. “Temos então muitas pendências para resolver, inclusive a questão dos mapas, trazidos hoje para apertar os parafusos” (...). No dia 4 de Dezembro de 2004 foi marcada uma reunião no Repartimento para fechar o acordo, porém IDSM e IBAMA mostraram que pela falta de todas as normas e registros, seria impossível fechá-lo ainda em 2004, deixando para 2005. No dia 22 de Dezembro de 2004 reunião com IDSM, IBAMA e Colônias (Z-4 e Z-23) em Tefé para discutir a programação e as metodologias para a 1ª Assembléia do Acordo do Pantaleão, visto que para regulamentar o acordo de pesca, é necessário as atas das assembléias com ampla participação para discussão do acordo. Hoje 29 de Janeiro de 2005, estamos realizando a 1ª Assembléia do Acordo de Pesca do Pantaleão. “Em um período de quase 01 ano houve 6 reuniões entre a Colônia de Alvarães e o Setor São José, em que não há registros. (...). Em resumo são: 7 reuniões onde foi discutido o acordo, 3 reuniões entre IDSM, IBAMA e Colônias (Z-4 e Z-23) e 6 reuniões entre Setor São José e Colônia de Alvarães (Z-23) (IDSM: Ata da 1ª Assembléia do Acordo de Pesca da Área do Pantaleão, 29/01/05, p. 2-3)”.

A partir dessa síntese histórica, gostaria de discutir o caráter processual do acordo, visível nas cerca de 13 reuniões que foram feitas cada uma delas discutindo os problemas que iam surgindo e procurando adequar a proposta do acordo com as exigências legais presentes no documento que regulariza atividades desta natureza.

Pelo relato da Ata da Assembléia podemos perceber também: a necessidade da participação de setores envolvidos; a preocupação com a questão da vigilância e com a importância do cumprimento de regras, as quais são

acordadas em reuniões preparatórias, nas quais todos os interessados devem participar. Se um dos interessados não comparecer a algumas das reuniões preparatórias, isto atrapalha o processo, porque não se pode fechar o acordo se todos os setores envolvidos não forem discutir. Conforme consta no documento elaborado pelo IDSM (que relata falas de agentes presentes na Assembléia):

No acordo, não pode ter insatisfeitos. Quem fica pelo canto é o prejudicado. O acordo tem regras e vira lei, depois que sair no diário oficial "já era". Tudo é possível resolver (**antes**) e o pensamento tem que tá na cabeça de cada um (IDSM: Ata da 1ª Assembléia do Acordo de Pesca da Área do Pantaleão, 29/01/05, p. 2).

A presença do Estado através das normas de manejo atua como um sinal que indica que o modo de relacionamento dos grupos sociais e das comunidades envolvidas não pode mais ser feito de acordo com as regras prévias do grupo. É inserido um fator que assume um peso de sanção e de normalização, a lei.

O plano de manejo da Reserva Amanã não está pronto, mas quando estiver, a Colônia terá que respeitar e trabalhar sob estas normas. A Colônia tem que criar um mecanismo e definir um jeito para ver quem poderá usar e entrar na área. O acordo está em constante movimento, se daqui a um ano tiver uma avaliação, temos que ver o ano todinho, considerando que tem que ter a participação das Colônias para ver se deu certo, bem como, estipular o uso de malhadeiras e principalmente fiscalizar (IDSM: Ata da 1ª Assembléia do Acordo de Pesca da Área do Pantaleão, 29/01/05, p. 2).

No início da reunião que aconteceu na comunidade de Novo Pirapucu, em 24 de outubro de 2004, estavam presentes representantes de comunidades da Reserva cujas áreas ficavam próximas à do *complexo do Pantaleão*⁶⁷ e representantes de duas colônias de pescadores, Z-23, de Alvarães e Z-32, de Maraã. Embora os diretores da Z-4, de Tefé, fossem parte interessada no acordo e até mesmo imprescindíveis por serem os responsáveis pelos recursos financeiros

⁶⁷ A referência à área do Pantaleão como um complexo de lagos foi realizada por um técnico em manejo de pesca do *Mamirauá* por ocasião da segunda reunião que eu assisti.

necessários para instalar os flutuantes de fiscalização e outras incumbências, nenhum representante da Colpesca Z-4 esteve presente⁶⁸.

O setor fica no município de Maraã, razão porque o Presidente da Z-32 (Colônia de Pescadores de Maraã) resolveu ir para a reunião do acordo. Segundo ele, sua presença se dava para defender os interesses dos *comunitários*, os quais, acreditava, estavam sob a sua jurisdição. Nesta mesma reunião, como é de praxe, haviam pessoas do IDSM para auxiliar. Um técnico do manejo de pesca tomou a palavra dizendo que esta reunião seria a continuidade de uma série de reuniões (segundo ele, oito) para preparar o acordo. Iniciou-se à apresentação das pessoas. Havia representantes do Pirapucu, comunidade que acolhia a reunião (e fazia parte da Associação dos Pescadores do Setor Jarauá – APSJ); Putiri; da boca do Cubuá (que eram entendidos como moradores isolados); Nossa Senhora de Fátima; Manacabi, Várzea Alegre, Nova Olinda. Em geral, eram lideranças, presidentes de comunidades, presidentes e secretários do setor.

O IDSM, como co-gestor da área interviu quando percebeu que a colônia de Alvarães tentou fechar o acordo de modo contrario ao que determina a lei: com a participação de todos os interessados, porque pela lei, todos os setores interessados precisavam ser ouvidos e a colônia de Tefé também tinha interesse. As reuniões passaram a ser contadas depois da primeira reunião com a intervenção do IDSM.

A área do Pantaleão é distante das *comunidades* do setor São José da RDSA, havendo como dissemos acima, moradores isolados, que futuramente poderão vir, ou já estão formando novas *comunidades*. A Colônia de Tefé teria acompanhado o zoneamento e, no entendimento das comunidades, essa seria uma área exclusiva da Colônia de Tefé. Na reunião anterior à do dia 24, foi apresentado o

⁶⁸ Na ocasião da entrevista com o Presidente da Z-4 (09/11/04), este me falou que não foi à reunião porque ninguém do IBAMA foi e, segundo o Presidente, “sem o IBAMA não se faz acordo”.

mapeamento participativo da área em Tefé, elaborado com a participação do presidente da Colônia e mais dois pescadores, bem como o pessoal do IDSM.

Em cada reunião, são postos encaminhamentos. Para a reunião do dia 24/10, os encaminhamentos que deveriam ter sido postos em ação, assumidos na reunião anterior eram: ver a situação dos moradores isolados; ver as propostas das colônias; um encaminhamento das colônias junto com o IBAMA e o *Mamirauá* para fazer um rascunho do acordo a ser realizado, para ver se todos concordam.

O acordo, que deveria ter sido fechado até novembro, estendeu-se para dezembro. O documento final, redigido em conjunto pelas duas colônias, o IBAMA e o IDSM, somente seria feito depois de votações em Assembléias.

Na última reunião que assisti, alguns dos *moradores isolados* demonstravam preocupação com o fato das regras serem difíceis para cumprir. Em geral, eram pescadores acostumados a pescar em determinados lagos e achavam que com as regras eles não mais pescariam. A esta preocupação, os técnicos do IDSM geralmente procuram tranquilizar noticiando sobre experiências bem-sucedidas, como o fato, dito por um técnico do manejo de pesca na reunião do dia 04 de dezembro, de que existem *comunidades* que comercializam pirarucu (*Arapaima gigas*) e o pirarucu, para outros locais, encontra-se em defeso, mas o IBAMA libera para os comunitários que realizam manejo na reserva, todo ano em média 160t⁶⁹.

Nesta seção, vimos como os pescadores de Tefé estão em vias de adequar-se a perspectivas de *manejo participativo* com uma série de operações que são fruto da institucionalização da estratégia *acordos de pesca*. Mas, ao contrário do que ocorre com as outras exigências do Estado anteriormente descritas, neste caso,

⁶⁹ As principais comunidades que realizam manejo de pesca na RDS Mamirauá são o Jarauá, Tijuaca, Coraci. A Colônia de Maraã também.

há o apoio e acompanhamento técnico que possibilita aos pescadores terem conhecimento de como podem fazer e, talvez, por isso, haja mais chances de conseguir a realização, porque neste caso, há o envolvimento da entidade co-gestora da área e do Ibama. Neste caso, o Estado não só diz o que deve ser feito, mas diz também como fazer e injeta recursos. Sem o apoio do Pró-Varzea, a Colônia de Tefé, talvez não tivesse condições de arcar com os compromissos do acordo, como a construção de flutuantes, por exemplo.

Neste sentido, o que pode contribuir para o sucesso da empreitada, além do efetivo envolvimento dos pescadores, seria o compromisso do Estado oferecer garantias de realização.

3.2.2 E os pescadores...

Por mais que haja reuniões que sirvam, no dizer dos diretores da colônia, para esclarecer determinados pontos, durante o trabalho de campo foi comum ouvir reclamações dos pescadores (contrários a idéia) com respeito a cláusulas do acordo, porque os pescadores sentiam que, ou estavam sendo enganados pelo Presidente da Colônia, ou este havia se voltado contra eles. É oportuno aqui o depoimento de um pescador a respeito do que a Colônia deveria representar para os pescadores e do que ela está representando, bem como o que o Presidente deveria fazer a favor dos associados:

Pelos menos um recurso né, assim, por exemplo, de a gente ter aquela força de ir com o Prefeito atrás de alguma coisa, assim, pra ajudar. Então, era a respeito disso aí que a gente queria. Porque a gente... naquele tempo era o Seu Emir, Dona Delia com o Vá. Essas pessoas que ainda existem aí. São velhos, mas existem, né, que são meio... são sabidos, assim,

estudaram um pouco e quando... o pescador ia ter mais uma força de ter um financiamento, né, uma coisa assim. Então, aí foi isso que foi criada a Colônia, né. Aí foi indo, foi associando muita gente, aí passou a ter Presidente, aí começou isso aí. Só que nesses tempos nós ainda era menos olhado, né. Era lá aquele grupinho. Aí foi... Hoje não, a Colônia tem... é... ela tem muita gente que todo mundo vê. **Agora, tá faltando é aquela pessoa que lute, que brigue, porque com nosso... o nosso Presidente, né, que ele tá até mesmo, assim, quase tá dando as costas pra nós a respeito disso aí. Tá ajudando a arranjar canto pra proibir mais do que já tem. Eu não sei, assim, onde ele quer que a gente pesque** (*freguês de patrão*: 14/11/04).

Outro pescador, que possui um barco um pouco maior e disse que não gosta de sair com dinheiro de *patrão*, disse que quer vender para quem desejar, prestou-me o seguinte depoimento, um tanto quanto exaltado:

Ele tá tirando tudo pra ele. Tem um pescador lá na sede de Tefé que foi querer pescar no lago e ele não deixou, porque tinha que tirar um documento dizendo como ele ia pescar, quantos peixes ia pegar. Eu não vou. Eu prefiro pegar meu barco ir lá pra longe, não sei aonde pegar meu peixe, mas eu não quero saber. Ele, e outros que tem aquela rede... porque eles podem comprar e nós não, nós somos artesanais. Ele é industrial. Então, quer dizer que ele é que tem direito. E nós que somos os artesanais é que não temos (Ent. Pescador: 05/12/04)⁷⁰.

A este respeito, o Presidente (Ent. 09/11/04) informou-me que o problema de pescar no lago Tefé se dá porque lá é área da FLONA, existem lugares onde os pescadores não podem pescar peixes que são da alimentação dos comunitários. Embora, na entrevista, tenha dito que há um conflito por áreas de pesca, no momento da reunião na comunidade do Repartimento, ele insistiu que existiam áreas para pescar: “No Guariba tem peixe, no Moura, na Laureana, tem todo canto pra pescarem. Eu não admito pescador que diz não ter área pra pescar (Juquinha:

⁷⁰ Em 2008, este mesmo pescador sentou em uma mesa ao lado de Juquinha para discutir questões relacionadas ao acordo do Pantaleão. Era um pescador que estava incluído nos acordos e estava muito animado com esta nova orientação da Colônia. Ou seja, ao que parece, a estratégia parece estar rendendo frutos com pescadores que podem adequar-se à perspectiva do *manejo participativo*. Ao que parece, tudo está ocorrendo como um processo e as coisas, como diria, Neide Esterici (2005) precisam ser vistas em perspectiva.

ocasião da reunião na comunidade Repartimento para o acordo do Pantaleão: 04/12/04).

Sobre a pesca no lago de Tefé, o Presidente disse que existe má informação por parte de alguns pescadores, os quais, segundo ele, não sabem das regras e querem causar confusão:

Na área da FLONA só se pega o peixe migrador, o jaraqui, a matrinhã e jatuarana. Não pega tucunaré, cará, que já fica lá no local. Não pode pescar esses peixes nessa área. Se pescar, pega a alimentação do pessoal da zona. E também a gente passa 20, 30 dias esperando o peixe baixar, eles vem pra botar a malhadeira bem onde se está esperando o peixe baixar pro peixe não entrar na rede. Tem 70% da área que ele podem pescar. Toda área tem peixe. Querem tá botando malhadeira na frente da rede da gente. Todo mundo tem que pescar dentro da sua área. As malhadeiras, tramalhas eles têm que usar fora da área da FLONA, porque os comunitários vivem desta área. Malhadeira, usa quem anda de rabeta. Alguns usam rede. A rede, todos tem motor grande, de cinco, seis, sete, oito, nove e dez toneladas, as maiores embarcações que pesca peixe gordo, peixe migrador na cabeceira do lago, de piracema⁷¹ (Presidente da Z-4: 09/11/04).

Em uma ocasião, ao voltar de um período de cerca de 10 dias em uma pescaria (26/11/04), Juvenal Santos⁷² obteve a notícia por intermédio de outro pescador, que também chegava da pesca, de uma reunião na Colônia na qual havia sido comunicado aos pescadores que na área da FLONA não se poderia mais pescar e os pescadores deveriam se adequar a estas regras. Na reunião, estavam presentes representantes do IBAMA e o Presidente da Colônia. Juvenal, que me

⁷¹ Cada um desses pescadores, chamados localmente de *redeiros*, possuem locais onde realizam os *lances*, que consistem em cercar com a rede os peixes dentro do lago trazendo os que foram colhidos (alguns pescadores que não praticam este tipo de pesca, inconformados com a situação, disseram-me que estas redes raspam o fundo do lago e é necessário fazer uma limpeza no fundo em cada ponto de lance. Insinuavam, assim, que era uma pesca predatória). O uso é diferente do das malhadeiras, nas quais os pescadores geralmente esperam o peixe *malhar*, estando a malhadeira fixa em um ponto. Alguns pescadores usam o que eles chamam de malhão (alguns chamam de *arrastão*, mas não é usado para arrasto, é mais para prender o peixe na rede através de uma técnica de espantá-los com batidas no lago aproximando-os da malhadeira) que consiste em várias malhadeiras unidas por intermédio das quais eles dão conta de uma grande dimensão do lago.

⁷² Juvenal Silva Santos, também conhecido como Cuia, era, à época do trabalho de campo, um dos mais pertinazes dos assim chamados “invasores de lagos”. Muito revoltado com a delimitação da área e a proibição da lei para a pesca sem restrição alguma nas áreas em que sempre pescou sem maiores preocupações, foi nascido onde é hoje o setor Mamirauá da RDSM; filho de um curandeiro influente na região e jamais aceitou de bom grado o que ele entende como “a perseguição do Mamirauá ao pescador”.

levava com ele à pescaria, perguntou, então, ao outro se ninguém havia reclamado, se não haviam contestado, se ninguém “ao menos perguntou assim: e aonde é que nós vamos pescar?”. Alegava-me ele que existem lugares em que é muito longe, como a Laureana, aumentando os gastos com combustível, aumentando também o tempo da pescaria, colocando o pescador ainda mais à mercê do *patrão*:

Depois que nós não tínhamos mais pra onde ir. Aí vê, por exemplo, lá na Laureana tá dando peixe, mas como que eu vou chegar lá? Daqui pra Laureana são dois dias. Não tenho dinheiro pra comprar a despesa, pra ir a... vamos dizer, gasolina ou diesel, ou comprar gelo, essas coisas, né, farinha. Aí, o quê que a gente faz? “rapaz, tem um *homem* ali que tá comprando peixe, lá. Vambora lá com ele! Quem sabe se ele não arranja?”. Aí eu ia lá. “Rapaz, me dá... arranja!” Vendia gelo... na época ele não dava, né, vendia gelo e dava o dinheirinho. Aí, passou a gente trabalhar com o patrão. Por que ali na... aqui no Mamirauá, onde é hoje na Reserva, não precisava dá tanto que é bem ali. Tô com... esse, esse motor que eu tenho hoje eu vou lá com meia lata de diesel, né. E pra ir lá na Laureana eu tenho que usar quarenta. Então, chegou nesse ponto aí (28/11/04).

Não há entendimento por parte destes pescadores de que a Colônia precisa adotar regras para permitir que os pescadores tenham acesso às áreas objeto de acordo, como a obtenção, junto à entidade, de uma licença individual mediante a informação de quanto tempo durará a pescaria, quantos quilos se pretende trazer, etc. Além disso, me foi informado que, para esta primeira fase do acordo do Pantaleão, somente serão admitidos pescadores que não tenham histórico de ação ilegal (entrada na reserva para pescar), bem como multas e apreensões do IBAMA. Esta é uma medida, segundo um representante da diretoria da Colônia, para garantir que somente tenham acesso aqueles que realmente tenham desejo de contribuir com o processo⁷³. É preciso também que estejam quites com a Colônia.

⁷³ Mas, a participação nos acordos, conforme pude presenciar, está aberta a todos que quiserem participar e contribuir com dias de trabalho, como a vigilância nos lagos, mesmo o que tem histórico de ações ilegais.

Perguntada sobre se isso não causaria insatisfações, ela disse que nem todos os pescadores têm interesse naquela área, por que é longe. Os *canoeiros*, provavelmente não vão querer ir. Trata-se de algo, segundo ela, que diz respeito aos pescadores que andam nos barcos maiores (Ent. representante da diretoria da Colônia: 03/11/04). Ao que tudo indica, no entanto, o modo de organização do trabalho na área do acordo fará com que mesmo pescadores que não sejam de grandes barcos possam se beneficiar porque os pescadores que estiverem a ele vinculados, segundo Ana Claudia Torres (Ent. Julho 2008), serão pagos não pela produção, mas pelo trabalho, não importa se pescando, cozinhando, fiscalizando ou exercendo qualquer tipo de ação dentre as necessidades do acordo. O que importa, segundo ela, é a disposição para trabalhar e contribuir.

O Projeto da Colônia prevê treinamentos para informar aos pescadores sobre manejo, sobre os acordos, sobre educação ambiental, enfim. É uma medida importante.

A idéia de pedir licença para pescar não é bem recebida por alguns. O que pode ser explicado pela situação que todos os que eu entrevistei me relataram: o fato de sair para a pesca sem saber quando volta e, às vezes sem saber para onde ir, como registra a entrevista que fiz com este:

Permissão, não. De Colônia, não. Ainda não chegaram pedir. A exigir isso não. Porque aí, aí, já fica mais ruim. O cara tá sabendo, assim... e eu... não sei quando eles pediram isso aí. "Onde o senhor vai? Senhor chega quando?". "Meu irmão, vai te l..., meu irmão!" Eu não sei quando eu chego, né. Só vou chegar quando eu pegar peixe. O cara responde mal porque... porque isso aí é por isso. Eu não, né, quando a pessoa chega assim: "tu quer saber da minha vida, porque rapaz? Saber quanto é que eu produzo, quanto que eu... que eu pego". Porque, na verdade mesmo, o pescador não tem uma... não tem data, ele não tem... ele não sabe quantos quilos de peixe ele vai pegar. Agora, ele pode ter uma base, um controle assim de mês ou fábrica, né. Porque eu tenho o controle aqui desse ano. A gente tem um controle a respeito disso aí, mas dizer que nessa viagem eu vou trazer fábrica aqui, não. Não tem essa, né. Que eu saí pra pegar uns setecentos, oitocentos quilos, eu peguei bem uns... bem uns oitenta, eu acho. Então, ninguém nunca, de saber, não sabe (28/11/04).

Mas, ao que parece, nos acordos, não serão todos pescando, e sim haverá uma divisão de trabalho, o que pode diminuir a necessidade da permissão de pesca, dado que será feito um grande esforço coletivo de uma só vez, e não uma variedade de múltiplas ações de pescadores atuando individualmente.

O depoimento dos pescadores aponta para um sentimento de subordinação e de revolta com a escassez do pescado, com as dificuldades inerentes à pesca, bem como com ao que eles entendem como “proibição da pesca”. Se o acordo for visto por eles como benéfico aos pescadores⁷⁴, e, mesmo assim, continuar existindo problemas é preciso analisar o porquê da insistência e, talvez, se devesse pensar em outras estratégias combinadas aos acordos.

A experiência que os pescadores do Abial me apresentaram é a de uma classe dominada que precisa, para persistir na atividade da pesca, subordinar-se aos preços e às necessidades dos intermediários, que valorizam determinadas espécies e pagam em um contrato previamente estabelecido e somente em determinadas épocas do ano⁷⁵. Aos que se endividam com os patrões, na verdade, quem paga é o pescador, pois ele contrai a dívida antes de trazer o produto. E quando este produto não se realiza, ele permanece em dívida.

⁷⁴ De acordo com um levantamento realizado pelo Programa de Manejo de Pesca do IDSM, de janeiro a setembro de 2004, cerca de 28 embarcações realizaram a pesca na área da FLONA (que compreende o lago de Tefé e rios Tefé e Bauana). Destes, cerca de 15 capturaram a espécie jaraqui com desembarques de 9104 kg em média durante março e junho, havendo discrepâncias, como o caso da embarcação Mestre Albecy, que desembarcou entre março e maio, 52300 Kg. A matrinchã foi pescada no mesmo período por cerca de 7 das quinze embarcações que pescaram o jaraqui (3123,125 Kg em média no mesmo período). A jatuarana foi desembarcada por 2 das mesmas embarcações (550 kg em média).

⁷⁵ Na cheia, segundo informações de um freguês do Frigorífico Frigopesca (Ent.: 28/11/04), e de um dos assessores que trabalham com o proprietário (Ent.: 14/12/04), com a escassez crescente do pescado, a fábrica vai deixando de “subsidiar” (sic) as pescarias e até para de comercializar – de acordo com o assessor, seria prejuízo manter a fábrica funcionando com o pouco peixe que dá para vender nesta época do ano.

Em meio a todo este contexto, as representações dos pescadores refletem as estruturas nas quais eles vivem, editando a dialética proposta por Bourdieu (1994) entre as estruturas sociais e as estruturas mentais dos indivíduos. A atitude dos pescadores em meio a todos os problemas dos quais são vítimas é a de revolta, elegendo inimigos comuns para responder a indagação de porque eles se encontram nessa situação (já que o patrão, na cabeça deles, não é seu inimigo; ele assegura a pescaria, embora os pescadores tenham clareza da situação de subordinação em que vivem).

Talvez é assim que o *Mamirauá* e o *IBAMA*, como entes que influenciam decisivamente a vida destes pescadores quando por este último são apreendidos seus objetos e peixes por que eles estavam na reserva ou quando pescam espécies ou peixes em tamanhos proibidos, na cabeça deles se tornam os vilões temidos.

Do mesmo modo, o presidente da colônia, quando se aproxima destes entes, pode, na cabeça deles, estar se tornando um traidor, porque não está se comportando como deveria. No dizer dos pescadores, ele estaria querendo “resolver o dele”, ainda que suas intenções possam ser as melhores possíveis. Assim é que um destes pescadores se refere ao presidente de sua entidade: “Antes até que eu ia com ele, mas agora eu já tô percebendo que as coisas tão muito diferentes” (*Freguês de Patrão: 26/11/04*).

Para problematizar a questão, gostaria de comentar que alguns antropólogos, como o que será citado adiante, propõem que exista na noção de parceria uma espécie de instrumentalização dos setores que poderiam se constituir em movimentos sociais mobilizados. Elas seriam um meio de manter apenas uma

aparência de que está havendo uma participação dos setores populares, pressupondo uma persistência de dominação do Estado sobre estes setores⁷⁶:

Antes de mais nada, importa fazer uma distinção elementar. Há um conjunto de termos e expressões, designativos das políticas oficiais de intervenção, que devem ser repensados criticamente, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação. Expressões como “participação comunitária”, “comunidade solidária”, “gestão participativa”, “ação solidária” e “parceria” podem ser encontradas com pré-requisitos tanto nas iniciativas de planejamento governamentais, quanto naquelas das agências multilaterais. De igual modo que “pobreza”, “exclusão social” e “população carente”, elas compõem um léxico próprio imposto pelos aparatos de poder para explicitar o que classificam como “desenvolvimento local” e “desenvolvimento auto-sustentável”. A imprescindibilidade de forma de atuação, classificada pelos administradores oficiais como “gestão democrática”, não se dissocia do nome que recebem os programas, projetos e planos. Todos eles são apresentados sob a égide do que denominam de “comunidade” e de “solidariedade” (ALMEIDA: 2002, p. 6).

Mais adiante, o autor procura argumentar que, por trás destes termos e expressões existe uma exigência de inscrição em associações formais, registradas em cartório e reguladas por estatutos e regimentos. Segundo o autor, isto contrasta com as organizações sociais, que estariam pautadas em organizações informais e com mecanismos de representação apoiados em mobilizações políticas:

A exigência de associações formais, registradas em cartório e reguladas por estatutos e regimentos, contrasta com organizações informais e com mecanismos de representação apoiados em mobilizações políticas ou ditados por fatores mais permanentes (étnicos, de parentesco e de ancianidade da ocupação) ou contingenciais (situacionalidade de conflitos sociais localizados) (ALMEIDA: op. cit, p. 6).

Se os grupos não se mobilizam em identidades políticas, eles podem passar então a camuflar sua insatisfação por intermédio de uma resistência que não

⁷⁶ Em oposição ao “espanque os pobres” de Benjamin, a parceria seria uma estratégia de conciliação que impede a mobilização porque faz os setores populares pensarem que estão sendo contemplados.

parte para o confronto direto⁷⁷. Trata-se de um modo de resistência mais silenciosa, tendente a ser invisível: a “invasão” de um lago, por exemplo, na época da cheia, de canoa, pra não despertar tumulto. A aceitação subserviente às regras, mas a inadequação a estas mesmas regras por intermédio de ações contraditórias que, muitas vezes, podem levar os planejadores a pensar que estes setores têm uma tendência quase natural à dificuldade em cumprir com normas.

Não se trata de uma crítica gratuita aos trabalhos dos técnicos e representantes da Colônia, que procuram realizar os acordos da melhor forma possível. É apenas uma forma de dar uma indicação do que poderia ser uma explicação para atitudes que possam parecer estranhas no início do processo.

Existem opiniões que se colocam em sentido contrário a esse tipo de raciocínio, que enfatizam que os acordos seriam formas de fortalecimento das associações, com efetivo grau de condução à cidadania dos agentes sociais envolvidos:

No entanto, ainda pode ser considerado muito cedo para que as mudanças tenham seus impactos no ecossistema ou nos estoques. A curto prazo, o impacto positivo mais importante e mais evidente deste modelo participativo da gestão dos recursos pesqueiros é o fortalecimento das instituições locais, permitindo o exercício da cidadania para resolver os seus problemas cotidianos, que afetam os ecossistemas e as atividades econômicas. Com isto, combate-se a visão paternalista do Estado, que tudo dá e tudo toma, que não permite a intervenção dos usuários dos recursos, que sofre as consequências de todos os erros de gestão na própria pele (ISAAC e CERDEIRA: 2004, p. 44).

Pode ser que as duas opiniões estejam certas e que, a curto prazo, a resistência exista e, a longo prazo, o fortalecimento das associações conduza a uma

⁷⁷ O trabalho de Reis (2003) aponta este tipo de situação no que diz respeito às reações à implantação do manejo participativo com os *comunitários*. O de Esterci (2005b) também se refere a isso no que diz respeito às invasões dos pescadores aos lagos do Icé e de Mamirauá.

adequação maior e até boas perspectivas de melhorias das condições de vida das pessoas envolvidas.

Por outro lado, não se pode pensar que os setores populares não sabem conduzir o processo sozinhos. Há experiências de setores que, marginalizados e relegados a uma situação de fragilidade econômica, transformaram estes problemas em bandeira de mobilização, inclusive incorporando a dimensão ambiental (os casos dos seringueiros e das quebradeiras de côco são já ícones bem conhecidos e amplamente citados). É como comenta Alfredo Wagner Almeida (1995, p. 13-14):

A observação de processos reais e realidades localizadas conduz, entretanto, as interpretação para um sentido inverso deste dos burocratas planejadores, posto que nesta referida conjuntura registra-se o advento das denominadas **quebradeiras de coco babaçu**, através da afirmação de um existência coletiva, enquanto “unidades de mobilização”. Ao contrário das formulações de inspiração neo-liberal a crescente debilidade econômica dos trabalhadores agroextrativistas não se traduz numa fragilidade política. As mobilizações camponesas nas áreas de ocorrência de babaçuais revelam uma trajetória ascensional, em termos político-organizativos, no final da década de 80 e no início de 1990, colidindo, inclusive, com as iniciativas de mercado aberto.

Trata-se de movimentos sociais pautados em reivindicações específicas em função de direitos coletivos de acesso à terra e ao território (entendido enquanto elemento tanto de reprodução material quanto cultural⁷⁸), nos moldes dos novos movimentos sociais (HOBBSAWM: 1995) surgidos a partir da década de 1980, quando os movimentos abandonaram a perspectiva de uma mudança radical na

⁷⁸ Um trabalho que enfoque a territorialidade dos pescadores, levando em consideração os aspectos culturais presentes no ato de pescar, me parece uma boa opção de desenvolvimento de tese de doutorado. No caso dos pescadores com os quais trabalhei no campo, alguns deles, sobretudo os que migraram para a zona urbana de Tefé, possuem uma relação com a natureza baseada em tabus e em regras. Existem lugares que são existência de figuras míticas como a cobra grande (uma ilha no rio Solimões, conhecida como Ilha do Içé, possui uma abertura na mata que, segundo os pescadores, não existia antes. Foi por esta abertura que a cobra grande passou, saindo do fundo do lago onde dormia para entrar no Solimões). Há também as proibições de tomar banho nos lagos, por medo de despertar as cobras grandes dos fundos. Este tipo de representação pressupõe uma relação de respeito com a natureza, pois, não podendo entrar para não mexer com os seres que estão no fundo, eles não vão destacar estes mesmos fundos de lago para fazer arrasto, podem mexer com a cobra grande, por exemplo.

sociedade e empreenderam mobilizações no sentido de trazer mudanças localizadas, direitos coletivos em função de grupos.

Além disso, é preciso estabelecer uma distinção fundamental, “colônia de pescadores” não é o mesmo que “pescadores”. A primeira, embora eu tenda a perceber que está possuindo um poder de mobilização maior depois do projeto que possibilitou os acordos, não tem conseguido ainda representar os interesses de todos os associados.

Existe uma diferenciação interna dentro da Colônia, com grupos que se opõem e se sentem diferentes de outros, geralmente relacionada a técnicas, a um maior capital para investir na profissão, ou, o que é mais interessante, à estratégia utilizada para fazer frente às dificuldades próprias da pesca. A organização institucional da Colônia se sobrepõe a essa organização informal, a estas diferenciações, mesmo que seus diretores tenham consciência de que a diferenciação existe.

3.3 Pescadores e pescadores: as fronteiras entre grupos de associados

No que diz respeito à relação da Colônia de Pescadores com o Prefeito Hélio Bessa, o Presidente da entidade (Ent. 09/11/04) lançou uma série de críticas, dizendo que este último teria estado do lado somente do que ele, Presidente, chama de *atravessador*. Isso teria facilitado que eles “tomassem de conta do mercado”. Com isso também os pescadores teriam ficado sem “voz ativa”. Teceu considerações a respeito dos vendedores e compradores como “paus mandados do Prefeito”. Então afirmou que, na nova administração, seria realizada uma reunião para ver se esta situação melhora. De acordo com o Presidente da Colônia,

Ou o Prefeito deixa metade do mercado para os pescadores trabalharem e a outra metade para **eles**, ou então vai retirar **eles** da área. Na embarcação **eles** dão o preço que **eles** querem. Graças a Deus tem esse pessoal comprando aqui. Se não tivesse. Aí é que nós estaríamos humilhados mesmo, não tinha para quem vender; tinha que dar o peixe pra **eles**. Em primeiro lugar, o mercado é pequeno; em segundo, existe uma grande demanda de pescadores, e a produção é grande (Ent. Juquinha: 09/11/04).

O desabafo do Presidente (que me parece muito mais o do *redeiro* e do *pescador*) aponta, pela insistência em um sentimento que possui um sentido intrínseco (expresso pela categoria “eles”), para outra faceta a constituir um problema a mais na vida do pescador do Médio Solimões. E, talvez, este problema, a Colônia, estruturada do modo como está atualmente, não tenha condições de resolver e, quem sabe, até mesmo minimizar. Trata-se da distinção que é estabelecida por alguns pescadores com relação aos compradores e vendedores de pescado, os quais atuam no Entrepasto de Pescado Antonio Castro (Barroso), conhecido como *balsa*.

A referência a um nós é, portanto, uma referência que possui razões para aquele que a enuncia. Pode dizer respeito ao sentimento de pertencer a uma *comunidade*⁷⁹ presente na mentalidade dos agentes sociais sem que eles precisem formular racionalmente as bases da diferenciação, ou pode demonstrar uma situação de conflito.

Trata-se de representações sociais fundadas sobre as bases estruturais dos grupos. Referem-se, nos termos de Lévi-Strauss (1975), aos *sistemas terminológicos*. A tais sistemas corresponde um *sistema de atitudes* específico. Ou seja, o grupo age em relação aos seres e às pessoas de acordo com a terminologia

⁷⁹ Segundo a formulação proposta por Gusfield (1975) para *community*.

que ele adota para a eles se referir. Assim, a um *ente* que um grupo social chama de *totem*, por exemplo, corresponde uma série de atitudes e obrigações⁸⁰.

Com relação aos critérios de classificação como algo coletivo, Foucault (2002, p. XV-XVI) nos diz que, quando instauramos uma classificação, o solo dado é aquele do grupo social que dispôs os objetos e os seres segundo uma ordem que lhes é coerente:

Quando instauramos uma classificação refletida, (...), qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que 'tábua', segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirirmos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa – que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento a priori e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? (...) Um 'sistema' dos elementos – uma definição dos segmentos sobre, os quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças, os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afetados, o limiar, enfim, acima do qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitude – é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem.

Ou seja, a ordem é instituída segundo critérios previamente estabelecidos pela comunidade humana que dispõe, segundo sua própria concepção, os objetos. A ordem é assim produto de representações. Logo, o sistema de representações estaria ligado também a um sistema de significação específico à comunidade humana que o produziu, tem haver com a ordem do simbólico, do significado que determinados objetos ou seres possuem para os grupos sociais, e somente para estes não havendo significação para outros grupos. Sob a situação de existência de inúmeros grupos sociais no mundo, a quantidade de ordens existentes também é diversa, e os seres e os objetos são dispostos sob pontos de vista distintos, de tal modo que não se pode estabelecer um solo comum:

⁸⁰ Bourdieu (1994;1996; 2002) vai formular esta questão de modo diferenciado ao dizer que as representações sociais contribuem para modificar a estrutura social, na qualidade de estruturas estruturantes.

Esse texto de Borges fez-me rir durante muito tempo, não sem um mal-estar evidente e difícil de vencer. Talvez porque no seu rastro nascia a suspeita de que há desordem pior que aquela do incongruente e da aproximação do que não convém; seria a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito; e importa entender esta palavra no sentido mais próximo de sua etimologia: as coisas são aí 'deitadas', 'colocadas', 'dispostas' em lugares a tal ponto diferentes que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar comum. (FOUCAULT: op. cit., p. XII-XIII).

3.3.1 Pescadores e os compradores e vendedores

Assim, os pescadores que pescam⁸¹ se sentem, de modo muito particular, em oposição aos pescadores que, na sua concepção, não pescam mais ou pescam, mas também compram e vendem, caso dos que por eles são chamados de *atravessadores* ou *marreteiros*. A conotação dada pelo pescador à palavra *atravessador* ou *marreteiro* diz respeito às *atitudes* dos pescadores referentes ao que a figura deste agente desperta.

Existe um sentimento dos pescadores, relacionado ao fato de que eles, em contraposição aos chamados *atravessadores*, somente pescam e vendem a intermediários, não vendendo no mercado por conta de algumas questões que logo serão discutidas. Em uma entrevista com um *freguês de patrão*, em outubro de 2004, ele me afirmou que a maioria dos pescadores prefere não ter *patrão*, porque assim eles podem vender para quem quiser, mas, no caso da venda para os *marreteiros*, o pescador não se sente à vontade porque eles se combinam. Para outro pescador, desta vez um *canoeiro*, a combinação realizada pelos *marreteiros* ou *atravessadores* se dá no sentido deles praticarem um único preço, inviabilizando

⁸¹ É uma redundância irônica, mas é necessária no contexto da associação realizada pelas colônias a qual congrega diferentes especializações de agentes envolvidos com a pesca.

quaisquer tentativas aos pescadores de procurar um preço mais favorável. Nestas condições, a melhor alternativa é vender ao *patrão*.

No dia 29 de outubro, conversei com mais dois pescadores, ambos *canoeiros*, próximo ao mercado do Abial. Um deles me deu as seguintes informações a respeito do funcionamento da balsa e do Mercado Municipal de Tefé:

Tem um lado que é só *marreteiro*, e tem outro que é para os pescadores. Para vender no mercado, tem que pagar o *manifesto do mercado*, que depende do valor da *caixada*. Sempre dá, mais ou menos, três reais para a colônia e três reais para a Prefeitura. Dois rapazes recebem lá: um da colônia, outro da Prefeitura. O mercado do Abial só paga para a Prefeitura. O pessoal do Abial prefere, mesmo tendo peixe no bairro, ir comprar no mercado que fica na feira, na sede do município (Ent. *Canoeiro*: 29/10/04)

Em uma ocasião em que, *encostei perto do motor*⁸² de um *freguês de patrão*. Na conversa que tivemos, ele reclamava que não pode mais vender no mercado, nem ficar perto de alguém que esteja vendendo. Ele me disse:

No mercado só tem quatro vagas pra pescadores. E ainda tem que pagar o aluguel da balança pra pesar os peixes. A gente costumava botar um cara pra vender pra gente. Uma vez, botei cinquenta e dois quilos de tucunaré em terra. Vendi por dois e cinquenta no mercado. O sujeito me entregou de volta só trinta e cinco reais. Se eu recebesse pelo total que vendeu, seria, no mínimo, uns cento e trinta reais. O administrador do Mercado disse que era lei os pescadores não poderem ficar perto de quem tá recebendo. Assim o pescador é enganado. O atravessador é tão diferente do pescador que o atravessador vende grama por grama. O pescador vende com jeito para o consumidor. O atravessador só quer pagar trinta reais numa *caçapada*⁸³ de tucunaré. Uma *caçapada* dá mais ou menos trinta e cinco quilos. Eu não gosto de vender para eles. Eles querem pagar só um real por quilo do peixe.

⁸² Esta categoria, encostar perto do motor, refere-se a alguém que chega para conversar ou fazer outra coisa na embarcação dos pescadores. Os fiscais do IBAMA, por exemplo, *encostam no motor* dos pescadores, segundo a representação deles, para, caso encontrem justificativa, aplicar multas e fazer apreensões. Geralmente eles, pescadores, emitem representações do tipo: “Essa semana os *homens* encostaram perto do meu *motor*, mas não acharam nada.”

⁸³ *Caçapadas* são grades de plástico onde são colocados os peixes para serem negociados com os, em termos dos pescadores, *atravessadores*. A capacidade da *caçapada* dá em média a pesagem que o pescador mencionou na entrevista. Depois de negociados, os peixes são transpostos da *caçapada* para a *caixada*, para serem carregados pelos transportadores que, ao preço de R\$ 4,00, levam o pescado até o mercado, onde finalmente serão vendidos ao consumidor local. Por insistência dos *carregadores de caixada* junto à ASCOVEPT, ficou determinado que os peixes das *caçapadas* devem ser distribuídos em duas *caixadas*, de modo não forçar em demasia os carregadores fisicamente e assegurar-lhes melhor remuneração por suas atividades (Ent. Presidente da ASCOVEPT: 10/12/04).

Se eu fosse vender no mercado, faturava uns oitocentos reais. Vendendo como eu vendo, aí eu só vou ganhar quinhentos reais (31/10/04).

De acordo com este pescador, na *balsa*, eles pagam um pouco mais do que se paga no frigorífico. Mas, ele prefere vender lá no frigorífico, porque vende tudo de uma vez. Referências a humilhações sofridas quando da venda aos compradores e vendedores são comuns na fala dos pescadores, referentes ao fato dos ditos *atravessadores* desejarem oferecer um preço abaixo do que os pescadores desejariam receber:

Tucunaré, eles vendem a dois reais para o consumidor. O atravessador paga um real, oitenta centavos pra gente. Se o consumidor comprasse na minha mão, eu ia fazer mais barato. Antes nos fazíamos assim. Faz uns quinze anos. Tinha mercado, mas, não tinha atravessador. O carregador cobrava dois cruzeiros por carregamento. Tinha que pagar cinco por cento pro manifesto do mercado. Hoje em dia a venda na balsa, o pescador perde mais. O peixe pacu, uma caçapa dá uns trinta e cinco quilos de peixe. Três caçapadas, cento e cinco quilos. Uma caçapada é vinte reais... dá sessenta reais. No *Homem*⁸⁴, nós ganhamos cinco quilos, na balsa a gente perde. E no *Homem*, é sessenta centavos o quilo. Se, no mercado, nós, pelo menos pudéssemos ficar recebendo o dinheiro... O cara somente pesaria pra nós, que pagaríamos dez por cento do apurado. Eu queria formar uma associação. Eu sou um sofredor. Os atravessadores são combinados (*freguês de patrão*: 31/11/04).

A este respeito, em um trabalho realizado sobre a pesca no Baixo Amazonas, Lourdes Furtado (1993, p. 407) explica as razões porque se dá este conflito ou não identificação entre os pescadores e os, por eles chamados, de *atravessadores e/ou marreteiros*:

Nessa área os conflitos se manifestam por altercações entre pescadores e marreteiros por dois motivos: primeiro, pelo aviltamento dos preços que sofre o pescado na origem. O marreteiro sempre impõe seu preço ao pescador, seja quando o peixe é comprado no sangue e/ou no sal. Os pescadores atribuem um preço X, no qual, nem sempre, estão embutidos os custos da longa jornada de trabalho e das vicissitudes por que passam nessa jornada (possíveis perdas de materiais de pesca). Tal preço é rechaçado pelo do marreteiro que, visando ao lucro, alega que, via de regra,

⁸⁴ Para não usar o nome deste *patrão*, utilizarei a categoria *homem*.

paga na hora e evita que o pescador fique perdendo tempo com a venda na banca, após tantas horas de trabalho, ou procurando para quem vender se na banca não consegue ultimar suas vendas; alega também que tem despesas com gelo e para isso tem que comprar por um preço mais baixo do que o sugerido pelo pescador, a fim de poder pagar o gelo e ter seu lucro (FURTADO: 1993, p. 407).

3.3.2 Compradores e vendedores

Existe aí uma fronteira que elege como elemento de diferenciação o fato de ir aos lagos pescar ou comprar o peixe dos que pescam, muito embora, de acordo com o Secretário da Associação de Compradores e Vendedores de Pescado de Tefé – Ascovept – (Ent. 10/12/04)⁸⁵ não exista, para estes últimos, uma especialização rígida. Há compradores que pescam em determinados momentos e vendem em outros. Há vendedores que fazem sociedade com parentes pescadores, vendendo parte da produção a frigoríficos locais, parte da produção ao mercado. Logo, de acordo com o depoimento mencionado, trata-se de uma complexa cadeia de intermediários, na qual não se pode estabelecer com rigor quem de fato somente pesca, quem somente compra, quem somente vende. Todos, ao que parece, fazem simultaneamente cada uma destas atividades. Todos, na prática, venderiam, mas não existe espaço no mercado para todos venderem. Por conta disso, existe uma classificação entre dois tipos, pelos quais se entendem os compradores e os vendedores:

Tem uma parte que vende lá no Mercado e outra que compra aqui na beira. Aqui compra, aí, dão pra vender lá no Mercado pra eles. É porque o mercado não dá pra todo mundo vender. É muito pequenininho. São cento e oitenta e oito, parece, associados. E não tem condição de todo mundo vender. E não é só comprador e vendedor. Tem *carregador* também que é sócio. Se eu não me engano, parece que tem uns quatro pescadores aqui,

⁸⁵ A ASCOVEPT possui a mesma estrutura organizacional que Colônia. Possui Presidente, Vice-Presidente, Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Presidente do Conselho Fiscal, Secretário do Conselho Fiscal (Ent. Secretário da ASCOVEPT: 10/12/04).

que quiseram se associar aqui. Tem uma média de sessenta e dois vendedores (Secretário da ASCOVEPT: 10/12/04).

O Secretário da ASCOVEP (Ent.: 10/11/04) afirmou que o mercado é pequeno, não existe espaço para todos venderem e que não são todos os 62 vendedores a vender de uma vez no Mercado. Eles criam um mecanismo de sorteio para se adequar às poucas vagas disponíveis no mercado⁸⁶. De acordo com ele, existem quatro vagas para pescadores. Eles aguardam para ver se são ocupadas para, se não, ocupá-las.

A respeito dos preços praticados, um *atravessador* afirma que os preços praticados no Mercado municipal estão tabelados há mais de cinco anos sem reajuste:

O preço dos peixes é tabelado pra o ano todo. Faz anos que a tabela saiu e não aumentou. É o Prefeito quem faz a tabela. Pra você ter uma idéia quando a tabela saiu o tucunaré, a aruanã, foi tudo tabelado a dois reais. Nessa época a combustão era seis reais, os vinte litros de diesel; o náilon pra se fazer ou remendar uma malhadeira era oitenta centavos; o açúcar custava quarenta centavos. Hoje, o tucunaré, a aruanã, o curimatá custa dois reais ainda, mas os vinte litros de diesel tão custando trinta e quatro reais, o náilon custa seis, o quilo de açúcar tá um real. Né que não aumentou? Agora esse ano que parece que a matrinchã passou pra dois e cinquenta, a pirapitinga pra dois e cinquenta. Agora me diga se tem condição de pescar. E nós, de pagar dois reais pra município de manifesto por caixada. É pro município que paga pra vender em terra. Se esse dinheiro entrasse pra cá, essa balsa tava um brinco (Vendedor: 09/12/04).

A estratégia de abandonar a profissão de pescador e se dedicar à compra e à venda do pescado me foi apontada por este vendedor como algo que muitos pescadores fizeram, afirmando ainda que “dá pra contar nos dedos” quem, dentre eles não havia sido pescador:

Todos aqui pescavam, 20 anos, 30 anos, 10 anos de pesca. O mais novo, é filho de pescador. Tem gente no mercado com vinte anos que tem trinta de

⁸⁶ Ele falou em 20 vagas disponíveis.

pesca (risos). Quem não veio da pesca dá pra contar nos dedos. São só dois: Zé Ribamar e o Ricardo. É só um, porque o Zé Ribamar já pescou (Vendedor: 09/12/04)

Um outro vendedor, assim definiu como se distribuem os compradores e vendedores na *balsa* e no Mercado municipal:

Tem uns vendedores, que vendem ali no mercado e tem os compradores, que compram aqui na beira. E estes que compram aqui na beira repassam pra gente vender lá no mercado. E eu sou um desses que vendem pra eles lá no mercado. Eles compram aqui e eu vendo no mercado. E aí quando o meu barco, esse barquinho chega eu vendo lá no mercado. Eu pego daqui e vendo direto lá no mercado. Mas, eu tenho meus documentos como pescador profissional. Pesquei muitos anos, um irmão meu morreu, me deixou muito abalado, aí, parei. Ele morreu em 98, eu parei em 99. Este barco aqui é meu, mas meu irmão é quem pesca (10/11/04).

No entanto, no prosseguimento da entrevista, ele passa a apontar outras razões para o fato de ter deixado de pescar, como a escassez do pescado e a proibição dos lagos, que fazem o pescador ir a lugares cada vez mais longe para pescar.

Com relação à necessidade de venda do peixe todo de uma vez e não ficar vendendo no mercado aos poucos, pescadores alegam que foi por este motivo que começou a aparecer os *atravessadores*, por intermédio da parceria que eles foram estabelecendo com parentes para a venda do pescado, em razão das dificuldades próprias da pesca e do cansaço que tinham (*Canoeiro*: 03/12/04; tesoureira da Colpesca Z-4: 03/11/04).

No entanto, para alguns pescadores, a parceria se transformou em uma relação econômica de compra e venda e são estes que emitem o depoimento sobre a presença destes *atravessadores* como algo negativo, por conta do preço considerado baixo com que compram e o preço considerado alto com que vendem:

É, tá com uma porção de tempo. Hum e cinqüenta a sulamba pro consumidor. Agora, pro pescador, quando ela sai de hum real, ela sai bem... ela tá sendo bem vendida. Sabe, pro pescador, é como eu tinha... eu lhe falei aquela frase ontem: pescador lá não tem vez nada. Então, pro pescador botar o peixe lá pra vender por hum e cinqüenta, ou de hum e vinte, ou de hum e trinta pro consumidor, precisa que saísse aquela praga todinha de lá, aquela turma. Enquanto não sair, o pescador nunca vai vender ali. Aí, quer dizer, quando o cara vende de hum real tá bem vendido. E, como eu e outros, aí, nós vamos vender de setenta (**centavos**) mesmo. Melhor do que nós irmos vender pra aqueles miseráveis lá, de setenta, de oitenta, pra eles vender de hum e cinqüenta pro consumidor. Esse tantinho aqui, tira logo, pelo menos, aqui no frigorífico, né, o cara paga de uma vez. Não fica vendendo uma caçapa pra um e outra pra outro. Por exemplo, tá certo que nenhum daqueles comprem, eles comprem na base de duzentos quilos. Aí quando o menino... pra comprarem uma... setecentos quilos, oitocentos quilos. Vez tem que... tem seis, tem que vender pra todos seis. Então, aí, eu prefiro vender logo assim como eu te disse. Pra tudo eu tenho a nota, mas olhe aqui, porque, todo ano... não tem outra coisa, meu amigo (*Redeiro: 29/10/04*).

Na Colpesca Z-4, os compradores e vendedores estão registrados⁸⁷, os quais também precisam pagar mensalidades e o chamado *manifesto do mercado*. Mas, este é um tratamento generalizante. Porque, neste cadastro não existe a categoria vendedor ou comprador, por exemplo. E a Colônia tem que lidar, de alguma forma, com as diferentes especializações de pessoas ocupadas com as atividades de pesca.

3.3.3 Canoeiros, fregueses de patrão, redeiros, compradores, vendedores...

Existem, em primeiro lugar, os que pescam utilizando-se de uma combinação de instrumentos artesanais⁸⁸ e malhadeiras de náilon, apreendendo quantidades de peixes razoavelmente pequenas, no máximo até cerca de 4 toneladas. Esta categoria se subdivide em *canoeiros*, que pescam menos do que uma tonelada e *fregueses de patrão*, que pescam de uma até mais toneladas

⁸⁷ Embora se associem à entidade própria, a ASCOVEPT.

⁸⁸ Zagaia; ástea e arpoadeira; instrumentos de linha, como linha grande, espinhel e curumin, bem como malhadeiras fabricadas artesanalmente.

(dependendo do barco que o patrão dispõe ou vende), vendendo o resultado do *fábrica* aos flutuantes de comerciantes, frigoríficos e colombianos.

Além dos *pescadores artesanais*, temos os compradores e vendedores de pescado, chamados pelos pescadores de *marreteiros* ou *atravessadores*. Por fim, temos os *redeiros* com seus parceiros de pesca, com barcos de capacidade superior de oito a 10 toneladas, em melhor condição financeiramente, se comparados aos outros pescadores artesanais.

É importante entender cada uma destas diferenciações, sobretudo, porque estas categorias relacionam-se mutuamente, possuindo lugares que lhes seriam específicos e relacionando-se com a atividade de pesca de forma distinta. Esta distinção não pode, porém, ser admitida com rigidez, haja vista que há determinados momentos em que todos estes agentes estabelecem uma identidade comum, sobretudo, no que diz respeito ao sentimento de escassez de pescado e de locais para pescar. Além disso, como já foi esboçado acima, estas especializações parecem não se dar de forma rígida (havendo pescadores que podem ser incluídos em mais de um tipo), estando, sobretudo os vendedores, utilizando-se da pesca ou da revenda conforme as circunstâncias, vendendo no mercado e/ou nos frigoríficos também conforme a oferta de peixes.

Mas, podemos estabelecer, desde já, algumas características que os diferenciam. *Canoeiros* se ressentem de *redeiros* porque estes pescam no lago Tefé com a rede de cerco; estes últimos dizem que os *canoeiros* e outros barqueiros querem botar a *malhadeira* na frente dos pontos de *lance*; todos estes e os *fregueses de patrão* falam mal dos *compradores e vendedores*.

O Entrepasto de Pescado Antonio Castro (Barroso), e o mercado, por exemplo, poderíamos dizer que são locais privilegiados dos vendedores e

compradores de pescado. Este mesmo entreposto, que em termos locais é a *balsa*, é o ponto de recepção do pescado para levá-lo ao mercado. É, portanto, *locus* privilegiado também das negociações e comercialização de peixe entre pescadores e compradores. As relações entre estas duas categorias são, um tanto quanto, tensas, por conta da necessidade de cada uma delas em conseguir uma melhor vantagem, como já foi descrito acima. Estas duas categorias se complexificam, engendrando as figuras dos parceiros de pescadores, que ficam na *balsa* esperando a produção, verificando os preços praticados para evitar constrangimento ao pescador no instante em que ele vai vender o seu peixe ao *comprador*⁸⁹. Este último passa ou vende ao vendedor para a venda no mercado a produção para o consumidor final

Relações de parceria são estabelecidas entre compradores e vendedores, bem como entre pescadores e vendedores. O comprador negocia com o pescador e repassa ao vendedor para, no mercado, vender ao consumidor final (Ent. Secretário da ASCOVEPT: 10/11/04). Alguns vendedores também pescam ou possuem barcos nos quais um parente está pescando. As relações de parentesco são importantes meios de estabelecimento de parcerias entre pescadores e vendedores.

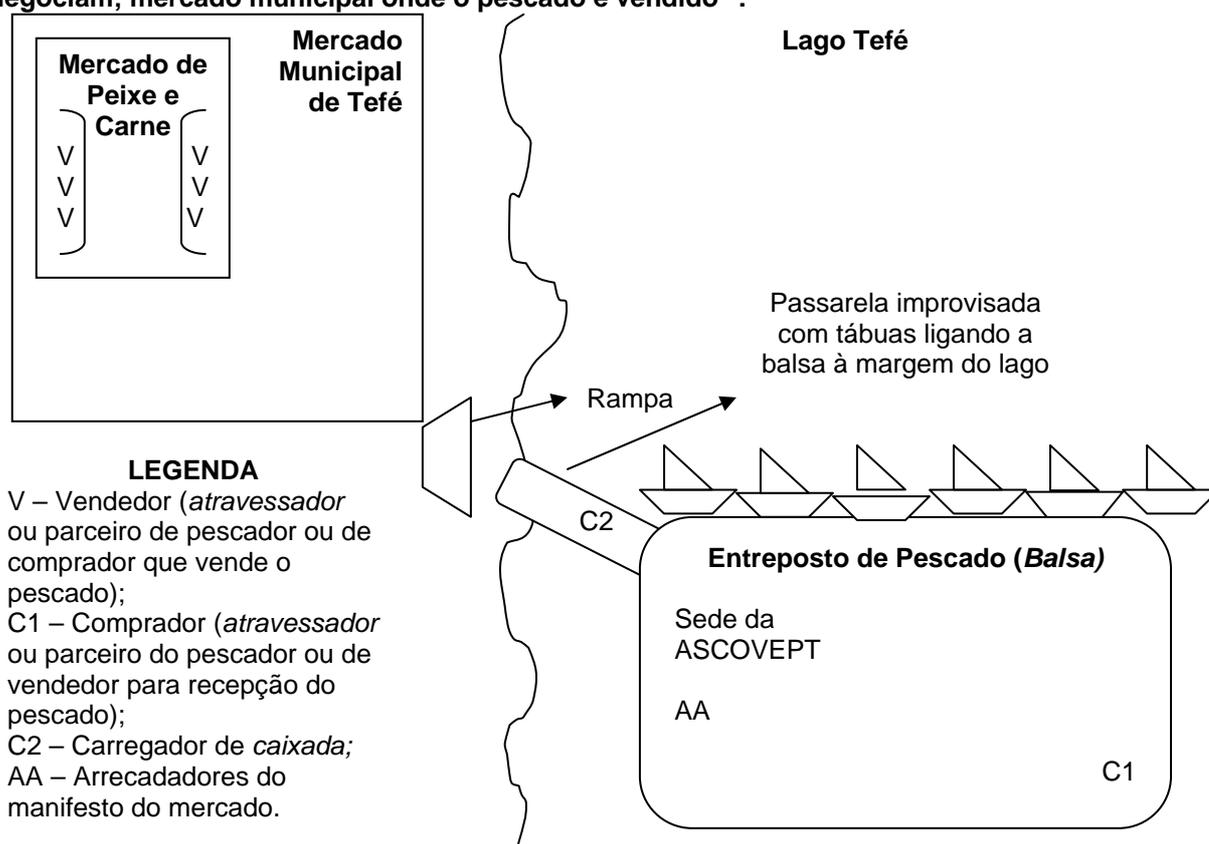
Há ainda o carregador de *caixada*, que faz o trajeto *balsa*-mercado carregando os peixes para a venda dos ditos *atravessadores*. O seu serviço custa em média R\$ 4,00.

Existem pescadores que estão associados a vendedores para vender no mercado ou, não se associando, vendem para os compradores que, ou vendem eles próprios no mercado, ou se associam com os vendedores. Além destes, existem os que vendem exclusivamente ao *patrão*.

⁸⁹ Para saber que preços estão sendo praticados, de modo que o pescador não venda mais barato do que os outros.

A figura a seguir procura dar uma idéia aproximada de como está organizada a comercialização do pescado ao consumidor, desde a recepção do pescado na *balsa* até a venda no mercado municipal:

Figura 01: Esquema da comercialização do pescado - *balsa* onde pescadores e *atravessadores* negociam; mercado municipal onde o pescado é vendido⁹⁰:



Vendedores inseridos no mercado para vender, que possuem barcos, geralmente combinam a venda no mercado pelo sistema de parceria que foi descrito acima com a venda da produção realizada no barco por algum parente em frigoríficos, sendo o mais citado o Frigopesca, o maior frigorífico da cidade, de propriedade de um ex-prefeito municipal:

⁹⁰ O esquema não foi idealizado para retratar fielmente os espaços físicos e a estrutura tanto da *balsa* quanto do mercado. Trata-se de uma proposta de representação gráfica de uma organização social.

A gente vende aqui, mas é pouco, a maioria a gente vende lá no *Homem*, porque ele trabalha com ele, né. Ele tava procurando peixe, a gente vende mais é lá pra ele, mas a gente tem aqui no mercado. Inclusive tem até um peixe aqui que eu tô esperando ele vir pra mim vender agora de tarde. Ele ainda não chegou. Às vezes é melhor, a gente ganha mais lá do que aqui no Mercado. Aqui os compradores já querem comprar que a gente não tem condição mais de ganhar quase nada. Eles pagam muito barato. Querem pagar uma caixada de peixe de setenta reais, trinta reais. E não dá nada. A gente leva um motor desses aí, bem ali é quinhentos, seiscentos reais. Já o preço que vem aqui, às vezes é vinte caixada. Vender barato a gente adquire menos coisa (Vendedor: 10/11/04).

Perguntado se ele não era também um comprador, se não tinha relações de parceria com eles, ele respondeu: “Não, eu não sou comprador, eu sou é vendedor. Quando chega um barco desse aqui, ele compra duas caixadas, três caixadas, eu subo pra vender. Aí, quando termina, eu venho acertar com ele” (10/11/04). Embora haja a parceria, são os problemas relacionados à atividade de pesca, quando o vendedor tem alguma relação com elas, que estabelece a distinção.

Mais uma vez esta questão do conflito e não identificação com os compradores se manifesta. O próprio vendedor do mercado que, junto com os compradores, são generalizados pelos pescadores a partir da categoria *atravessador*, apontados como um mal que impede a venda da produção diretamente ao consumidor, aponta para o fato de que a relação que se dá entre comprador e pescador é desvantajosa para o segundo. Para escoar a produção, surge como alternativa, a venda ao frigorífico ou aos flutuantes, único mecanismo encontrado como alternativa aos compradores:

Um caixa de peixe nós vendemos por oitenta reais pro *atravessador* vender por quilo. O peixe fica barato. Às vezes, dá vantagem vender no frigorífico. Eles já estão acostumados. Se pedir emprestado para alguém tem que vender para esse. O *atravessador* que empresta um dinheirinho quer o pagamento em peixe. Tem *atravessador* do Abial que também pesca. Tem tempos que pescam, tem tempos que não, que compram, de acordo com o que tiver dando mais dinheiro na ocasião. Os da *balsa* compram dez, quinze *caixadas* para estocar no frigorífico. A caixa é de acordo com o peixe: setenta, sessenta e cinco a de curimatá. O *atravessador* não quer dar mais

do que oitenta reais pela *caixada* que vende por quilo. Eles dizem que é porque pagam o manifesto e o rapaz que carrega. O *atravessador* não ganha é menos do que cento e cinquenta numa *caixada* de peixe. A gente enche a caixa até na boca pro *atravessador*. Eles são filiados à colônia e tem uma associação deles na *balsa*. Eles têm a colônia e a associação (*Canoeiro: 29/10/04*).

Um vendedor, em ocasião de uma visita à balsa me informou que pouco do que é capturado nos rios e lagos pelos pescadores de Tefé é vendido no mercado: “bem poucos vendem aqui. A maioria vende lá no *Homem*, nos flutuantes. Por aí tem até comprador de bucho de peixe, o grude, né, como chama, é um japonês que compra o bucho. Uns quinze reais por quilo (09/12/04)”.

Ao que parece, todos estes tipos são estratégias assumidas por cada um destes grupos de pescadores para permanecer na atividade e garantir a reprodução material. Assim é que um vendedor de pescado que deixou de pescar, mas manteve o motor para que seu irmão pescasse, por sua vez, me presta o seguinte depoimento:

O negócio do peixe não tá muito bom pro pescador, não. Tá ruim, não é porque o peixe tá pouco. A gente tá dando Graças a Deus porque tá menor a produção. Não tá mais como antigamente, que sobrava era muito. Tá ruim, é porque assim: é muita dificuldade pra pegar. A gente não pode mais trabalhar como pescador. Difícil trabalhar por causa desse negócio de tanta proibição. Tu sai daqui sem ter rumo. Não sabe pra onde que tu vai pescar. Às vezes você vai pra aí pra conseguir um peixe, ainda vai na comunidade, lá eles querem vender é aquele preço que não tem condição. A dificuldade é essa. Esse pessoal aqui, ó, é porque eles pegam também um bocado desse pessoal de comunidade que traz. O peixe que tá vindo, esse curimatá, é agora lá do... por aí de baixo, lá perto de Coari. Não sei como é o nome do lugar. Aí pelo Japurá. Meu irmão foi pescar aí na entrada do Panauã. Encontraram ele por lá, botaram ele pra correr. Porque é Reserva de Mamirauá. Rapaz, esse mundo todo onde você anda tem reserva de Mamirauá, pro lado que a gente sobe, IBAMA (*Comprador: 10/11/04*).

Dentre todos os tipos de profissionais envolvidos com a pesca, os que parecem mais fragilizados são aqueles que precisam da intermediação de um patrão para pescar (*mormente, fregueses de patrão e canoeiros*). São os mais pobres e os que mais sofrem as intempéries da profissão:

O trabalho de pesca é muito cansativo. Eu tô cheio de reumatismo. Tem muita picada de *carapanã* e de *mutuca preta*; tem um bicho na água que morde e tira pedaço; o jacaré ataca e para piorar a gente tem que se defender com o remo ou com a rede, porque se os homens toparem com a espingarda ou com a ástrea... Eu tinha um remo lá em casa com a marca da dentada do jacaré, que os meninos tavam brincando e botaram fora (freguês de *patrão*: 19/10/04).

A pior vida que tem é a do pescador. Carece de sorte para pegar um cardume. E agora ainda tem os donos do lugar. É preciso que as autoridades entendam que o *caboclos da beira* não é desobediente, ele é um cara bacana, que entende as coisas. Quando ele consegue um peixe pra comprar açúcar, uma roupinha, ainda assim não tá passando bem. A roupinha que ele compra ainda é de bazar, porque ele não pode comprar roupa nova. Não é passando bem (*canoeiro*: 27/10/04).

Eu gostava de pescar, e pescava por diversão; gostava de assar peixe na beira. O ruim é o atrapalho: pegar chuva na rabeta, sol. Na pesca, se sofre muito. Às vezes, passa a noite inteira no meio do carapananzal. O pescador não tem apoio de nada, não tem nenhum advogado (*vendedor/ex-canoeiro*: 27/10/04).

O problema é que em Tefé tem muitos pescadores. Em Tefé é como se metade das pessoas fossem pescadores. A maioria com uma caixinha de gelo e canoinha a reboque. A maioria usa canoa (*freguês de patrão*: 29/10/04).

A venda ao Frigopesca me foi apontada por uma série de pescadores como uma alternativa viável, até mesmo para *redeiros*, embora estes não estabeleçam com o primeiro um tipo de relação que faz parte da cultura e da história local e sobrevive ainda que de forma transformada. Apesar de todo processo histórico decorrido desde a década de 1960 que contribuiria para minar as bases dessa relação social, a relação de aviamento, vender ao *patrão* é melhor que vender ao comprador, porque estes últimos querem comprar a preços baixos e não subsidiam as pescarias.

3.4 Mururus do Médio Solimões: notas sobre a relação estabelecida pelos pescadores com patrões a partir de formas de clientelismo

No bairro do Abial, entre os pescadores, a maioria é de *canoeiros* e *fregueses de patrão*. Embora nele resida o principal proprietário de fábrica de gelo em Tefé, bem como proprietários de outros flutuante e fábricas, a maioria da população do bairro é de trabalhadores pobres, nesta classe incluindo-se os pescadores, muitos dos quais sem ter sequer condições adequadas de moradia. Segundo depoimentos de pescadores residentes no bairro, existem ali o que eles chamam de *atravessadores*, os quais combinam as atividades de compra e venda de peixe com a pesca, de acordo com o que der mais dinheiro. Alguns deles, segundo se diz, atuam como compradores para o citado proprietário, cujo frigorífico é a Frigopesca⁹¹.

Para chegar ao bairro é preciso, na enchente e na cheia, fazer a travessia por intermédio de *catraias*, com dois portos na sede do município e dois no bairro.

Além do Abial, em praticamente todos os outros bairros da cidade moram pescadores. A especificidade do Abial, em particular, se dá por conta de má fama que possui: é considerado o bairro dos invasores da reserva. Andando pelo bairro, é comum observar, em algumas casas, pessoas tecendo ou remendando redes. Existem algumas pequenas casas comerciais, um hospital desativado, cerca de duas danceterias, três escolas e uma espécie de creche, quadra poliesportiva construída ao lado de um campo de futebol com capim. A quadra é usada para as partidas, “peladas” e torneios promovidos pelos moradores, havendo treinadores para determinados times. A quadra, embora inacabada, foi projetada para possuir boa infraestrutura, com compartimentos em dois pisos e iluminação à noite. Havia

⁹¹ Esta apareceu como uma importante alternativa para a venda de peixe e escoamento da produção até mesmo para quem não é seu freguês.

também um posto de saúde e outro posto para atendimento dentário. Nas visitas que fiz, não os vi abertos.

O sistema de abastecimento d'água se dá por intermédio de um poço. Para o fornecimento de energia, existem cabos que passam pelo fundo do igarapé e daí ela é distribuída pelo bairro.

Conforme vimos no capítulo I, no Médio Solimões, existiu um tipo particular de relações sociais e econômicas baseadas em um trato pré-estabelecido entre patrões e fregueses para o extrativismo de recursos naturais. De acordo com Weinstein (1993), este tipo particular de relações começou a existir através da necessidade de alguns produtores diretos em escoar a produção e na pouca capitalização que possuíam para investir. Estabeleceu-se um contrato entre o produtor direto e o detentor do capital que acabou engendrando o sistema de aviamento (que consiste em um sistema de dívidas que começa no pequeno produtor direto, que deve ao *patrão*, que deve à casa aviadora local, que deve à firma importadora ou aos comerciantes estrangeiros)⁹².

De acordo com a autora, as exigências mínimas de capital da atividade coletora constituíam um grande atrativo para a “população cabocla” que vivia da caça, pesca e cultivo da mandioca. Segundo ela, a família cabocla era tipicamente pobre e havia perdido os vínculos com as comunidades tribais. Seus membros viviam por sua própria conta e suas atividades ofereciam uma reprodução material

⁹² Nas palavras de Weinstein (1993, p. 38): “Críticos do negócio da borracha assinalaram também que a síndrome do débito afligia o desprezado patrão tanto quanto os seringueiros, uma vez que ele próprio era um ‘escravo’ das casas comerciais das grandes cidades, que poderiam ameaçá-lo com a execução de sua hipoteca ou com o embargo de seu ativo se, a qualquer momento, deixasse de saldar a conta das mercadorias adiantadas a crédito. E nem mesmo a grande casa aviadora escapava incólume: freqüentemente em débito com firmas importadoras ou (quando elas mesmas eram importadoras) com comerciantes estrangeiros. Necessitando de disponibilidade de caixa, essas firmas muitas vezes se viram obrigadas a vender sua borracha aos exportadores a preço menor que o desejável. Segundo um morador da região, ‘a Amazônia é a terra do crédito. Não há capital. O seringueiro deve ao patrão, o patrão deve à casa aviadora, a casa aviadora deve ao estrangeiro, e assim por diante’.

deficiente e pouca sobra para trocar por outros bens ou para estocar. No entanto, havia vastas extensões de terras não reclamadas das quais eles podiam extrair produtos naturais para vender aos portugueses. Com a venda desses produtos, conseguiam comprar ferramentas, armas de fogo, ou gêneros alimentícios adicionais. Mas, mesmo aí, esses coletores tinham dificuldades:

Contudo, as recompensas da coleta tinham um preço para o humilde caboclo. Devido a sua falta de capital e de contatos externos, o coletor geralmente tinha de fazer algum tipo de acordo com um comerciante local, a fim de adquirir os bens de que necessitava. Em termos imediatos, isto significava que uma certa parte do que o coletor produzia iria acabar nas mãos de um comerciante, como pagamento pelos “serviços” que este lhe prestava, o que também deixava o caboclo vulnerável a diversas formas de fraudes e trapaças. E, a longo prazo, a posição política e socialmente inferior do caboclo tornava-o vulnerável a que o que de início fora uma associação puramente voluntária se transformasse num relacionamento coercitivo. Assim, mesmo se a intenção original do caboclo tivesse sido de participar da economia extrativa de modo casual ou intermitente, seu envolvimento acabava por se tornar permanente (WEINSTEIN: 1993, p. 27-28).

A autora argumenta que as atividades extrativas coexistiam com a agricultura:

Na medida em que o período colonial chegava ao fim, o setor extrativo estabelecia sua indiscutível preeminência na economia amazônica. Isto não que dizer que se minimize a importância da agricultura na região; por certo, a agricultura, tanto para o consumo local como para a exportação, existiu por toda a Amazônia. (...). Oficialmente, a Coroa fomentava a agricultura, mas era claramente o setor extrativo que regia a vida econômica da região (WEINSTEIN: 1993, p. 28).

Uma categoria muito freqüente na fala dos pescadores do Abial e que, de certa forma, pode estar relacionada à relação de aviação, é de *homem*. Não raro, ouvi pescadores referindo-se a si, bem como ao amazonense de um modo geral, a partir da categoria *caboclo*, e, em relação aos seus *patrões*, aos fiscais do IBAMA, aos estudantes que fazem pesquisa ou aos técnicos do Mamirauá como os *homens*. Pescadores retornando de suas pescarias comumente emitem frases do tipo: “os

homens não encostaram no meu *motor*” ou “fui vender o meu peixe pro *homem*”; “o *homem* disse que ia tirar uma televisão em Manaus pra mim”; “pai, o *homem* tava perguntando porque a gente banha dentro da canoa” (esta última emitida pelo filho de um *freguês de patrão* se referindo a mim).

Estas categorias podem estar expressando uma visão muito peculiar de si e dos outros. São categorias de entendimento que explicam e impõem uma ordem ao caos do mundo e estão relacionadas à cultura própria destes pescadores, à sua situação de marginalidade e dependência, em primeira instância, do *patrão*, que pode ou não liberar os recursos para o *fábrico*, conseguir o remédio para o filho, o emprego para a esposa, a liberação do material apreendido; em segundo lugar, do funcionário público do IBAMA, que pode aparecer a qualquer momento e apreender ou não sua produção e seus instrumentos.

Elas podem também estar se referindo àquilo que Bourdieu (2000), denomina de *unificação do mercado econômico e do mercado simbólico*, noção atinente ao fato de que existem percepções realizadas pelos indivíduos acerca deles próprios ligadas a uma situação de subordinação no mercado econômico. Assim, a situação de subordinação afeta não somente a reprodução material dos pescadores, mas também a sua percepção acerca de si e acerca dos outros. A subordinação econômica torna-se uma subordinação cultural, pelo efeito combinado da situação fragilizada na estrutura social e do simbolismo existente na relação com os dominantes.

Estes pescadores, bem como grande parcela da população local⁹³, possuem uma herança muito forte daquilo que Léna (2002, p. 9) chama de “modelo de desenvolvimento tradicional, paternalista e clientelista”, que segundo ele:

⁹³ Nos comércios locais e no Mercado Municipal tornava-se até incômoda a insistência com que os moradores da cidade costumavam me chamar de *patrão*.

Constitui uma forma de dominação baseada na dívida (principalmente moral, ligada a um código de honra) e numa relação pessoal, em que bens materiais e serviços são redistribuídos pela classe que detém as riquezas em troca de fidelidade, trabalhos, apoio em caso de conflito, etc. Constitui também a base das carreiras políticas na região. A clientela torna-se o curral eleitoral do “patrão”, que pode prometer novos benefícios a partir do momento em que terá acesso ao dinheiro público.

Mesmo depois da crise da antiga economia extrativista baseada no aviamento e de todos os esforços de entidades públicas, do governo ou não, em substituir a dominação, ainda existem grupos sociais que necessitam recorrer a formas clientelistas de relações sociais para garantir sua existência ou para conseguir determinados benefícios:

A população de origem regional pobre, não tão somente rural, mas também urbana (sendo que uma parte, variável conforme a área, provém do êxodo rural da própria Amazônia) procura ainda inserir-se em redes clientelistas para usufruir os benefícios oferecidos pelos patrões/políticos; o fato de não estar vinculado a uma rede leva ao não reconhecimento social e ao isolamento (LÉNA: 2002, p. 9).

Esta inserção em redes clientelistas pressupõe relações de desigualdade e de dominação, nas quais a dita “população pobre” se diferenciaria, sobretudo, em relação a quem estaria subordinada, se a um *patrão* (comerciante, dono de serraria, de fazenda de gado, de frigorífico), se a redes mais complexas, em escala global, realizando uma forma de clientelismo com vínculos internacionais. Para a dita população, o autor propõe uma categoria de entendimento generalizante, a de *excluídos do desenvolvimento*⁹⁴. Reconhece, no entanto, que, embora os grupos

⁹⁴ Talvez se possa pensar em termos de inclusão dominada ao desenvolvimento e não de exclusão, aludindo ao fato de que a Amazônia sempre esteve ligada aos centros capitalistas modernos, porém assumindo um papel de fornecedor de matérias-primas. As relações econômicas mantidas na Amazônia, longe de representarem o oposto do desenvolvimento, são o resultado dos aspectos negativos do mesmo (cf. SANT'ANA JÚNIOR: 2004).

sociais possam ser enquadrados nesta categoria mais generalizante, o fato de estarem vinculados a diferentes redes de relações clientelísticas, os diferenciam:

Deixando de lado o caso específico das populações indígenas, os dominados dessas áreas estão inseridos nas redes paternalistas e clientelistas locais (...) ou então inseridos em redes pós-modernas que implicam relações entre a escala local e a escala internacional, no que às vezes possui traços de uma forma de "clientelismo global" (LÉNA: 2002, p. 11).

Tornando ainda mais complexa sua tipologia dos tipos sociais dominados, o autor estabelece mais uma distinção, desta vez em três tipos:

É importante distinguir, no entanto, as populações que conseguiram organizar-se e articular-se politicamente o suficiente para que certas reivindicações sejam atendidas (caso de populações das RESEX, por exemplo), ou ainda os grupos que recebem uma ajuda pública ou privada (ONGs, Igrejas) nacional ou internacional (são freqüentemente os mesmos), daqueles que estão ainda por fora destes circuitos, e que não tem como fugir das redes clientelísticas locais (caso de muitos ribeirinhos) (LÉNA: 2002, p. 11).

Poderíamos dizer que pode acontecer de os mesmos que recebem ajuda de alguma igreja ou instituição estarem também inseridos em redes clientelistas locais, numa combinação entre os tipos. Mas, o que me parece mais importante para o momento é que o caso dos *fregueses de patrão e canoeiros* pode ser que esteja mais próximo do último tipo. É comum encontrar nos depoimentos destes pescadores, principalmente, referências a uma espécie de reprodução do sistema de aviação tradicional.

Este sistema parece ter deixado algumas marcas na cultura local, sobretudo entre os pescadores, tais como uma perceptível subserviência destes últimos em representações sobre a relação *patrão-freguês*, diversas vezes descritas espontaneamente a mim em entrevistas informais ou formais registradas em meu diário de campo ou gravadas:

O barco em que ele (**um freguês de patrão**) anda é do *Homem*. Ele tá tentando comprar. O *Homem* tem uns vintes barcos onde o pessoal trabalha para entregar peixe para ele. (**Perguntei como se dava isso**). O *Homem* é *patrão* do Fulano e o Fulano é *freguês* dele. Outros pescadores vendem para *marreteiros*, que vendem no mercado. Outros já compram o gelo do *Homem*. Quando apareceu essa outra fábrica de gelo aí, o *Homem* teve que baixar o preço do dele (*canoeiro: 27/10/04*).

Em Tefé, existem algumas possibilidades aos pescadores para escoar a produção. O pescador tem que escolher entre os colombianos, os flutuantes, o Mercado Municipal e o frigorífico Frigopesca. Cada uma destas opções tem a sua desvantagem específica, relacionadas ou à falta de algum incentivo inicial para a pescaria, ou à oferta da compra por um preço menor do que o pescador espera, ou porque ele tem que ir fragmentando a produção, vendendo aos poucos, etc.

As dificuldades para vender no Mercado Municipal, que até mesmo os vendedores consideram grandes (aluguel de balança, pagamento de carregadores, pagamento de manifesto para a prefeitura, falta de espaço), fazem com que se prefira vender o pescado, quando em quantidade razoável, todo de uma vez. E o comprador que oferece isso, recebe a preferência dos pescadores, mesmo que pague ainda menos do que o consumidor final ou os outros compradores. Além disso, muitos pescadores não têm capital disponível para uma pescaria (que envolve compra de rancho, de combustível, conserto ou compra de materiais, aquisição de gelo).

Para cada uma destas dificuldades, a fábrica de gelo Frigopesca aparece nos depoimentos de muitos pescadores como a saída mais favorável. Com alguns deles, o proprietário desta fábrica estabelece um contrato informal no qual fornece o gelo gratuitamente e ainda empresta certa quantia em dinheiro necessária às despesas relativas à pescaria que será realizada. O pescador, que, no repiquête ou

na enchente, não sabe ao certo quanto tempo passará pescando, geralmente toma emprestada uma soma que lhe assegure a compra de um *rancho* (farinha, café, açúcar, óleo de cozinha, tabaco, gás de fogão), que dure pelo menos uma semana, e de combustível para o motor. Além do *rancho* para a pescaria, é comum deixar-se um valor em dinheiro à esposa ou filhos menores que ficam em casa.

É comum também a estes pescadores não possuírem capital disponível para reinvestir em uma pescaria, ocasião em que recorrem ao *patrão* pedindo um novo investimento a ser pago com o *fábrico* obtido por ela. Se os pescadores conseguem quantidade razoável de peixes, voltam ao *patrão* e vendem as espécies valorizadas no respectivo frigorífico; se os pescadores não conseguem, a dívida fica ativa para ser paga na próxima pescaria ou somente quando houver possibilidades de pegar mais peixes, geralmente na época da primeira seca ou estiagem. Quando o tempo de grande produção acaba e com a escassez do pescado nos rios e lagos, o pescador se vê novamente endividado.

Este tipo de relação social não se constitui no mesmo sistema do aviamento tradicional, porque não se constitui na antiga cadeia de dívidas que subordinava também o *patrão* a uma casa aviadora e esta a outros credores. O *patrão*, no caso, não deve a uma casa importadora, por exemplo, e a troca se dá a partir do empréstimo de dinheiro⁹⁵. A subordinação do pescador ao capital mercantil, no caso, se dá por falta de infra-estrutura adequada para o escoamento da produção. Os pescadores não têm para quem vender os peixes, a não ser aos flutuantes e aos atravessadores. Além disso, há o problema da falta de capital disponível a novas pescarias. Não tendo outras opções de venda além das

⁹⁵ Também a produção não se dá em locais distantes na floresta. Existem flutuantes, como um na boca do Jacaré, nos quais a apropriação se dá em razão das dificuldades em comprar mercadorias nos centros das cidades.

descritas, para o pescador, é melhor vender a quem dá condições de pesca, do que a quem não dá e quer comprar a preços baixos.

Este tipo de relação guarda algumas das características do velho sistema, as quais levaram Weinstein (1993, p. 24), por exemplo, a considerá-lo uma forma de organização econômica pautada em moldes pré-capitalistas. Segundo ela, discutindo Ernesto Laclau⁹⁶, tais relações seriam caracterizadas do seguinte modo:

(1) o excedente econômico é produzido por uma força de trabalho sujeita a coerção extra-econômica; (2) o excedente econômico é apropriado privadamente por alguém que não é o produtor direto; e (3) a propriedade nos meios de produção permanece nas mãos do produtor direto. (WEINSTEIN: 1993, p. 311)

Não sei se posso afirmar que seja um modo pré-capitalista de produção, sendo mais caracterizado por um tipo de exploração que, mesmo não pressupondo o assalariamento, está voltado para o mercado consumidor, regulado pelas relações de compra e venda e se dá em um contexto de capitalismo. Por estes motivos, seria uma relação capitalista. Mas, as características do modo de produção no aviamento analisadas por Weinstein (op. cit.) encontram-se presentes: a coerção extra-econômica aqui é expressa pela dívida (o pescador é obrigado a vender o *fábrico* ao *patrão*, pois foi este último quem aviou o dinheiro); o excedente é apropriado pelo *patrão* porque ele compra do pescador a um preço que lhe é favorável; a propriedade dos meios de produção – instrumentos, apetrechos de pesca, barcos ou *rabeta* – permanece nas mãos do pescador, e até contribuem para aumentar (ou iniciar) a dívida, uma vez que o pescador compra do patrão ou de outrem (pedindo dinheiro emprestado), para “seu uso” privado.

⁹⁶ Segundo a autora citada (WEINSTEIN: 1993, p. 311), a definição de Laclau refere-se ao modo de produção feudal. Porém, adequava-se à situação da Amazônia do sistema de aviamento tradicional. Como a expressão “feudal” remonta à história da Europa (mais especificamente à Europa medieval) e não se poderia confundir o contexto do Brasil, Weinstein preferiu utilizar a categoria modo de produção pré-capitalista.

Sendo assim, no caso dos barcos, mesmo que, em um primeiro momento, seja propriedade do *patrão*, o pescador tende a adquiri-lo por intermédio do endividamento. Logo, a primeira dívida do pescador com o patrão refere-se ao pagamento do barco que é feito a partir dos *fábricos*. Além disso, mesmo que não o compre, ou ainda não tenha comprado, permanece como algo de sua responsabilidade, noção que se expande até mesmo à sua produtividade. Ou seja, se um pescador, como eles costumam dizer, *anda no motor do patrão*, deve produzir sempre o esperado para a capacidade do *motor* e para as necessidades do *patrão*. Caso contrário, este último começa a se tornar insatisfeito e pode pedir ao pescador que entregue o *motor*. Mas, o motor tem que ser entregue em boas condições. Quer dizer, se estiver com alguma avaria, o pescador tem que pagar, não podendo entregar o barco sem que antes faça os reparos⁹⁷. Isto está bem expresso no depoimento deste pescador:

Tenho um sobrinho que trabalha em um barco do Papi. Ele quer entregar, mas o Papi não quer porque tem que fazer uns consertos. O Papi, eu já sei bem como é que é. Ele... Às vezes, ele demora a pagar, aí a gente acaba se aborrecendo e fica por isso mesmo. Mas, sempre que a gente precisa pra um remédio, ele tá lá. Ajuda mesmo. (*Canoeiro*: 11/11/04).

É como se o ciclo de produção seguisse, em sua forma *sui generis*, o esquema proposto por Marx para as relações pré-capitalistas, M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). Em cada pescaria, não há capital reinvestido. O tempo todo ele toma empréstimo para pagar com a produção. Ele se encontra em uma situação

⁹⁷ Muitos não têm condições de empreender estes reparos. Quando o motor é avariado, é muito difícil consertar. Alguns pescadores, que tiveram a sorte de comprar barcos sem o intercurso do patrão, quando ocorre algum problema sério, que é complexificado por alguma multa ou apreensão de peixes (impedindo-o de vender a produção), permanecem com os barcos ancorados até o dia em que conseguem algum capital para o conserto (caso de dois pescadores, que me relataram este problema no dia 31/10/04 e 12/11/04)

ainda mais fragilizada do que o camponês⁹⁸, porque não produz excedentes. O resultado da produção é todo vendido ao *patrão*⁹⁹, pelo que ele recebe um valor monetário, descontando-se a sua dívida. O que sobra é para as necessidades com comida, vestuário, etc.

Assim como os descendentes de índios que produzem dentro da lógica camponesa, estudados por Maristela Andrade (1999) no interior do Maranhão, os *fregueses de patrão* têm um modo de produção que demanda tempo e trabalho muito extenso¹⁰⁰. Mas estes pescadores são pagos, não pelo tempo gasto na produção, e sim pelo resultado ou pela produtividade.

Esta última encontra-se dependente de uma série de fatores. Dentre eles, a sazonalidade. O calendário da produção do pescador para a venda ao *patrão* se adequa aos fatores de cheia e seca. Na enchente, quando o pescado começa a escassear, as relações de aviamento para a pescaria começam a não ocorrer¹⁰¹, e pode acontecer de o pescador começar a acumular saldos negativos com o patrão, porque não traz mais a quantidade que assegura o pagamento da dívida¹⁰².

⁹⁸ Pensado em termos abstratos, sem levar em consideração as diferenciações entre diversas formas de economia camponesa.

⁹⁹ A sobra é que fica para a alimentação do pescador.

¹⁰⁰ Pelas análises de Andrade (1999, p. 131-186), existe uma lógica de produção camponesa, com uma organização social baseada no usufruto comum do território expressa em categorias socialmente construídas referentes à distribuição do espaço, como as de *mato* (oposto espacialmente à moradia, estando distante dela), *conserva* (espaço próximo à moradia), *quintal* (próximo a de conserva, área atrás da residência onde se depositam as fezes, onde está o jirau e onde circulam as pequenas criações).

¹⁰¹ Na cheia, insisto, segundo informações de pescadores e assessores da Frigopesca, esta última não funciona, porque não compensa o pagamento de energia elétrica (em geral muito alta em fábricas de gelo) em um período de escassa produção.

¹⁰² Esta variação sazonal não possui uma determinação rígida para se dar durante o ano. Conforme Henderson (1999, p. 4), "Dentro de um único ano a diferença entre o nível mais baixo (normalmente outubro ou novembro) e o mais alto (por volta de junho) é de cerca de 10 a 11 m. Entretanto, existe uma considerável variação entre os anos, e a variação entre os níveis máximo e mínimo ao longo de um período de cinco anos é maior que 14 m". Em novembro 2004, ocasião do meu trabalho de campo, por conta de um *repiquête*, o nível da água já estava tão alto que os pescadores do setor Jarauá da RDS Mamirauá não conseguiram preencher suas cotas de tambaqui. Os lagos já estavam muito cheios (existe uma cota anual de venda de peixes permitidos pelo IBAMA aos setores que fazem manejo de pesca na RDS Mamirauá).

Sem recursos para empreender pescarias na enchente e na cheia¹⁰³, e precisando alimentar a si e a sua família, estes pescadores não vêem outra alternativa a não ser praticar a pesca ilegal (soltar bombas, pescar peixe proibido, *invadir a reserva* “para pegar um pirarucu que seja para vender” – *freguês de patrão*: 19/10/04¹⁰⁴). Neste período, o pescador não pode gastar muito na pescaria e procura estratégias para produzir. É o momento em que os intermediários que comercializam peixes ilegais exploram esta produção dos pescadores. Não é o melhor tempo de produção para estes últimos. A situação só melhora por ocasião da primeira seca, que, segundo o depoimento de um *freguês de patrão* (26/12/04), se daria em agosto.

De um modo geral, havendo variações de ano para ano, a enchente e/ou *repiquete* se dá por volta de outubro e novembro, estendendo-se por dezembro; a cheia já vai se estabelecer no começo do outro ano, por janeiro ou fevereiro estendendo-se até por volta de julho ou início de agosto, quando começa a vazante e/ou *repiquete*, vindo a seca até meados de outubro).

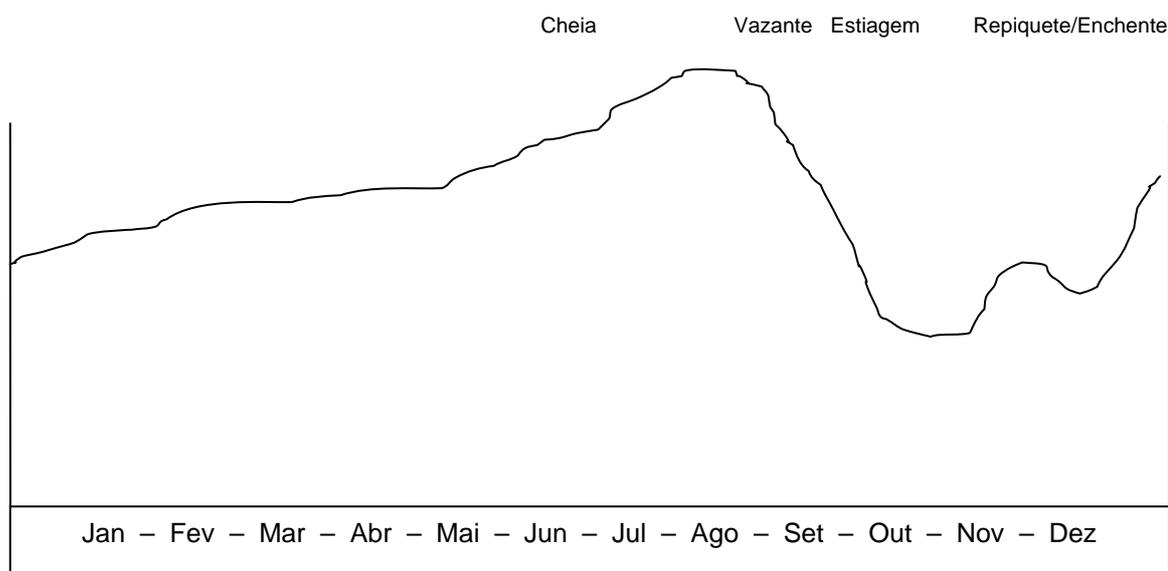
Procuro fazer uma representação gráfica sobre estas fases da sazonalidade, ainda que de forma esboçada para aqueles que não conhecem a região. O gráfico a seguir, generalizante e esquemático, não representa o que ocorre em todos os anos, e não reproduz fielmente o que aconteceu em 2004. Essa sazonalidade não acontece da mesma forma sempre. Tomei como base o que me

¹⁰³ Para efeitos de esclarecimento ao leitor, estou usando os termos enchente, cheia, vazante e seca como os períodos que correspondem a ciclos de variação sazonal na várzea, ao momento em que começa a subir o nível dos lagos, ao momento em que a enchente alcança o ponto máximo, ao período em que as águas começam a baixar e ao período em que elas estão efetivamente baixas.

¹⁰⁴ Como os pescadores correm o risco de serem pegos por alguma fiscalização, eles querem logo vender o peixe, ocasião em que são expropriados por intermediários localizados em pontos estratégicos, como um localizado em uma boca de paraná do Japurá que compra mais barato dos pescadores nesta ocasião por que os pescadores preferem vender logo, mesmo que seja mais barato, do que perder tudo (peixe e materiais) em uma fiscalizao e ainda ser multado.

parecia estar acontecendo na ocasião da pesquisa de campo de outubro a dezembro.

Gráfico 03: esquema da sazonalidade no Médio Solimões com base em 2004:



A relação de aviamento deriva de uma situação estrutural, por conta das dificuldades de venda ao consumidor na região. O pescador produz em um sistema de parceria com o *patrão*, mas, não está voltada para a satisfação dos interesses do primeiro, e sim deste último, tanto que, quando a maior fábrica de gelo fecha, o pescador fica entregue à própria sorte. Além disso, tem as dificuldades naturais. Se os pescadores não fossem expropriados por conta das condições de venda na região, talvez pudessem acumular para os períodos de enchente e cheia. Esta seria até uma medida de proteção ambiental, porque as portarias de defeso geralmente baixam em novembro estendendo-se por cerca de 4 meses, período necessário à reprodução das espécies¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Uma cooperativa de pescadores que produzisse nos meses de seca e administrasse o dinheiro para que os pescadores descontassem mensalmente o salário pela cooperativa durante o ano seria uma saída. Se os pescadores se organizassem para isso e tivessem incentivos e subsídios (tanto econômicos quanto em termos de treinamentos), talvez se obtivesse algum resultado. Em tempo: um

A relação de aviamento tornou-se a única saída para a continuidade da atividade de pesca para estes pescadores. No contexto em que produzem, estão expostos a vários riscos, que vão desde o peixe não aparecer nas redes, até as apreensões realizadas pelo IBAMA ou por agentes ambientais voluntários, caso os pescadores sejam pegos em situações consideradas ilegais, segundo a legislação ambiental vigente. Quando isto acontece, lhes são apreendidos os peixes, os apetrechos e, comumente, sofrem a sanção de multas. Mesmo quando conseguem trazer uma boa produção de peixe, a própria relação que lhes assegura a saída para a pescaria é a mesma que, de certa forma, inviabiliza a sustentação da atividade, fazendo com que diminua consideravelmente a possibilidade de uma apropriação maior de capital.

Um *freguês de patrão* apresentou-me uma nota de comercialização de pescado, no intuito de me mostrar as espécies que havia vendido. Eu a estou utilizando para demonstrar a expropriação que é feita pelo *patrão* na relação que é por eles estabelecida, por intermédio dos preços praticados pelo frigorífico Frigopesca¹⁰⁶:

Quadro 02: Preços de venda do pescado ao patrão:

Peixe	Qtd. Vnd.	Valor quilo	Valor pago
Tucunaré	362 kg	R\$ 1,00	R\$ 362,00
Aruanã	266 kg	R\$ 0,60	R\$ 156,00
Curimatá	68 kg	R\$ 0,70	R\$ 47,60
Piranha	65 Kg	R\$ 0,60	R\$ 39,00
	751 Kg	R\$ 0,73	R\$ 604,60**

Fonte: nota fiscal emitida pela frigopesca. **Média** **** Total**

freguês de patrão certa vez me falou da necessidade de uma linha de financiamento que pudesse ser paga em pelo menos dez anos a juros mais baixos pelos pescadores.

¹⁰⁶ O importante a reter é que se trata de uma produção razoável para a quantidade de apreensão do pescador, a pesca tinha dado um bom *fábrico*, mesmo em período de enchente ou *repiquete* (falsas enchentes, segundo Veríssimo: 1970).

Ao calcularmos esse valor, pedi-lhe que informasse os preços de venda no mercado diretamente ao consumidor para que eu pudesse estimar quanto ele ganharia. O resultado foi o seguinte:

Quadro 03: Estimativa de preços do pescado comercializado diretamente ao consumidor:

Peixe	Qtd. Vnd.	Valor quilo	Valor pago
Tucunaré	362 kg	R\$ 2,00	R\$ 724,00
Aruanã	266 kg	R\$ 1,50	R\$ 399,00
Curimatá	68 kg	R\$ 1,50	R\$ 102,00
Piranha	65 Kg	R\$ 1,00	R\$ 65,00
	751 Kg	R\$ 1,50*	R\$ 1.290,00**

Fonte: depoimento de *freguês de patrão*. *Média **Total

Se calcularmos quanto foi expropriado do pescador, se este último fosse vender pelos preços praticados no Mercado Municipal, teríamos R\$ 685,40 (um lucro ao *patrão* de cerca de 113,4% em cima da apropriação realizada pelo pescador). Se o excedente fosse incorporado à economia do *freguês de patrão*, teríamos um valor razoável para um pescador em menos de uma tonelada de peixe capturado e em uma única pescaria bem sucedida.

Para realizar a pescaria que deu o saldo exposto acima, ele teve que comprar uma malhadeira que custou R\$ 300,00. Gastou cerca de R\$ 250,00, em diesel e *rancho*¹⁰⁷. O gelo foi por conta do patrão. Ainda teve que providenciar tramalha, chumbo, entralhe. Pediu R\$ 500,00 de empréstimo ao patrão. Segundo a este pescador, somente quando não está pagando algum material, sobra “algum

¹⁰⁷ O *rancho* é a comida que será consumida na viagem. Numa viagem que realizei com um pescador, o *rancho* se compunha basicamente de farinha, café, açúcar, gás de cozinha e demais mantimentos para preparar a comida. O almoço e, por vezes, o jantar compõe-se, geralmente de farinha e peixes cozidos ou assados que o pescador consegue pegar nos lagos.

para o pão” (outubro de 2004). Ele pediu R\$ 500,00 para estas despesas. Ele tem que devolver este dinheiro ao patrão, de modo que, de acordo com o que foi pago pelos peixes, sobra cerca de R\$ 104,60. Este dinheiro ainda tem que ser dividido entre os pescadores que participaram da pescaria (deste *fábrica*)¹⁰⁸. Assim sendo, somando tudo, quando eles forem viajar de novo, terão que pedir novamente emprestado e não só para a viagem, mas também para deixar em casa para a esposa. Quando a viagem é para mais perto, segundo ele, sobra mais dinheiro.

É como se a atividade não se sustentasse por si. O indivíduo gasta R\$ 250,00 em rancho, R\$ 300,00 com material, e o resultado é R\$ 104,60. Trata-se de um saldo negativo. O pescador, neste tipo de situação, está, como se diz no jargão, “no vermelho”. Como isto acontece por causa da compra do material, não é de se estranhar o quanto fica inconformado quando o IBAMA lhe apreende as malhadeiras¹⁰⁹.

Como recebem menos do que necessitam do patrão em menos de uma tonelada de peixes capturados, eles raciocinam que, se o barco deles fosse maior, eles “lucrariam” mais:

¹⁰⁸ De acordo com um *freguês de patrão* (31/10/04): “no meu motor nós tiramos a despesa do barco. O resto que sobra, por exemplo, R\$ 200,00, um fica com R\$ 100,00, eu, que sou o dono. Outro fica com tanto, o outro com tanto. É dividido de acordo com a função. Eu fico com mais porque, às vezes, tenho que comprar material...”

¹⁰⁹ Não é objetivo deste trabalho (podendo ser realizado numa tese de doutoramento), mas há depoimentos dos pescadores a respeito de materiais proibidos pelo IBAMA que não deveriam ser, como as malhadeiras usadas para pescar *fera* (peixes lisos como piramutaba, piraíba, etc), de malha 90 entre nós opostos e fio 36 mm. Segundo os pescadores, este material só é prejudicial se o pescador der um lance e puxar para a beira, arrastando para a praia (de acordo com eles, os pescadores não fazem arrasto). Para eles, essa malhadeira é usada para *descair* no rio, uma forma de pesca em que eles tentam fazer com que o peixe *malhe* quando, descendo o rio, eles remam com a canoa segurando na ponta da malhadeira no intuito de capturar algum espécime. Segundo o depoimento de um pescador que teve este tipo de malhadeira apreendida (*freguês de patrão*: 31/10/04): “Minha malhadeira custou R\$ 200,00. Era boa para pegar *fera*. *Descaía* e pegava. Eles acham (**IBAMA**) que na praia que pescasse, o peixe não ia mais se juntar. Quando acaba, o prejuízo é por outro canto (**referência a materiais permitidos que não são proibidos**)”. Parece próximo à discussão de Michel Foucault (1992) a respeito de saberes submetidos, que, por não terem a legitimidade necessária para serem ouvidos, acabam por não serem levados em consideração.

Se meu barco fosse maior, talvez desse para lucrar mais, um de 12 toneladas mais ou menos. O meu suporta pouco, entre peixe e gelo. 700 kg para peixe e 300 kg para gelo. O consumo de meu motor é de 20 litros de diesel, que custa R\$ 140,00 ou R\$ 130,00. Um barco de sete ou quatro toneladas já dá. Hoje eu trouxe uns 800 Kg, entre o peixe e o bagulho miúdo. **O motor grande tem condição de vender mais barato, porque traz muito** (*freguês de patrão: 31/10/04*).

A situação na qual se encontram os faz pensar que, para melhorar, teriam que pescar mais. O raciocínio deles não é que os preços estão ruins, e sim que eles estão vendendo pouco. Se eles tivessem garantida a situação de simplesmente vender em situações favoráveis, o pouco peixe que pegam já seria suficiente para melhorar sua situação de vida. Na situação em que se encontram, eles vão raciocinar no sentido de querer pressionar mais o meio ambiente.

O pescador pode não pagar o saldo imediatamente na pescaria quando ocorre a situação de compra de algum material. Ele pode esperar até a próxima, na qual ele não tenha comprado nenhum petrecho novo para saldar a dívida anterior ou parte dela. Se isto acontece, ela permanece ativa por mais tempo e aumentando. Caso pior ocorre quando o pescador contrai empréstimo com o patrão, sai para pescar, é pego em situação ilegal, tem os peixes apreendidos e todos os materiais e é multado. Quando isto ocorre, o pescador torna-se o único responsabilizado e ainda tem que pagar o investimento feito pelo *patrão*¹¹⁰.

Existem *rabetas* que também comercializam com o Frigopesca. Segundo o *canoeiro*, “vender para ele (**proprietário do Frigopesca**) é bom porque compra no monte”, melhor do que vender pro comprador:

Pra sair pra pescar, a gente precisa de dinheiro pra comprar o rancho. Às vezes, também pra deixar algum pra família. É cem reais, às vezes duzentos, às vezes cinqüenta. São viagens que a gente faz na *rabeta* pra longe. Tanto faz se é de dois ou mais, a despesa é a mesma. É com a combustão que gasta a maior parte. Às vezes é duzentos, duzentos e

¹¹⁰ Ocasão que me foi relatada (12/11/04) por um *freguês de patrão* que trabalhava comprando peixe (barco de com grande capacidade)

pouco. A despesa não dá menos de cem reais. O rancho fica por conta de cada um. São mais ou menos quinhentos, seiscentos quilos de gelo, mil. Alguns pedem dinheiro emprestado pro atravessador (*canoeiro*: 29/10/04).

O desejo de possuir um ganho maior se explica também por questões de dificuldades que muitos deles atualmente vêm enfrentando no que diz respeito até mesmo à aquisição e manutenção de seus próprios materiais. O pescador, geralmente, não tem condições de possuir todos os materiais de que necessita para realizar uma pescaria adequada. Muitos estão com avarias em seus motores, desde problemas com furos no casco (que faz o pescador passar as noites esvaziando o convés¹¹¹, ou dormir em intervalos regulares para não deixar o barco afundar).

Tais dificuldades, segundo alguns destes pescadores, legitimariam atitudes de pesca ilegal, porque os pescadores não se sentem contemplados pelos governos, sendo comum, entre os seus depoimentos, a idéia de que eles não estariam sendo ouvidos e que estariam entregues à própria sorte¹¹². Se necessitam contar somente com eles mesmos, então precisam fazer alguma coisa para garantir o sustento de suas famílias:

Dói um filho pedir R\$ 0,10 para comprar um *dindin* e a gente não ter pra dar. (Depoimento espontâneo: 19/10/04).

Vamos dizer que o senhor deixa um trabalhador numa embarcação. Se o senhor não deixa lá o motor, um diesel e não deixa dinheiro para ele comer, se ele vende alguma coisa, você ainda chama de ladrão. Agora se o senhor deixar, além do diesel, o dinheiro pra ele comer, aí, ele não mexe em nada. Por que ele sabe que tá errado. **O caboclo tira porque tem necessidade. Se for pra morrer, ele morre, mas é lutando pela sua família** (*Canoeiro*: 27/10/04).

¹¹¹ Realizei uma viagem de 09 dias com um freguês de patrão e sua família em seu barco (17 a 26 de novembro). O barco estava todo furado e o pescador comentou este fato comigo dizendo-se sem condições de mandar *puxar* o motor para fazer a calafetagem.

¹¹² Um pescador disse: “nós não somos olhados por ninguém, nem por ele (**o patrão**). Ele tá aí vendendo pra Manaus, não sei por onde. E nós aqui. É mesmo ser Garrincha e Pelé. Um é só passando a bola pro outro comemorar o gol” (28/11/04).

Na maioria pobres, vivendo de uma atividade que possui muitas dificuldades, achando-se preteridos e marginalizados e sem condições de encontrar outra atividade na qual possam trabalhar, os pescadores demonstram uma série de dificuldades para conserto do motor, para compra de novos materiais, para pagamento de multas. Dificuldades com a compra de aparelhos eletrônicos para a casa ou até mesmo de conseguir casa para morar. Muitos deles dispõem de barcos para pescar, o que dá a impressão de que têm dinheiro. Mas, para muitos, o barco foi conseguido na relação de aviamento, pagos com a produção, ou ainda não pagos. Quando acontece algum problema (o motor quebra, o casco está muito cheio de furos ou soltando, a arqueação apodrece), o pescador não dispõe de dinheiro para o conserto ou para a calafetagem, o que faz alguns deles ficarem parados, sem condições de retomar para suas atividades.

REFERÊNCIAS

1 Bibliografia teórica e objetiva:

ALMEIDA, Alfredo W. B. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. In: **III Encontro Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. São Luís, 1995.

_____. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. In: **Revista Tipiti**. São Luís, 2002.

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRADI, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. pp. 37-56.

ALMEIDA, Mauro William B. de. **Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brasil: The Making of a Forest Peasant Economy**. University of Cambridge, 1992. Dissertation to the Ph.D. degree.

ANDRADE, Maristela de P. **Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999.

ARAÚJO, Roberto. Manejo ecológico, manejos políticos: observações preliminares sobre conflitos sociais numa área do Baixo Amazonas. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda M. da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes/Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1982.

BAILEY, F. G. **Gifts and poison: the politics of reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial, in: **Cadernos de Campo**. No 3. São Paulo, 1993.

BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BERREMAN, Gerald. "Por detrás de muitas máscaras". in ZALUAR, Alba G. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990. pp. 123-174

BILATE, Adriana. **Na proa da canoa: identidade e seguro desemprego entre pescadores do Amazonas**. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro IFCS/PPGSA/ UFRJ). Rio de Janeiro: 2002.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, L. **Per a uma sociologia reflexiva**. Barcelona: Herder, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1995

_____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Edna. Cidades amazônicas na confluência das águas. In: UHLY, Steven, SOUZA, Eliene L. de. (orgs.). **A questão da água na Grande Belém**. Belém: UFPA/Casa de Estudos Germânicos, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: Dagnino, Etelvina (org.). **Política e sociedade no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COELHO, Geraldo M. Prefácio. In: **Repertório documental para memória da pesca Amazônica**. Belém: Museu Goeldi, 2002. pp. V-VIII.

CUNHA, Manuela Carneiro da, ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental, in: CAPOBIANCO, João P. R. et. al (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a**

conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Emile, MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação – contribuição ao estudo das representações coletivas” – in MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981 (1902).

DURKHEIM, Emile. “Representações individuais e representações coletivas”, in **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970, pp 15-49.

_____. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, 1994.

ESTERCI, Neide et alli. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo, in: **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ, 2002. pp 3-5.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira, in: **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ/In-Fólio – Produção Editorial, Gráfica e Programação Visual, 2002. pp 51-62.

_____. Projeto ambiental e conflito social na Várzea Amazônica. In: **SAP/IDSM**, Tefé, 2005a.

_____. **Projeto ambiental e conflito social na Várzea Amazônica**. 2005b (manuscrito inédito).

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo, in: VIOLA, Andreu (comp.). **Antropologia del desarrollo: teorías e estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona; Buenos Aires; México: PAIDÓS, 2000.

FAULHABER, Priscila. **O navio encantado: etnia e alianças em Tefé.** Coleção Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1987.

_____. **O lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Genealogia del Racismo: de la guerra de las razas al racismo de Estado.** Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FURTADO, Lourdes G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes G., LIMA, Maria de Nazaré A. Introdução. In: **Repertório documental para memória da pesca Amazônica.** Belém: Museu Goeldi, 2002. pp 11-16.

FURTADO, Lourdes G., NASCIMENTO, Ivete Herculano. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, Lourdes G., QUARESMA, Helena Doris A. B (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. pp 23- 56.

FURTADO, Lourdes G. et. all. **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002

FURTADO, Lourdes Gonçalves et. all. (orgs.) **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** Belém: PR/ MCT/ CNPq/ MPEG/ Coleção Eduardo Galvão, 1993.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens.** São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

GUSFIELD, Joseph R., **Community: a critical response**. New York, Evanston, San Francisco: Harper & Row Publishers, 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1999.

HENDERSON, Peter A. O ambiente aquático da reserva mamirauá. In: QUEIROZ, Helder L., CRAMPTON, William G. R. (org.). **Estratégias para manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/CNPq, 1999. pp 1-9.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISAAC, Victoria Judith, CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. **Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas**. Manaus: Ibama/PróVárzea, 2004.

KYMLICKA, Will. **Ciudadania Multicultural**. PAIDÓS: Buenos Aires, 1996.

LEAL, Vitor N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: **Boletim Rede Amazônia: diversidade e políticas ambientais**. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2002. p. 09-21.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA, Deborah de M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 1997. pp 285-314.

LIMA, Marta Goreth M. Migração – uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal?. In: FURTADO, Lourdes G., QUARESMA, Helena Doris A. B. (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. pp 109-128.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupeba**: Tepé, Tephé, Teffé, Tefé. Protásio Lopes Pessoa, 2004 (a ser publicado em 2005).

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro T. Um exercício etnográfico sobre a migração de pescadores no nordeste do Pará. In: FURTADO, Lourdes G., QUARESMA, Helena Doris A. B (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. pp 91-108.

REIS, Marise B. dos. **“Arengas e psicas”**: as reações populares à criação da RDS Mamirauá e ao manejo sustentável e participativo dos recursos naturais. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 2003.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 25, ano 9. junho de 1994.

SANTA'ANA JÚNIOR, Horácio A. de. **Florestania**: a saga acreana e os povos da Floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANT'ANNA, Renata de. Populações humanas em unidades de conservação, in: **Boletim Rede Amazônia**: dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e respostas socioculturais. Ano 2, n. 1. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ/Contra Capa Livraria, 2003. pp 117-123.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: IEB/ISA/Peirópolis, 2005.

SANTOS, Roberto Araújo. **Introdução**. In: FURTADO, Lourdes G., QUARESMA, Helena Doris A. B (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. pp 17-21.

SCHAEKEN, Raimunda Gil. **Tefé: minha saudade**. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2004.

SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO/INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS. **MAMIRAUÁ: PLANO DE MANEJO**. Brasília: SCM; CNPq/MCT; Manaus: IPAAM, 1996.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo, uma planificação ecológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (1895).

VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável, in: Goldenberg, Mirian (coord.). **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. pp 49-75.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva**. V. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 15ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais, in: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**. 7 ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2004. pp 79-127.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920.** trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WOLFF, Cristina S. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá: Acre (1890-1945).** São Paulo: Hucitec, 1999.

2 Manuscritos, relatórios, atas e registros consultados na Biblioteca ou cedidos pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá:

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ. **ATA DA I ASSEMBLÉIA GERAL DE MORADORES E USUÁRIOS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ.** Uariní: fevereiro de 1993. (arquivos do IDSM/PGC).

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ. **ATA DA II ASSEMBLÉIA GERAL DE MORADORES E USUÁRIOS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ.** Alvarães: julho/agosto de 1993. (arquivos do IDSM/PGC).

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ. **Registro do Encontro entre o Setor Jarauá e a Colônia dos Pescadores.** Tefé : 18 de setembro de 1994. (arquivos do IDSM/PGC).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ, PROGRAMA DE GESTÃO COMUNITÁRIA. **Histórico das negociações sobre o uso da Reserva pela Colônia dos Pescadores.** (manuscrito cedido em 2004a, por Paulo Roberto Souza – coordenador da fiscalização).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ, PROGRAMA DE GESTÃO COMUNITÁRIA. **Histórico sobre a negociação com as sedes.** (manuscrito cedido em 2004b, por Paulo Roberto Souza – coordenador da fiscalização).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ, PROGRAMA DE GESTÃO COMUNITÁRIA. Monitoramento de invasões e ações de fiscalização. In: **II Seminário Interno de Monitoramento.** Tefé, dezembro de 2004c. (disponível em CD-Rom).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ, PROGRAMA DE GESTÃO COMUNITÁRIA. **Ata da 1ª Assembléia do Acordo de Pesca – Área do Pantaleão.** Tefé, janeiro de 2005.

MOURA, Edila Arnaud F., REIS, Marise B. Participação das comunidades na implantação do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ. **Negociação do Plano de Manejo com as comunidades de moradores e usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. Tefé: outubro de 1997.

PROJETO MAMIRAUÁ – SEMESTER REPORT. **Relatório Semestral # 3**. SEMACT/CNPq/Agência ABC/DEMA/SCM. Abril a setembro de 1993.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. **Ata da V Assembléia Geral do Mamirauá**. Outubro de 1997. (Arquivos do IDSM/PGC).

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. **Ata do Encontro do Setor Boa União – Comunidade de Jubará**. Setembro de 1999. (Arquivos do IDSM/PGC).

3 Projetos, atas, ofícios, propostas de acordo da Colônia de Pescadores Z-4 de Tefé:

COLÔNIA DE PESCADORES Z-4. **PROPOSTA DA COLÔNIA DOS PESCADORES Z-4 DE TEFÉ A ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMIRAUÁ**. Assunto pesca. Tefé, 27 de setembro de 1993.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-4. **OFÍCIO Nº 028/97**. Tefé, 08 de dezembro de 1997.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-4. **ACORDO SOBRE ÁREAS DE SEDE**. A Colônia de Pescadores de Tefé Z-4, através da pessoa do seu Presidente Sr. Sigueru Alfaia Esashica, se compromete a seguir as cláusulas abaixo para fazer uso dos seguintes lagos localizados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). (Acordo sugerido com as comunidades Vila Nova Estrela, Vila São José, Vila Nova, Jubará, Maguari e Barroso e negociado com Maguari e Barroso em setembro de 1999).

COLÔNIA DE PESCADORES Z-4. **ACORDO SOBRE ÁREAS DE SEDE**. A Colônia de Pescadores de Tefé Z-4, através da pessoa do seu Presidente Sr. Luis José Correa Filho, se compromete a seguir as cláusulas abaixo para fazer uso dos seguintes lagos localizados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). (Acordo fechado com as comunidades Maguari e Barroso em janeiro de 2001).

COLÔNIA DE PESCADORES Z-4. **Sub-projeto “Fortalecimento de Organizações de Pescadores da Região do Médio Solimões”**: 2005- 2008. Tefé, agosto de 2004a.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-4. **Relatório da reunião sobre a portaria nº 075 – N de 29 de maio de 2002**. Tefé: 10 de setembro de 2004b.

4 Legislação:

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **DECRETO Nº 12.836**, de 09 de março de 1990.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **LEI Nº 2.411**, de 16 de julho de 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **PORTARIA Nº 75**, de 29 de maio de 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29**, de 31 de dezembro de 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Lei de Crimes Ambientais**. Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS, DIRETORIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. **Sistema Nacional de unidades de Conservação da Natureza** – SNUC/ LEI Nº 9985, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3**, de 12 de maio de 2004.

5 Arquivos disponíveis na rede mundial de computadores:

A VÁRZEA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/pro-varzea>> Acesso em: 11 de novembro de 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 de outubro de 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em: 12 de agosto de 2005.

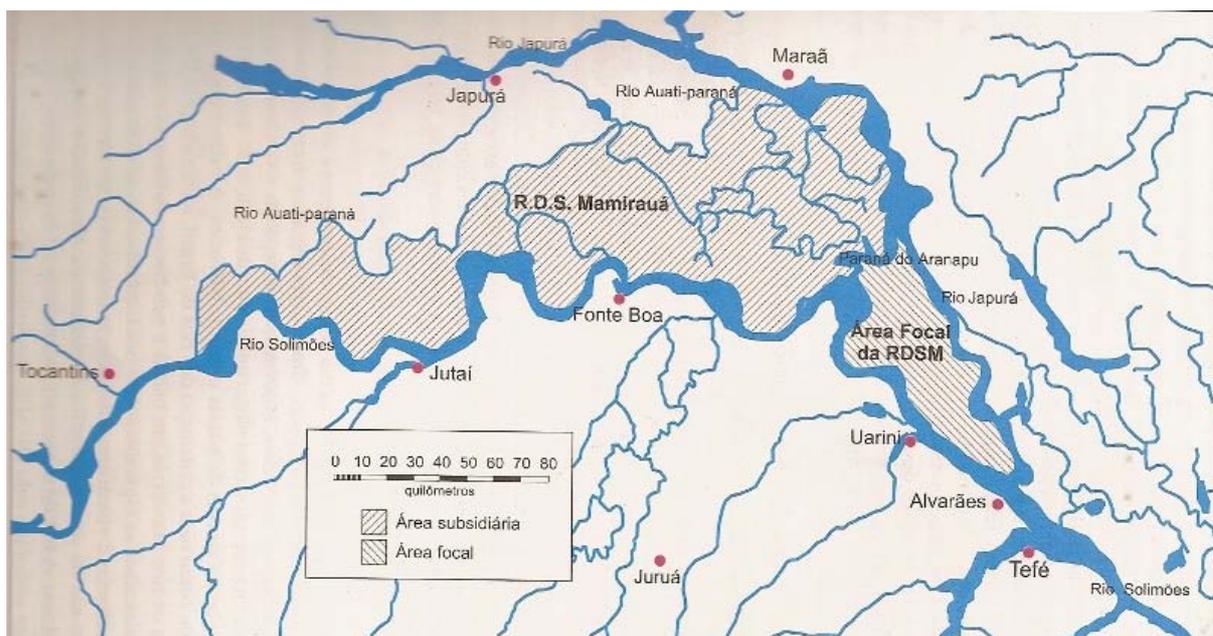
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas, 2001**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em 12 de agosto de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Municipais 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2005.

MUNICIPIOS DISCUTEM ACORDOS DE PESCA LEGALIZADOS. Disponível em: <<http://www.portalamazonia.globo.com>> Acesso em: 23 de agosto de 2005.

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

Mapa demonstrativo do Médio Solimões – em destaque a RDSM e os municípios:



Fonte: BARTHEM, Ronaldo. A pesca comercial no Médio Solimões e sua interação com a Reserva Mamirauá, in: QUEIROZ, Helder L., CRAMPTON, William G. R. **Estratégias para recursos pesqueiros em Mamirauá**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá, 1999.

Vista do lago de Tefé – em destaque, o Porto Areia Branca:



Vista do Lago Tefé – em destaque, casas de madeira estilo palafitas e alguns flutuantes:



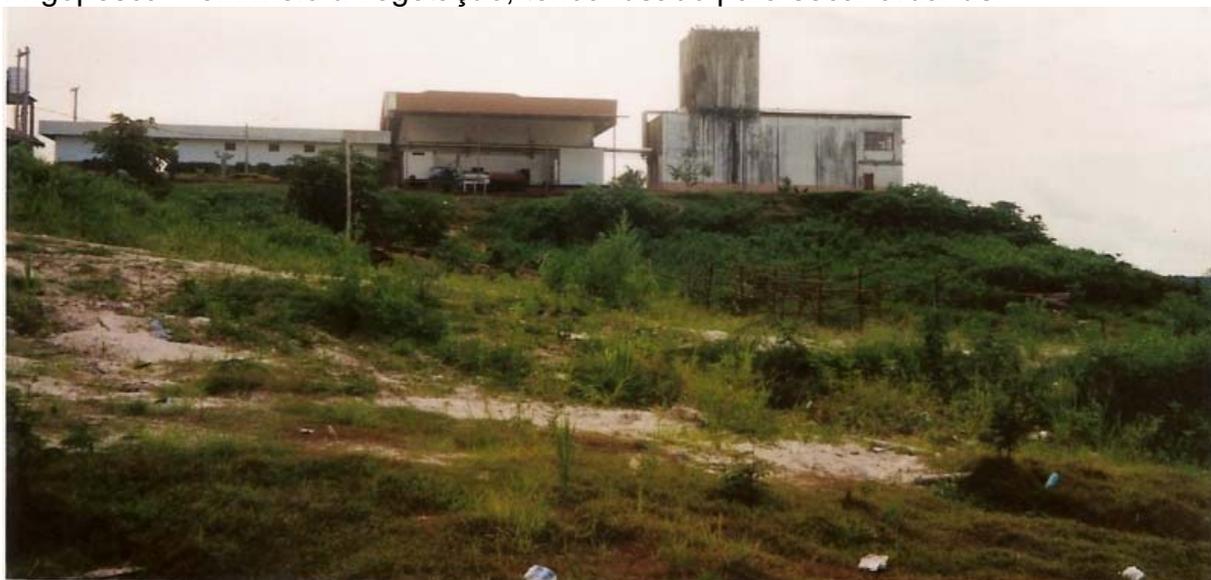
Vista do Lago Tefé – em destaque, recreios à margem:



Travessia do Igarapé Xidarini:



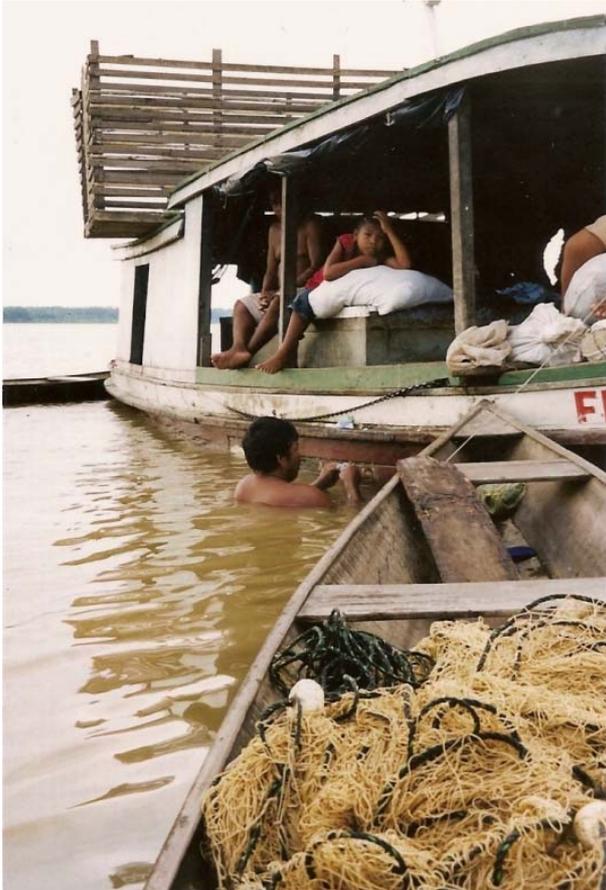
Frigopesca – em meio à vegetação, tendal usado para secar aruanãs:



Barcos de pesca sobre a margem do Lago no Abial:



Tentativa de remendo em barco com furos no casco:



Arribando aos mururus:



Varando varadouro:



Próxima geração:



“As dificuldades são muitas, mas a persistência é maior” – Ana Claudia Torres (sentada atrás do computador), na sala do Sub-Projeto “Fortalecimento das Organizações de Pescadores do Médio Solimões”, com uma outra dirigente da Colpesca Z-4 e a antropóloga Neide Esterici (em pé):



Assembléia de preparação para acordo do “Complexo do Jacaré”:

